

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA APLICADA

SANDRA CRISTINA PORSCHE

O MOVIMENTO ARBITRÁRIO DA LÍNGUA EM SAUSSURE

SÃO LEOPOLDO

2012

Sandra Cristina Porsche

O MOVIMENTO ARBITRÁRIO DA LÍNGUA EM SAUSSURE

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dra. Terezinha Marlene Lopes Teixeira

SÃO LEOPOLDO

2012

P838m Porsche, Sandra Cristina.
O movimento arbitrário da língua em Saussure / por
Sandra Cristina Porsche. – 2012.
179 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Linguística
Aplicada, 2012.

“Orientação: Prof^a. Dr^a. Terezinha Marlene Lopes
Teixeira.”

1. Linguística. 2. Saussure, Ferdinand de, 1857-1913.
I. Título.

CDU 801

SANDRA CRISTINA PORSCHE

“O MOVIMENTO ARBITRÁRIO DA LÍNGUA EM SAUSSURE”

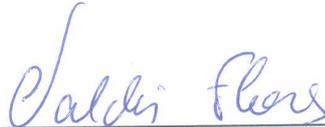
Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, pelo
Programa de Pós-Graduação em
Linguística Aplicada da Universidade do
Vale do Rio dos Sinos - Unisinos

Aprovada em 23 de julho de 2012

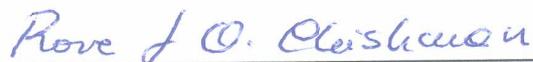
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Mônica Nóbrega (UFPB)



Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores (UFRGS)



Profa. Dra. Rove Luiza de Oliveira Chishman (UNISINOS)



Profa. Dra. Terezinha Marlene Lopes Teixeira (UNISINOS)

*Dedico esta tese especialmente a meu filho, Giordano, - ..
meu companheiro, Paulo Roberto.*

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é à orientadora desta tese, a prof. Marlene, que acolheu a ideia deste estudo, ainda que esteja um pouco afastado do tema de sua pesquisa atual. Devo agradecer especialmente à Unisinos, pela ajuda financeira recebida, em forma de bolsa de estudos pelo Fundo Pe. Milton Valente de Apoio Acadêmico. Agradeço igualmente pelo apoio da Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, administradora do processo de distribuição das bolsas. A bolsa, que cobriu 50% do custo do Programa, foi de inestimável valor, permitindo que o objetivo fosse alcançado.

Gostaria de agradecer especialmente o Prof. Valdir do Nascimento Flores, pelas suas valiosas aulas sobre Saussure na disciplina cursada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bem como por suas contribuições, emprestando-me valiosa bibliografia e auxiliando com algumas orientações.

Por fim, agradeço meus familiares pela paciência e compreensão, principalmente pelo afastamento do convívio familiar em muitos momentos dedicados aos estudos.

RESUMO

O conceito saussuriano de arbitrariedade do signo já foi objeto de um extenso número de trabalhos. Saussure colocou o princípio na base de toda sua teorização, mas não tardou para surgirem grandes dificuldades em compreender como ele se enquadra no conjunto da teoria, apresentando-se como extremamente paradoxal e sendo submetido a escrutínio por uma série de intérpretes. A obra de Saussure é fundamentalmente cercada de controvérsias, em vista do *Curso de Linguística Geral* (CLG), obra que não foi escrita por ele, e em virtude de uma quantidade ímpar de manuscritos surgidos após os anos 50 e, mais recentemente, em 1996. Com as novas contribuições, hoje retoma-se a teoria para elucidar novos fatos. Assim, esta tese discute o conceito de arbitrariedade do signo, procurando encontrar o lugar que lhe cabe. Partimos do exame do CLG, do *Escritos de Linguística Geral* (ELG), com apoio nos cadernos de alunos, e de leituras de intérpretes saussurianos, para apresentar uma proposta sobre o lugar do conceito na teoria. Há quatro problemas principais para a compreensão do arbitrário: 1) um aparente paradoxo: Saussure combate a visão nomenclaturista, mas apresenta provas que fazem supor a existência de um significado existente *a priori*, universal, antes da conjugação do fato linguístico, o que contradiz a teoria. Surge, então, o problema de saber como, no conjunto da obra, Saussure responde à complexa questão da relação da língua com a realidade; 2) com a afirmação de que todo signo é motivado no sistema e com o conceito de arbitrário relativo, é difícil ver um lugar para o arbitrário absoluto na língua; 3) o conceito clássico de convencionalidade é reformulado por Saussure, sem que ele teorize suficientemente essa mudança, gerando o problema de saber em que consiste a diferença e 4) também não há teorização suficiente de Saussure sobre a relação entre semiologia e linguística. Concluimos, a partir do exame desses problemas, que o arbitrário é entre significante e materialidade da língua, o que nem sempre é visto com clareza. Entre eles a relação é arbitrária e, considerando o postulado da transmissão da língua, visto que ela se materializa na fala e por ela se transmite, o arbitrário é princípio semiológico de base, sempre presente na transmissão (diacrônico), causando efeitos no plano sincrônico. Pela reformulação do conceito de convencionalidade, Saussure se desloca para o plano da língua, tomada pela sua matéria sonora, deixando o plano do significado (sem significante) a outro campo de estudos. Concluimos que o arbitrário do signo na linguística refere-se à relação entre significante e materialidade da língua.

PALAVRAS-CHAVE: arbitrariedade do signo, convencionalidade, significante..., significado, segunda vida do signo, motivação, transmissão.

ABSTRACT

Saussure's arbitrariness of the sign concept has been the focus of great debate. For him, it was a key concept, but many difficulties in understanding its place in the theory have soon arisen. The concept was considered extremely paradoxical, leading to much scrutiny by many authors. Saussure's work is fundamentally involved in controversies due to the *Course in General Linguistics (CLG)*, which was not written by himself, and also because of a great amount of his manuscripts which appeared after the 1950's, and more recently, in 1996. Due to these additional contributions, there are current efforts to unveil new facts. Based on this panorama, this thesis discusses the arbitrariness of the sign with the intention of showing how the concept fits into the theory. This work is fundamentally based on the CLG and the *Writings in General Linguistics (WGL)*, also taking some students' notebooks in order to present a plan about the place of the concept in the theory. There are four main problems for understanding the arbitrariness of the sign: 1) an apparent paradox: Saussure condemns a nomenclaturist view of language, but presents examples that make believe there is a universal, *a priori* meaning before any linguistic fact, which is in contradiction with his theory. Therefore, there is the problem of knowing how Saussure understands the relationship between language and reality in his work; 2) by saying that all signs are motivated in the system, and with the concept of relative arbitrariness, it is difficult to see a place for absolute arbitrariness; 3) the classical philosophical concept of conventionalism is redefined by Saussure, but without him sufficiently theorizing about it, which caused the problem of knowing where the difference lies, and 4) there is also insufficient theorization by Saussure about the relationship of semiology and linguistics. By examining these issues, the conclusion is that the arbitrariness of the sign was thought by Saussure considering the signifying in its relationship with language sound (its materiality), and this has not always been clearly seen. The relationship between them is arbitrary and, considering that language is materially transmitted through speech, the arbitrariness of the sign is a semiological principle underlying language, always present through transmission (diachronically), causing effects on the synchronic plan. By redefining the concept of conventionality, Saussure places himself on the language side, from the point of view of the sound, leaving the signified (without signifying) to another field of study. Our conclusion is that, in linguistics, the arbitrariness of the sign refers to the connection between the signifying and the materiality of language.

KEY-WORDS: arbitrariness of the sign, conventionalism, signifying, signified, second of the sign, motivation, transmission.

LISTA DE SIGLAS

CLG - Curso de Linguística Geral

ELG - Escritos de Linguística Geral

PLG I - Problemas de Linguística Geral I

C, CIII - Constantin, Curso de Linguística Geral III

R, CI - Riedlinger, Curso de Linguística Geral I

R, CII - Riedlinger, Curso de Linguística Geral II

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ARBITRARIEDADE DO SIGNO NO CLG.....	30
2.1 Breves palavras sobre a constituição do CLG	30
2.2 O conceito de arbitrariedade do signo linguístico.....	32
2.3 A arbitrariedade e a relação entre língua e realidade	36
2.4 Arbitrariedade e convenção	39
2.5 Arbitrariedade e motivação fônica.....	40
2.6 Arbitrariedade e mudança linguística	42
2.7 Valor, sistema, sincronia e arbitrariedade.....	43
2.8 Arbitrário relativo e arbitrário absoluto	49
2.9 Arbitrariedade e mudança fonética	51
3 A ARBITRARIEDADE DO SIGNO NO ELG	55
3.1 O ELG e sua estruturação	55
3.2 Os conceitos teóricos básicos.....	58
3.3 Arbitrariedade e a língua como instituição social.....	60
3.4 O nomenclaturismo e a arbitrariedade	62
3.5 O valor e a arbitrariedade.....	68
3.6 Sentido figurado e sinonímia	71
3.7 Arbitrariedade, identidade, ponto de vista, método e objeto	72
3.8 As características da vida semiológica e a arbitrariedade.....	76
3.9 A mudança fonética e a mudança morfológica	81
4 LEITURAS DO ARBITRÁRIO.....	85
4.1 Leituras do arbitrário no CLG.....	87
4.2 Língua e realidade.....	91

4.3 Saussure e o debate clássico	96
4.4 Motivação fônica	100
4.5 Arbitrário do significante	102
4.6 Da língua à semiologia e da semiologia à língua	103
4.7 Indissolubilidade do signo	105
4.8 Motivação intrassistêmica.....	107
4.9 O arbitrário e o valor.....	118
5 LUGAR DO ARBITRÁRIO NA TEORIA SAUSSURIANA.....	122
5.1 A arbitrariedade do signo e o debate clássico.....	133
5.2 Arbitrariedade, sistema e exterior.....	136
5.3 Arbitrariedade, delimitação das unidades, motivação no sistema e paradoxos	140
5.4 A segunda vida do significante.....	158
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
REFERÊNCIAS	178

1 INTRODUÇÃO

Esta tese tem por foco um exame do conceito de arbitrariedade do signo em Saussure. Nosso propósito é apresentar uma interpretação do arbitrário do signo com base na obra saussuriana e em algumas interpretações de leitores que estudaram o princípio. Pretendemos, antes de tudo, discutir as implicações do arbitrário para o conjunto da teoria saussuriana, sem, contudo, objetivar o desvelamento de uma verdade. Não nos propomos a esclarecer o pensamento de Saussure sobre o arbitrário do signo. Parafraseando Milner (1996, p. 7), diríamos que, como Lacan, Saussure é cristalino. Basta lê-lo com atenção. Nossa leitura pretende apenas ser mais uma, sem caráter totalizante, pois a exaustividade não é necessária. “Às obras não-totalizantes convêm leituras não-totalizantes.” (MILNER, 1996, p. 10).

É certo que há muita controvérsia na interpretação do princípio da arbitrariedade, mas isso é resultado de um pensamento que se formulou no ato mesmo de sua transmissão oral, que nunca se articulou em uma escrita pensada para ser um livro, no sentido de uma publicação unitária, decorrente de uma produção intelectual que alguém, assumindo o lugar de “autor”, quer dividir com uma determinada comunidade. É assim que nasce primeiramente o texto saussuriano, e é assim que ele se propaga até a década de 50, quando são encontrados alguns novos materiais que começam a ser explorados no intuito de acrescentar ao *Curso de Linguística Geral* (doravante CLG) outras perspectivas. Não seremos nós a querer dar consistência a eventuais contrassensos, nem nos propomos a preencher vazios de um raciocínio que é brilhante exatamente porque formulado como um problema, ou seja, que se nutre do que não sabe. Nem tampouco pretendemos retificar o que desse princípio disseram os brilhantes leitores de Saussure com quem dialogamos neste trabalho. Nosso intuito é bem distinto: trazer, primordialmente, além de uma sistematização das diversas discussões, a partir da seleção de alguns intérpretes representativos, considerações sobre o alcance do princípio na obra de Saussure e um ponto de vista acerca de um aspecto ainda pouco discutido: a ligação do princípio da arbitrariedade com a circulação e a transmissão da língua. Por fim, também objetivamos contribuir com o arcabouço teórico brasileiro sendo gerado sobre Saussure atualmente.

Escrever uma tese sobre a teoria saussuriana é um empreendimento que se defronta com as peculiaridades da obra. A herança saussuriana é hoje constituída de uma série de textos que incluem o CLG, escrito após a morte de Saussure por Charles Bally e Albert Sechehaye, seus colegas na Universidade de Genebra, os cadernos de seus alunos Albert Riedlinger, Émile Constantin e Charles Patois, publicados nos anos 1950, as fontes manuscritas com uma variedade de diferentes materiais, como notas manuscritas, tanto aquelas encontradas nos anos 50 e publicadas por Rudolph Engler, quanto aquelas encontradas num envelope em 1996 e publicadas por Engler e Bouquet. No envelope também estavam os rascunhos de um livro sobre linguística geral, cujo título provavelmente seria *Da essência dupla da linguagem*. A isso juntam-se em torno de 150 cadernos com anotações sobre estudos de Saussure sobre os anagramas em poemas e outra quantidade de cadernos sobre as lendas germânicas. Quando Saussure foi encarregado de dar um curso sobre literatura e língua alemã, deu aulas a respeito dos *Nibelungen*, sobre os quais ele havia efetuado uma série de estudos, apenas vindos a público muito após sua morte. Conforme Bouissac (2010), os estudos de Saussure sobre as lendas foram supostamente escritos entre 1904 e 1911 e incluem 18 cadernos e dois envelopes com 200 páginas manuscritas, contendo análises das fontes históricas das lendas e sua transformação no decorrer do tempo. Ainda há muito material inédito entre as inúmeras páginas depositadas na Biblioteca Pública e Universitária de Genebra, mas o mais singular é que, justamente sobre linguística geral, Saussure nada publicou. Ele apenas publicou alguns trabalhos técnicos e dois trabalhos maiores, sua dissertação de mestrado, *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* e a tese de doutorado, *De l'emploi du génitif absolu en sanscrit*. É de conhecimento tácito que foi a *Mémoire* que projetou Saussure como grande linguista comparatista no séc. XIX, face à importância de sua descoberta.

Esse conjunto de textos, hoje disponíveis, talvez somente seja importante porque houve a obra fundadora do CLG. Sem esse livro, o pensamento de Saussure provavelmente teria caído no anonimato e não se propagado pelos vários cantos, incluindo inúmeros países onde ainda se continua a lê-lo e publicá-lo. Parece-nos que três pontos principais são comumente aceitos entre a maioria dos leitores de Saussure¹ sobre o CLG: primeiro, que os editores fizeram um excelente trabalho, talvez o mais perfeitamente possível diante das dificuldades inerentes a organizar um pensamento exposto oralmente em três cursos de

¹ Excetua-se dessa lista um leitor brilhante de Saussure, mas que adota uma postura de negação do CLG, alegando que os editores foram infiéis ao pensamento de Saussure, Simon Bouquet. Para ele, o CLG é uma obra apócrifa.

linguística geral, sempre organizados de um modo distinto e voltados a um auditório de não especialistas; segundo, que as maiores dificuldades advindas da interpretação do livro devem-se mais às oscilações e insuficientes teorizações do próprio Saussure, também presentes nos manuscritos, em virtude da complexidade da teoria, e, terceiro, que houve, sim, alguns problemas decorrentes do modo como os conteúdos foram ordenados e de algumas decisões dos editores que não se mostraram as mais acertadas.

Considerando esse estatuto, pode-se falar em obra de Saussure? O que autoriza alguém a falar em obra de Saussure? Responder essa questão requer que seja definido o que estamos entendendo por obra. Para tanto, seguimos indicações de Milner, em *A obra clara* (1996). Segundo o autor, “a noção de obra é moderna” (p. 11). Em sentido restrito, trata-se do princípio de unicidade, “centrada em torno de um sistema de nomeações – o nome do autor e o título da obra – subsumindo produções materiais, em particular, do texto sob o regime do Um” (1996, p. 11). Não é necessariamente *um* livro, prossegue Milner, nem mesmo um *livro*. “A obra não é uma matéria, é uma forma e é uma forma que organiza a cultura.” (p. 12). O autor geralmente é nomeado, mas o anonimato também é admissível; o título é dado pelo autor, mas nem sempre. Além disso, só existe obra, em sentido estrito, se publicada.

Como Saussure não pôde fazer a escolha por si mesmo, terá uma obra? Milner (1996, p. 13) comenta que os editores do CLG tomaram o partido da obra, “sustentando que a mera compilação dos trabalhos científicos não bastaria para salvar um nome próprio ao qual se apegavam.” Dessa decisão nasceu o CLG. A partir daí, conclui Milner, existe de fato uma obra de Saussure, embora o texto tenha sido retrabalhado, de modo a não existir nenhuma página que tenha saído do próprio punho de Saussure, e embora ele nunca tenha tido a intenção de publicar nenhum curso, uma vez que todos os requisitos estão cumpridos: há a associação de um nome de autor e um texto, entendido como unitário. E o CLG ingressa, a partir daí, no universo da cultura. (MILNER, 1996, p. 26).

Por longo tempo, o CLG figurou como única obra de Saussure. A escuta que teve entre leitores ilustres, como L. Hjelmslev, R. Jakobson, A. J. Greimas, Lévy-Strauss, J. Lacan, só para citar alguns, deu-lhe um lugar na cultura, a ponto de não provocar estranheza o fato de ter sido organizado por Bally e Sechehaye. Contudo, o aparecimento das fontes manuscritas e do *Escritos de Linguística Geral* (de agora em diante ELG) muda radicalmente a situação, institui a polêmica, levanta a suspeita de que o que durante muito tempo existiu sob o nome de Saussure não foi escrito por ele, mas constitui a transcrição, por dois editores, de anotações de alunos, isto é, resulta de um ensino oral, atravessado duplamente por outras vozes, a dos alunos e a dos editores.

Ainda assim, o CLG teve tão forte impacto a ponto de, conforme mostra Gadet (1996), dividir os linguistas em partidários e adversários. Entre os partidários, ela destaca os estruturalistas que analisam a língua como sistema a partir das noções do CLG, os demais linguistas que encontram no livro reflexões decisivas sobre o estatuto da língua e da linguagem e, por fim, aqueles que o consideram um fundador e o admiram por isso, mesmo que o considerem ultrapassado. Entre os adversários, a autora coloca quem considera que o CLG bloqueou outras possibilidades de desenvolvimento da linguística, ou quem opõe ao Saussure do CLG um outro Saussure. Nessa obra (1996), Gadet adota o CLG como leitura fundamental, por ele ser o texto fundador, alegando que os manuscritos são adotados como auxílio para a compreensão da gênese de um texto composto de fontes heterogêneas.

Os demais textos são indispensáveis à interpretação do CLG e, por conseguinte, à realização da obra. Do ponto de vista do saber, talvez não haja muito mais nas fontes manuscritas, embora sejam elementos relevantes. Se a obra de Saussure existe, talvez ela esteja por inteiro no CLG, afirma Milner (1996), embora não desconheça que as fontes sejam de grande importância documental para a aproximação com o pensamento de Saussure. De todo modo, em qualquer lugar que estejamos, não teremos jamais a totalidade do pensamento de Saussure. Se quisermos compreender a teoria, mais vale ater-se à globalidade do que é atribuído a Saussure.

As fontes, como auxiliares à interpretação do CLG, fornecem recursos para a elucidação de questões teóricas complexas e mal resolvidas, seja para compreender melhor certos conceitos ou para desfazer mal-entendidos. Em vista das controvérsias envolvendo o CLG e devido às dificuldades de reconstrução de um todo teórico nitidamente inacabado, nossa postura será de integração, que nos parece ser a mais razoável. Assim como Normand (1973, 1990, 2009), apenas para citar um autor neste momento, porque discutiremos mais especificamente o modo como cada um dos nossos selecionados se posiciona no capítulo 3, não acreditamos na existência de um Saussure verdadeiro e outro falso, de um Saussure do CLG e um dos manuscritos, ou de um Saussure dos estudos linguísticos e outro dos estudos semiológicos, nem mesmo de um Saussure da linguagem e outro da literatura, exagerando um pouco a divisão. Referindo-se a passagens do ELG, Harris (2003) pontua muito bem a natureza do corpo teórico de Saussure, que confere plenamente com o nosso. “Portanto, certas passagens refletem uma filosofia da linguagem que está muito próxima do que hoje não chamaríamos de estruturalismo, mas de integracionismo. A noção saussuriana de estrutura holística vai muito além do ponto de fechamento linguístico.” (HARRIS, 2003, p. 230, tradução nossa). É muito provável que as atribuições dualísticas de Saussure se devam

justamente ao fato de não ser possível enquadrá-lo apenas em uma área. É o paradoxo do eterno dualismo de Saussure, desde as dicotomias, à essência dupla da linguagem e à impossibilidade de enquadrá-lo em uma área restrita. O escopo dos interesses de Saussure era tão amplo que não é possível fazer dele uma leitura que não tome o corpo teórico holístico. Saussure fez estudos sobre anagramas, lendas, topônimos, acento lituano, vogais indoeuropeias, sistema de conjugação do sânscrito, etimologia, inscrições, evolução fonética e linguística, entre tantos outros.

Cabe salientar, ainda, que não se pode atribuir ao CLG apenas as interpretações errôneas que foram feitas das teses de Saussure por muitos linguistas, tendo em vista que, assim como a obra já nasce num contexto conturbado, pela falta de materiais deixados por Saussure, que pudessem ter sido utilizados na sua produção, e pela difícil tarefa de decidir como ela deveria ser estruturada, também sua recepção no contexto da linguística francesa foi fragmentada em virtude de vários fatos, incluindo a Primeira e a Segunda Guerra mundiais, por exemplo. (PUECH, 2005). Todos esses fatores influenciaram a maneira como as ideias foram recebidas e repassadas.

Em relação às possíveis divergências entre os textos, sempre que nos depararmos com postulados do CLG incondizentes com os demais escritos, e cujas diferenças ninguém ainda tenha apontado, ou quando flagrarmos hesitações de Saussure, faremos as devidas observações.

A vasta bibliografia atual sobre Saussure e a partir de Saussure obriga qualquer estudo a recortar seu corpus dentro desse amplo escopo de materiais disponíveis. Desse modo, nosso corpus será constituído do CLG e do ELG. Nossa leitura do CLG será feita com apoio na obra de Robert Godel (1969) intitulada *Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale de F. de Saussure* e no caderno de Constantin, para o terceiro curso (a partir de agora C, CIII), além dos cadernos de Riedlinger para o primeiro e segundo cursos (doravante R, CI e R, CII). Nossa forma de leitura será tomar a globalidade dos escritos que nos são disponíveis, centrando-nos no CLG, no ELG, com apoio nos cadernos dos alunos e na obra de Godel, procurando sintetizar e interpretar o que pode ser recuperado e estabelecido como pensamento de Saussure.

Além do problema de Saussure ter publicado pouca coisa, há a característica do inacabamento da obra e a natureza abstrata, dialética e aforística de seu pensamento. Segundo Bouissac (2007), a teoria sígnica de Saussure continua sendo amplamente discutida, tendo em vista determinadas considerações que não deixam claro o seu sentido, ou que apresentam contradições, levando à hipótese de que ele mesmo lutava com a problemática de lhe dar uma

definição precisa. Desse modo, considerando a natureza altamente abstrata da terminologia saussuriana e, é claro, considerando a língua um sistema de signos, estudar o arbitrário do signo em Saussure é tarefa que certamente não está esgotada. Para Bouissac (2007) uma das tarefas mais desafiadoras e estimulantes é juntar todos os problemas e questões que ele levantou, visto que suas noções ainda se mostram válidas e desafiam o questionamento científico sobre o signo e a significação. Ainda conforme Bouissac (2007), Saussure, ao elaborar suas reflexões sobre o signo linguístico, propôs conceitos abstratos e gerais o suficiente para permitir extrapolações para além do âmbito da linguagem. O autor ressalta o fato de Saussure não ter tido nenhum discípulo direto que se debruçasse sobre a semiologia, ciência que tinha anunciado. Há, de fato, uma necessidade de voltar a Saussure para compreender seu projeto semiológico, uma vez que, quando equiparado ao estruturalismo, Saussure é comumente enquadrado como autor que concebe uma língua estática, fixa, inflexível, formal e sistemática, com pouco ou nenhum lugar para o sentido, o que nem mesmo é autorizado pelo CLG. Pouco se reflete sobre a teoria do valor e sobre a posição central do sujeito falante na sua relação com a língua. Enfim, poucos se atêm a investigar as proposições de Saussure sobre o sentido na língua. Normand conclui o seguinte sobre a teoria saussuriana: “Diremos que, pelo CLG, a *lingüística* nova é uma *semântica* e a única possível.” (1990, p. 11, grifos no texto). Simon Bouquet (2004) também advoga uma gramática do sentido em Saussure, totalmente de acordo com um de seus postulados básicos: a inseparabilidade da forma e do sentido. Isso mostra que é sempre importante voltar às noções saussurianas para compreender o lugar desses axiomas no funcionamento linguístico.

É assim que Saussure ainda suscita muita reflexão, porque seus axiomas foram pensados de forma a dar conta dos aspectos gerais da língua, do objeto *língua*, representando conceitualmente o que pode ser tomado como universal no funcionamento da linguagem humana. Nesse sentido, há nele afirmações válidas e abertas o suficiente para permitir novas abordagens. As proposições realmente importantes só raramente aparecem de forma completa em uma obra (MILNER, 1996, p. 22). Toda proposição de uma obra deve ser lida como um fragmento a completar. De diferentes modos, o ensino de Saussure vem sendo completado por autores que, no entender de Nóbrega (2012), constituem também a herança do mestre. Apresentamos, no cap. 4, o modo como alguns deles leram o princípio da arbitrariedade, damos visibilidade ao modo como polemizaram entre si, mas sem querer restaurar a verdade. Nesse emaranhado de discussões, tentamos construir nosso ponto de vista sobre o arbitrário.

As querelas sobre o arbitrário do signo refletem as dificuldades de compreensão que o pensamento altamente complexo de Saussure colocou e ainda coloca aos linguistas. Assim,

para que se possa pensar prospectivamente quanto à aplicabilidade da teoria de Saussure no campo da semântica, e para que possa haver um diálogo bem fundamentado com as linhas que não aceitam completamente a tese da arbitrariedade do signo de Saussure, é necessário verificar como o conceito está ligado ao complexo conjunto teórico saussuriano. É consenso entre os estudiosos de Saussure que ele postulou axiomas básicos que funcionam interligadamente para dar conta de uma metodologia adequada para o estudo da língua. É nesse sentido, de axioma importante, mas ligado aos demais, que o arbitrário do signo deve ser analisado. É essa a tarefa específica que nos propomos.

Quanto às razões que nos levam ao estudo representado nessa escrita, podemos dizer que, segundo muitos autores, o tema da arbitrariedade permaneceu controverso até a década de 60, fazendo supor que, após isso, tudo deveria estar resolvido. Como se justificam, então, os recentes textos que versam sobre o tema? Como justificar também a elaboração de uma tese sobre o arbitrário do signo? Certamente, quando se escreve, é porque há algo novo a dizer, que não precisa necessariamente ser a verdade, mas uma nova leitura que possa contribuir com outros pontos de vista. É nesse sentido, pois, que analisamos o conceito de arbitrariedade, procurando enunciar uma posição sobre como o arbitrário está vinculado ao conjunto teórico, de modo que possamos mostrar a sua fundamental importância, conforme Saussure mesmo postulou, no terceiro curso, quando disse que ele estava no topo: “O lugar hierárquico dessa verdade é o topo.” (C, CIII, p. 76a, tradução nossa).

É importante destacar que não se pretende, absolutamente, esgotar o assunto, uma vez que realizamos um corte necessário na obra saussuriana e nas obras dos intérpretes de Saussure. É uma leitura com plena consciência desse escopo restritivo, mantendo-se circunscrita à bibliografia selecionada. Normand (1973) menciona uma centena de artigos escritos sobre o arbitrário do signo e, lendo-se Koerner (1982), percebe-se, pelas notas de rodapé, a enorme quantidade de autores que publicaram sobre o tema, o que implica dizer que seria tarefa árdua mensurar a quantidade de trabalhos sobre a arbitrariedade do signo. Há consenso de que o conceito é o mais controverso em Saussure e tendência, entre alguns autores, a considerá-lo como secundário em relação à teoria do valor, com o que discordamos parcialmente. Nesse sentido, há razões atuais para revisitar o conceito. Apenas a título de ilustração, Arrivé (2010), Fehr (2000), Badir (2001), Choi (2002) e Suenaga (2005) são alguns dos autores que discutem em maior ou menor grau o conceito em obras recentes. Outros tantos textos são mais antigos.

Outra justificativa é que a colocação em debate do princípio da arbitrariedade poderá servir para um novo exame da relação entre os posicionamentos arbitraristas e não

arbitraristas. Até que ponto seria possível uma integração? Ou realmente não é possível pensar a linguística a não ser separando-a desde o início a partir do polo da arbitrariedade ou da não arbitrariedade? Como poderíamos conjugar as impressões que recebemos das coisas exteriores (nos termos de Saussure) com o funcionamento bastante independente do sistema? É preciso primeiro compreender o que se entende por signo arbitrário dentro da linguística saussuriana, base da instituição da linguística como ciência e da qual decorrem todas as posições arbitraristas, para que se possa pensar prospectivamente sobre essa relação entre as duas posições. Para as abordagens arbitraristas, está posto o desafio de estudar atentamente as outras linhas e verificar as bases de suas teses, para então compará-las ao seu próprio posicionamento, e aos não arbitraristas está posta a necessidade de oferecerem uma resposta ao *próprio da língua*. Há uma característica distintiva que faz a língua ser o que é, independentemente de fenômenos exteriores. Veja-se a teoria chomskiana, que advoga o conhecimento inato e que não deixa de ser uma forma de alegar um *próprio da língua*, ainda que em termos um tanto distintos de Saussure. Uma tese para mostrar como o arbitrário está situado na teoria saussuriana pode trazer uma contribuição inicial para uma interlocução entre as duas abordagens. Bem sabemos que a linguística é hoje tão fragmentada que já falamos de linguísticas, o que mostra desinteresse ou dificuldades para o diálogo entre os diversos ramos. Partimos de determinados pontos *a priori*, sem questioná-los, como, por exemplo, o pressuposto de que a língua é arbitrária ou o inverso. Nesse sentido, é ainda Saussure que pode nos ensinar algo. Vejamos o que ele de certa forma prevê na *Primeira Conferência na Universidade de Genebra*, em 1891, como resultado para a ciência da linguagem quando cessa a informação:

Quanto mais houver, num mesmo centro acadêmico, especialidades lingüísticas dedicadas ao estudo de um certo grupo de línguas, mais o conjunto desses estudos ganhará em consistência pelo apoio mútuo, e mais se perceberá os traços generosos da disciplina, que ficam como que despedaçados e fragmentados ali onde cessa de repente a informação, o interesse e a vida, por ausência de disciplinas ou de mestres. Um lingüista certamente levado a desejar o desenvolvimento indefinido de cadeiras de lingüística (entretanto, confesso que esse desenvolvimento indefinido poderia ter, com o tempo, inconvenientes inquietantes para todo mundo) [sic]. (ELG, p. 130).

A abordagem saussuriana pode, pois, nos ensinar algo no sentido desse novo questionamento epistemológico sobre a necessidade de diálogo entre as diversas esferas dos estudos lingüísticos. A fragmentação da linguística já está bem estabelecida e a necessidade de diálogo evidenciada. Saussure foi, com certeza, linguista de amplos conhecimentos de todo o campo e mostrou-nos a necessidade constante do questionamento epistemológico. Ele

adotou a arbitrariedade como ponto cardinal para tudo que pensou e, embora o conceito tenha gerado inúmeras polêmicas, ainda é o pilar central de uma boa parte da ciência da linguagem.

Outra justificativa, desta vez de ordem social, está ligada à necessidade de discutir sobre o ensino de Saussure na Universidade, nas aulas de Linguística. São poucos os professores que trazem os novos aportes à sala de aula, para não dizer que há aqueles que já não tratam mais do tema, a não ser superficialmente. Flores (2003) escreve sobre o ensino de Saussure, alertando que em muitas aulas ele se resume a “uma apresentação estéril da obra saussuriana, muitas vezes prescindindo inclusive da leitura do CLG e optando por introduções.” (p. 45-46). O autor vê dois problemas principais para essa realidade. Por um lado, esse ensino se restringe a apresentar o CLG como pertencente à história das ideias linguísticas, afirmando que Saussure é passado e, por outro, adota-se uma atitude reducionista, apresentando as dicotomias sem tomar o conjunto teórico, considerando-as como simples processos metodológicos, quando “Saussure é muito claro em pensá-las como uma realidade dialética na qual sempre se pode pensar na (co) existência dos opostos.” (FLORES, 2003, p. 45). A razão para que haja esse embaraço no ensino de Saussure pode estar no próprio desestímulo à leitura do CLG, por uma atitude cuja causa provável é a comparação de Saussure ao estruturalismo; de ver essa linha teórica como superada. Nesse caso, comete-se o equívoco de considerar Saussure como mero estruturalista, quando isso está bem longe de ser verdadeiro e, por outro, comete-se o equívoco de não estimular a leitura de um livro fundador, cujos conceitos são os fundamentos teórico-metodológicos de todo um pensamento sobre a língua e a linguagem.

Por exemplo, para um ensino mais efetivo da teoria saussuriana, é preciso compreender o arbitrário do signo, por ser conceito-chave. Normand (1990) alerta que não é possível estudar o signo fora de suas relações com o sistema. Ou seja, não é possível adotar um processo atomista no estudo da língua e, como o arbitrário designa uma propriedade fundamental da língua, sua ordem interna se resume à natureza sócio-histórica. Assim, na visão de Normand, necessita-se de uma compreensão desse conceito. Portanto, acreditamos que os novos trabalhos sobre Saussure, incluindo esta tese, podem trazer suporte ao ensino da linguística nas aulas universitárias do curso de Letras e, por que não, em outros cursos.

Saussure é indiscutivelmente o teórico que concedeu estatuto de ciência à Linguística, a partir de uma revisão do paradigma de estudos empreendidos até então e conhecido por Linguística Histórica, definindo seu objeto de estudo, instituindo novo modelo metodológico e criando os conceitos pilares da linguística moderna. As dicotomias saussurianas marcaram profundamente o ramo dos estudos linguísticos, influenciando-os de tal modo que somente há

pouco se delineou a possibilidade de estudar língua e fala como processos inseparáveis, ainda que Saussure tenha anunciado um quarto curso sobre a Linguística da fala e apesar de ele ter chegado próximo a desfazer a dicotomia língua e fala no terceiro curso. Portanto, empreender uma volta às conceituações saussurianas pode não somente fornecer novos fundamentos à ciência da linguagem e contribuir para a formação do arcabouço teórico sendo gerado, a partir das releituras de sua obra, bem como trazer à tona novas nuances na reconstituição do plano teórico que ele propunha.

Com esta tese, também pretendemos contribuir para instaurar novas leituras de Saussure no contexto brasileiro. Alguns fazem circular ideias que deturpam os conceitos saussurianos, muitas vezes fundamentadas em análises superficiais ou em lugares-comuns pescados nos mais diversos textos. A título de exemplo, apresentamos trecho de um livro que circula amplamente em nosso país, também utilizado em Programas de Pós-Graduação em Linguística, que reprisa a visão consagrada de sistema como estrutura estática e fechada em Saussure, sem espaço para o funcionamento dinâmico e criativo da língua:

Noam Chomsky, como Saussure, insiste na homogeneidade do objeto da lingüística. Como Saussure, ele vai também buscar essa homogeneidade na noção de *estrutura*. Diferentemente de Saussure, no entanto, para quem a estrutura é um *sistema*, Chomsky vai entender a estrutura como *um conjunto de regras*. Deste modo, Chomsky dá um caráter *dinâmico* à sua noção de estrutura, **em oposição ao caráter estático, sistêmico, da estrutura saussuriana**. Em função disso, **Chomsky não precisa, como Saussure, considerar a estrutura como um sistema fechado** e pode chegar à noção de *criatividade lingüística*, retomando a *energeia* de Humboldt. (NETO, 2004, p. 55, itálicos do autor, negritos nossos).

Essa ideia de sistema estático e fechado, sem lugar para a criatividade, decorre de leituras das teses saussurianas não autorizadas pelo CLG nem mesmo pelos textos surgidos na França após a metade da década de 1950. Sobre o problema da interpretação do CLG, Koerner escreve algo que parece ser verdadeiro também para o contexto brasileiro de recepção da obra:

O reconhecimento de M. Joos, de quase mais de uma década, sobre o fato de que quase a metade dos linguistas “bloomfieldianos” dos anos quarenta e cinquenta, na América do Norte, não haviam lido o *Curso*, mas adquirido a informação sobre os conteúdos de segunda mão, parece aplicar-se a muitos outros linguistas por todo o mundo ocidental passado e presente. (KOERNER, 1982, p. 299, tradução nossa).

Vejamos também a afirmação de uma importante semioticista brasileira da PUC-SP, Lucia Santaella, sobre a arbitrariedade do signo:

Mesmo quando postulou a arbitrariedade do signo lingüístico, Saussure não estava bem certo disso, pois não tardou em relativizar a sua tese com a postulação contrária sobre os aspectos de motivação dos signos. (SANTAELLA, 2004, p. 128).

Percebe-se, novamente, a eterna problemática sempre envolvida na leitura do texto saussuriano. Quando ela afirma que Saussure não estava bem certo disso, comete um erro, porque Saussure estava absolutamente certo da arbitrariedade do signo, visto que é sob essa base que ele constrói sua teoria do valor, além de que a arbitrariedade relativa não invalida a tese da arbitrariedade absoluta, conforme será demonstrado no último capítulo desta tese.

Assim, acreditamos que muitas das ideias errôneas que circulam justificam-se por esse hábito de apenas repetir o já dito, sem fundamento em leituras globais do CLG, visto que o livro deve ser lido de modo distinto, diferindo do modo linear como outras obras podem ser lidas e em vista da própria elaboração do texto, não escrito por aquele que originou as ideias. Gadet (1996) aponta que há, na elaboração do Curso, alguns aspectos que colocam em xeque a fidelidade ao pensamento de Saussure, como o enrijecimento do raciocínio, a ordem de apresentação dos conceitos e a redução da importância de certos deles em relação às fontes. A autora aponta, por exemplo, a frase de encerramento do curso, “*a Lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma*, (CLG, p. 271, itálico no livro), de autoria dos editores, como uma dessas decisões que influenciaram determinadas leituras:

Ainda que não seja contrária ao espírito do CLG, ela acentua a exclusividade, e não é de se estranhar que, em seu nome, numerosos linguistas estruturalistas interpretaram o pensamento saussuriano como tendo excluído todo dinamismo do sistema, todo condicionamento social, toda ligação com a história. (1996, p. 24, tradução nossa).

Ainda assim, Gadet enfatiza que o trabalho dos editores foi exemplar e se é possível criticá-los é por terem tentado apresentar “um Saussure irrepreensível: eles eliminaram tudo quanto pudesse parecer confuso, contraditório, ou mesmo simplesmente tudo aquilo que diz respeito a um pensamento que ainda tenta se encontrar: do sábio inquieto, eles tentaram fazer um mestre.” (1996, p. 24, tradução nossa). Por fim, a autora aponta o modo como Saussure concebia sua própria busca para compreender seu objeto, pois ele procurava analisar a língua como um sistema fechado, comparando-a a um sistema geométrico em que todas as partes se correlacionam. A autora retoma uma frase de Saussure das fontes manuscritas que também se encontra no ELG: “Nem axiomas, nem princípios, nem teses, mas delimitações, limites entre os quais se encontra frequentemente a verdade, não importa de onde se parte. (GADET, 1996,

p. 25, tradução nossa). Portanto, a autora considera que o CLG precisa ser lido sob essa perspectiva de um pensamento que ainda “buscava seu ângulo de ataque” (1996, p. 25, tradução nossa), como também comprova o fato de Saussure mudar de ano para ano a organização de seu curso. A questão da ordem de apresentação dos conceitos não só foi problema para os editores, mas também é problema para quem lê o CLG. Por isso, ela opta pela leitura numa ordem chamada de “lógica”, indo do signo, ao sistema, ao objeto, ao mecanismo da língua e ao jogo do significante.

É nesse sentido que a leitura do CLG depara-se com a dificuldade imposta pela própria natureza da teoria. Os pontos teóricos vão se recobrando em outros capítulos e nem sempre é fácil compreender a sua inter-relação. Os conceitos saussurianos funcionam em rede e é somente através de leituras globais que se chega a uma visão integrada. Saussure partia de alguns princípios fundamentais e procurava o caminho para a teoria, como ele mostra quando faz uma reflexão sobre o livro que estava escrevendo:

[...] só se pode compreender o que é a língua com a ajuda de quatro ou cinco princípios incessantemente entrecruzados de uma maneira que parece feita de propósito para enganar os mais hábeis e os mais atentos ao próprio pensamento. É, portanto, um terreno em que cada parágrafo deve se manter como uma peça sólida introduzida no pântano, com a capacidade de reencontrar seu caminho, para trás e para frente. (ELG, p. 87).

Certamente não é uma teoria acabada nem mesmo pensada para publicação pelo próprio autor (que possuía altas exigências metodológicas e teóricas), o que confere à obra um caráter fragmentário. Quando Saussure foi convidado a substituir Wertheimer na Universidade de Genebra, não se sentiu em condições de assumir a responsabilidade, talvez pela complexidade do tema, mas aceitou o convite por dever de ofício, tamanhas eram suas exigências pessoais. Além disso, uma vez que estamos num contexto moderno, pós e até mesmo antiestruturalista, a ênfase é muitas vezes colocada sobre os erros e não sobre os acertos do texto, como bem nos lembra Mounin:

Para quem se interessa pelos avatares da transmissão do saber, um primeiro objeto de meditação se constitui em ver como, em um grande livro, muito lido, a primeira coisa que se toma em consideração são seus erros, ou seus supostos erros, e não os seus acertos; ver, sobretudo, que ele não é considerado em seu conjunto, em seu sistema coerente de pensamento, mas naqueles pontos em que se opõe a tal ou qual detalhe das crenças do momento; em resumo, mal captado e, sobretudo, de um modo fragmentário. (MOUNIN, 1971, p. 63, tradução nossa).

É, pois, nesse sentido de obra controversa, muitas vezes mal lida, outras vezes rejeitada pela equivalência à fundação do estruturalismo e por ter influenciado muitos autores que lhe retiraram alguns conceitos e elaboraram outros, que o CLG percorre seu caminho na história da recepção do pensamento de Saussure. Nem sempre as leituras são autorizadas pelo CLG ou pelos textos que hoje se conhecem, e muitas considerações acerca da arbitrariedade linguística, em nosso país, devem-se a leituras redutoras do CLG. É necessário redimir a teoria de Saussure das duras críticas que lhe foram, e ainda são feitas, em virtude dessas leituras superficiais.

Por fim, é sempre importante lembrar que a obra saussuriana pode ser lida não apenas para recolher citações "que sirvam de slogan, mas para ter a visão de uma doutrina muito coerente que, aliás, já está bastante distante de nós no tempo para não tolerar uma leitura demasiado literal e carente de preparação crítica." (MOUNIN, 1971, p. 70, tradução nossa). Afinal, pelo menos precisamos redimir a teoria saussuriana dessas leituras incompletas, verificando quanto suas investigações ainda podem trazer contribuições. E isso é válido para o contexto brasileiro, especialmente, visto que são poucos os estudiosos que se debruçam sobre os axiomas da teoria de Saussure, embora ele seja constante fonte de críticas.

Assim, apresentaremos o resultado de uma investigação intrateórica sobre a arbitrariedade do signo em Saussure, verificando quais são os aspectos controversos sobre o conceito, a partir de alguns de seus intérpretes, bem como qual sua função dentro do conjunto teórico. Como já dissemos, se empreender uma pesquisa dessa natureza é tarefa a que nos dispomos, é porque acreditamos haver novas possibilidades de interpretação, principalmente por contarmos agora com outros textos que auxiliam na compreensão do CLG.

Um dos principais pontos problemáticos sobre o princípio da arbitrariedade do signo diz respeito, principalmente, à dificuldade de integrá-lo no sistema conceitual saussuriano proposto para o estudo da língua. Se o princípio for considerado como fundamental para o sistema de funcionamento da língua, conforme Saussure mesmo declarou na aula do dia 02 de maio de 1911, num item intitulado *Primeiro princípio ou primeira verdade*, com a afirmação "O lugar hierárquico dessa verdade é o topo²" (C, CIII, p. 76a, tradução nossa), fica a questão de saber como conjugar essa visão com um sistema sempre motivado. O próprio Saussure muda a terminologia, quando se coloca no ponto de vista do sistema, preferindo o termo imotivado a arbitrário. Em outros termos, uma vez que Saussure concebe o sistema linguístico como resultado de um jogo de diferenças e relações, em que nada é definido de antemão, mas

² Tradução da frase do inglês: "The hierarchical place of this truth is right at the top."

cujos elementos se delimitam e se definem reciprocamente, como então um signo pode ser arbitrário? O que exatamente significa dizer que um signo é arbitrário?

Sabe-se que a arbitrariedade age no sistema diacrônico, provocando o afrouxamento do vínculo entre significante e significado, através do fator fonético, mas como ele age no sistema sincrônico é uma questão mais delicada, para a qual alguns autores propuseram uma solução: alegar a existência de dois arbitrários. No curso I, Saussure trata longamente das mudanças fonéticas e a arbitrariedade do signo está implicada quando Saussure afirma que não somos conscientes dessas mudanças, destacando sua natureza cega, cujos efeitos afetam indistintamente as palavras. Essa característica das mudanças fonéticas serem “incalculáveis e ilimitadas provém da qualidade arbitrária do símbolo fonético que não possui elo com o significado da palavra.” (R, CI, p. 42a, tradução nossa). Assim, está posta uma questão importante da ligação do arbitrário com a subsistência do signo no tempo. Como isso é tratado por Saussure no conjunto da teoria? Procuramos compreender o que é exatamente um signo arbitrário na teoria saussuriana, levantando aspectos implicados nessa discussão.

Outro ponto difícil na abordagem do arbitrário é saber como a noção de Saussure se distingue da concepção clássica do arbitrário que reinava muito antes dele. Há autores que afirmam que o arbitrário está numa outra dimensão, no interior do signo, e que não se refere à relação do signo com o objeto do mundo, mas também há interpretações que colocam a arbitrariedade no sentido clássico da não existência de vínculo entre realidade e signo. Assim sendo, em que o conceito de Saussure difere da concepção clássica? Em que termos Saussure trata da relação da língua com a realidade e em que a arbitrariedade está implicada? As considerações de Saussure sobre a onomatopeia colocaram outros tantos problemas e relacionam-se a essa questão, que propomos examinar neste texto.

Na análise dos textos saussurianos, algumas dificuldades são decorrentes das conceituações e da terminologia. Ao tratar de signo, no terceiro curso, por exemplo, Saussure primeiramente utiliza signo para se referir ao significante. Na aula de 02 de maio de 1911³, logo antes de tratar da arbitrariedade do signo, Saussure aborda a dificuldade de estabelecer a terminologia: “Precisamos decidir se queremos chamar o todo de signo (combinação de conceito e imagem) ou se apenas a imagem acústica pode ser chamada de signo (a metade mais material). Esta é uma questão que eu admito não consigo decidir.” (C, CIII, p. 75a, tradução nossa). Esse enunciado aparece um pouco antes de Saussure tratar da arbitrariedade, e essa questão certamente influenciou todo o pensamento, pois quando enuncia o princípio da

³ As aulas do ano de 1911 são consideradas as mais importantes sob o ponto de vista teórico. É nelas que Saussure trata da teoria do valor.

arbitrariedade, em seguida, toma-o pelo lado do significante. É mais um aspecto problemático para a interpretação: como lidar com a terminologia flutuante? É interessante observar que a tendência parece ser da arbitrariedade do significante ao significado como mostra a passagem: “O elo que conecta uma dada imagem acústica com um conceito específico, conferindo-lhe um valor de signo é um elo radicalmente arbitrário. Todos concordam.” (C, CIII, p. 76a, tradução nossa). Para a questão de que, seguidamente, Saussure oscila entre a arbitrariedade ser entre os dois elementos e apontar que ela está na relação do significante ao significado, porque isso faz toda diferença, podemos citar alguns exemplos: “Na língua, a conexão entre os elementos significante e o significado é uma conexão radicalmente arbitrária.” (C, CIII, p. 93a, tradução nossa). Nesse primeiro exemplo, ele indica a reciprocidade da relação, mas, no exemplo a seguir, enfatiza a relação partindo do significante: “Vimos que, em relação à ideia que representa, o elemento significante (signo), qualquer que ele seja, é arbitrário, aparece como livremente escolhido, [...]” (C, CIII, p. 94a, tradução nossa). Também esta passagem é comprobatória da mesma ideia: “Como o elemento significante é por natureza arbitrário, tomando a língua assim definida, [...]” (C, CIII, p. 101a, tradução nossa).

Quando se examina atentamente o ELG, percebe-se que Saussure enfatiza sem cessar a dualidade que comporta o signo linguístico, não no sentido da dualidade de suas duas faces, mas da dualidade do fenômeno vocal, do som, por oposição à parte mental. Saussure insiste na existência do significante em dois domínios, e isso não é trivial dentro de sua teoria; é a partir daí que ele critica os métodos da linguística de sua época, porque considerava o signo como um elemento comportando um lado material e outro espiritual, quando o signo é totalmente espiritual. Sua ênfase é na independência do signo de seu envelope material; ele é distinto; há arbitrariedade nessa relação. O que se percebe nessa obra é a ênfase na compreensão dessa relação de independência do signo em relação ao som que o faz veicular. Estudava-se a modificação da forma material no tempo e a modificação do sentido, como se fosse possível captar o sentido da língua nesse movimento, considerado apenas sob o lado da forma, esquecendo-se do outro lado, o da forma-sentido. Essa é uma crítica insistente no ELG.

Saussure menciona a independência de cada uma das partes do signo e isso provoca certa contradição quando ele, igualmente, também afirma que os dois elementos do signo são indissolúveis. O que significa ser indissolúvel, mas independente? Isso é bem visto por certos autores que advogam a dificuldade que há em conciliar esse aparente paradoxo. Veja-se, por exemplo, o que Saussure diz sobre uma entidade de linguagem (signo). Para Saussure, ela “supõe a combinação de duas coisas privadas de relação, uma idéia e um objeto simbólico

desprovido de qualquer ligação com essa idéia.” (ELG, p. 182, grifos no texto). Mas, por outro lado, ao se comparar essa afirmação com a famosa metáfora da folha de papel utilizada no segundo curso (R, CII, p. 13a, tradução nossa), também presente no CLG, vê-se como o signo é concebido na sua inseparabilidade. Então, a questão que se coloca é: há signo sem as duas faces, visto a independência das duas partes? Há, de fato, em Saussure um transbordamento do significado, algo bem visto por De Palo (2003) ao advogar a não simetria do signo linguístico. Saussure reconhece uma possível existência do significado para alguém da junção significante e significado no segundo curso, mas alega que isso é objeto da Psicologia ou de outro campo de estudos. Outros autores também apontam que o signo não vem por primeiro. Ele é engendrado no sistema e a abordagem de Saussure, que partia por vias diferentes para abordar o signo, também é apontada como elemento perturbador para compreensão do arbitrário e do estatuto do signo. A exemplo, Saussure mesmo mudou o método do primeiro para o segundo curso, explicando essa mudança. No primeiro curso, ele utilizou o método analítico, examinando cuidadosamente uma série de fatos linguísticos, tirando deles conclusões, quando, no segundo curso, ele opta pelo método sintético, recorrendo à semiologia, definindo primeiramente o que é um signo, porque a língua é um sistema de signos. Sobre os dois métodos, ele já havia alertado, no curso I, que, para poder utilizar o método sintético, é necessário primeiro partir do método analítico, alegando que a quase totalidade da linguística de sua época era analítica. Para ele, só depois desse percurso era possível fazer linguística sintética com o objetivo de colocar as leis gerais e suas características.

Muitos autores propõem a importância da teoria do valor em Saussure, apontando que é nesse conceito que está a grande inovação; a grande pedra de toque. Saussure justamente alega que é o arbitrário do signo que torna possível o valor na língua. O significante e o significado contraem um elo em virtude dos valores que são engendrados pela combinação de tal e tal signo acústico com tal e tal recorte na massa. Saussure diz que, se a ligação entre significado e significante fosse dada em si, seria necessário que cada um, significante e significado existissem isoladamente. “Se as ideias fossem predeterminadas na mente humana antes de serem valores linguísticos, uma coisa que necessariamente aconteceria é que os termos corresponderiam exatamente entre uma língua e outra.” (C, CIII, p. 139a, tradução nossa). Assim, é preciso compreender como se dá esse processo e como a arbitrariedade está implicada.

Assim, além desses aspectos, discutiremos como Saussure trata da arbitrariedade em relação à convenção social. Como já dissemos, os conceitos estão interconectados e

compreender cada um deles significa examinar essa interligação. Ao comparar a linguagem com as outras instituições humanas, justamente para destacar o que Whitney não viu nessa relação, o efeito do caráter da arbitrariedade, Saussure afirma que a linguagem é diferente porque não há relação entre a forma externa (som) e interna (signo). No caso da linguagem, a convenção é arbitrária, diferindo da convenção que funda as outras instituições. Para que a linguagem possa exercer seu papel, ela precisa ser livre, não ter limites em seus procedimentos, de modo que possa exercer sua função semiológica, ainda que submetida às restrições impostas pela vida social e pelo tempo. O social possui dois efeitos sobre a língua: restringi-la pelo peso da tradição e modificá-la pelo peso da contingência. A tradição restringe a força da contingência. A língua é livre em relação ao objeto exterior, utilizado como signo (o som na qualidade de significante), mas atrelado ao peso da convenção. É nesse sentido que ela é toda especial, diferindo de qualquer outro sistema semiológico ou de qualquer outra instituição, tendo em vista a arbitrariedade do signo .

O fato do signo viver através do tempo é explicativo para a língua não ser uma nomenclatura. Mais ou menos, poderíamos dizer que os signos se repartem os sentidos e, portanto, estão sempre sujeitos à mudança. Outro motivo é que o signo é duplamente afetado, tanto pelo sistema, quanto pelo processo de transmissão, impedindo que haja estabilidade e que ele esteja num constante modificar-se e readequar-se. O signo é aberto e flexível, exercendo seu papel de elemento significativo. Saussure insiste no “fenômeno sócio-histórico que provoca o turbilhão de signos” (ELG, p. 92). É duplamente na vida social e na transmissão que deve ser buscada a compreensão do funcionamento do mecanismo da língua.

É possível ver em Saussure um esboço para o sistema da categorização linguística quando ele trata do exemplo da rua que recebe vários nomes em seus trechos (ver página 63). Essas várias ruas só existem na nossa mente pelas categorizações da língua. A língua possui categorias que são exclusivas a ela; não se comparam e não derivam da realidade das coisas, e isso é possível graças à plasticidade do signo permitida pela arbitrariedade.

A língua é independente dos objetos exteriores e possui uma lógica particular que lhe permite a eterna construção de sentidos. O que não é possível ao signo é ter um significado único e imutável. Como a significação da língua depende da relação dos elementos, não é possível apreender o mecanismo de funcionamento da língua fora desse instantâneo da inter-relação, o que não significa dizer que Saussure não admitia uma possível persistência dos sentidos e das funções no tempo. Em Saussure, função, emprego e sentido tinham o mesmo significado e, se pensarmos na teoria do valor, poderíamos dizer que valor é igual à função, emprego. Porém, para compreender como um elemento pode persistir no tempo, é preciso

compreender primeiro como ele age no estado de língua. Saussure advogava uma metodologia que integrasse o estudo sincrônico com o diacrônico. Para estudar a língua diacronicamente, era necessário haver antes várias sincronias. Para ele, toda mudança da forma inclui a significação precedente, somente sendo possível dar conta dessa mudança pela abordagem da língua no seu duplo aspecto da forma e do sentido. Esse método é esboçado por Saussure no ELG, obra iniciada por ele, mas que preferiu não publicar.

São esses questionamentos que nos intrigam e que nos fazem vasculhar a teoria no sentido de compreender as diversas relações que a arbitrariedade contrai com os outros conceitos como sincronia, diacronia, realidade, etc.

Este texto está dividido em **5 capítulos**. O **primeiro** é a introdução e o **segundo** apresenta um exame dos pressupostos teóricos que se ligam ao arbitrário do signo, conforme aparecem no CLG. O **terceiro capítulo** aborda os conteúdos do ELG em relação ao conceito. O **quarto capítulo** traz algumas teses propostas por leitores de Saussure para elucidar o conceito da arbitrariedade e outras considerações de leitores que não investigaram necessariamente o conceito em si, mas que, por possuírem teses sobre a teoria saussuriana, contribuíram com observações relevantes. O **quinto e último capítulo** destina-se a um debate mais aprofundado sobre o lugar do arbitrário na teoria a partir das leituras da obra e das interpretações dos leitores, propondo um reenquadramento para o conceito.

Por fim, apenas para reforçar, cremos ser possível trazer contribuições proveitosas para o entendimento do conceito da arbitrariedade do signo na teoria saussuriana. Embora a análise sobre o tema esteja bem longe de ser uma tarefa fácil, os materiais deixados por Saussure (manuscritos) apresentam uma riqueza de reflexões que serviram para este estudo e estão servindo a tantos outros já feitos recentemente na França e também no Brasil. Partiremos, desse modo, ao próximo capítulo, cujo objetivo é recapitular os contextos em que aparece o conceito da arbitrariedade no CLG.

2 ARBITRARIEDADE DO SIGNO NO CLG

Neste capítulo mostraremos como se apresenta o conceito de arbitrariedade do signo no CLG. Para tratar da arbitrariedade, faremos um percurso inverso. Começaremos pelo final da obra. Trataremos de um aspecto problemático ligado ao conceito, um dos pontos-chave de todas as dificuldades: as intermináveis discussões sobre a língua na sua relação com a realidade exterior. Assim, após algumas palavras sobre a constituição do CLG e sobre como é concebido o arbitrário do signo, começaremos a tratar da arbitrariedade a partir dos dois capítulos finais da obra intitulados *O testemunho da língua em antropologia e em pré-história* e *Famílias de línguas e tipos lingüísticos*, respectivamente. Nossa leitura será complementada com os cadernos dos alunos, quando se fizer necessário, como em casos de discrepâncias que mereçam destaque.

2.1 Breves palavras sobre a constituição do CLG

Saussure falece em 1913 e assim não chega a dar o quarto curso sobre a linguística da fala, conforme anunciara. Seus colegas de Universidade, os professores Charles Bally e Albert Sechehaye, que não tinham assistido a nenhum dos três cursos de linguística geral ministrados por Saussure, publicaram o célebre livro *Curso de Linguística Geral (CLG)*, em 1916, com o auxílio de Albert Riedlinger, um dos alunos que apenas frequentou os dois primeiros cursos (cf. consta em DEPECKER, 2009, p. 5). Para escrever o livro, eles utilizaram os cadernos de L. Caille, L. Gautier, P. Regard e A. Riedlinger, para os dois primeiros cursos, e os cadernos de Mme. Sechehaye, G. Dégallier e F. Joseph para o terceiro curso (cf. consta em CALVET, 1977), além de contar com notas pessoais de Saussure, entre as quais algumas redigidas para os três cursos e outras provavelmente redigidas por volta de 1894, momento em que ele mais se preocupou com a linguística geral. Os editores também utilizaram os rascunhos do artigo

sobre Whitney, solicitado a Saussure pela *Associação Americana de Linguística*, mas que nunca chegou a ser enviado. Os próprios editores dizem, na introdução do livro, que esperavam encontrar muito material na escrivadinha de Saussure, mas que se surpreenderam por recuperarem apenas algumas notas. Como é relatado em vários textos, Saussure tinha o hábito de jogar fora as anotações para as aulas. Bally e Sechehaye conheciam algumas ideias de Saussure, porque estiveram presentes em outros de seus cursos na Universidade de Genebra e também tinham participado das três conferências pronunciadas por Saussure em novembro de 1891.

Engler (2004) afirma que os editores tiveram muito trabalho para produzir o CLG e que se apoiaram amplamente no terceiro curso, mas sem utilizar a ordem seguida por Saussure nem mesmo a ordem dos dois outros cursos. Segundo Godel (1969), os editores deixaram para o final o tema da diversidade das línguas que Saussure colocou no início do terceiro curso por razões teóricas. Ainda segundo o autor, os editores não queriam sacrificar nada e, portanto, inseriram textos de outras fontes manuscritas sempre que era necessário explicitar as ideias. Para ele, o aspecto original da exposição de Saussure, mesmo quando vinha de uma única fonte, foi alterado pelas intervenções, supressões e acréscimos dos editores.⁴

Segundo Gadet (1996), o terceiro curso é a fonte essencial da introdução, da primeira, segunda e quarta partes, enquanto o apêndice e a terceira parte foram fortemente baseadas no primeiro curso. O segundo curso foi usado para alguns capítulos e como suporte para os outros textos. Ela acrescenta que as notas dos estudantes foram retocadas de forma a serem integradas na redação do livro. A autora conclui:

Só algumas modificações feitas colocam em xeque a fidelidade às fontes, de modo mais ou menos grave, indo de um leve enrijecimento do pensamento a uma modificação na ordem de apresentação dos conceitos ou a uma redução da importância de uma parte em relação ao que se encontra nas fontes. (GADET, 1996, p. 21, tradução nossa).

Gadet (1996) aponta, por exemplo, que a apresentação da oposição língua/fala como um dos primeiros conceitos teóricos no CLG é paradoxal, porque fica desconexa do restante do texto. Para a autora, no terceiro curso, Saussure adotou uma ordem que mostra como o linguista precisa partir da fala para chegar à língua. Ela crê que o fato dos editores terem colocado esses conceitos no início se justifica por uma entrevista de Saussure, em que ele

⁴ Mais informações sobre as especificidades da elaboração do CLG podem ser encontradas em Godel (1969), Bouquet (2009), Engler (2004), Bouissac (2010), Depecker (2009), Calvet (1977), Mounin (1971) e Koerner (1982).

afirmou que a distinção entre língua e fala era uma das primeiras verdades de seu empreendimento. Para a autora, essa dupla conceitual é melhor compreendida se a ordem adotada por Saussure no terceiro curso for seguida: “Primeiramente uma interrogação sobre as identidades diacrônicas e sincrônicas, depois o caráter arbitrário do signo que permite, através do valor, chegar à língua como forma, e somente então a oposição língua/fala.” (GADET, 1996, p. 80, tradução nossa). Igualmente, ela aponta que, nos manuscritos, a língua se reparte entre um aspecto individual e outro coletivo e que, no CLG, o aspecto criativo somente é relegado à fala. Ela mostra como a dúvida de Saussure sobre o pertencimento do sintagma à língua ou à fala foi resolvida pelos editores que a colocaram na fala. Saussure mostra essa preocupação com a questão da limitação e da liberdade pertencer à língua, sem que se possa chegar a uma resposta pelo CLG. Por fim, uma conclusão elucidativa é a seguinte:

Talvez seja esse um dos segredos do interesse que continua a despertar o CLG: os enunciados fazem eco à distância, nem sempre compreensíveis isoladamente, mas que, ao remeterem uns aos outros, sugerem (mais do que impõem) uma concepção de língua que cabe a cada qual decidir até que ponto é produtiva. (GADET, 1996, p. 28, tradução nossa).

Essas considerações são importantes porque mostram que há uma necessidade de adotar um modo de leitura analítico, procurando compreender como se ligam os diversos conceitos, uma vez que a ordem nem sempre auxilia para esse tipo de compreensão. Acreditamos que o auxílio das fontes manuscritas é importante para elucidar aspectos menos aparentes no CLG.

Abaixo, apresentaremos alguns pontos teóricos essenciais do CLG e sua relação com o conceito de arbitrariedade do signo. Primeiramente, porém, examinaremos como a arbitrariedade é definida no livro.

2.2 O conceito da arbitrariedade do signo linguístico

A ênfase ao conceito de arbitrariedade do signo, no CLG, está no capítulo I, *Natureza do signo lingüístico*⁵, na seção *Princípios Gerais da Primeira Parte*. Antes, há a introdução,

⁵ O título dado a esse capítulo não é o mesmo que Saussure sugeriu por ocasião do curso. Na aula do dia 19 de maio de 2011, Saussure volta-se à aula do dia 02 de maio e sugere aos alunos trocar o título por *A língua como sistema de signos*, mas os editores resolveram manter o primeiro título. (DE MAURO, 1967).

composta por 7 capítulos e um apêndice, estranhamente colocado no início, com dois capítulos. A primeira aparição está na seguinte frase: “O laço que une o significante ao significado é arbitrário, ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente, *o signo linguístico é arbitrário.*” (CLG, p. 81, grifos no livro)⁶. Saussure utiliza o seguinte exemplo para a arbitrariedade:

Assim, a idéia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à seqüência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra seqüência, não importa qual; como prova, temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa *boeuf* (“boi”) tem por significante *b-ö-f* de um lado da fronteira franco-germânica, e *o-k-s* (*Ochs*) do outro. (CLG, p. 81-82, grifos no livro)⁷.

O próximo comentário sobre o arbitrário enfatiza a importância do princípio, alertando que suas consequências são inúmeras e mostrando a dificuldade de descobrir o lugar que lhe cabe. Uma frase de Saussure deixa entrever que o princípio era consensualmente aceito, visto que afirma: “O princípio da arbitrariedade do signo não é contestado por ninguém.” (CLG, p. 82). Saussure alerta que nem todas as consequências da arbitrariedade aparecem com facilidade e que somente “ao cabo de várias voltas” (CLG, p. 82) chega-se a elas.

⁶ Essa observação final (podemos dizer mais simplesmente, *o signo linguístico é arbitrário*) não aparece nos cursos. No terceiro curso, conforme o caderno de Constantin, a elaboração do conceito estava nesses termos: “O elo que conecta uma dada imagem acústica com um conceito específico, conferindo-lhe um valor de signo é um elo radicalmente arbitrário. Todos concordam.” (C, CIII, p. 76a, tradução nossa). Nesse momento, na definição de signo, Saussure pensava na relação arbitrária indo do significante ao significado. Acontece que os editores inseriram retrospectivamente os pares significante e significado introduzidos na aula de 19 de maio de 1911 às aulas do dia 02 a 12 de maio (BOUQUET, 2004). Essa modificação dos editores acabou causando problemas, porque foi ocultada do CLG a frequência com que Saussure tratava da arbitrariedade a partir do significante para o significado. Lendo-se o caderno de Constantin, isso fica evidente. Saussure oscilava entre essas duas formas de arbitrariedade, a do elo e a que toma apenas o significante. Na própria aula do dia 02 de maio, ele escreve uma frase em que signo é utilizado na acepção do conjunto “o signo linguístico baseia-se na associação feita pela mente entre duas coisas muito diferentes.” (C, CIII, p. 74a, tradução nossa). Quando ele retoma o conceito de língua, ao compará-la a um fato semiológico, em seguida, ele escreve: “ela é um conjunto de signos fixados por um acordo entre membros daquela sociedade; esses signos evocam ideias.” (C, CIII, p. 9a, tradução nossa). Vemos, igualmente, a ligação sendo referida como sendo do significante ao significado. Signo deve ser lido como significante, como comprova a última frase: “esses signos evocam ideias”. Então, antes de tudo, Saussure considera a língua um conjunto de significantes ligados a conceitos. No caderno de Riedlinger, para o curso II, lê-se, na primeira referência à arbitrariedade: “não há conexão entre o signo e a coisa designada”. (R, CI, p. 7a, tradução nossa). Novamente, a referência é de significante (signo) para conceito (coisa designada). Saussure reconhece essa dupla utilização de signo para o conjunto ou para o significante apenas: “Precisamos decidir se queremos chamar o todo de signo (combinação de conceito e imagem) ou se apenas a imagem acústica pode ser chamada de signo (a metade mais material). Essa é uma questão que eu admito não consigo decidir.” (C, CIII, p. 75a, tradução nossa). Ele levanta, aqui, a dificuldade que isso gera e mostra a necessidade de encontrar dois termos que possam ser utilizados, como que prevendo as consequências disso, realmente causadas e que também puseram dificuldades para os editores do CLG. Saussure afirma: “Tentarei evitar confusões, que poderiam ser muito sérias.” (C, CIII, p. 75a, tradução nossa). Conforme sabemos hoje, as confusões foram, de fato, muito sérias.

Nesse capítulo há uma nota dos editores importante para nossos propósitos. Como temos em vista destacar o fato de que a arbitrariedade do signo é pensada por Saussure na sua relação com o lado sonoro da língua, com base na sua materialidade transmissível, a nota de rodapé da página 80 pode ser elucidativa. Os editores escrevem o seguinte:

O termo de imagem acústica parecerá, talvez, muito estreito, pois, ao lado da representação dos sons de uma palavra, existe também a de sua articulação, a imagem muscular do ato fonatório. Para F. de Saussure, porém, a língua é essencialmente um depósito, uma coisa recebida de fora (ver p. 21). **A imagem acústica é, por excelência, a representação natural da palavra, enquanto fato de língua virtual, fora de toda realização pela fala.** O aspecto motor pode, então, ficar subentendido ou, em todo caso, não ocupar mais que um lugar subordinado em relação à imagem acústica [...]. (CLG, p. 80, negrito nosso).

Essa passagem mostra como o signo é concebido pelo lado sonoro, como fato virtual de língua, não pela materialidade, mas pela impressão causada por essa sonoridade, em forma de depósito resultante do que é recebido de fora. A passagem é escrita pelos editores para explicar o termo imagem acústica utilizado na seguinte frase: “O signo linguístico não é uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica.” (CLG, p. 80). Ou seja, o signo nesse momento é pensado essencialmente como o representante acústico da língua. Há outros dados interessantes nesse capítulo que mostram como o arbitrário é concebido por Saussure em relação ao fonético. Quando ele afirma que muitas teses foram criadas sobre as mudanças fonéticas e que nenhuma é plausível, podemos concluir que, como profundo conhecedor da linguística histórica, ele deve ter percebido que há um predomínio do acaso sobre a língua, sem explicação para o modo como as mudanças fonéticas agem sobre a língua; não há leis para as repercussões que provocam na língua, sendo imprevisíveis e causando resultados fortuitos. Esse acaso é vinculado por Saussure ao arbitrário. Há uma frase no CLG, cuja ideia é corroborada pelas fontes manuscritas, que mostra como o arbitrário absoluto do signo resulta das irregularidades causadas pelas mudanças fonéticas. Vejamos o trecho:

[...] o mecanismo linguístico se obscurece e se complica à medida que as irregularidades nascidas da mudança fonética predominem sobre as formas agrupadas em tipos gerais; por outros termos, **na medida em que o arbitrário absoluto predomine sobre o arbitrário relativo** [...]. (CLG, p. 187, grifo nosso).

Assim, o arbitrário absoluto corresponde à irregularidade decorrente da mudança sonora, pois, ao tratar da analogia, Saussure afirma que ela age para manter a regularidade, ou

seja, para impedir que a irregularidade do arbitrário perturbe por completo a organização da língua. Já notamos acima, na nota de rodapé anterior, que os editores estenderam ao conjunto do signo a arbitrariedade pensada pelo lado do significante no momento do curso em que Saussure introduz o conceito. O próprio CLG traz a prova de que signo era pensado para o significante, como vemos nesta passagem:

Utilizou-se a palavra símbolo para designar o signo linguístico ou, mais exatamente, o que chamamos de significante. Há inconvenientes em admiti-lo, justamente por causa do nosso primeiro princípio. O símbolo tem como característica não ser jamais completamente arbitrário; ele não está vazio, existe um rudimento de vínculo natural entre o significante e o significado. O símbolo da justiça, a balança, não poderia ser substituído por um objeto qualquer, um carro, por exemplo. (CLG, p. 82, grifo nosso).

Observa-se, nessa passagem do CLG, como Saussure se refere ao signo pelo lado do significante e como a arbitrariedade deve ser entendida, como a relação da impressão recebida pelo plano sonoro em relação ao conceito. Em seguida a essa passagem, temos o seguinte: “o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não possui nenhum laço natural na realidade.” (CLG, p. 83). Quando tratarmos do conceito de valor, de identidade, de unidade, de sistema e de sincronia, voltaremos a esse modo de pensar a arbitrariedade. Ainda que Saussure tenha pensado a arbitrariedade sob o ponto de vista do significante, ele acaba tratando também da arbitrariedade entre signo linguístico e realidade.

Um aspecto que sempre esteve na dificuldade de compreensão do princípio da arbitrariedade é o modo como ele se relaciona com o debate clássico. No CLG, assim como nos manuscritos, Saussure seguidamente raciocina sobre a arbitrariedade com base na afirmação de que o signo linguístico não é natural, trazendo argumentos baseados no raciocínio desenvolvido pelos arbitraristas da filosofia clássica para quem o signo é arbitrário, porque não há relação entre o signo e a coisa no mundo. No capítulo *Natureza do signo linguístico*, por exemplo, ele parte do raciocínio do nomenclaturista, opondo-se a ele, mas mostrando que ele pode fazer compreender melhor a natureza do signo. Em outros momentos, essa relação da língua com a realidade é discutida, principalmente quando Saussure trata da natureza convencional do signo. O CLG apresenta especialmente dois capítulos em que Saussure debate amplamente essa questão cuja análise segue abaixo.

2.3 A arbitrariedade e a relação entre língua e realidade

No primeiro dos capítulos que se vinculam com a discussão do arbitrário, *O testemunho da língua em antropologia e em pré-história*, Saussure examina o tipo de contribuição que o estudo da língua poderia fornecer a outras ciências. Ele cita a Antropologia, a Etnografia e a Pré-História, no sentido de elas poderem fornecer dados sobre raça, costumes, instituições, etc. Saussure responde que há “grande parte de ilusão” (CLG, p. 260) nessa crença da língua poder fornecer dados seguros. Para ele, dificilmente há relação contígua entre língua e raça, por exemplo, sendo que comunidade de língua e consanguinidade não se relacionam e, portanto, não poderia haver estudo desses aspectos pela língua. Para ele, também não pode haver relação simétrica entre língua e outros fatos exteriores.

Nesse capítulo, ele utiliza o termo *etnismo* para referir-se a “uma unidade que repousa em relações múltiplas de religião, de civilização, de defesa comum, etc., as quais se podem estabelecer mesmo entre povos de raças diferentes e na ausência de todo vínculo político.” (CLG, p. 261). Saussure discorda de que a comunidade unida por um vínculo social seja de suma importância para criar a comunidade linguística, alegando que acontece o inverso, sendo a língua o fator “que constitui, em certa medida, a unidade étnica.” (CLG, p. 261). Seria, antes, a língua que forneceria dados históricos dos povos e não o estudo desses povos e seus hábitos e costumes que forneceria esclarecimentos acerca da língua, mas, ainda assim, ele não acredita que a língua possa ser o caminho para reconstruir informações históricas dos povos. Conforme Saussure, Adolph Pictet⁸ fundou a Paleontologia Linguística através da reconstituição de informações da civilização dos ‘árias’ via testemunhos fornecidos pela língua. Ele aponta as causas para mostrar que a língua não poderia fornecer esses dados em todas as medidas: 1) a etimologia seguidamente não consegue estabelecer a origem de uma palavra; 2) a falta de uma palavra para uma atividade ou coisa assim não é prova da

⁸ Adolph Pictet era vizinho e amigo da família de Saussure. Na época, era o linguista mais famoso da Suíça e havia escrito dois volumes da obra *Origines indo-européennes* (1859-63), tratando das origens indoeuropeias de várias línguas antigas e da época. Pictet acreditava na possibilidade da reconstrução paleontológica do povo indo-europeu pelo estudo da língua. Saussure conheceu Pictet quando ele já tinha por volta de 70 anos, período em que lhe submeteu um ensaio sobre a possibilidade de traçar as raízes do grego, latim e alemão a um único padrão, intitulado *Essai pour réduire les mots du grec, du latin et de l'allemand à un petit nombre de racines*. Pictet respondeu à carta que acompanhava o ensaio, dizendo que Saussure deveria seguir a carreira dos estudos linguísticos e aconselhando-o a iniciar imediatamente o estudo do sânscrito, ainda que não tenha endossado a teoria do ensaio. O texto foi encontrado juntamente aos documentos que a Universidade de Harvard comprou dos filhos de Saussure em 1969 e publicado em 1978 nos cadernos Ferdinand de Saussure. (cf. consta em BOUISSAC, 2010 e DAVIES, 2004).

inexistência de tal atividade na comunidade e 3) os empréstimos linguísticos enganam quanto a saber se há uma tradição comum. Saussure cita uma série de palavras com suas derivações morfológicas na reconstrução histórica, que possuem, muito provavelmente, alto grau de dar indicações de um povo, mas alerta que isso é mais raro do que comum. Ele acrescenta que a língua também não pode fornecer dados sobre a mentalidade do grupo social, porque os procedimentos atestados pela língua nascem geralmente do puro acaso (arbitrariedade do signo) e não são mais que acidentes causados pela mudança fonética. Citaremos o exemplo característico que se repete também nas fontes manuscritas e que ilustra um desses acidentes:

Outro exemplo: o indo-europeu primitivo não conhecia compostos com o primeiro elemento verbal. Se o alemão os tem (cf. *Bethaus, Springbrunnen*, etc.), dever-se-á crer que num dado momento os germanos modificaram um modo de pensamento herdado de seus antepassados? Vimos que essa inovação se deve a um acaso não somente material como também negativo; a supressão de um *a* em *betahūs* (ver p. 164). Tudo se passa fora do espírito, na esfera das mutações de sons, que cedo impõem um jugo absoluto ao pensamento e o forçam a entrar no caminho especial que lhe é aberto pelo estado material dos signos. (CLG, p. 266-267).

As conclusões de Saussure apontam para o fato de que nada pode ser afirmado a partir da língua sobre os costumes, pensamento, raça e outros dados dos povos, pela não simetria da língua com os fatos, em vista de que a arbitrariedade da língua está na relação do significante com o significado e não entre signo e realidade. Isso está dito quando ele afirma serem os acidentes fonéticos os responsáveis por tal estado de coisas, conforme se depreende de toda argumentação teórica saussuriana nas suas mais diversas obras e como também é ilustrado na passagem acima. Mais adiante, faremos outras considerações sobre esse aspecto na teoria saussuriana: o fato de que a arbitrariedade é muito seguidamente referida por Saussure como a arbitrariedade que vai do significante ao significado, ou seja, uma arbitrariedade de via única.

No último capítulo do CLG, *Famílias de línguas e tipos lingüísticos*, há um reforço e uma insistência nesse aspecto. Ele enfatiza que também não é possível supor características comuns compartilhadas entre línguas aparentadas com base num tipo linguístico, visto que nada se mantém integralmente nas famílias a partir de um protótipo. Isso seria supor circunstâncias imutáveis que o tempo e o espaço não afetariam. Também o contrário, supor que as características comuns das línguas aparentadas seriam características do protótipo é um engano, pois nada é imutável sob as ações que transformam a língua: as mudanças fonéticas. Saussure acredita que, quando os traços se mantêm, isso é efeito do acaso das mudanças

fonéticas, da mesma forma que esse acaso é responsável pela mutação. “Trata-se de modificações puramente fonéticas, devidas a uma evolução cega; as alternâncias que daí resultam, porém, o espírito se assenhorou delas, atribuindo-lhes valores gramaticais e propagando, pela analogia, modelos fornecidos pelo acaso da evolução fonética.” (CLG, p. 271). Ele cita uma série de exemplos para sustentar a tese do acaso, tanto da permanência, quanto da transformação das características linguísticas, num claro contraponto aos estudos históricos que acreditavam poder recuperar o passado das línguas, sua origem comum, com base num protótipo ou poder inferir o protótipo com base nas características comuns às línguas de uma mesma família.

Esses dois capítulos talvez sejam negligenciados pelos leitores do CLG, provavelmente pela preferência de leitura dos capítulos mais diretamente ligados ao signo, ao sistema da língua, etc., mas eles mostram um aspecto importante sobre como Saussure concebia a relação da língua com a realidade: as mudanças linguísticas estão atreladas à mudança sonora, que ocorre por acaso e, portanto, a língua possui mecanismos próprios de constituição de sua realidade, não dependente dos fatos exteriores. Não há simetria entre o que acontece na língua com o que temos na realidade do mundo, em vista das modificações fonéticas que, apesar de serem fortuitas, afetam o sistema linguístico. Toda argumentação volta-se a mostrar que a língua é constituída de uma materialidade que é veiculada e se transforma, afetando o sistema apesar dos acontecimentos exteriores. Assim como já colocamos acima, a ordem do CLG interferiu no modo de compreensão do texto saussuriano. As três últimas partes do CLG tratam justamente da linguística diacrônica, da linguística geográfica e de questões de linguística retrospectiva a que Saussure conferia grande importância, mas postas no final do CLG pelos editores. Saussure havia colocado esses pontos teóricos no início do terceiro curso. Quanto à arbitrariedade, essa também pode ser uma das razões para que sua relação com as mudanças fonéticas tenha sido pouco abordada pela crítica saussuriana. É nosso ponto de vista que essa questão incomodava Saussure sobretudo, tendo em vista a sua grande preocupação com a língua e suas mudanças, ou com o signo e suas mudanças, como mostra também a pesquisa dos *Nibelungen*.

A seguir, apresentaremos uma resenha dos desenvolvimentos no CLG que implicam a noção de arbitrariedade do signo linguístico, para além dos capítulos analisados acima.

2.4 Arbitrariedade e convenção

No capítulo *Natureza do signo lingüístico*, quando é enunciado e explicado o princípio do arbitrário do signo, Saussure menciona modos de expressão baseados em signos naturais por oposição a modos de expressão baseados em signos arbitrários e afirma que a semiologia deverá decidir se os primeiros entram em seu domínio. Enfatiza, porém, que o principal foco da semiologia será os sistemas de signos arbitrários, colocando a língua como o principal deles, visto que os signos arbitrários realizam melhor o procedimento semiológico.

Após essas considerações, nesse mesmo capítulo, ao explicar porque não é adequado utilizar a palavra símbolo para designar o signo lingüístico, percebe-se novamente que a arbitrariedade é pensada do ponto de vista do significante pela seguinte afirmação: “Utilizou-se a palavra símbolo para designar **o signo lingüístico** ou, mais exatamente, **o que chamamos de significante**. Há inconvenientes em admiti-lo, justamente por causa do nosso primeiro princípio.” (CLG, p. 82, grifo nosso). Nesse momento, signo é pensado como o significante por Saussure, e a arbitrariedade está implicada em vista de que o significante é diferente do símbolo, no qual sempre há um vínculo com o significado.

Conforme o CLG, todo sistema sónico é baseado na convenção, entendida como hábito coletivo e não como decisão de um conjunto de pessoas ou de uma única pessoa. É uma convenção baseada em fundamento irracional e não na decisão coletiva de conjunto. Ou seja, internamente, o signo não possui um sentido e sua existência se baseia unicamente na convenção coletiva, por ser arbitrário. Saussure alerta, nesse capítulo, que arbitrário não significa que o falante possa escolher o significado. “O signo escapa sempre, em certa medida, à vontade individual ou social, estando nisso o seu caráter essencial; é, porém, o que menos aparece à primeira vista.” (CLG, p. 25). Saussure, em seguida a esse excerto, afirma que todos os seus desenvolvimentos se devem ao fato de colocar a língua dentro da semiologia e, como bem sabemos, o arbitrário está diretamente vinculado ao semiológico, porque, conforme mencionado acima, é pelo fato da língua ser arbitrária que ela realiza melhor que qualquer outro sistema o procedimetno semiológico. Dizer que o signo é arbitrário é, pois, afirmar que “o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade.” (CLG, p. 83).

Novamente, na página 18 do CLG, o arbitrário está relacionado com o significante. Ao trazer uma tese de Whitney, para quem o aparelho fonador humano teria sido eleito o meio

para a comunicação humana por mero acaso, podendo bem ter sido qualquer outro, Saussure afirma que Whitney tinha razão ao afirmar que o signo linguístico é convencional, mostrando que, de fato, sua natureza é indiferente. Saussure julgou extrema a tese sobre o aparelho vocal, mas insiste na indiferença da matéria na constituição do signo. No caso da língua, a matéria sonora de que o sistema necessita para existir, ainda que necessária, está submissa à arbitrariedade em virtude da convenção social. Para Saussure, Whitney também não percebeu que a arbitrariedade do signo separa radicalmente a língua de outras instituições.

O papel atribuído por Saussure à coletividade é o de criar um instrumento para o exercício da faculdade da linguagem, ou seja, o de criar a língua, colocada em primeiro lugar por ele, justamente em virtude dessa imprescindível necessidade da coletividade. Para ele, os mecanismos através dos quais a língua é produzida são indiferentes, pois antes vem essa necessidade básica de haver um instrumento propiciado pela coletividade. Saussure exemplifica a importância da coletividade ao afirmar que nos estudos de afasias e agrafias, em que a área de *Broca* é atingida, perde-se menos a capacidade de proferir ou de grafar os signos do que de evocá-los. O mais importante é ter primeiramente uma língua, ainda que os órgãos adequados sejam necessários, mas sabendo que sem ela a comunicação não é possível. “Tudo isso nos leva a crer que, acima desses diversos órgãos, existe uma faculdade mais geral, a que comanda os signos e que seria a faculdade linguística por excelência.” (CLG, p. 18). Novamente, tudo isso se vincula à arbitrariedade por não haver uma relação de necessidade entre o que é natural (os órgãos e também o som) e aquilo que é coletivamente construído (a língua).

2.5 Arbitrariedade e motivação fônica

Na discussão do arbitrário do signo, frequentemente há dificuldades em compreender como a motivação fônica se relaciona com o princípio. Saussure admitiu haver motivação fônica?

No CLG, Saussure levanta dois pontos que poderiam ser uma ameaça à sua tese: as onomatopeias e as exclamações⁹. Ao referir-se às onomatopeias, afirma que elas não podem

⁹ Ao lermos os cadernos dos alunos, percebe-se que Saussure não se preocupava muito com a objeção que pudesse vir das onomatopeias e das exclamações, diferentemente do CLG que parece querer enfatizar a não possibilidade da origem onomatopaica das palavras. No curso I, pelo caderno de Riedlinger, Saussure afirma que as onomatopeias e as iniciativas individuais não têm importância para o sistema. Nos demais cursos, percebe-se a mesma posição.

ser consideradas como evidências contra a tese da arbitrariedade do signo por serem pouco numerosas e jamais serem elementos orgânicos de um sistema. Uma vez que, para ele, esses elementos orgânicos são aqueles que entram em relação com os demais, estabelecendo relações gramaticais, as onomatopeias fogem dessa possibilidade. Os exemplos do CLG são as palavras *fouet* e *glas*¹⁰ do francês, originárias do latim *fagus* (faia) e *classicum*, que não são de origem onomatopaica, embora possam sugerir essa origem. Para Saussure, as onomatopeias também não deixam de depender da convenção coletiva, uma vez que variam de língua para língua e não passam de imitação aproximativa. Em seguida, sobre as onomatopeias autênticas (*glu-glu*, *tic-tac*), ele afirma já serem convencionais e imitações aproximativas, podendo assumir as características do signo linguístico, engrenando-se no sistema. As exclamações também não são ameaça à tese da arbitrariedade porque nunca são iguais em idiomas diferentes (já convencionais, portanto) e também porque muitas nascem como palavras de sentido delimitado (*mordieu* originário de *morte Dieu*).

Assim, a motivação fônica vinda do exterior é sem relevância para a teoria do signo, embora Saussure também tenha tratado de outro tipo de motivação sonora, a intrassistêmica. Ao tratar das relações sintagmáticas e associativas e ao tratar dos diferentes modos por que essas relações podem se dar no sistema, Saussure trata da motivação dos signos pelos outros signos nas suas relações. Ele admite que a associação mental pode ser feita por semelhança de radical (*enseignement*, *enseigner*, *enseignons*), por semelhança de sufixo (*enseignement*, *armement*, *changement*), por analogia dos significados (*enseignement*, *apprentissage*, *éducation*) e por motivação fônica, “na simples comunidade das imagens acústicas (por exemplo *enseignement* e *justement*, ou *ensinamento* e *lento*)”. (CLG, p. 145, grifos no texto). Ainda que os editores tenham introduzido uma nota de rodapé afirmando que esse caso pode ser anormal em virtude de que o espírito não faz associações que podem causar problemas no discurso, e ainda que eles tenham se mostrado inseguros sobre esse tipo de associação, podemos dizer que o próprio CLG fornece outras passagens em que isso é admitido, como, por exemplo, no capítulo VI, *Mecanismo da língua*, quando se admitem associações sintagmáticas e associativas que ocorrem pelos sons da língua, pois “um fonema desempenha por si só um papel no sistema de um estado de língua.” (CLG, p. 151).

¹⁰ Esses exemplos não foram dados por Saussure. Jonathan Culler mostrou que são criações dos editores. O exemplo de Saussure foi a palavra *plui*. (CULLER, 2003).

2.6 Arbitrariedade e mudança linguística

O capítulo intitulado *Imutabilidade e Mutabilidade do signo lingüístico* também traz muitas referências ao arbitrário do signo. Primeiramente, Saussure trata da não possibilidade de mudança do signo linguístico, dizendo que é justamente o nosso sentimento do arbitrário que nos leva a pensar que, em dado momento, nomes possam ter sido dados às coisas. Ele afirma que a língua é sempre um produto herdado de gerações anteriores, uma herança e, portanto, a questão da origem da linguagem não tem importância, pois a Linguística deve se preocupar com a vida da língua. Assim, o arbitrário é relacionado ao funcionamento da língua; é ele que faz a língua ser o que é, em vista dos fatores históricos responsáveis por determinado estado. São esses fatores que explicam porque o signo é imutável, uma vez que as gerações recebem a língua tal qual é e não sentem a necessidade de questioná-la. E mesmo que quisessem questioná-la, não poderiam, porque o princípio da arbitrariedade prevalece, não havendo base racional para a discussão. Além disso, afirma Saussure, a língua é um sistema complexo, composto por um grande número de signos e mudá-la seria uma tarefa destinada a especialistas.

Outro aspecto para justificar a não possibilidade da mudança é o fato de a língua ser sempre de toda a gente, diferentemente de outras instituições ou até de sistemas semiológicos como os sinais marítimos. “A língua forma um todo com a vida da massa social e esta, sendo naturalmente inerte, aparece antes de tudo como um fator de conservação.” (CLG, p. 88). Saussure acrescenta ser necessário ocorrer a ação do tempo juntamente com a da massa social para manter a língua. O tempo é responsável pela fixidez da língua. Outro argumento para a impossibilidade da mudança é a dificuldade de aprendizagem de uma língua materna, que impede uma mudança geral e repentina. Para as instituições, sempre há um equilíbrio entre aquilo que é imposto pela tradição e a ação de mudança possível. Assim, Saussure mostra como o arbitrário do signo não só é responsável pela imutabilidade, mas também pelas mudanças linguísticas. “Justamente porque o signo é arbitrário, não conhece outra lei senão a da tradição, e é por basear-se na tradição que pode ser arbitrário.” (CLG, p. 88).

Quanto à mutabilidade, o arbitrário do signo é responsável pela mudança do signo. “Uma língua é radicalmente incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre o significado e o significante. É uma das conseqüências da arbitrariedade do signo.” (CLG, p. 90). Como não há, na língua, nenhuma limitação para as possibilidades do signo, pois nada nos impede de associar qualquer som a qualquer

significado, existe total liberdade nessa relação. Saussure enfatiza que os dois elementos do signo possuem vida própria, sujeitos a serem afetados isoladamente por diversos fatores. A vida semiológica possui leis que fogem à vontade dos indivíduos, provocando a inevitável transformação. Saussure mostra como é fácil reconhecer as causas da imutabilidade, mas não as da mutabilidade, porque são de ordem variada. Ele renuncia tratar com mais precisão dessa questão pela razão alegada. No capítulo final, faremos mais considerações sobre o que leva Saussure a não considerar essas causas.

Analisar qual é exatamente o papel do princípio da arbitrariedade do signo na constituição da língua implica analisar como está construída a teoria e como se relacionam todos os conceitos nela implicados, principalmente os relativos à sincronia. A seguir, examinaremos como alguns outros conceitos se ligam ao arbitrário.

2.7 Valor, sistema, sincronia e arbitrariedade

O conceito de arbitrariedade está ligado diretamente ao estudo sincrônico postulado por Saussure e ele apresenta essa justificativa no capítulo III da primeira parte do CLG intitulado *A lingüística estática e a lingüística evolutiva*. (CLG, p. 94). Nesse capítulo, Saussure introduz o conceito de valor, ligado igualmente ao arbitrário. Para ele, a língua é um sistema de valores puros que emanam do sistema momentâneo e isso decorre do fato de ela se basear na arbitrariedade do signo. Saussure estabelece uma analogia com um campo que vale pela sua produção, mas possuindo sempre uma base natural nas coisas, impedindo que a variabilidade dos valores seja completamente arbitrária, diferentemente do que ocorre na língua. Saussure escreve em seguida:

Enquanto, por um de seus lados, um valor tenha raiz nas coisas e em suas relações naturais (como é o caso na ciência econômica – por exemplo, um campo vale na proporção do que produz), pode-se, até certo ponto, seguir esse valor no tempo, lembrando sempre que, a cada momento, ele depende de um sistema de valores contemporâneos. Sua ligação com as coisas lhe dá, apesar de tudo, uma base natural e, por isso, as apreciações que se lhe apliquem não são jamais completamente arbitrárias; sua variabilidade é limitada. Mas já vimos que, em Lingüística, os dados naturais não têm nenhum lugar. (CLG, p. 95-96).

Note-se, aqui, que Saussure novamente enfatiza a não-relação da língua com os fatos naturais. A ciência econômica possui certa relação com o natural e, por essa razão, seus

fenômenos nunca são arbitrários, sendo também limitada sua possibilidade de variação, muito diferentemente da língua, em que a variação não é limitada por nada que lhe seja externo. Portanto, o caráter arbitrário do signo é responsável pela plasticidade no sistema que produz a variação.

Esse capítulo é longo, pois Saussure dedica-se a examinar a necessidade do estudo sincrônico da língua, distinguindo-o do estudo diacrônico. Aqui, apenas notaremos que Saussure advoga a necessidade de separar os fatos das duas ordens, não para instaurar a linguística sincrônica como a linguística a ser adotada, mas sim para mostrar que o estudo histórico só pode ser feito a partir da projeção de mais de uma sincronia no tempo.¹¹ Para estudar a língua, diz Saussure, é necessário estudá-la sucessivamente segundo os dois eixos. Ou seja, para apreender o complexo mecanismo do sistema, o estudo histórico da língua é necessário e deve ser encadeado com o estudo sincrônico. Porém, Saussure enfatiza não ser possível estudar os dois eixos simultaneamente, em virtude dessa complexidade, da grande quantidade de signos e da impossibilidade de captar os fenômenos da variação linguística de um estado a outro, sem uma análise anterior de cada estado. É necessário opor constantemente as duas ordens para compreender o máximo possível de fenômenos. Isso é ilustrado nesta passagem:

Após ter concedido um lugar bastante grande à História, a Linguística voltará ao ponto de vista estático da gramática tradicional, mas com um espírito novo e com outros processos, e o método histórico terá contribuído para esse rejuvenescimento; por via indireta, será o método histórico que fará compreender melhor os estados de língua. A gramática antiga via somente o fato sincrônico; a Linguística nos revelou uma nova ordem dos fenômenos; isto, porém, não basta: é necessário fazer sentir a oposição das duas ordens e daí tirar todas as conseqüências que comporta. (CLG, p. 98).

Nesse capítulo do CLG, Saussure enfatiza a importância do estudo sincrônico, atrelando-o ao sujeito falante, uma vez que não é possível apreender a língua fora da consciência dos sujeitos falantes. Para apreender o funcionamento da língua e os sentidos por ela veiculados, é preciso captar seu movimento a partir de um ponto fixo. Saussure, que gostava de utilizar metáforas e analogias para explicitar seus conceitos, afirma que um observador não poderia saber como se compõe o panorama dos Alpes capturando imagens de vários picos do Jura. É necessário fixar-se num único ponto para poder desenhar esse

¹¹ Essa é uma das facetas que de fato ficou um pouco marginalizada no CLG, visto que vários autores apontam, na obra, a ênfase à sincronia (DEPECKER, 2009; ENGLER, 1962; BOUQUET, 2004). Ainda assim, uma leitura muito atenta do todo mostra que o CLG traz esse aspecto considerado fundamental por Saussure para o estudo da linguagem, a língua estudada pelo duplo viés sincrônico e diacrônico, como se percebe pela citação acima.

panorama, porque só nele é possível captar todas as associações possíveis. E esse ponto, para o estudo da língua, é o sujeito falante.

Nos capítulos seguintes, já integrantes da segunda parte do CLG, Saussure atém-se a examinar o papel da linguística sincrônica, tratando da delimitação das unidades da língua, só reconhecíveis quando há identidade. Ele trata das realidades sincrônicas e dos valores para, depois, dedicar um capítulo específico ao valor, o capítulo IV, intitulado *O valor linguístico*. O subtítulo desse capítulo é interessante e merece atenção: *A língua como pensamento organizado na matéria fônica*. Para o estudo da língua, o foco de atenção no CLG é a matéria fônica.

A primeira menção ao arbitrário é para mostrar que, se o signo linguístico não fosse arbitrário, a língua não poderia ser um sistema de valores. O termo valor é utilizado por Saussure por implicar sempre a ideia de relação com outros valores, pois é dessa relação que ele decorre. Mais adiante, no mesmo capítulo, Saussure mostra como a noção de arbitrário está implicada na noção de diferença. Os elementos da língua, por serem arbitrários, se baseiam na pura diferença com os outros termos.

Já que não existe imagem vocal que responda melhor que outra àquilo que está incumbida de transmitir, é evidente, mesmo *a priori*, que jamais um fragmento de língua poderá basear-se, em última análise, noutra coisa que não seja sua não-coincidência com o resto. *Arbitrário e diferencial* são duas qualidades correlativas. (CLG, p. 137, grifos no livro).

Na teoria saussuriana os termos valor, sistema, sincrônico, identidade, unidade, realidade e arbitrário estão indissolivelmente ligados. No capítulo V, *Linguística sincrônica*, no CLG, afirma-se que a linguística sincrônica se ocupa de valores e relações coexistentes. No capítulo seguinte, *As entidades concretas da língua*, coloca-se, para a linguística sincrônica, a tarefa de cuidar das entidades concretas, ou seja, dos signos e de suas relações entre si. É importante perceber como é elaborado o raciocínio sobre as entidades da língua e como essa reflexão se liga ao arbitrário do signo.

Primeiramente, para que uma entidade seja linguística, ela precisa considerar significante e significado juntos, visto que cada um desses termos, se tomados isoladamente, não é mais entidade linguística, assim como o oxigênio e o hidrogênio, se tomados separadamente, não refletem mais as propriedades da água. Essa metáfora, da página 120 do CLG, também aparece nos manuscritos da *Essência dupla*.

Porém, há dificuldades para delimitar a entidade, visto que ela precisa ser recortada da cadeia fônica. Para Saussure, ela só é reconhecida através de uma operação de atribuição de significado pelo espírito. Quando ouvimos uma língua que não conhecemos, é impossível identificar as unidades, porque não sabemos que significado atribuir às partes. É nesse sentido que o fônico não entra na constituição do signo, porque ele não é suficiente para a determinação das unidades linguísticas.

Em resumo, a língua não se apresenta como um conjunto de signos delimitados de antemão, dos quais bastasse estudar as significações e a disposição; é uma massa indistinta na qual só a atenção e o hábito nos podem fazer encontrar os elementos particulares. A unidade não tem nenhum caráter fônico especial e a única definição que dela se pode dar é a seguinte: *uma porção de sonoridade que, com exclusão do que precede e do que segue na cadeia falada, é significante de um certo conceito.* (CLG, p. 120, grifos no livro).

Para delimitar a unidade linguística, é necessário comparar uma série de frases em que ela se encontra. Se o sentido autorizar uma separação no contexto, através do reconhecimento de identidade, teremos a unidade linguística. Vejamos o exemplo fornecido:

Sejam os dois membros da frase: *lafʒrsdiivã* (“*la force du vent*”) e *abudfʒrs* (“*a bout de force*”); num e noutro, o mesmo conceito coincide com a mesma porção fônica *fʒrs*; trata-se, pois, de uma unidade linguística. Mas em *ilməfʒrsaparle* (“*Il me force a parler*”), *fʒrs* tem um sentido completamente diferente; constitui, portanto, outra unidade. (CLG, p. 121, grifos no livro).

Outras considerações giram em torno da não equivalência da unidade com a palavra. Saussure exemplifica com a palavra *cheval* e *chevaux*, afirmando que são duas coisas muito diferentes, tanto pelo sentido quanto pela sonoridade, enquanto *mois* (*mwa*) na frase *le mois de decembre* é distinto de *mois* (*mwaz*) em *un mois après*, sendo, porém, uma unidade. O CLG conclui o seguinte:

Assim, quando queremos equiparar as unidades concretas a palavras, vemo-nos diante de um dilema: ou bem ignorar a relação, sem dúvida evidente, que une *cheval* a *chevaux*, *mwa* a *mwaz* etc., e dizer que são palavras diferentes; ou bem, em vez de unidades concretas, contentar-se com a abstração que reúne as diversas formas da mesma palavra. (CLG, p. 122, grifos no livro).

A unidade deve, então, ser procurada fora da palavra, visto que há unidades maiores que a palavra, unidades complexas de toda ordem, como compostos, locuções, as formas de

flexão, frases completas, etc. Saussure reconhece a importância das unidades, porque seu jogo de oposições constitui a língua, utilizando o jogo de xadrez como ilustração:

Mas, assim como o jogo de xadrez está todo inteiro na combinação das diferentes peças, assim também a língua tem o caráter de um sistema baseado completamente na oposição de suas unidades concretas. Não podemos dispensar-nos de conhecê-las, nem dar um passo sem recorrer a elas; e, no entanto, sua delimitação é um problema tão delicado que nos perguntamos se elas, as unidades, existem de fato. (CLG, p. 124).

Ainda que o CLG não deixe isso tão claro, a unidade depende do reconhecimento de identidade. Esse reconhecimento não depende unicamente da associação de um significante a um significado, ou seja, da atribuição de significado a um significante, porque há casos em que há identidade sem essa relação. O exemplo trazido é o de *Senhores* que, se pronunciado numa conferência diversas vezes, pode variar enormemente na sua realização fônica, podendo haver unidade mesmo assim, ainda que nunca absoluta, porque, do ponto de vista semântico, pode haver variação. Há palavras cuja identidade permanece a mesma, ainda que expressem sentidos diferentes (*adotar uma moeda e adotar uma criança e a flor da macieira e a flor da nobreza* são exemplos fornecidos pelo CLG). É importante destacar a alegação de Saussure de que a noção de realidade, entidade ou identidade equivale ao termo valor, que, por sua vez, se liga à arbitrariedade.

Bem, mas como está implicada a arbitrariedade nessa relação de identificação das unidades? Nesse capítulo, Saussure utiliza dois exemplos para mostrar como a materialidade da língua não entra no signo. Embora o CLG não enuncie isso, pode-se dizer que a arbitrariedade está implicada pela possibilidade de que a realização da identidade não depende da materialidade, mas sim da situação do signo em relação aos outros dentro do sistema. Saussure utiliza o exemplo do expresso Paris-Genebra que parte às 8h45min da noite em dois dias diferentes. Ele é o mesmo, apesar de tudo poder ser diferente materialmente, desde o vagão às pessoas que nele trabalham. É sua relação com os outros trens que partem em outros horários que define sua posição no sistema. O mesmo ocorre com o exemplo da rua reconstruída utilizado no CLG. A rua pode ser totalmente destruída e depois reconstruída, mas ainda assim é a mesma rua, apesar da materialidade poder ser totalmente diferente. “Por que se pode reconstruir uma rua de cima a baixo sem que ela deixe de ser a mesma rua? Porque a entidade que constitui não é puramente material. Funda-se em certas condições a que é estranha a sua matéria ocasional, por exemplo, suas condições relativamente às outras; [...]” (CLG, p. 126). Conforme Saussure, há uma série de condições que precisam ser preenchidas

para que seja definida uma entidade. O jogo de xadrez é novamente utilizado para ilustrar o que é identidade, ou seja, valor:

[...] Por fim, todas as noções versadas neste parágrafo não diferem essencialmente daquilo que chamamos de *valores*. Uma nova comparação com o jogo de xadrez no-lo fará compreender (ver p. 104 s.). Tomemos um cavalo; será por si só um elemento do jogo? Certamente que não, pois, na sua materialidade pura, fora de sua casa e das outras condições do jogo, não representa nada para o jogador e não se torna elemento real e concreto senão quando revestido de seu valor e fazendo corpo com ele. Suponhamos que, no decorrer de uma partida, essa peça venha a ser destruída ou extraviada: pode-se substituí-la por outra equivalente? Decerto: não somente um cavalo, mas uma figura desprovida de qualquer aparência com ele será declarada idêntica, contanto que se lhe atribua o mesmo valor. Vê-se, pois, que nos sistemas semiológicos, como a língua, nos quais os elementos se mantêm reciprocamente em equilíbrio de acordo com regras determinadas, a noção de identidade se confunde com a de valor, e reciprocamente. (CLG, p. 128, grifos no livro).

Ainda sobre a delimitação das unidades, o CLG traz, após o capítulo do valor, das relações sintagmáticas e associativas, do mecanismo da língua e das divisões da gramática, o capítulo *Papel das entidades abstratas em Gramática*, em que Saussure afirma haver entidades abstratas, sem suporte direto na materialidade sonora, como no caso da elipse. Ainda assim, esse suporte existe de forma indireta. Saussure combate a ideia de que haja sentidos sem a consideração da materialidade linguística. Para ele, a identificação dessas entidades abstratas é possível através da identificação da função por meio da análise dos termos na sequência da cadeia da fala.

Para Saussure, as entidades abstratas precisam ser analisadas com base nos princípios das relações sintagmáticas e associativas. Para as relações associativas, ele utiliza o exemplo das palavras latinas: *domin-ī*, *rēg-is* e *ros-ārūm* em que, embora com constituição sonora distinta, há “sentimento de um valor comum que dita um emprego idêntico.” (CLG, p. 161). Não há compartilhamento de materialidade, mas sim de sentido. Saussure alega que a dificuldade de estudar as entidades abstratas está na dificuldade de saber até que ponto o sujeito falante tem consciência da existência das unidades que o gramático encontra na sua análise.

Para o nível sintagmático, Saussure traz o exemplo de *je dois* e *dois-je?* em que há diferença de sentido expresso pela ordem dos elementos. Assim, as línguas podem expressar determinados conceitos pelo ordenamento dos termos. Enquanto o francês precisaria de uma preposição para expressar certa relação, o inglês a expressa pela mera ordem das palavras, como em *goosberry wine* (exemplo do GLG).

Mais adiante, neste texto, veremos como o problema da delimitação das unidades no sistema foi estudado na sua relação com o princípio da arbitrariedade e como certos autores apontam as dificuldades de conciliar o plano da delimitação das unidades com o plano do arbitrário. Isso implica as noções de arbitrário relativo e arbitrário absoluto de que trataremos agora.

2.8 Arbitrário relativo e arbitrário absoluto

O termo arbitrário aparecerá novamente no *capítulo VI* (segunda parte), intitulado *Mecanismo da língua*, no item 3, cujo título é *O Arbitrário absoluto e o arbitrário relativo*. Começemos por registrar o que diz o segundo parágrafo do capítulo:

O princípio fundamental da arbitrariedade do signo não impede distinguir, em cada língua, o que é radicalmente arbitrário, vale dizer, imotivado, daquilo que só o é relativamente. Apenas uma parte dos signos é absolutamente arbitrária; em outras, intervém um fenómeno que **permite reconhecer graus no arbitrário sem suprimi-lo: o signo pode ser relativamente motivado**. (CLG, p. 152, itálicos no livro, negritos nossos).

A constituição do CLG fez com que, de certo modo, esse capítulo tenha ficado à margem na ordem de importância, visto as poucas menções feitas ao relativamente motivado de Saussure em comparação aos outros conceitos como signo, sistema, significante, significado, sincronia e diacronia. Esse aspecto é apontado por muitos autores como um dos motivos para os problemas na interpretação do arbitrário. Contudo, a ideia de relativamente motivado é essencial no sistema conceitual saussuriano. O exemplo de Saussure para relativamente motivado é a palavra **dezenove** que remete às palavras **dez** e **nove**. **Vinte** não é motivado, mas **dezenove** é relativamente motivado em relação a outros elementos do sistema, como **dez** e **nove**. Não podemos perder de vista a palavra relativamente, que deixa claro não ser uma motivação total, visto que **dezenove** se forma a partir de dois signos arbitrários: **dez** e **nove**. Saussure afirma que a motivação é sempre mais completa se a análise sintagmática for mais fácil. Ele reconhece haver elementos mais transparentes que outros. Assim, **eira** de **pereira** é um sufixo, enquanto que não sabemos se **ot** é um elemento de sentido na palavra **cachot**. As solidariedades que vinculam as unidades são de ordem sintagmática e de ordem associativa e sua função é limitar o arbitrário.

Tudo que se refira à língua enquanto sistema exige, a nosso ver, que a abordemos desse ponto de vista, de que pouco cuidam os lingüistas: a limitação do arbitrário. É a melhor base possível. Com efeito, todo sistema da língua repousa no princípio irracional da arbitrariedade do signo que, aplicado sem restrições, conduziria à complicação suprema; o espírito, porém, logra introduzir um princípio de ordem e de regularidade em certa parte da massa dos signos, e esse é o papel do relativamente motivado. Se o mecanismo da língua fosse inteiramente racional, poderíamos estudá-lo em si mesmo; mas como não passa de uma correção parcial de um sistema naturalmente caótico, adota-se o ponto de vista imposto pela natureza mesma da língua, estudando esse mecanismo como uma limitação do arbitrário. (CLG, p. 153-154).

Para Saussure, todo mecanismo da língua se move sob esses dois eixos: do relativamente motivado e do arbitrário. As línguas sempre conterão elementos das duas ordens, e aquelas em que houver mais elementos arbitrários se configuram como mais lexicológicas, enquanto as com mais elementos relativamente motivados são mais gramaticais. Ele alerta que léxico e arbitrário, de um lado, e motivação relativa e gramática, de outro, não são realmente sinônimos, mas há alguma coisa que os aproxima. Enfim, esses princípios: “São como dois pólos entre os quais se move todo o sistema, duas correntes que se [sic] repartem o movimento da língua: a tendência a empregar o instrumento lexicológico, o signo imotivado, e a preferência concedida ao instrumento gramatical, isto é, à regra de construção.” (CLG, p. 154).

De certo modo, Saussure afirma haver duas categorias de signos: arbitrários e relativamente motivados e que “todo o movimento da evolução pode ser assinalado por uma passagem contínua do motivado ao arbitrário e do arbitrário ao motivado: esse vaivém tem amiúde como resultado alterar sensivelmente as proporções dessas duas categorias de signos.” (CLG, p. 154-155). O exemplo dado por Saussure para ilustrar esse fenômeno é a palavra **inimicus** do latim que lembra **in** e **amicus**. No francês, contudo, **ennemi** não é motivado por nada, pois houve um enorme acréscimo do arbitrário. Segundo Saussure “entrou no arbitrário absoluto, que é, aliás, a condição essencial do signo lingüístico.” (CLG, p. 155).

No capítulo VII da segunda parte, *A Gramática e suas subdivisões*, Saussure trata do conceito de gramática. Ao estudo de um estado de língua, Saussure chama de gramática, qualificando-a como um “objeto complexo e sistemático, que põe em jogo valores coexistentes.” (CLG, p. 156). Gramatical, sincrônico e significativo são sinônimos, pois a gramática estuda o todo da língua.

2.9 Arbitrariedade e mudança fonética

Na *Terceira parte*, toda dedicada à linguística diacrônica, Saussure trata das mudanças fonéticas, da alternância, da analogia, da etimologia popular e da aglutinação. Todos os capítulos são recheados de exemplos para ilustrar as afirmações. Reaparece o conceito da arbitrariedade quando Saussure trata das mudanças fonéticas, alegando que, por mais que se tenham criado teses sobre suas necessidades, nenhuma é plausível. Ele mostra algumas razões que foram alegadas e apresenta contrapontos para evidenciar a imprevisibilidade e irregularidade dos efeitos que elas provocam, pelo fato de ser justamente a arbitrariedade exercendo seu papel:

Se se procura avaliar o efeito dessas mudanças, vê-se prontamente que é ilimitado e incalculável, vale dizer, não se pode prever onde elas se deterão. É pueril acreditar que a palavra só se pode transformar até certo ponto, como se houvesse nela alguma coisa que pudesse preservá-la. **Esse caráter das modificações fonéticas se deve à qualidade arbitrária do signo lingüístico** que não tem nenhum vínculo com a significação. (CLG, p.175-176, grifo nosso).

Uma vez que Saussure associa a arbitrariedade do signo à ausência de razões para a ligação entre significante e significado, do ponto de vista da materialidade de que é constituída a língua, é compreensível que a mudança sonora cause resultados imprevisíveis sobre a língua, porque arbitrariedade e desregramento estão associados: “Entre dois limites extremos - mínimo de organização e mínimo de arbitrariedade -, encontram-se todas as variedades possíveis.” (CLG, p. 154).

Saussure diz que os efeitos das mudanças fonéticas não são diretas sobre o sistema, podendo romper o vínculo gramatical que une termos e tornar a palavra um todo indivisível, mas os efeitos sincrônicos, ou seja, gramaticais, são imprevisíveis, pois o sistema funciona pela interdependência de suas partes. Romper o vínculo gramatical é tornar arbitrário: “o mecanismo lingüístico se obscurece e se complica à medida que as irregularidades nascidas da mudança fonética predominem sobre as formas agrupadas em tipos gerais; por outros termos, **na medida em que o arbitrário absoluto predomine sobre o arbitrário relativo [...]**. (CLG, p. 187, grifo nosso).

Saussure atribui a origem de muitas mudanças gramaticais às mudanças fonéticas, exemplificando com alguns dados do alto alemão. Ele mostra como a palavra *beta-hūs*¹², cujo

¹² Exemplo que já havíamos mencionado na p. 36.

primeiro elemento transformou-se de um substantivo para um verbo, pelo mero acaso da queda da vogal final, passou a significar *casa para orar*, quando antes significava *casa de oração*. Com a queda da vogal, foi estabelecido um contato semântico com o verbo *beten* (rezar), fazendo originar o novo significado e a nova função gramatical do primeiro elemento (ver página 57 deste texto).

Estudar as mudanças fonéticas em si é tarefa da linguística diacrônica. À linguística sincrônica, cabe ater-se a estudar os efeitos causados sobre o sistema. Saussure separa essas duas ordens de estudo justamente pelo caráter arbitrário do signo, ligado diretamente ao fonético e equivalente à inexistência de regra. O fenômeno fonético possui sua ação sobre a língua independentemente de sua organização gramatical, de sua situação no sistema, afetando qualquer signo e correspondendo ao “caráter cego das evoluções de sons.” (CLG, p. 176). Por isso, ele pertence à diacronia, que cuida das substituições das formas, enquanto a sincronia cuida as relações entre formas coexistentes.

Enquanto o fator fonético age sobre o sistema, causando mudanças e desestabilização, a analogia, tratada por ele no capítulo IV da terceira parte, possui o papel de contrabalancear esses efeitos, visto sua ação para manter a regularidade. Saussure diz que a analogia é de ordem psicológica e cria termos novos na língua, apoiando-se sobre os significados, sendo, portanto, um movimento gramatical: “Em resumo, a analogia, considerada em si mesma, não passa de um aspecto do fenômeno de interpretação, uma manifestação da atividade geral que distingue as unidades para utilizá-las em seguida. Eis porque dizemos que é inteiramente gramatical e sincrônica.” (CLG, p. 193).

A analogia depende de palavras decomponíveis, produtivas. Saussure afirma haver línguas mais lexicológicas, citando o chinês como exemplo, e línguas mais gramaticais, a depender da proporção entre palavras improdutivas e palavras produtivas, respectivamente, mas sem delimitação para essa proporção em cada língua. Além de tudo, a analogia parte da fala, pois nada entra na língua sem antes ter sido fenômeno da fala, ainda que a língua não adote todas as formações analógicas engendradas na fala, pois é necessário que essa forma receba a sanção da coletividade. Mas a analogia é, sobretudo, prova de que se deve separar a língua da fala:

A analogia nos ensina, portanto, uma vez mais, a separar a língua da fala (ver p. 26 s.); ela nos mostra a segunda como dependente da primeira e nos faz tocar com o dedo o jogo do mecanismo lingüístico, tal como descrito na p. 50. Toda criação deve ser precedida de uma comparação inconsciente dos materiais depositados no tesouro da língua, onde as forças geradoras se alinham de acordo com suas relações sintagmáticas e associativas. (CLG, p. 192).

Por fim, Saussure afirma que a analogia exerce uma força considerável sobre a evolução linguística, embora todos os elementos sejam conservados, utilizando a metáfora do traje coberto com remendos do próprio tecido. É sempre ela que está em jogo na construção e reconstrução da língua, como também na manutenção de termos compostos de vários elementos.

Entretanto, mesmo nesses tateios, a analogia exerce uma ação sobre a língua. Assim, conquanto não seja por si mesma um fato de evolução, ela reflete, de momento para momento, as mudanças sobrevindas na economia da língua e as consagra por novas combinações. Ela é colaboradora eficaz de todas as forças que modificam sem cessar a arquitetura de um idioma, e a esse título constitui um possante fator de evolução. (CLG, p. 199).

Nessas reflexões de Saussure sobre os fenômenos fonéticos e o modo como agem sobre o sistema, está implícito um chamamento à revisão da linguística histórica, que procurava explicar as evoluções dos idiomas pelas leis fonéticas. Para Saussure, o fato fonético é simples e age no tempo (um elemento substitui outro), mas o fato gramatical é complexo e envolve vários elementos.

O fenômeno fonético é, outrossim, ilimitado e incalculável no sentido de que afeta qualquer espécie de signo, sem fazer a distinção entre um adjetivo, um substantivo etc., entre um radical, um sufixo, uma desinência etc. Isso tem de ser assim *a priori*, pois se a gramática interviesse, o fenômeno fonético se confundiria com o fato sincrônico, coisa radicalmente impossível. Isto é o que se pode chamar de caráter cego das evoluções de sons. (CLG, p. 176, grifos no livro).

Além disso, o fato fonético faz com que não se consiga mais distinguir partes da palavra, tornando-a um todo indivisível, não passível de análise. Ele perturba a análise. Saussure argumenta que pode haver graves erros de interpretação sobre os efeitos da evolução fonética no sistema, pois o que muitas vezes é explicação para a transformação não é a ação do fonético, mas a relação que a palavra tinha dentro de uma frase, com base em condição gramatical e sincrônica. Isso se relaciona com uma afirmação de Saussure de que o efeito da mudança fonética é mais ou menos determinado, regular, mas as modificações no sistema são imprevisíveis. Resumindo, as alterações não são resultado simples da evolução fonética, mas de sua repercussão no sistema.

No sincrônico, estudam-se as consequências que resultam do diacrônico. Saussure faz um alerta importante: recortar adequadamente o que é da ordem do sincrônico e da ordem do diacrônico é uma tarefa muito complexa, porque as mudanças sempre possuem várias razões e não apenas a mudança fonética como causa única. Mas, afirma que não é matéria para aquele momento, pelas explicações delicadas que seriam necessárias.

Antes de concluir, acrescentaremos que a quarta parte do CLG trata da linguística geográfica e pouco há aí que possa ser acrescentado de novo sobre o arbitrário do signo. A quinta e última parte contém os capítulos *O testemunho da língua em Antropologia e em Pré-História* e *Famílias de línguas e tipos linguísticos*, que fizemos questão de examinar no início deste capítulo.

No capítulo 5, trataremos de retomar alguns aspectos aqui apresentados, vinculando-os ao nosso ponto de vista sobre a arbitrariedade e, no próximo, nos deteremos a apresentar os conceitos teóricos do ELG em relação à arbitrariedade.

3. A ARBITRARIEDADE DO SIGNO NO ELG

Este capítulo apresenta os conteúdos teóricos que estão no ELG na sua relação com o princípio da arbitrariedade do signo. Antes de comentarmos o conceito, é importante esclarecer a natureza dessa obra. Assim, seguem abaixo, primeiramente, algumas observações sobre como o ELG é construído.

3.1 O ELG e sua estruturação

O ELG, organizado por Rudolph Engler e Simon Bouquet, foi publicado em 2002, na França, pela editora Gallimard. O livro é composto por uma série de escritos de Saussure encontrados em 1996 e outros que já haviam sido publicados por Engler em 1968 e 1974. Os organizadores explicam, no prefácio, a maneira como procederam para agrupar os documentos de 1996 e o modo como organizaram o livro. Juntamente com esses documentos estava um envelope com o título *Ciência da linguagem*, dentro do qual foram encontrados maços de folhas com a menção *Da essência dupla da linguagem* e alguns outros equivalentes como *Da dupla essência da linguagem* ou *Dupla essência*. Ao que tudo indica, esse é o livro que Saussure havia mencionado, tanto numa carta a Meillet, como nas aulas inaugurais em Genebra. A suposta data desses escritos é a década de 1880 a 1890. Os demais materiais, que os organizadores não conseguiram classificar sob esse rótulo, foram ordenados da seguinte forma:

1) Sob o título *Novos Item* foram enquadrados escritos semelhantes a antigos documentos já publicados por Engler em 1968, reproduzidos no ELG sob o título *Antigos Item*;

2) Em *Outros escritos de lingüística geral: novos documentos*, há documentos que não foi possível classificar em outra categoria, e, por fim:

3) as *Notas preparatórias para o curso de lingüística geral: novos documentos* contêm notas semelhantes às que já constavam no acervo da Biblioteca de Genebra e também reproduzidos no ELG.

Bouquet e Engler não se ativeram a decifrar a ordem cronológica desses escritos, mas Harris (2003) ressalta que esse material é composto de notas e textos provavelmente oriundos de datas diversas, porque não se ligam a nenhum projeto específico de Saussure. A única indicação de como Saussure pensava em classificar esse material é o título *Ciência da linguagem* escrito no envelope. O autor apresenta uma série de hipóteses sobre algumas datas prováveis para os escritos. Em algumas notas, eventualmente, aparece a data no material, sem terem sido inseridas na edição de Bouquet e Engler, e, em outras, elas podem ser recuperadas por menções de Saussure, por exemplo, ao presidente *Félix Favre*, eleito em 1895 e morto em 1899, ou por outras análises. Sua conclusão é:

Tudo isso me sugere que, no mínimo, parte do material preservado no ELG reflete o estágio intermediário do pensamento de Saussure, entre o rascunho do artigo sobre Whitney (1894) e as reflexões maduras do terceiro curso (1910-1911), e que, talvez, corresponda à preparação do segundo curso, i.e. 1908. (HARRIS, 2003, p. 222, tradução nossa).

A leitura do livro é de extrema complexidade, e uma das razões é o pensamento de Saussure, baseado numa rígida seleção de princípios básicos dos quais ele partia, variando o modo como os apresentava. Saussure inicia o livro afirmando que, em lingüística, “há cinco ou seis verdades fundamentais tão ligadas entre si que se pode partir indiferentemente de uma ou de outra que se chegará logicamente a todas as outras e à mais ínfima ramificação das mesmas conseqüências, partindo de qualquer uma dentre elas.” (ELG, p. 21). A passagem ilustra a maneira como Saussure organizou sua doutrina e como a expôs, percorrendo caminhos diversos.

Outro motivo para a dificuldade de leitura é a composição fragmentária dos escritos, com diferentes materiais: notas curtas, mais extensas, esboços de artigos, de um livro, e de aforismos, que, muitas vezes, apresentam lacunas. São diversos escritos versando sobre vários temas e apresentando frequentes lacunas, raros títulos do próprio Saussure, porque todos os

demais são de autoria dos organizadores, muitos trechos em que se repetem as mesmas ideias com outras palavras, terminologia flutuante em todo livro e vários exemplos de outros idiomas, predominando o grego e o sânscrito, além de dúvidas do próprio Saussure sobre determinados termos e ideias e de alguns pontos em que é difícil compreender sob que base Saussure está raciocinando, tendo em vista a distância temporal do texto em relação a hoje. Não fosse apenas isso, a natureza complexa e inconclusa da própria teoria torna a tarefa de compreensão uma atividade trabalhosa e, por vezes, frustrante, pelas incompletudes dos próprios pensamentos, aliadas às lacunas geradas pela deterioração dos manuscritos. Além do mais, é preciso acrescentar a especificidade do discurso saussuriano, assim descrito por Arrivé: “O discurso saussuriano não é menos escorregadio: cada um de seus segmentos só tem sentido em suas relações com os demais. Diante do discurso saussuriano, o leitor de Saussure se vê no mesmo embaraço que o próprio Saussure sentia quando se via às voltas com a língua.” (2010, p. 44, tradução nossa). Contudo, o livro parece deixar claro alguns projetos bem definidos, como:

1. apontar os erros mais gritantes de orientação metodológica da linguística de sua época;
2. propor nova orientação para o estudo da linguagem sob bases epistemológicas bem definidas, de modo a extrair axiomas universais sobre o funcionamento do mecanismo linguístico;
3. propor uma teoria específica que possa dar conta do funcionamento sincrônico da língua, como base primeira para qualquer estudo de natureza histórica;
4. esboçar uma maneira distinta e epistemologicamente mais fundamentada para estudar a língua na sua história.

Apesar desse caráter fragmentário e desordenado, o material é de muita fecundidade para complementar a interpretação do CLG, principalmente daqueles aspectos menos aparentes na obra de 1916. As reflexões saussurianas contidas nesses escritos são de natureza profundamente filosófica e trazem inúmeras possibilidades de interpretação, se tomadas em seu conjunto e comparadas entre si. Passemos aos conceitos teóricos do livro.

3.2 Os conceitos teóricos básicos

O primeiro texto de Saussure publicado no ELG tem aproximadamente 60 páginas e corresponde a uma parte do material encontrado no envelope em 1996, na *orangérie* da casa pertencente à família Saussure. Ao que tudo indica, esse era o livro que Saussure escrevia e que mencionou mais de uma vez, sem, contudo, publicá-lo, sendo hoje mais conhecido pelo nome *Essência dupla da linguagem*, porque parece ter sido um dos prováveis títulos pensados por Saussure, entre outros que enfatizavam a dupla essência.

O manuscrito é uma reflexão sobre os princípios semiológicos na base da linguagem. Nele, Saussure caracteriza o objeto da linguística, o signo linguístico, ainda não denominado assim, mas chamado mais seguidamente de termo, objeto, etc. No decorrer de todo texto, Saussure utiliza signo para referir-se apenas ao significante. Toda ênfase do texto está na caracterização desse objeto da linguística, no seu funcionamento e nos métodos de estudo para abordá-lo. Saussure delimita-o com base em princípios ontológicos de funcionamento da linguagem, invocando quatro modos distintos de estudo, mas alertando para a separação inicial básica entre estado de língua e língua na sua história, na sua transmissão.

No decorrer de todo o material há constante ataque ao estudo que separa a forma e o sentido: “É errado (e impraticável) opor a *forma* e o *sentido*. O que é certo, em troca, é opor a *figura vocal*, de um lado, e a *forma-sentido* de outro.” (ELG, p. 21). São as primeiras indicações da constituição do signo, fazendo referência à sua natureza puramente psíquica. “Cabe distinguir, na língua, os fenômenos *internos* ou de consciência e os fenômenos *externos*, diretamente detectáveis.” (ELG, p. 21, grifos no livro).

Saussure é enfático na afirmação da inseparabilidade dos dois elementos que compõem o objeto da linguística, o signo, e sua primeira referência à arbitrariedade é feita quando ele afirma o seguinte: “não há nada em comum, em essência, entre um signo e aquilo que ele significa;” (ELG, p. 23). Outro alerta importante de Saussure é que não devemos pensar que a dualidade do fato linguístico esteja na dualidade do fenômeno vocal por oposição ao fenômeno mental. “O dualismo reside na dualidade do fenômeno vocal COMO TAL e do fenômeno vocal COMO SIGNO – do fato físico (objetivo) e do fato físico-mental (subjetivo), de maneira alguma do fato ‘físico’ por oposição ao fato ‘mental’ da significação.” (ELG, p. 24, grifos no livro).

O objeto da linguística é constituído de dois termos que se unem por uma operação abstrata e ele é de natureza mental, sem substância, imaterial, ainda que precise do som (fato

físico) para a sua existência. Essa ênfase na imaterialidade da língua, também presente no CLG, liga-se ao arbitrário do signo, visto que as duas partes do signo, o significante e o significado, estão numa relação de arbitrariedade com a forma material externa. Saussure é enfático ao alertar para a natureza dupla da linguagem, pois o significante vive em dois domínios distintos: como um som, fora do espírito, e fora de sua relação de significação com a ideia, e como base da representação psíquica que entra no signo. O próprio signo é duplo porque é constituído de duas partes: um significado e um significante. Toda a visão errônea de estudar a língua assenta-se no fato de se partir do signo como comportando uma parte material e uma parte espiritual, quando na verdade o signo é apenas espiritual: elemento psíquico. Para Saussure, o sistema de signos é totalmente independente daquilo que o dispôs, dos sons, porque estes são apenas seu suporte, sem razão ou definição nenhuma de antemão para corresponderem a um significado. Saussure cita a afasia como a prova de que a língua é imaterial, incorpórea, visto que a incapacidade de produzir os sons é distinta da capacidade de evocar os signos. Já mostramos no capítulo anterior que esse mesmo exemplo também está no CLG.

Hoje, há leituras mostrando que Saussure não estava apenas propondo o estudo da sincronia, mas pensava na reformulação do modo de estudar a linguagem diacronicamente, o que fica evidente nessas quase 60 páginas do livro. Ele manifesta sua insatisfação com os métodos da linguística e aponta os erros que ela cometia, como não definir o ponto de vista adotado, em razão de que o objeto não existe a não ser por um ponto de vista. Saussure critica a separação do estudo das modificações das formas no tempo e o das modificações do sentido, incluindo Whitney, que considerava um dos linguistas mais avançados, no rol dos que procediam dessa forma. Esse é, por assim dizer, o ponto nevrálgico para Saussure, que não concebe a possibilidade de estudar a língua no seu desenvolvimento pelo tempo separando forma e sentido. Para Saussure, as significações mudam a todo instante, sem excluir a significação precedente, sendo, desse modo, impossível abarcar o que ocorre com a significação sem a língua ser tomada em seu momento, na relação estabelecida entre os termos. Para Saussure, o instantâneo da língua corresponde ao significativo, ao morfológico, enquanto o fonético corresponde ao que é sucessivo. As formas sucedem-se no tempo; uma substitui a outra. Saussure não deixa de reconhecer que há uma persistência das funções através do tempo e advoga a existência de uma morfologia histórica para compreender a língua na sua história, tomada no seu duplo aspecto da forma e do sentido.

Procuraremos mostrar, através dos tópicos que seguem, como o ELG enfatiza a relação da língua com o tempo e com o instante. Pareceu-nos adequado fazer a separação dos

temas para melhor exposição dos princípios do livro. Além dos escritos de *Essência dupla da linguagem*, no ELG, há as esclarecedoras *Notas para um artigo sobre Whitney*, jogando luzes sobre o funcionamento dos princípios teóricos saussurianos. Outras fontes são as notas preparatórias para os cursos, tanto aquelas já publicadas por Engler, quanto as encontradas em 1996, e as três conferências na Universidade de Genebra, todas reeditadas no ELG e originariamente publicadas por Engler (1968). Faremos menção, no decorrer da apresentação, às fontes de que as ideias provêm.

3.3 Arbitrariedade e a língua como instituição social

Em todo o ELG, Saussure faz reflexões sobre a posição da língua em meio às instituições humanas. Essa reflexão é acentuada em *Notas para um artigo sobre Whitney* (Antigos Documentos). Ao ser solicitado, pela *American Philological Association*, a escrever um resumo sobre o papel exercido por Whitney na linguística, Saussure levanta uma série de reflexões sobre a natureza da linguística geral e sua relação com a linguística histórica. O artigo nunca chegou a ser completado ou enviado e corresponde a aproximadamente 20 páginas do ELG. Saussure reflete sobre a relação da língua na sua história e a língua no seu estado, relacionando essa existência com as outras instituições humanas. Saussure enfatiza que Whitney mudou os rumos da linguística ao afirmar que a língua é uma instituição, mas mostra como a arbitrariedade está na base da diferença da língua com as outras instituições.

As outras instituições (ESTADO) se mantêm *simples* em suas complicações; ao contrário, é fundamentalmente impossível que uma única entidade da linguagem seja *simples*, já que supõe a combinação de duas coisas *privadas de relação*, uma idéia e um objeto simbólico desprovido de qualquer ligação interna com essa idéia. (ELG, p. 182, grifos no livro).

Saussure alerta para o fato de que a linguagem é uma instituição sem análogo, “[...] de natureza tal que todas as outras instituições humanas, salvo a da escrita, podem apenas nos enganar sobre sua verdadeira essência se confiarmos, por infelicidade, em sua analogia.” (ELG, p. 181). Somos levados a engano, pois nas outras instituições sempre há um grau de correlação da forma interna com a externa, diferentemente da linguagem. São as mudanças de som, que não se ligam ao espírito, pois este só percebe a relação da impressão acústica com o sentido, que afetam a vida da língua, e esse acontecimento é simplesmente casual. O arbitrário está atrelado ao convencional, pois a língua é resultado dessa convenção social, mas diferindo

de qualquer outra, por ser uma convenção arbitrária, infundada, diferentemente das outras instituições humanas que estão sempre amparadas em alguma lógica, em alguma relação natural. “Mas a linguagem e a escritura não são baseadas numa relação natural das coisas.” (ELG, p. 181). A língua é independente dos fatos exteriores, que são apenas acessórios, tendo sua ordem própria. “Enquanto que a linguagem, para cumprir a função que lhe cabe entre as instituições humanas, é destituída de qualquer limite em seus procedimentos [...]” (ELG, p. 184). Assim, o signo é modificável sem razões, ainda que submetido à restrição imposta pelo tempo e pelo fenômeno social. O signo é completamente arbitrário em relação ao objeto exterior (som), mas dependente e vinculado ao passado. Todas essas considerações presentes no ELG comprovam a arbitrariedade como vinculada à transmissão, circulação e modificação da língua.

Em uma nota sobre a *Semiologia (Antigos Item)*, Saussure também tece considerações sobre a condição social da língua. Ele afirma que o signo é arbitrário porque resulta de uma convenção social de natureza bem particular. É uma convenção que, longe de ser resultado de uma decisão coletiva pensada, é fundada na pura contingência e nos é imposta. A língua é imperativa e não há iniciativa pessoal que possa mudá-la, nem mesmo a iniciativa de vários, porque se tornariam ininteligíveis perante a comunidade, diz Saussure. Além disso, ela depende da troca entre as pessoas da comunidade, configura-se numa tradição e é de absoluta necessidade social.

Entre todos os sistemas semiológicos, o sistema semiológico “língua” é o único (com a escrita, de que falaremos oportunamente) que passou pela prova de se ver em presença do *Tempo*, que não se constrói apenas, de um vizinho para o outro, por consentimento mútuo, mas também de pai para filho, por tradição imperativa e *à mercê do que acontece naquela tradição*, (coisa, à exceção deste caso, não experimentada, não conhecida nem descrita). (ELG, p. 223-224, grifos no texto).

Na *Primeira Conferência da Universidade de Genebra*, Saussure escreve que a língua nunca morre por um esgotamento interior, por uma causa interna. A única forma de ela se extinguir é pela força exterior, como o extermínio de seus falantes, por exemplo, ou pela dominação política de uma raça mais forte sobre a outra. A língua continua no tempo e não há interrupção. “Assim, a língua constitui uma tradição que se modifica continuamente, mas que o tempo e os sujeitos falantes são impotentes para interromper, [...]” (ELG, p. 155).

Nesse sentido, a língua está submetida a esse paradoxo de ser ao mesmo tempo livre em relação ao objeto (o som, entidade física), ou seja, arbitrária, e ser um produto

determinado, não livre, porque está situada no tempo e espaço, mudando continuamente, mas dependendo dos materiais antigos (uma tradição que se modifica continuamente). Não há como compará-la a nenhum outro fato humano nem a outra instituição humana, alega Saussure.

Do nosso ponto de vista, essa questão equivale a perguntar uma coisa muito diferente de tudo o que nela [na língua] se descobriu. Ela equivale a perguntar se há algum fato da vida social passível de ser reduzido a uma fórmula que seja, a qualquer momento que seja considerada [sic], convencional, portanto arbitrária, totalmente destituída de uma relação natural com o objeto, absolutamente livre e sem lei com relação a ele; 2º em si mesma, o produto não arbitrário e não livre do que a precedeu nesse gênero; [...]. (ELG, p. 174).

O que decorre desse fato do signo ser ligado ao objeto exterior (som), mas de forma tal que não há lógica para essa ligação, é que ele é modificável sem razões. Assim, a linguagem “é destituída de qualquer limite em seus procedimentos” e “não está contida numa regra humana, constantemente corrigida ou dirigida, corrigível ou dirigível pela razão humana.” (ELG, p. 184). É uma convenção, mas de natureza distinta de outras convenções.

É importante notar, contudo, que o signo é arbitrário na origem, mas não no sistema. Não há nada que justifique sua formação, porque não se ampara numa lógica de criação. É mero produto do acaso decorrente do fato de ele se continuar. É isso que Saussure responde ao se colocar a questão da relação da língua com outros fatos de ordem convencional; quando ele se interroga sobre a possibilidade de comparar a língua com outro “conjunto de coisas conhecidas” (ELG, p. 174): “Para nós, saber se a língua é ou não um fato social, é indiferente, não é isso que podemos perguntar: mas se há, num reino qualquer, alguma coisa que, pelas condições comparativas de sua existência e de *mudança*, seja o simétrico da língua.” (ELG, p. 174, grifos no texto).

3.4 O nomenclaturismo e a arbitrariedade

A reflexão sobre a relação da língua com os objetos exteriores é constante em todos os escritos do ELG, pois debater essa questão é fundamental para Saussure estabelecer o espaço para o estudo da língua. Ele assume um posicionamento constante: o mecanismo da língua funciona de tal modo que considerar a visão tradicional de x signos para x objetos é de uma grande puerilidade, palavra utilizada por ele em mais de uma ocasião. É algo quimérico, outro

termo empregado por Saussure. Ainda assim, ele não é insensível à possibilidade de existência de categorias de pensamento fora da linguagem, alertando, contudo, que seria muito difícil provar a existência dessas categorias sem a linguagem.

Em *Notas para um artigo sobre Whitney*, Saussure trata da não relação da língua com os objetos exteriores. A língua é um sistema totalmente independente dos objetos exteriores e, por isso, sofre alterações no tempo não previsíveis ao lógico. Saussure afirma que o linguista esquece de que a matéria que entra na língua, “que sofre a ação histórica” (ELG, p. 180), não pode ser considerada sob a apreciação histórica simples. A linguagem não é baseada sobre uma relação natural com as coisas. “Não há relação alguma, em momento algum, entre um certo som sibilante e a forma da letra *S* e, do mesmo modo, não é mais difícil à palavra *cow* do que à palavra *vacca* designar uma vaca.” (ELG, p. 181).

Em muitos momentos do ELG, Saussure reflete sobre essa independência da língua em relação aos fatos exteriores, combatendo a noção de língua nomenclatura. Esse aspecto é apresentado com pormenores na *Essência dupla*. A noção de sistema é incompatível com a noção de língua nomenclatura. No sistema semiológico, os signos entram em relação e são mutuamente definidos pela presença dos outros signos, através das diferenças estabelecidas, por via negativa, pois “se uma palavra não evoca a idéia de um objeto material, não há absolutamente nada que possa precisar seu sentido, a não ser por via negativa.” (ELG, p. 69). Se a palavra se referisse a um objeto determinado, seu sentido seria positivo, decorrente desse objeto.

Saussure afirma que a fluidez das ideias pelas possibilidades da língua é incompatível com a mera nomeação dos objetos existentes. Para ele, se admitirmos que o termo aborda algum objeto, é somente através da ideia que temos desse objeto, e seguidamente teremos que modificar os termos referentes a esse objeto, assim como podemos usar o mesmo termo para vários objetos diferentes, o que é mais uma prova de que não há uma significação absoluta aplicável a uma palavra.

Saussure admite, contudo, que os termos da língua devem corresponder às primeiras impressões que recebemos, mas que elas são de tal natureza que estabelecem todo tipo de relação entre coisas distintas e divisam coisas unas. Não há limites para as significações de um signo, em virtude de que ele vive através do tempo.

O fato primeiro e fundamental é que, seja qual for o sistema de signos que se ponha em circulação, estabelecer-se-á, instantaneamente, uma sinonímia, já que o contrário é impossível e equivaleria a dizer que não se atribui valores opostos a signos opostos. No momento em que lhe é atribuído um, é inevitável que uma

oposição de quaisquer idéias, vinda de surpresa, se acomode num signo, que existe por oposição a um outro, ou em dois ou três signos por oposição a um ou dois outros, etc. (ELG, p. 72).

Um exemplo utilizado por Saussure na *Terceira Conferência na Universidade de Genebra*, ocorrido em novembro de 1891, pode ser trazido aqui para enriquecer a discussão. Para ele, o objeto material existe somente em nosso espírito pelas denominações da língua. Em outros termos, categorizamos os fatos do mundo via linguagem, da forma como entendermos, e não haverá correspondência entre o fato material e o modo de categorizá-lo:

Imaginemos, numa cidade, *uma* rua muito longa: pode-se discutir, nos conselhos municipais, se vai lhe ser dado, em todo o seu comprimento, um único nome; por exemplo, *Bulevar Nacional*; ou se essa rua será dividida em duas partes, *Bulevar do Templo* e *Bulevar da Escola*, ou em três, bulevar de X, de Y e de Z ou, enfim, em dez, quinze frações, com nomes diferentes. A existência distinta de cada um desses trechos de rua é, naturalmente, uma coisa puramente nominal e fictícia, não cabe perguntar como o Bulevar Y se transforma em Bulevar X, nem se o Bulevar Y se transforma *subitamente* ou *insensivelmente* em Bulevar X, porque, para começar, não existe, em lugar algum, Bulevar Y ou Bulevar X, exceto em nosso espírito. (ELG, p. 143, grifos no livro).

Parafraseando Saussure nessa passagem, podemos dizer que não há base para se discutir a relação da língua com a realidade, porque a língua é um sistema que categoriza os fatos à sua maneira e, no momento de discutirmos se isso corresponde àquilo (língua/realidade), estaremos discutindo categorias da língua que funcionam independentemente da disposição dos fatos do mundo e estaremos sem base para a discussão. Numa profunda reflexão filosófica de Saussure: a base de discussão é a língua; ela é a única fonte para falarmos sobre a realidade, portanto, nunca a realidade poderá ser simétrica à língua, uma vez que nem podemos sonhar em saber o que é a realidade sem termos a língua. Isso não quer dizer, contudo, que não há relação nenhuma entre língua e realidade, mas apenas que a realidade exterior é acessória à língua. Saussure discute, em outra passagem do ELG, a situação em que uma língua precisa incorporar uma nova palavra a seu vocabulário, por exemplo, quando precisa nomear um objeto que antes não existia. Nesse caso, a língua até funciona como uma etiqueta: cola-se um nome a esse objeto. Mas, a partir daí, quando estiver submetido duplamente ao funcionamento interno do sistema e ao processo de transmissão, nada mais garante o que ocorrerá com esse termo no sistema.

Nos *Antigos Itens*, documentos já publicados por Engler em 1968 e 1974, Saussure tece considerações sobre o que torna a linguagem uma convenção diferente. A ideia principal

explorada é novamente o não nomenclaturismo, visto que as possibilidades de sentido na língua são indefinidas. “Mas se um termo é indefinidamente extensível em seu sentido, vê-se que a conta que acreditamos estabelecer entre n idéias e n termos é de uma puerilidade absoluta e, ao mesmo tempo, de uma arbitrariedade absoluta.” (ELG, p. 92). O que prevalece entre os termos e as ideias é absolutamente arbitrário e, por isso, foge à possibilidade de qualquer previsão. Saussure critica o posicionamento dos filósofos e dos psicólogos por não terem percebido que a vida do signo resulta de um contrato que não pode ser rompido “a menos que se suprima a vida do signo, já que essa vida repousa sobre o contrato.” (ELG, p. 92), fazendo com que as possibilidades de sentido sejam imensas.

Nenhum psicólogo, moderno ou antigo, ao fazer alusão à língua, ou mesmo ao considerá-la como veículo do pensamento, teve, por um instante sequer, uma idéia qualquer de suas leis. Todos, sem exceção, imaginam a língua como uma forma *fixa* e todos, também sem exceção, como uma forma *convencional*. Eles se movimentam naturalmente no que chamo de seção horizontal da língua, mas sem a menor idéia do **fenômeno sócio-histórico que provoca o turbilhão de signos** na coluna vertical e impede que se faça dela um fenômeno fixo ou uma linguagem convencional, já que é o resultado incessante da ação social, imposta além de qualquer escolha.

Todavia, o início de uma compreensão por parte dos psicólogos só pode vir de um estudo das transformações fonéticas. (ELG, p. 92, *itálico no livro, negrito nosso*).

Por que Saussure invoca o estudo das transformações fonéticas para a compreensão da língua? Porque esse estudo mostra como os sons perturbam a língua com o passar do tempo, no fenômeno sócio-histórico, na circulação da língua, ao serem integrantes do *turbilhão de signos*, sendo sempre necessário recorrer às forças do conjunto semiológico, às relações do conjunto de signos para apreender o mecanismo. Os significados na língua são eternamente variáveis. “Nem seus antecedentes, nem sua parentela e ainda menos o espírito de raça têm alguma relação necessária com o procedimento que está à mercê do mais ridículo acidente de vogal ou de acento que vai se produzir, na própria língua, a qualquer instante.” (ELG, p. 185).

Saussure deixa claro em a *Essência dupla da linguagem* que pretende se abster de entrar na questão do conhecimento. (ELG, p. 61). Ele afirma que, considerando o campo linguístico, as ideias não existem fora do signo. Examinar a sua suposta existência fora do linguístico não é mais tarefa do linguista. (ELG, p. 67). Se for possível que esse pensamento, que se acopla ao significante, exista anteriormente e independentemente da linguagem, como conjunto de categorias advindas da percepção que temos da realidade, isso não é mais tarefa

do linguista. Fatos do mundo e fatos de linguagem possuem vidas independentes, e verificar a medida da sua relação não é tarefa da linguística.

Saussure não rejeita totalmente a ideia de que pode haver uma predeterminação do signo linguístico, advinda por parte do significado, mas jamais pelo significante. No ELG, em nota preparatória para o curso III, Saussure escreve:

Ao contrário, na associação que constitui o signo, não há nada, desde o primeiro momento, além de dois *valores que existem um em virtude do outro* (arbitrariedade do signo). Se um dos dois lados do signo linguístico pudesse passar por algo que tem uma existência em si, seria o lado conceitual, a idéia como base do signo. (ELG, p. 287, grifos no livro).

É interessante a analogia que Saussure estabelece entre a forma como nossos sentidos recebem a informação pelas vias sensoriais e o modo como a língua categoriza os fatos. Saussure compara a linguagem com a impressão que a retina recebe de uma casa. A relação entre ambas é apenas inicial, ficando suscetível de ser afetada pelo mecanismo linguístico.

Esta casa é uma coisa, a impressão que dela recebe (que *deve* receber) minha retina, segundo leis perfeitamente matemáticas, à distância de cem metros, é outra, tão profundamente distinta da primeira quanto possível, e é apenas esta última que representa a linguagem. Esta casa desmorona, desaba de um lado. (ELG, p. 181, grifos no livro).

Esse fragmento mostra claramente como Saussure percebia a relação da linguagem com o mundo exterior: a casa, um objeto do mundo, é uma coisa que difere da casa que está na linguagem. Embora a impressão recebida pela retina parta dessa primeira casa, ela difere da casa material, porque apresenta características próprias: ela desaba de um lado.

Outro trecho importante também mostra, minimamente, que Saussure não descartou qualquer possibilidade de referência exterior para a linguagem. Ele diz, numa passagem do artigo a Whitney (ELG, p. 179), que os filósofos, lógicos e psicólogos poderiam estudar a ligação que há entre as duas partes do signo, especialmente considerando a independência do significante com o objeto do mundo (arbitrariedade do significante com a realidade exterior). No trecho, que transcrevemos abaixo, novamente Saussure parece deixar claro que investigar a relação do conjunto de símbolos que formam a linguagem com os objetos que são por eles designados não seria tarefa de linguistas. Verificar qual é o “contrato fundamental entre a idéia e o símbolo, em particular entre [aquela e] um símbolo independente que a representa”

(ELG, p. 179), é tarefa que não caberia ao linguista, mas a filósofos, lógicos e psicólogos. Seria investigar de que forma se dá a relação da ideia com o conjunto de sons, no sentido de verificar como o objeto exterior entra nessa relação interna. Por outro lado, cabe ao linguista estudar o outro lado da relação, a da ideia acoplada ao significante na transmissão. Vejamos o trecho:

Os filósofos, os lógicos, os psicólogos podem, talvez, nos informar, qual é o contrato fundamental entre a idéia e o símbolo, em particular entre [aquela e] um símbolo independente que a representa. Talvez possamos dizer: por símbolo independente, nós entendemos as categorias de símbolos que têm a característica capital de não ter *nenhuma espécie de ligação* visível com o objeto a designar e, por conseguinte, de não poder fazer parte dele, nem mesmo indiretamente, na seqüência de suas vidas. Por exemplo, se eu represento um *homem* através de uma figuração até grosseira, mas se eu o represento pelo signo gráfico *x* [...]. (ELG, p. 179, grifos no livro).

A essa discussão, cabe acrescentar a nota sobre a onímica. Num manuscrito já editado por Engler, Saussure tece considerações sobre a não arbitrariedade do signo: o processo onímico. Ele afirma que a onímica representa o que há de “mais grosseiro na semiologia.” (ELG, p. 95). Logo após tecer uma série de considerações sobre a possibilidade de *sema* para designar a totalidade da relação significante/significado, *apossema* para o significante e *parassema* para os outros signos do sistema, ele define a onímica dessa maneira: “o caso em que há um *terceiro* elemento incontestável na associação psicológica do sema, a consciência de que ele se aplica a um ser exterior bastante definido em si mesmo para *escapar* à lei geral do signo.” (ELG, p. 95, grifos no texto). Saussure fornece os nomes próprios e geográficos como exemplos: “Sendo que a idéia invariável e influuável pode ser considerada uma coisa quimérica, os semas geográficos e os nomes próprios são exceção na medida em que [].” (ELG, p. 95, lacunas no livro). Em uma nota, ele também escreve: “Embora queiramos abordar o menos possível o lado ideológico do signo, é bem evidente que se as idéias de toda espécie oferecessem uma fixidez []. Fixidez obtida apenas pelos nomes geográficos.” (ELG, p. 95, lacunas no livro).¹³

Percebe-se, pois, que Saussure discute a arbitrariedade da língua em relação com o objeto exterior, não no sentido de descartar qualquer influência dessa realidade sobre a língua, mas no sentido de mostrar que o mecanismo da língua é de grande complexidade e, por

¹³ É curioso notar que esse aspecto ideológico do signo é exatamente o que Bakhtin coloca no centro de sua concepção de signo.

basear-se nos sons que se transmitem no tempo, está sujeito a funcionamentos imprevisíveis, independentes dos objetos.

3.5 O valor e a arbitrariedade

O termo valor liga-se no ELG a vários outros conceitos como: negatividade, oposição, diferença, relação e identidade. Ele é cardinal no sistema saussuriano, decorrente do fato do signo ser arbitrário e não haver base para sua existência, a não ser na sua conjugação com os outros elementos.

Nas notas descobertas em 1996, Saussure trata da língua, do sistema de signos, da coletividade, do valor e da arbitrariedade. Nessas notas encontramos afirmações que mostram como a língua é um sistema de valores e como todo sistema de valores depende da coletividade social e das forças sociais. O valor não existe antes da sua criação pela coletividade social.

Uma vez que não há nenhuma restrição nem mesmo razão para certo significado corresponder a certa porção fônica, o signo não é jamais determinado por um conteúdo próprio decorrente da matéria de que é composto. “Natureza incorpórea, como para todo valor, daquilo que faz as unidades da língua.” (ELG, p. 247, grifos de Saussure).

Saussure relaciona o valor com a materialidade de que a língua é feita “Não é a matéria fônica, substância vocal que []. Não se pode tratar um instante a língua sem se ocupar do som e dos sons, a mudança dos sons é um fator capital, e isso não impede que, num certo sentido, o som seja estranho à natureza, etc.” (ELG, p. 247, lacuna no texto). Do mesmo modo que a matéria da moeda não constitui seu valor, pois decorre unicamente de sua inserção no sistema, de sua relação com as outras moedas, assim também o valor na língua depende da relação dos signos entre si. Saussure caracteriza o fenômeno da linguagem nesses termos: sua característica é ser constituído de sua indiferença com seu instrumento. O signo, assim como o valor, sempre dependerá do que está à sua volta, sendo afetado por todos os movimentos do sistema provocados pela mudança de som.

Em nota sobre a semiologia, nos *Antigos documentos*, Saussure também faz considerações sobre o valor, relacionando-o à característica da linguagem de viver por meio de diferenças. Os termos não valem em si, mas por suas diferenças. O signo não possui um conteúdo positivo e fixo, não podendo, portanto, ter um significado único e imutável, em vista

dessa irracionalidade que prevalece na sua constituição (arbitrariedade). Assim como o valor da moeda não está nela mesma, mas é resultante de outras moedas que fazem parte do sistema a que ela pertence, e que definem seu valor, assim também o signo só é definido como decorrência das diferenças surgidas na relação entre os elementos do sistema a que pertence. “A primeira característica universal da linguagem é viver por meio de diferenças e só de diferenças, sem nenhuma mitigação, como a que deriva da introdução de um termo positivo qualquer em um momento qualquer.” (ELG, p. 225, grifos no texto).

O valor também é mencionado nas notas para o curso III (*Antigos Item*). Quando Saussure procura explicar porque se abstém de tratar das causas das modificações da língua através do tempo, ele afirma que ocorre um “deslocamento da relação global dos termos e dos valores.” (ELG, p. 285). “A continuidade encerra o fato da alteração que é um deslocamento de valores.” (ELG, p. 288). Um pouco adiante, nessas mesmas notas, ele compara a linguística com a *Economia Política*, que trabalha com a noção de valor, ou seja, com sistema de valores. Ele acrescenta que, para as ciências que se ocupam dos valores, é impossível tratar do sistema de valores tomado em si e do sistema de valores tomado através do tempo. Ele afirma que essa separação, na linguística, é uma necessidade teórica, porque o valor é arbitrariamente fixável; ele não tem uma raiz nas coisas. Ainda assim, existe uma diferença dos valores da *Economia Política* com os valores da linguística. Naquela há sempre uma relação natural com as coisas, que sempre determinam o valor de algum modo, enquanto na linguística acontece o contrário, pois “na associação que constitui o signo, não há nada, desde o primeiro momento, além de dois valores que existem um em virtude do outro (arbitrariedade do signo).” (ELG, p. 287, grifos no texto).

O livro ELG termina com essas notas preparatórias para o curso e parece importante registrar a relação que Saussure estabelece entre valor, paradigma e sintagma:

Valor é, eminentemente, sinônimo, a cada instante, de termo situado em um sistema de termos similares, do mesmo modo que é, eminentemente sinônimo, a cada instante, de coisa cambiável. [] Considerar a coisa cambiável por um lado e, por outro, os termos co-sistemáticos, não revela nenhum parentesco. É próprio do *valor* relacionar essas duas coisas. Ele as relaciona de um modo que chega a desesperar o espírito pela impossibilidade de se investigar se essas duas faces do valor diferem por ele ou em quê. A única coisa indiscutível é que o valor existente nesses dois eixos, [sic] é determinado segundo esses dois eixos concomitantemente. (ELG, p. 289, lacuna e grifos no texto).

Para Saussure, não se pode considerar uma forma sem tomar as demais, porque o todo é necessário para compreender seu funcionamento. Embora Saussure não explicita, entende-se

que isso é possível via discurso, porque, de que outro modo é possível estabelecer as relações entre as formas a não ser em seu contexto de uso? Saussure utiliza o termo *emprego e figura vocal* que nos dão algumas pistas: “Admitir a forma fora de seu emprego é cair na *figura vocal* que pertence à fisiologia e à acústica.” (ELG, p. 33, grifos no texto). O que pertence à fisiologia e à acústica é o som, e o que pertence à língua é a forma na sua realização em discurso, no seu emprego. *Emprego de uma forma* equivale ao seu valor:

Continuando no domínio morfológico, falamos ora da identidade de sentido, ora da identidade de valor, ora da identidade de emprego, ora da identidade de forma. Nenhuma dessas expressões tem um sentido quando não se subentende a identidade de sentido, de valor, de emprego, segundo a forma uma ou diversa – e, reciprocamente, identidade de forma, segundo o sentido, o valor, ou o emprego uno ou diverso. Ora, o todo é solidário, Então, não se pode falar, em morfologia, diretamente, de *identidade*, considerando apenas a forma ou o sentido. (ELG, p. 32, grifos no livro).

Para Saussure “a língua só se alimenta, em sua essência, de oposições, de um conjunto de valores perfeitamente negativos, que só existem por seu contraste mútuo.” (ELG, p. 66). É por esse motivo que Saussure insiste na necessidade de dois modos de estudo dos fatos linguísticos: o instantâneo e o histórico. Saussure não admite que o estudo histórico interfira no estudo sincrônico da língua, visto que o sistema funciona de maneira totalmente independente dos fatos históricos. Saussure critica os métodos da linguística histórica, dizendo que, se a língua for considerada como mecanismo para a expressão do pensamento, então todo o trabalho da linguística histórica não possui importância. Contudo, o estudo histórico poderia auxiliar na verificação das condições que governam a expressão de um pensamento, pois “não é o pensamento que cria o signo, mas o signo que determina, primordialmente, o pensamento (por conseguinte, o cria, na realidade, e o leva, por sua vez, a criar signos, sempre um pouco diferente daqueles que recebeu).” (ELG, p. 45). A interpretação é de que tudo está no significante, pois quando Saussure rejeita a visão da língua nomenclatura, de língua como uma soma de signos (significantes), que se transmitem através do tempo, afirma que não é mais necessário falar de sistema. Para Saussure, se fosse estudar a origem da linguagem, haveria duas formas: as condições que fazem com que um significante se acople a um significado (a origem) ou as condições que o fazem se transmitir e perder o pensamento a ele acoplado (no tempo; histórico). Então, há dois modos de estudar a língua: numa dada época, porque corresponde ao que é significativo, morfológico, semiológico e, de

forma interessante, pertencente ao “campo do efeito individual.” (ELG, p. 48). Saussure repete que tudo está na diferença das formas, sendo esse o aspecto fundamental que rege toda a língua: a diferença.

3.6 Sentido figurado e sinonímia

Para continuarmos na exposição sobre a arbitrariedade do signo nesses escritos de Saussure e como esse conceito se relaciona aos demais, é preciso examinar a minuciosa explanação sobre a sinonímia. Saussure faz observações importantes sobre o sentido na língua, afirmando que não existe o sentido figurado. Ele diz que dificilmente não fazemos a associação de várias ideias (significados) a uma palavra, e supor a existência de um significado único e depois outros significados figurados é totalmente errôneo. O signo pode assumir inúmeras significações porque ele não é “limitado no total de idéias positivas que ele é, no mesmo momento, chamado a concentrar em si mesmo; ele só é limitado negativamente, pela presença simultânea de outros signos; [...]” (ELG, p. 72).

Qualquer sentido pode ser acoplado a uma palavra. Para Saussure, a ideia de que o termo teria um sentido definido parte da nossa suposição de que ele se aplica a um objeto material determinado. O signo em si é um fato positivo, ou seja, ele vai ter um sentido preciso, mas via delimitação negativa, o que também explica a seguinte afirmação de Saussure: “Não existe, em língua alguma, nem em nenhuma família de línguas, um fato que tenha a característica de ser traço permanente e orgânico dessa língua ou dessa família.” (ELG, p. 74). Essa característica da relatividade, da não fixidez, é obra do arbitrário do signo, porque não há nenhum limite para associar qualquer que seja o sentido a qualquer que seja o significante. O arbitrário atua na língua justamente como fator de possibilidade para a expressão de um sentido, sem nenhuma regra ou limite. Tudo é possível na língua a partir do conjunto de seus elementos, nas delimitações que são impostas aos termos pelos outros termos. Novamente, uma citação longa é necessária, porque recobra exatamente o que Saussure propunha para o sentido dos termos:

([Sobre a palavra] autonomia.) Imagina-se que é muito importante definir 1º no sentido positivo (o que é ilusório: que não se esgotará *jamais*), 2º no sentido imediato, em que consiste a *autonomia* de um povo, para daí tirar 3º os sentidos figurados. Na realidade, não existe a palavra *autonomia* antes que sua esfera de significação esteja totalmente determinada e unicamente determinada pela oposição

em que ela entra com *independência, liberdade, individualidade*, etc., de tal maneira que, se uma só dessas palavras, como *independência*, etc., não existisse mais, o sentido de *autonomia* se estenderia imediatamente nessa direção.

E esse mesmo fato, puramente negativo, da oposição com as palavras comparáveis, é também o único que gera a precisão dos empregos “figurados”; nós negamos, na realidade, que eles sejam figurados, porque nós negamos que uma palavra tenha uma significação positiva. Toda espécie de emprego que não caia no raio de ação de uma outra palavra não é apenas parte integrante, mas é também parte constitutiva do sentido dessa palavra, e essa palavra não tem, na realidade, outro sentido além da soma dos sentidos não reclamados. (ELG, p. 74, grifos no livro).

Há uma frase que consideramos importante em Saussure: “não há dissociação positiva entre a idéia da palavra e a idéia da idéia que está na palavra.” (ELG, p. 6). Em outras palavras, somos nós, os falantes, que determinamos o que as palavras significam. “Uma palavra só existe verdadeiramente, de qualquer ponto de vista que se adote, pela sanção que recebe, a cada momento, daqueles que a empregam.” (ELG, p. 76). Ela sempre terá o sentido que lhe atribuímos. Em outros termos, é nosso julgamento que determina o que é o sentido, não aleatoriamente, claro, mas com base no conjunto de que é constituída a língua, fruto da coletividade social enfatizada incessantemente por Saussure em seus manuscritos.

3.7 Arbitrariedade, identidade, ponto de vista, método e objeto

Nas primeiras 80 páginas do ELG, é constante a ênfase ao que pode constituir o objeto no estudo da língua e às dificuldades que decorrem do fato da língua ser formada por dois elementos (ambos de ordem mental). Saussure afirma que é preciso, antes de tudo, saber que o objeto está na interseção desses dois domínios, não sendo possível estudar a língua por um dos dois lados apenas. Assim, toda a dificuldade do linguista, ao recortar seu objeto, está em descobrir a unidade, visto que a língua é essencialmente dupla. Em linguística, o objeto não é dado e recuperado pelos órgãos dos sentidos, como nas outras ciências. “Será que a lingüística encontra diante de si, como objeto primeiro e imediato, um objeto dado, um conjunto de coisas evidentes, como é o caso da física, da química, da botânica, da astronomia, etc.?” (ELG, p. 23). Saussure responde negativamente. O objeto, em linguística, somente é dado a partir da adoção de um ponto de vista:

Não se tem razão ao dizer: um fato de linguagem precisa ser considerado de vários pontos de vista; nem mesmo ao dizer: esse fato de linguagem será, realmente, duas coisas diferentes, conforme o ponto de vista. Porque se começa supondo que o fato de linguagem é dado fora do ponto de vista.

É preciso dizer, primordialmente, existem pontos de vista; senão, é simplesmente impossível perceber um fato de linguagem. (ELG, p. 23).

Todas as considerações iniciais de Saussure nesse manuscrito referem-se à duplicidade do signo linguístico e às dificuldades de estudar a língua em vista dessa duplicidade. Ele critica os estudos que partem da forma para depois estudar os sentidos ou o estudo que parte dos sentidos para depois estudar a forma, porque a língua não está em nenhum dos dois fatos isolados, mas na interseção dos dois domínios. Saussure aponta a falta de uma unidade na linguagem como o principal perturbador dos estudos. O fato linguístico só existe como fato duplo na consciência do falante, porque implica um significante e um significado, ambos elementos espirituais. Considerar o fato físico por oposição ao significado é um erro na visão saussuriana, pois o problema, diz Saussure, é o linguista ignorar que seu objeto está na interseção desses dois domínios, no seu ponto de junção. Fora dessa junção, nenhum dos dois elementos é uma unidade. Eles nada mais são fora do puro fato espiritual de consciência que os une.

Pensemos por um instante na pronúncia das palavras, que pode variar muito de pessoa para pessoa, pelas diferenças de modulação, intensidade, timbre de voz, etc. Como podemos saber que se trata de uma unidade da língua? Se nosso julgamento confirmar a identidade (é a mesma coisa; é o mesmo sentido), teremos uma identidade. Saussure utiliza a metáfora da composição musical: não é a sua execução única, um fato concreto, que vai dizer o que é uma composição musical. “Na verdade, essa composição só existe quando é executada; mas considerar essa execução como sua existência é falso. Sua existência é a *identidade* das execuções.” (ELG, p. 33, grifo no livro). A identidade corresponde ao reconhecimento de estar diante de um item da língua. Ou seja, é um julgamento que atribui sentido a um fato de língua, o que o torna idêntico, reconhecível (obviamente, identificável como linguístico, com sentido). A linguagem depende da atribuição de um sentido a determinado conjunto de sons (significante). Como determinar se um termo é significativo? É na recorrência de seus empregos que o item vai se mostrar idêntico ou não ao usuário da linguagem. Além disso, a identidade surge das diferenças entre os significantes ou das diferenças que se originam pela relação entre significação e significante. A identidade é um fato abstrato, alerta Saussure. Um exemplo é fornecido por ele:

O fato, por exemplo, de *aka* ser pronunciada por uma pessoa, num certo lugar e num certo momento, ou o fato de mil pessoas, em mil lugares e em mil momentos, emitirem a sucessão de sons *aka*, é, absolutamente, o único fato dado: mas não é menos verdade que só o fato ABSTRATO, a *identidade acústica desses aka*, forma sozinho a *entidade acústica aka*: e que não há um objeto primeiro a ser procurado, mais tangível do que esse primeiro objeto abstrato. (ELG, p. 33, grifos no texto).

É nesse sentido que o elemento linguístico é delimitado para o falante; está na sua consciência. Em outros termos, quando alguém fala, é necessário o ouvinte reconhecer os termos. Para haver língua, é necessário haver fala, mas a língua não é redutível a um exemplar de execução na fala.

Não há possibilidade de existir um fato linguístico como objeto que não dependa desse julgamento. Saussure alerta: “é profunda a ilusão de coisas que seriam *naturalmente dadas* na linguagem.” (ELG, p. 171). Então, segundo Saussure, o linguista, ao abordar o objeto, estará sempre num determinado ponto de vista, porque esse objeto não é dado de antemão, mas resultante de um julgamento. “Lembremos, com efeito, que o *objeto* da lingüística não existe para começar, não é determinado em si mesmo. Daí, falar de um objeto, nomear um objeto, nada mais é do que recorrer a um ponto de vista A determinado.” (ELG, p. 26, grifos no livro). Em outro trecho do livro, mais uma informação dessa natureza: “Eis o sentido mais geral que procuramos estabelecer: para nós, é proibido, em lingüística, embora não deixemos de fazê-lo, falar de ‘uma coisa’ de diferentes pontos de vista ou de uma coisa em geral, porque é o ponto de vista que, sozinho, FAZ a coisa.” (ELG, p. 173, grifos no livro).

Essa identidade só pode ser estabelecida pelo sentido, e esse sentido é interior, psíquico, em oposição ao som, e tudo decorre do fato do signo ser arbitrário. Além disso, esse sentido só é possível a partir dessa duplicidade do significante como um fato externo (som) e fato interno (representação psíquica) ao qual se conecta um significado. Estabelecendo uma comparação entre o objeto que serve de signo e uma mesa, ele diz que a mesa que temos diante de nós é materialmente a mesma hoje e amanhã, mas o objeto do signo não é o mesmo duas vezes. Ou seja, a matéria que entra na língua é sempre distinta.

No livro que Saussure escrevia, ele reúne todos os esforços para analisar o que pode, de fato, em termos de linguagem, ser o objeto de estudo do linguista e como esse objeto se apresenta. Saussure insiste no fato de não haver objeto antes da adoção de um ponto de vista. O linguista parte de um julgamento de identidade para determinar a existência de um objeto de linguagem, de uma generalização. Para determinar um fato de linguagem, há outro fato de linguagem anterior. Antes de qualquer coisa, há a abstração e uma generalização. O linguista

parte sempre de um primeiro “sentimento” de língua decorrente dos próprios elementos que analisa. Assim, “as primeiras e mais irreduzíveis entidades com que pode se ocupar o lingüista já são o produto de uma operação latente do espírito.” (ELG, p. 26). Não há possibilidade de estudar a linguagem sem antes admitir essa posição, pois o linguista é um ser que parte das operações intelectuais, marcadas pela linguagem, para fazer seus julgamentos e posicionar-se. “O lingüista parte de uma operação do espírito quando delimita sua unidade de trabalho.” (ELG, p. 171). Não há estudo independente dessa postura.

À medida que se aprofunda a matéria proposta ao estudo lingüístico, fica-se mais convencido dessa verdade que leva, seria inútil dissimular, singularmente a refletir: a ligação que se estabelece entre as coisas preexiste, neste domínio, *às próprias coisas*, e serve para determiná-las. (ELG, p. 172, grifos no livro).

Diferentemente de outros domínios, em lingüística, não se parte do objeto para depois generalizar, mas, antes, faz-se a generalização para depois abordar o objeto resultante dessa generalização. Assim, antes de tudo, há uma generalização que decorre de um ponto de vista. Outro exemplo do próprio Saussure:

Assim, muitos lingüistas pensam ter se situado no terreno psicológico-acústico ao fazer a abstração do sentido da palavra para considerar seus elementos vocais, dizendo que a palavra *champ*, do ponto de vista vocal, é idêntica à palavra *chant*, dizendo que a palavra comporta uma parte vocal que se vai considerar, mais uma outra parte, etc. Mas de onde se supõe, antes de tudo, que há uma *palavra*, que deverá ser considerada, depois, de diferentes pontos de vista?

Só obtém essa idéia, ela mesma, de um determinado ponto de vista, porque, para mim, é impossível ver que a palavra, em meio a todos os usos que dela se faz, seja algo dado, que se imponha a mim como a percepção de uma cor. (ELG, p.26-27, grifos no livro).

Percebem-se, aqui, os contornos de um pensamento altamente elaborado questionando o método do linguista a partir de uma análise do que ele faz quando recorta suas unidades. Nesse sentido, há uma clara preocupação epistemológica. Uma longa reflexão sobre o papel do sujeito conhecedor perante seu objeto poderia tomar forma aqui, analisando o ponto de vista de Saussure, num eminente momento de nascimento da ciência positiva! Saussure seria classificado de positivista? E estruturalista? Saussure alerta para uma situação que se distingue no estudo da linguagem se comparado a outros estudos. O linguista já procede de uma operação de espírito para determinar seu objeto e, assim, não se pode pensar que o objeto exista fora do ponto de vista adotado. O que parece evidente aqui é a dependência do linguista de um procedimento interpretativo que está, ele próprio, vinculado a um julgamento que só

pode ser feito via sua própria linguagem. Conforme Saussure, julgar uma palavra de palavra é uma distinção que resulta de uma ideia morfológica, de um julgamento do sentido, porque morfologia, em Saussure, remete a sentido, emprego, uso da linguagem. Por isso, é necessário, antes de tudo, fazer linguística sincrônica, para determinar quais são exatamente as unidades de que a língua é composta e que tipo de procedimento está implicado no recorte dessas unidades, na sua definição e em seu mecanismo de funcionamento. Resumindo: primeiro é preciso entender como os elementos de nossa língua estão constituídos e como funcionam, porque é com eles que se opera e, principalmente, é com eles que o linguista opera na sua empresa de definir o objeto de seus estudos. Assim, há antes de tudo, um procedimento básico e irreduzível necessitando ser esclarecido, uma vez que tudo o mais depende de esclarecer esse fato primeiro, “porque não há o menor traço de *fato lingüístico*, nem a menor possibilidade de perceber ou de determinar um fato lingüístico fora da adoção anterior de um ponto de vista.” (ELG, p. 27, grifos no texto).

Há diferentes gêneros de identidade. É isso que cria diferentes ordens de fatos lingüísticos. Fora de uma relação qualquer de identidade, um fato lingüístico não existe. Mas a relação de identidade depende de um ponto de vista variável que se decide adotar; não há, portanto, nenhum rudimento de fato lingüístico fora do ponto de vista definido que preside às distinções. (ELG, p. 172).

Além de tudo, Saussure alerta que não há um ponto de vista que seja superior ao outro e que o linguista precisa definir exatamente de qual ponto de vista partirá, para que não caia num eterno círculo vicioso. A identidade linguística resulta desse procedimento, porque o signo é totalmente psíquico e independente do material que o constitui. Nesse sentido, não há base fixa para delimitar o signo, sendo necessário amparar-se no procedimento de abstração através do julgamento decorrente do próprio conjunto de que é constituída a língua. Isso se deve ao caráter de arbitrariedade.

3.8 As características da vida semiológica e a arbitrariedade

Em todo os materiais do livro, Saussure se atém a examinar como a língua vive e como se transmite. Em virtude desses dois modos de existência da língua (no instante e na transmissão), Saussure invoca dois métodos de estudo: o sincrônico e o diacrônico que se ligam, necessariamente, à vida ontológica da linguagem. Em *Notas para um artigo sobre*

Whitney, Saussure afirma que a língua é fundamentalmente dupla e, ao mesmo tempo, histórica e abstrata, e na *Primeira Conferência na Universidade de Genebra* (1891) ele afirma que a primeira lei da transmissão do falar humano é a continuidade no tempo. Por isso, há duas existências da língua fundamentais na construção de todo edifício teórico. Acima de tudo, isso se deve à arbitrariedade.

Em *A essência dupla da linguagem*, Saussure, a quem apaziam as metáforas e analogias, comparou a língua a um sistema de sinais marítimos para mostrar as primeiras características do que é um sistema semiológico, composto de signos. “Quando uma bandeira, entre muitas outras, ondula no mastro [], ela tem duas existências: a primeira é ser um pedaço de pano vermelho ou azul, a segunda é ser um signo ou um objeto, que se entende dotado de sentidos por aqueles que o percebem.” (ELG, p. 52, lacuna no texto). Em seguida, Saussure apresenta as três características que ele atribui ao signo na sua primeira existência: primeiramente o signo só existe porque há alguém que lhe confere um sentido, que não decorre do que o pano é (segunda vida), nem do que se possa querer associar a ele, mas de sua diferença com os outros panos que estão ao seu lado (sintagma) e de sua diferença com os outros panos que não foram içados (paradigma), mas que poderiam ter sido içados para figurar no mesmo contexto (primeira vida). Então, vemos claramente que o signo pertence a um conjunto organizado não pelo material de que são compostos seus elementos, mas pelo sentido atribuído a cada um no momento de seu emprego, decorrente dos signos no mesmo ambiente e dos que não estão aí no momento, mas que poderiam estar. Enfim, o sistema linguístico é composto de duas ordens: paradigmática e associativa. É nesse sentido que o signo resulta de uma diferença com os outros signos, sendo negativo, pois é o produto não reclamado pelos seus companheiros de sistema. Ele não é resultante do material que o compõe, porque a relação entre forma e sentido é arbitrária.

Outra decorrência da arbitrariedade do signo é que a língua deve ser estudada por outra perspectiva, separando o estudo dos sons e de suas modificações do estudo do estado de língua, da vida do signo dentro do sistema. Enfim, se o significante, que entra na constituição do signo, é decorrente do som físico, ele é, ainda assim, independente desse som, porque ele se constitui juntamente com o significado, não havendo determinação do som para o signo (significante).

Pelo próprio fato de que nunca há, na língua, traço de correlação interna entre os signos vocais e a idéia, entre a idéia e seu instrumento, esses signos são abandonados à própria vida material de um modo totalmente desconhecido nos

domínios em que a forma exterior exige o mais leve grau de correlação natural com a idéia. (ELG, p. 184).

O significante possui, por isso, *duas vidas*: uma espiritual e outra física. Saussure refere-se constantemente a esse segundo funcionamento como a segunda vida do signo (significante na terminologia saussuriana), enfatizando as implicações disso para os estudos da linguagem. O arbitrário é justamente o princípio de não equivalência entre a existência do signo na sua primeira e na sua segunda vida. Não há determinação nem previsão possível para a primeira vida com base no material de que ele é composto. Mas, como uma ordem é necessária, haverá determinação no momento em que há relação entre os elementos, ou seja, organização em sistema. Então, a força do sistema é oposta à força do arbitrário na vida linguística. É assim que a arbitrariedade do signo, bem como as unidades da linguagem, se ligam à segunda vida do significante. Saussure não cansa de dizer que o significante existe em dois domínios que devem ser nitidamente separados.

A existência que se pode atribuir ao signo só está, em princípio, na associação que o espírito faz dele com uma idéia: por isso, podemos e devemos nos surpreender pelo fato de se tornar necessário conceder ao signo [significante] uma segunda existência, que não depende da idéia à medida que se avança no tempo. Essa segunda existência, é essencial observar, só se manifesta ou encontra sanção tangível no instante em que há, um em face do outro, um *passado* e um *presente*, enquanto a primeira é imediatamente contida no presente. Em compensação, a segunda existência do signo (*através do tempo*) só se mantém quando se isola o signo de sua significação e de qualquer significação que lhe sobrevenha. (ELG, p. 52, grifos no livro).

Em seu conjunto teórico, focado no sistema de língua, no sistema morfológico, não é possível fazer a análise da língua através do tempo, desconsiderando os estados, pois o poder da significação, do sentido, está vinculado ao estado de língua, tal qual se apresenta ao sujeito falante. No estado de língua, encontra-se o acoplamento do significante ao significado, criando as unidades que resultam da relação com outras dentro do sistema linguístico. O parâmetro para dizer o que é um elemento linguístico é a consciência do sujeito falante. Fora dessa consciência, há somente a materialidade transmitida (significante na sua segunda vida). Lembremos da comparação com o conjunto de sinais marítimos acima.

Ao tratar da história, Saussure afirma que o sistema funciona totalmente isolado dos fatos. Contudo, diferentemente de dizer que Saussure recusa o estudo da história da língua, ele quer que esse estudo seja feito sob outros parâmetros. Para ele:

[...] o trabalho do historiador pode lançar uma luz muito viva, incidindo sobre as condições que regem a expressão do pensamento, principalmente ao produzir a prova de que não é o pensamento que cria o signo, mas o signo que determina, primordialmente, o pensamento (por conseguinte, o cria, na realidade, e o leva, por sua vez, a criar signos, sempre um pouco diferentes daqueles que recebeu). (ELG, p. 45).

Assim, o papel do historiador é verificar como age o som sobre o sistema; investigar o papel da arbitrariedade; como ele acarreta as mudanças pela sua característica de ser transmitido, não só de pessoa para pessoa, mas também de um momento para outro, vivendo, por conseguinte, nessa dupla relação interna e externa, como elemento da consciência e elemento fora da consciência, físico, na sua primeira e na sua segunda vida. E essa característica, da vida dupla, decorre do fato de que o significante se associa internamente a um significado, mas quando é transmitido, não é juntamente com o significado, no sentido de que cada significado é criado interiormente na consciência, com base na sanção que recebe da coletividade, nessa relação entre signos, estando, todavia, suscetível de ser afetado pelo fato externo de forma imprevisível em relação aos resultados no sistema.

Haverá, imediatamente, essas duas maneiras de conceber a questão: ou as condições em que um pensamento chega a corresponder a um signo - ou as condições em que um signo chega a se transmitir durante seis meses, ou doze meses, e logo o *pensamento* é suprimido porque esse pensamento pode diferir de um instante para outro. Ora, o fenômeno primordial da linguagem é a associação de um pensamento a um signo; e é justamente esse fato primordial que é suprimido na transmissão do signo. (ELG, p. 46, grifos no livro).

Assim, o significante está situado no espírito do sujeito falante, acoplado a um pensamento (primeira vida), mas é abandonado à sua outra vida na transmissão (segunda vida), de forma bem diferente dessa primeira existência. Após algum tempo, ele não representa mais esse estado inicial e, como metáfora para compreendermos essa segunda vida, Saussure recorre à figura do barco ao mar:

A língua, ou o sistema semiológico, qualquer que seja, não é um barco no estaleiro, mas um barco lançado ao mar. Desde o instante em que ele tem contato com o mar, é inútil pensar que é possível prever seu curso sob o pretexto de que se conhece exatamente as estruturas de que ele se compõe, sua construção interior segundo um plano. (ELG, p. 248).

A língua é como o barco lançado ao mar. Não se pode prever seu funcionamento com base no material (físico) de que é constituído, mas no modo como esse material se comportará no sistema ao qual estará integrado, ainda que o material do barco seja físico antes e depois de entrar no mar, enquanto o material da língua, ao entrar no mar, na sua vida semiológica, seja apenas abstração.

Essa será a reação capital do estudo da linguagem sobre a teoria dos signos, esse será o horizonte para sempre novo que ela terá aberto []: ter percebido e revelado *todo um lado novo do signo*, a saber, que este só começa a ser realmente conhecido quando se percebe que ele é algo não apenas transmissível mas, por natureza, *destinado a ser transmitido*, 2º modificável. Apenas para quem quer fazer teoria da linguagem é a complicação centuplicada []. (ELG, p. 189, grifos e lacunas no livro).

Em virtude das características do funcionamento semiológico, Saussure enfatiza a irrelevância de especular sobre as origens da linguagem. Para ele, a vida do signo difere essencialmente de sua origem, sendo tarefa vã querer compreender essa origem: “ORIGEM DA LINGUAGEM: Inanidade da questão para quem tem uma idéia justa do que é um sistema semiológico e de suas condições de *vida*, antes de considerar suas condições de gênese, [...]” (ELG, p. 196, grifos no livro).

O signo possui a característica inerente da transmissão, em virtude de ser arbitrário, aspecto constantemente enfatizado por Saussure em todo ELG. A transmissão é vital para a linguagem, embora não entre na sua constituição. Como Saussure concilia o fonético com a transmissão e com a contingência, pode-se afirmar que o fonético representa o significante na sua transmissão, na sua segunda existência. Assim, essa existência vincula-se ao contingente, ao arbitrário. Saussure afirma que é necessário fazer uma separação definitiva entre ‘o ser língua’, sempre momentâneo, e o fato contingente desse ‘ser língua’ ser ordinariamente destinado a se transmitir através do tempo. Conclui-se, pois, que a linguagem possui duas características fundamentais: ser o que é e ser transmissível. “Em parte alguma, no estado atual, pode-se pronunciar a palavra *língua*, ou *linguagem*, sem que se tenha, antes, que verificar o equívoco possível entre *língua* e *transmissão de língua*.” (ELG, p. 79, grifos no livro).

3.9 A mudança fonética e a mudança analógica

Na *Segunda conferência da Universidade de Genebra*, Saussure trata das duas grandes forças de transformação da língua: as mudanças fonéticas e as mudanças analógicas. “A observação e a análise dessas duas ordens de fenômenos constituem a ocupação quase exclusiva do lingüista [...]” (ELG, p. 139). As primeiras são relativas ao lado fisiológico e físico da fala e são inconscientes. Saussure afirma que elas atacam a forma pelo lado do som e são operações puramente mecânicas, sem objetivo nem intenção. A causa fonética “escapa à nossa atenção e à nossa consciência. Ela “atinge cegamente todas as formas da língua em que se encontra o som em questão e, por conseguinte, oferece um caráter de regularidade matemática.” (ELG, p. 142). Seu objetivo é diferenciar as formas. As segundas são relativas ao lado psicológico e mental do mesmo ato e são conscientes, ainda que ele faça um importante observação sobre a relatividade da noção de consciência. A analogia ataca a forma pelo lado da ideia e corresponde a operações inteligentes com objetivo e sentido. A analogia “representa uma *associação de formas* no espírito, ditada pela *associação das idéias representadas*. (ELG, p. 140, grifos no livro). Seu objetivo é reestabelecer as formas. A analogia refere-se à composição de palavras a partir de outras palavras ou outros signos (porque o signo não é sinônimo de palavra), através das relações que se estabelecem entre signos e que permitem a língua estar sempre num processo de criação e recriação, mas sem necessariamente utilizar-se de materiais novos. Ela sempre fará uso daquilo que o sistema lhe disponibiliza. Nos *Antigos Documentos*, Saussure argumenta que é difícil criarem-se palavras totalmente novas na língua na mesma medida em que se criam palavras a partir de elementos do sistema.

O que é uma palavra nova, ou seja, a dificuldade de introduzir uma palavra nova, além da afirmação da ligação sistemática entre todas as partes da língua? Criam-se milhões de formas de conjugações ou de [], mas não há uma que represente um jorro original surgido arbitrariamente de uma fonte desconhecida. É preciso não apenas que os elementos sejam colocados nas combinações já conhecidas, mas que tudo esteja, por assim dizer, preparado para fazer jorrar a nova combinação. (ELG, p. 92-93, lacuna no livro).

Nessa conferência, quando Saussure atribui a mudança linguística a duas causas essenciais: a mudança fonética e a mudança analógica, ele cita a fala da criança como fonte preciosa de formas analógicas. Novamente, Saussure enfatiza a criação, mas feita a partir dos próprios materiais disponibilizados pela língua: “Não haverá jamais criação *ex nihilo*, mas

cada inovação será uma nova aplicação de elementos fornecidos pelo estado anterior da linguagem.” (ELG, p. 140, grifos no livro). Igualmente: “não é possível, para a língua, construir uma forma bruscamente e por um ato realmente criador. Os elementos da nova forma são sempre tirados do acervo adquirido.” (ELG, p. 165). A mudança ocorre nesse jogo entre mudança fonética e reestruturação no sistema. Ou seja, entre o desregramento do arbitrário e o regramento da motivação.

É maravilhoso ver como, de qualquer modo que os acontecimentos diacrônicos venham a perturbar, o instinto lingüístico se acomoda para tirar disso o melhor proveito para uma []. Isso lembra o formigueiro em que se enfia uma vareta e que, no mesmo instante, tem seus danos reparados, estou querendo dizer que a tendência ao sistema ou à ordem não se abate jamais: por mais que se tire de uma língua o melhor de sua organização, no dia seguinte os materiais restantes terão sofrido um arranjo lógico em uma sentido qualquer, e esse arranjo será capaz de funcionar no lugar do que se perdeu, embora, às vezes, em um outro plano geral. (ELG, p. 227, lacuna no livro).

Nesse processo de mudança morfológica, que se apoia nos outros elementos do sistema, está o papel central da analogia. Para Saussure, a mudança linguística decorre ou da mudança fonética (fato físico e não significativo decorrente da arbitrariedade do signo), que atinge o sistema, ou por um fato psicológico de decomposição e recomposição de formas (significativo, baseado no sentimento de língua). A língua é composta de palavras e, para que possa ocorrer a analogia, é necessário um procedimento de decomposição dessas palavras. É extraído das palavras já prontas, as partes significativas, que novas palavras são compostas. Saussure chama isso de análise da língua, que deveria corresponder à análise do gramático. O gramático, ao estudar morfológicamente um sistema em seu estado, busca reconstruir, através das formas concorrentes, as análises feitas pela língua. Mas qual é a garantia da correção dessa análise? É a consciência dos sujeitos falantes dessas unidades menores atestadas quando novas formas se criam. Exemplificando:

Não dizemos: eu junto o elemento *os-* e o elemento *-eur*. Não. Nós procedemos sempre por proporção: *je grave*, ou *graver: graveur = j'ose* ou *oser: x; x = oseur*. Portanto, a nossa unidade fundamental é sempre a palavra pronta. Mas isso não nos impede de fazer, inconscientemente, na palavra pronta, a mesma análise que o lingüista faz. Nós separamos um som relativo a esta ou àquela idéia específica, como *oser*, *penser* e um outro som, escolhido para marcar uma relação determinada da palavra com essa idéia. (ELG, p. 166, grifos no livro).

Vê-se, pois, como está implicada a arbitrariedade, já que não há uma lógica que guie essas análises da língua, porque o fator fonético, a mudança dos sons, perturba o sistema de modo que a língua seja obrigada a se reconstituir ou se recriar com apoio nas formas contemporâneas do sistema. O fator da mudança fonética age como eterno perturbador do sistema, que, graças à força da solidariedade dos seus elementos, consegue sempre continuar, sem sofrer danos irreparáveis. É a eterna tendência do movimento contínuo da língua.

Mas eis um fato capital: as análises que reproduzem a análise da própria língua num momento dado não correspondem, necessariamente, às análises que ela tinha feito num estado anterior. Entre outras causas, as modificações fonéticas: *chant[eur]*, mas *can[tor]* ou *can[torem]*. Por quê? Porque *-atorem* se confundiu com *-orem* foneticamente; assim, a exemplo de *labour, labourer*, nós estabelecemos, entre *chanteur* e *chanter*, uma relação que os latinos não podiam estabelecer entre *can[tor]* e *can[tare]*. Tudo depende, então, da situação recíproca das formas parentes em cada época considerada. A análise só é verdadeira por um tempo circunscrito. (ELG, p. 167, grifos no livro).

Para Saussure, é fundamental que o linguista separe os dois domínios: o fonético e o morfológico. O morfológico se ampara no sentimento do sujeito falante. Saussure indica o seguinte princípio: “Todas as vezes que se considera uma mesma forma em datas diversas, se faz fonética, - e todas as vezes que se considera [sic] formas diversas numa mesma data, se faz morfologia [...]” (ELG, p. 156) Para Saussure, a morfologia é a teoria dos signos, atendo-se à análise dos signos dentro do sistema, e está intimamente vinculada ao falante, pois ele tem consciência dos elementos significativos de sua língua. Sua crítica é sempre em relação ao modo de estudar os fatos linguísticos desconsiderando o sujeito falante:

Deveria haver uma reação formidável contra essas aberrações, uma reação cuja palavra de ordem, muito justa, seria: observe o que se passa nas línguas de hoje, na linguagem de todos os dias. Não atribua aos períodos antigos da língua nenhum procedimento ou fenômeno além dos que são contestáveis na linguagem viva. (ELG, p. 158).

O linguista novamente nos alerta para o critério a ser adotado: “Critério: O que é real, é aquilo de que os sujeitos falantes têm consciência em um grau qualquer; tudo aquilo de que eles têm consciência e apenas aquilo de que eles podem ter consciência.” (ELG, p. 158).

Esse resumo do pensamento central que pudemos recuperar, via leitura do ELG, é importante para compreender o conjunto teórico saussuriano. Na seção seguinte,

examinaremos os pontos de vista de alguns leitores de Saussure, que tanto tomam exclusivamente o ELG, quanto o CLG como fontes de pesquisa. O panorama que apresentamos sobre o modo como Saussure trata o arbitrário nas duas obras servirá como base para a compreensão do que segue.

4 LEITURAS DO ARBITRÁRIO

Entre os leitores de Saussure, selecionados para este estudo, há consenso sobre os problemas no tratamento do arbitrário. Eles decorrem de vários motivos que são levantados pela crítica e vão desde a natureza das provas para o arbitrário, às dificuldades provenientes do fato de Saussure partir de lados diferentes, indo do signo à língua, ou da língua ao signo, ao problema da delimitação das unidades. Outros motivos referem-se à natureza dialética e aforística de seu pensamento, sem uma teorização mais precisa. Em outros termos, há uma dificuldade de compreender o lugar do princípio no conjunto teórico. Consideramos que a leitura integrada das reflexões saussurianas, tomando o CLG e os novos textos, com o auxílio dos cadernos dos alunos, permite novas leituras do arbitrário. Procuraremos pormenorizar alguns posicionamentos de leitores de Saussure que se atêm, com mais ênfase, a discutir o princípio. Esses autores adotam posturas diferentes de leitura. Há aqueles que discutem a questão do arbitrário no sentido de sua relação com o debate clássico, procurando entender como Saussure se posiciona sobre esse ponto, ou seja, sobre a relação da língua com os objetos no mundo (NORMAND, 1973; FEHR 2000; BENVENISTE, 2005 e BOUQUET, 1997). Outros debatem o arbitrário em relação à teorização sobre a língua, de modo a verificar qual é seu lugar no sistema (SUENAGA, 2005; GADET, 1996 e CULLER, 2003).

Essa divisão encontra razões nas próprias teses de Saussure, visto que ele de fato debate o arbitrário na sua relação com o externo e o arbitrário na sua relação intrassistêmica, sob o polo do significante e sob o polo do significado, além de que ele era extremamente ciente das dificuldades que decorriam do fato de a língua ser dupla. Uma queixa constante de Saussure era a dificuldade de encontrar termos adequados para designar cada uma das faces do signo e o próprio conjunto, pela característica do caráter duplo. Como deixar clara a dupla situação da língua e a devida separação de cada uma dessas instâncias? Saussure considerava difícil encontrar um termo que não deslizesse, para designar “a substância deslizante da língua.” (ELG, p. 241). Afinal, no discurso há sempre um caminho que leva à “paronímia perpétua.” (ELG, p. 220). “Ora essa razão é tão poderosa que chega a ser uma tarefa

impossível buscar termos que estabeleçam a separação do que é forma ou sentido, eu me refiro a termos que valham absolutamente e que não nos façam de bobos na primeira curva do caminho.” (ELG, p. 220). Arrivé (2010) chama a atenção para o desenho frequentemente utilizado por Saussure nas aulas para representar o signo, a forma oval com duas células separadas por uma linha:



Fonte: CLG, p. 80.

O autor escreve: “Essa era, para Saussure, o único meio de marcar graficamente, ao mesmo tempo, sua necessária distinção e a relação que se estabelece entre elas.” (p. 57). Essa representação visa, ao mesmo tempo, dessubstancializar a língua de sua substância sonora e marcar a necessária relação e separação das duas faces. É, de fato, nesse último aspecto que se encontra a importância teórica da noção de signo, difícil de ser compreendida teoricamente no funcionamento linguístico.

As dificuldades de Saussure para especificar a natureza do signo linguístico em virtude de seu caráter duplo, mostrando seu funcionamento, são apontadas por vários autores. Normand (1973) afirma que há uma dificuldade de integrar o princípio da arbitrariedade com o sistema, Engler (1962) sente a falta de uma teorização maior quando Saussure trata de semiologia ou de linguística e Suenaga (2005) aponta as dificuldades que decorrem de considerar o polo vertical (significante e significado) antes ou considerá-lo depois da teorização sobre as relações horizontais (entre signos). Saussure ora procedia de um modo, ora de outro, não teorizando bem a passagem entre um e outro.

Para traçar o panorama oferecido pelos intérpretes de Saussure sobre o arbitrário do signo, separamos as discussões conforme os tópicos que eles examinam. Como já dissemos, os conceitos saussurianos funcionam em rede e, por isso, qualquer conceito estudado na teoria precisa ser visto sob o ponto de vista de sua relação com os outros conceitos ou problemas suscitados.

4.1 Leituras do arbitrário no CLG

Rudolph Engler (1962) estudou o conceito de arbitrariedade em um célebre artigo¹⁴, *Théorie et critique d'un principe saussurien: l'arbitraire du signe*, considerado uma das tentativas mais completas de elucidar o problema do princípio em Saussure. O autor procede a uma minuciosa análise sobre o conceito, levantando todas as ocorrências no CLG e nas fontes manuscritas. Tomando a obra no seu conjunto, ele mostra o raciocínio de Saussure e os procedimentos dos editores, sempre amparado nos textos manuscritos para elucidar as questões, visto ser um profundo conhecedor dos escritos saussurianos. Após o levantamento de 70 excertos, de diversas obras, que tratam dessa noção no conjunto teórico saussuriano, o autor apresenta os pontos controversos:

O lugar do princípio no sistema linguístico saussuriano. No CLG ele está colocado quando se trata das características do signo, portanto, na semiologia. Nesse momento, Saussure fala de sincronia, mas volta ao princípio quando fala da diacronia. Quando a crítica se refere à motivação ou às características psíquicas do signo, diz Engler, assumem um ponto de vista sincrônico. Nehring e Ullmann (apud ENGLER, 1962) pensam no ponto de vista diacrônico, mas Ullmann critica Saussure por ter confundido os dois eixos na sua consideração sobre a onomatopeia. De acordo com o autor, Godel e Sechehaye, que conhecem o curso, colocam o arbitrário como princípio semiológico, com o que o autor concorda.

Termos em jogo: essa questão diz respeito ao fato de que, embora para Benveniste o arbitrário se refira à relação entre signo e objeto, após Godel e Ege, citados anteriormente por Engler, Saussure tinha em mente apenas a relação entre significante e significado. Engler diz, contudo, que o alcance do princípio pode ser questionado a partir das fontes manuscritas. O autor pergunta: devemos falar de um arbitrário do elo e de um arbitrário do significante?

¹⁴ Há um complemento a este artigo publicado por Engler em 1964 nos *Cahiers Ferdinand de Saussure*, n. 25, cujo título é *Compléments à l'arbitraire du signe* ao qual não foi possível ter acesso.

Arbitrário e necessário. Para Benveniste e Pichon¹⁵, significado e significante estão unidos por uma necessidade, e certas afirmações de Saussure corroboram a ideia, embora seu ponto de vista diferencie-se do ponto de vista dos autores. Groot (apud ENGLER, 1962) tentou uma conciliação. Analisar o arbitrário a partir da fala, afirma Engler, pode iluminar esse problema.

Signo e objeto: a relação entre signo e objeto, ou seja, entre significado e ideia preexistente, preocupa os estudiosos. Saussure ocupou-se disso? Para Engler, as notas sobre a onímica mostram desde o início que Saussure não era insensível às objeções que poderiam advir de uma teoria do conhecimento.

Terminologia: Godel estabeleceu o caminho da terminologia em Saussure. Frei (apud ENGLER, 1962) tentou opor um Saussure do primeiro a um Saussure do terceiro curso (1910-1911). Engler questiona se as flutuações e hesitações delatam uma evolução pessoal do mestre.

Engler comparou o CLG com as fontes manuscritas e concluiu que a ordem adotada por Bally e Sechehaye não equivale a dos manuscritos. O conceito aparece de forma dispersa nas notas pessoais, que não se relacionam entre si, e, nos cursos, ele sempre é abordado de uma maneira diferente. Engler conclui que o arbitrário se apresenta de três modos: como princípio semiológico, como base do mecanismo sincrônico e como correlativo do princípio diferenciado do valor. A motivação sincrônica aparece como uma limitação do princípio do arbitrário, que, na diacronia, age como fator de desregramento da mudança fonética, provocando a ação de ordenação da analogia no sistema. Fora dessas duas esferas, o arbitrário é um princípio pancrônico e semiológico. Engler aponta duas possíveis objeções ao seu raciocínio: 1) de o termo arbitrário ser explicado pela palavra imotivado na primeira parte do CLG, quando Saussure apenas utilizava esse termo ao se situar no sistema da língua. Houve uma mistura na utilização das notas pelos editores. Saussure sempre falou de arbitrário, quando se colocava no plano do signo isolado, e imotivado, quando no plano do sistema; 2) no CLG há a afirmação de que as propriedades gerais do signo podem ser consideradas parte

¹⁵ Pichon é mencionado por alguns autores por ter feito uma crítica ao arbitrário do signo em termos muito próximos aos de Benveniste, dois anos antes, em 1937, no *Journal de psychologie normale et pathologique*. Dois anos após a publicação da crítica benvenistiana, Pichon publicou na *Acta linguistica* (revista em que consta o artigo de Benveniste), um artigo felicitando-o ironicamente pela adesão à sua tese. Quem nos esclarece esse peculiar é Arrivé (2010), indicando certo problema decorrente das semelhanças entre os dois pontos de vista.

integrante da linguística sincrônica (CLG, p. 117, versão brasileira). Nas notas, Saussure teria se questionado sobre se certos princípios deveriam aparecer antes ou depois da bifurcação sincronia/diacronia e que, no Curso, esses princípios teriam sido projetados antes. Contudo, Engler afirma que nas fontes, em todas as ocasiões, Saussure coloca o arbitrário como princípio semiológico. Quando coloca o princípio como fator da língua, ele considerava a língua como generalização; o que é verdade para toda e qualquer língua. Sechehaye, aponta Engler, também já havia dito que o trecho do CLG não corresponde à sincronia e sim à generalização que serve tanto à sincronia quanto à diacronia. Uma vez que se está na abstração, tudo pode ser compreendido, conforme Engler, até mesmo a seguinte afirmação de Saussure: “O ponto de vista pancrônico não atinge jamais os fatos particulares da língua.” (CLG, p. 112), porque estamos no terreno da abstração. Engler aponta que o arbitrário do signo é uma premissa possuindo consequências na língua no tempo e no espaço social e é ponto de partida para classificá-la.

Outro exame sobre como aparece o arbitrário do signo no CLG em relação às fontes é feito por Bouquet (1997). De acordo com o autor, quando o signo linguístico é definido no capítulo *Natureza do signo lingüístico*, no CLG, os editores fazem uso da noção de signo envolvendo as duas faces, quando Saussure tinha em mente apenas o significante. Bouquet (1997) argumenta que há diferenças significativas entre os manuscritos e o CLG, originando muitos dos problemas em torno do arbitrário.¹⁶ Para ele, o tempo todo, tanto nos cursos, quanto em seus escritos, Saussure utiliza o termo signo com duas acepções: referindo-se à entidade global e ao significante apenas. Para Bouquet (1997), Bally e Sechehaye, ao estenderem retrospectivamente o par significante/significado, introduzido na aula de 19 de maio, às aulas de 02 a 12 de maio de 1911, criam uma fonte de confusões. Bouquet apresenta três constatações: 1) de 16 vezes que a arbitrariedade aparece no CLG, 9 vezes corresponde às fontes, mas sem que os autores se dessem conta da ambiguidade do termo, pois utilizam-no para a entidade global quando Saussure atribui o elo do arbitrário ao significante em relação ao significado. Assim, existiria um arbitrário do significante apenas; 2) nos 7 casos restantes, os enunciados de Bally e Sechehaye não correspondem a esse arbitrário do significante, o que reforça o conceito indiferenciado de arbitrário do CLG, chamado conceito fantasma pelo autor e, por fim, 3) uma passagem capital nos textos originais indica que Saussure alarga o conceito

¹⁶ Para Bouquet, o CLG não passa de uma obra apócrifa que não deve ser considerada como contendo o pensamento original de Saussure. Seu posicionamento sobre a obra pode ser lido num artigo publicado na Revista Brasileira Letras & Letras (BOUQUET, 2009). O autor divide Saussure em dois: o pseudo-Saussure, da obra apócrifa do CLG (termo de Bouquet) e o Saussure autêntico dos manuscritos. Para ele, o CLG deformou o pensamento de Saussure e impediu o acesso ao pensamento original, muito superior ao que o Curso fez veicular.

de arbitrário (aula de 12 de maio de 1911), mas isso foi ignorado por Bally e Sechehaye. Bouquet afirma que, primeiramente, para Saussure, não há outro elo de necessidade entre uma forma conceitual que não seja aquela criada pela convenção da língua nos termos da concepção clássica (*thesei* de Platão). Essa não é uma tese original de Saussure, mas o original está em que o significado vem por primeiro na natureza do signo linguístico, tese que ele apresentou prudentemente na aula de 02 de junho de 1911 sobre o valor do signo linguístico. Bouquet (1997) argumenta que há um arbitrário do valor duplo que se aplica de modo distinto ao valor do significante e ao valor do significado, ou seja, há uma dupla contingência no interior do sistema linguístico: todos os significantes em relação aos outros significantes e todos os significados em relação aos outros significados. Para Saussure, dois valores arbitrários, o valor fonológico e o valor conceitual são articulados ente si pelo elo arbitrário que une o significante ao significado. Bally e Sechehaye teriam opacificado o pensamento de Saussure, alimentando as intermináveis discussões.

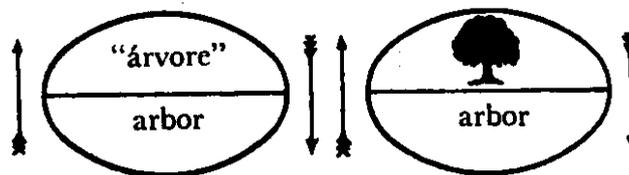
Ainda que Bouquet aponte essas questões, no entender de Engler (1962), não houve evolução no pensamento de Saussure sobre o arbitrário, mas apenas modos diferentes de ele revisitar o problema, com mudanças na terminologia, que, segundo ele, podem dar indicações importantes:

Assim, *convencional* é anterior a 1900. *Arbitrário*, bem raro nas notas pessoais, vem a ser o termo chave nos três cursos. *Independente*, *livre*, *fortuito* intervém esporadicamente. *Imotivado* data do fim do terceiro curso (1911) e deve ser reservado à sincronia. De todo modo, ele somente qualifica o significante. Aliás, nem sempre é fácil delimitar os termos na obra de Saussure. A diferença feita por Whitney [62, 194] entre *arbitrário* e *convencional* parece abandonada. *Independente* e *livre* provavelmente não foram definidos muito rigorosamente. *Fortuito* pode designar o significante como produto da evolução histórica. (ENGLER, 1962, p. 60, tradução nossa, grifos do autor).

O autor afirma que o CLG reproduz fielmente os ensinamentos de Saussure. Para ele, o CLG é uma resposta colocada às questões de Bally e Sechehaye ao redigirem o livro e outras questões posteriores podem ser elucidadas através do estudo dos manuscritos. Ele atribui a discussão suscitada a certa mistura nos termos utilizados, tanto pelos editores, quanto por Saussure, e alerta ser imprescindível distinguir o plano semiológico do plano da língua abstrata (generalização das línguas), levando sempre em conta o contexto e o desenvolvimento do pensamento, procedimento e método ensinado por Godel.

4.2 Língua e realidade

Um dos aspectos mais controversos sobre a arbitrariedade do signo decorre de saber se Saussure se ocupou da relação do signo com as coisas e, se disso se ocupou, como concebeu essa relação. Uma das razões para essa dúvida é justamente o tratamento do arbitrário no CLG. Ainda que na obra a ênfase ao não nomenclaturismo esteja evidente no capítulo *Natureza do signo lingüístico*, em razão de algumas decisões dos editores e também em virtude da própria teorização de Saussure, há elementos que levam a questionar como essa relação aparece. Na p. 81 do CLG, na versão brasileira, há o seguinte desenho:



Fonte: CLG, p. 81.

Ao incluírem o desenho da árvore em uma das formas ovais, os editores fazem crer na relação de um para um entre o elemento do mundo e a palavra que o designa, exatamente no sentido nomenclaturista combatido por Saussure. Nos cursos esse desenho não aparece nem as flechas da maneira como ali estão colocadas. Quanto à teorização de Saussure, o que causou problemas foi o exemplo de *ochs* e *boeuf*, suscitando uma das críticas mais comentadas, publicada por Benveniste em 1939 na *Acta Linguistica*, porque toca no ponto nevrálgico da relação da língua com a realidade em Saussure. Esse texto teve grande repercussão e é sempre referido como uma das leituras que primeiramente viu a contradição na natureza das provas sobre o arbitrário, que realmente estão postas no CLG e, seguidamente, também nas fontes. Uma boa quantidade das leituras procura responder como Saussure dá conta dessa questão.

A crítica de 1939 é baseada na leitura do conceito de signo conforme apresentado no CLG. Benveniste reproduz integralmente a crítica quase 30 anos após no *Problemas de Lingüística Geral I*, no capítulo *Natureza do signo lingüístico*, mesmo quando já conhecia as fontes manuscritas de Godel (1969), conforme indica na nota de rodapé na página 35 de sua obra. (PLG I, p. 35). A pergunta que se pode propor é: por que Benveniste manteve essa crítica ainda que soubesse das novas interpretações advindas das fontes? Provavelmente porque o texto de 1939 (que reaparece no PLG I) possui importância para as teses de

Benveniste. Ou seja, ele utiliza as ideias para a sua própria definição de signo, que difere da definição saussuriana. É de consenso que Benveniste toma as ideias de Saussure em grande linha de conta, principalmente exaltando a teoria do valor em Saussure, conforme atestam seus escritos.

A crítica de Benveniste aponta uma contradição patente em Saussure na teorização da arbitrariedade. Normand (1973) cita Malmberg, De Mauro, Benveniste e Mounin que examinaram o conceito entre os anos de 1966 a 1969. Todos estão de acordo com as incoerências na base do CLG apontadas por Benveniste. Ela discorda de Mounin, para quem a forma de exposição no CLG deve ter sido amenizada por causa do estado de um pensamento em curso de desenvolvimento e procura desenvolver sua própria concepção sobre as razões para Saussure ter dito o que disse. Ela acredita haver razões históricas precisas, pertencentes à história da produção de conceitos, ou seja, nos dois modos de colocar o problema: o modo filosófico e o modo científico, porque há uma etapa intermediária necessária para a construção de conceitos científicos claros. Ela discorda da posição dos autores que julgam o conceito fundamental na teoria, mas alegam ser apenas uma tomada de posição em relação ao debate clássico sobre a origem da linguagem. Vejamos, primeiramente, em que termos Benveniste critica o arbitrário.

Benveniste afirma que a tese saussuriana está na base de todos os trabalhos de linguística da época, sendo unanimemente aceita e, por isso, sendo necessário um questionamento sobre o sentido atribuído por Saussure ao conceito, bem como sobre a natureza das provas utilizadas. Basicamente, ao retomar a clássica definição de signo, conforme aparece no CLG, de que o elo que une o significante ao significado é arbitrário e de que, assim, o signo linguístico é arbitrário, Benveniste critica Saussure por ter trazido o elemento da realidade do mundo aos exemplos de *boeuf* e *ochs* para demonstrar a arbitrariedade. Ou seja, para Benveniste, Saussure caiu em contradição:

Está claro que o raciocínio é falseado pelo recurso inconsciente a um terceiro termo, que não estava compreendido na definição inicial. Esse terceiro termo é a própria coisa, a realidade. Saussure cansou-se de dizer que a ideia de “soeur” não está ligada ao significante *s-ö-r*, porém não pensa menos na realidade da noção. Quando fala da diferença entre *b-ö-f* e *o-k-s*, refere-se, contra a vontade, ao fato de que esses dois termos se aplicam à mesma *realidade*. Eis aí, pois, a *coisa*, a princípio expressamente excluída da definição de signo, e que nela se introduz por um desvio e aí instala para sempre a contradição. (PLG I, p. 54, grifos do autor).

O autor afirma que somente pensando na realidade concreta e substancial *irmã* ou *boi* que se pode julgar a arbitrariedade entre *boeuf* e *ochs*. Se a língua é forma e não substância,

afirma, deve-se deixar de fora a realidade na definição do signo. Benveniste atribui a contradição do “raciocínio tão cerrado de Saussure” (PLG I, p. 55) ao hábito do pensamento comparatista tão em voga no séc. XIX. Para o autor, o laço que une significante e significado não é arbitrário, mas necessário, porque, para o sujeito falante, ambos estão indissolivelmente ligados. “Juntos os dois foram impressos no meu espírito; juntos evocam-se mutuamente em qualquer circunstância.” (ELG I, p. 55). Segundo ele, o arbitrário está na relação do signo com a realidade exterior, o que representa a antiga discussão *physei* e *thesei*, e Saussure teria transposto para os termos linguísticos esse problema metafísico da relação do mundo com o espírito, por ser uma forma do linguista defender-se dela e da intuição do falante, para quem o signo representa a coisa no mundo.

A posição de Benveniste é: se a discussão sobre a natureza do signo linguístico se dá na relação significante e significado, essa relação mundo/realidade não se relaciona com o arbitrário do signo. “O arbitrário só existe aqui em relação com o fenômeno ou o objeto material e não intervém na constituição própria do signo.” (PLG I, p. 57). Ou seja, o domínio do arbitrário fica relegado para fora do signo. Assim, também é inútil discutir se as onomatopeias são objeção à tese, afirma o autor. Benveniste acredita que sua análise do arbitrário, esclarecendo sua real aplicação, reforça o mérito da imutabilidade e mutabilidade do signo:

Não é entre o significante e o significado que a relação ao mesmo tempo se modifica e permanece imutável, é entre o signo e o objeto; é, em outras palavras, a *motivação objetiva* da designação, submetida, como tal, à ação de diversos fatores históricos. O que Saussure demonstra permanece verdadeiro, mas a respeito da *significação*, não do signo. (PLG I, p. 58, grifos no texto).

Quanto à noção de valor, Benveniste afirma que Saussure pensa na coisa do mundo quando afirma sobre o signo: “Se não fosse assim, a noção de valor perderia algo do seu caráter, pois conteria um elemento imposto de fora.” (CLG apud PLG I, p. 58). Portanto, ao considerar o valor do signo, o arbitrário realmente está de fora, porque o valor depende das outras formas, é relativo aos outros valores e, portanto, ele é necessário:

Trata-se, aqui, não mais do signo isolado mas da língua como sistema de signos e ninguém, tão firmemente como Saussure, concebeu e descreveu a economia sistemática da língua. Quem diz sistema diz a organização e adequação das partes numa estrutura que transcende e explica os seus elementos. Tudo aí é tão necessário que as modificações do conjunto e do pormenor se condicionam reciprocamente. A relatividade dos valores é a melhor prova de que dependem estreitamente uns dos outros na sincronia de um sistema sempre ameaçado, sempre restaurado. (PLG I, p. 59).

Uma das razões para essa contradição é que, quando o signo linguístico é definido no capítulo *Natureza do signo linguístico* do CLG, os editores fazem uso da noção de signo envolvendo as duas faces, quando Saussure tinha em mente apenas o significante, conforme apontou Bouquet (1997) e conforme o que pode hoje ser recuperado por outras fontes.

A maioria dos autores concorda que o arbitrário é entre significante e significado, no interior do signo e que Saussure não tinha em mente o terceiro termo, apesar dos exemplos de *boeuf* e *ochs*. Gaston Esnault afirma que foi o bilinguismo de Saussure que o influenciou para cometer esse erro (apud ENGLER, 1962). O mesmo pensamento é compartilhado por Pichon e Benveniste (apud ENGLER, 1962). Para Pichon o bilinguismo induziu Saussure em erro, e todo o problema do arbitrário carrega a marca do racionalismo da época de Saussure. Grot (apud ENGLER, 1962) afirma que o conceito de arbitrariedade do signo em Saussure decorre do espírito intelectualista do séc. XIX em oposição ao espírito romântico inspirado em Platão. Para os estudos de consciência puramente intelectual e lógica, o signo é arbitrário, o que estaria refletido na frase de Saussure “a língua não é um sistema de signos que exprimem ideias.” Ela aparece no CLG nas páginas 101-102 e também nas fontes.

Para Pichon, entre significante e significado há uma verdadeira união espiritual. Bally (apud ENGLER, 1962) indica que a necessidade do elo está em Saussure na imagem da folha de papel. Ainda de acordo com Engler (1962), para Damourette, Pichon e Benveniste o elo que une significante e significado é necessário, mas que não há contradição. Alerta, contudo, que a necessidade social de Saussure não é a necessidade psíquica de Pichon, pois tudo indica que Saussure foi extremamente cuidadoso em evitar o lado psicológico na língua. De acordo com ele, nas notas, as referências ao psíquico aparecem quando a língua é considerada um depósito, a parte psíquica restante da separação com a produção (fala), referindo-se à parte coordenativa e social que permite o uso da faculdade da linguagem nos indivíduos. Mostra, assim, que arbitrário e psíquico não podem se excluir. Engler (1962) conclui que o concreto, no sentido daquilo que é perceptível pela consciência do sujeito falante, se aproxima do psiquismo e da necessidade de Pichon e Benveniste. Esse concreto é também o concreto da sincronia (tanto de uma língua particular, quanto da generalização); a esfera onde atua a motivação, a variante gramatical do arbitrário do signo. Esse concreto é o termo positivo de Saussure. Por outro lado, tudo que é histórico escapa ao sentimento linguístico. Toda diacronia existe pela arbitrariedade do signo, característica primordial, subjacente ao signo e ao sistema sincrônico. Para Engler, o recurso a *ochs* e *boeuf* se explica sem nenhum recurso à realidade exterior. Ali deve ver-se a generalização e não se refere, então, a uma entidade *a*

priori; Assim também é possível entender como Saussure recorre à diacronia para refutar a onomatopeia, afirma o autor.

Também para Normand (1973), quando Saussure discute a arbitrariedade no capítulo *Natureza do signo lingüístico*, o terceiro termo está ausente, porque Saussure quer mostrar que a língua não pode ser considerada uma nomenclatura. Saussure teria apenas o interesse de construir sua teoria a partir do método dedutivo de princípio e consequência. Ela é ciente de que ainda há o emprego do vocabulário tradicional e que o debate filosófico clássico não está totalmente ausente, pois Saussure não estabeleceu uma separação rígida entre os dois campos, preocupando-se apenas em tirar as consequências do princípio. O importante são as repercussões do arbitrário sobre a organização dos valores no sistema, sobre a regra de funcionamento, pois pouco importa, para a teoria linguística, se o signo possui alguma base natural. Conforme a autora, esse esforço de mostrar como o arbitrário reflete sobre a organização do sistema aparece principalmente quando Saussure trata do motivado e do imotivado. Para ela (2009), o signo, na teoria saussuriana, não pode ser concebido como o representante de uma ideia ou de uma coisa, mas isso não significa que Saussure desconheça que o locutor fala do mundo. Apenas não é esse um aspecto que deva ser investigado pelo linguista. O modo como a língua representa o mundo ou o modo como a língua se relaciona com o pensamento não era o foco de Saussure. (NORMAND, 2004). Ele estava interessando em saber como a língua funcionava diariamente e como poderia estar à disposição do usuário e, conforme a autora, nesse ponto, ele se distancia de pesquisadores da psicologia ou da filosofia no tocante à origem ou à aquisição da linguagem. Saussure criticava os filósofos, porque a língua não existe meramente para designar as coisas, mas o importante está em sua função de relacionar e combinar palavras de modos diferentes.

Igualmente, Suenaga (2005) retoma os conceitos conforme apresentados no CLG e pormenoriza as críticas que foram feitas por Benveniste. Primeiramente, o autor diz que Benveniste estende incorretamente a crítica do exemplo de *boeuf* ao de *soeur*, quando escreve: “Saussure cansou-se de dizer que a ideia de “soeur” não está ligada ao significante s-ö-r, porém não pensa menos na realidade da noção.” (PLG I, p. 54). A frase do CLG é esta: “Assim, a ideia de ‘soeur’ não é ligada por nenhuma relação interior com a sequência de sons s-ö-r que lhe serve de significante.” (CLG, p. 100, versão de T. De Mauro, tradução nossa). Benveniste teria cometido dois erros: acusar Saussure de ter trazido a realidade também a esse exemplo e, segundo, de não reproduzir fielmente a ideia do CLG, ao omitir uma parte importante do texto (por nenhuma relação interior), mostrando que isso leva à ideia de que o significante e o significado não são ligados.

É tacitamente aceito que a crítica de Benveniste tem procedência, uma vez que há uma confusão na demonstração do arbitrário no CLG. Todos estão de acordo. Isso também se reflete nas fontes, mas os autores também estão de acordo que isso não significa que o princípio seja falso, pois Saussure tinha em mente apenas o significante naquele momento; a relação arbitrária do som com o significado. Como vimos no decorrer da exposição dos conceitos teóricos do CLG e do ELG, é evidente que Saussure teorizou o arbitrário também em relação com o objeto exterior. Ainda que, naquele momento, em que definiu o signo, ele pensasse no significante, vê-se que ele não deixou de teorizar o arbitrário nos termos do debate clássico, como pode mostrar uma leitura atenta do corpo teórico saussuriano. Como vimos, para Engler (1962), Saussure era sensível às possíveis contraprovas que pudessem vir de uma teoria do conhecimento, conforme indica a nota sobre a onímica. Engler afirma que ela é negada por Saussure por não ter importância para o signo. Se o significado é determinado de antemão, há um entrave à liberdade do signo. A arbitrariedade do significado em Saussure não é uma contrapartida do arbitrário do significante, mas a negação do que Saussure chamava de onímica. Caso o significado fosse dado, o arbitrário do elo se reduziria à arbitrariedade do significante, como no exemplo de Rhône¹⁷ em que Saussure percebe uma mudança no nome. A argumentação que Saussure adota se assemelha àquela da onomatopeia, afirma Engler, em que, apesar da sugestividade fônica, o signo material na onomatopeia não possui fixidez, pois sempre há o deslocamento do significante em relação ao significado e vice-versa.

Para Engler, jamais o arbitrário deve ser compreendido como referindo-se à relação signo/realidade exterior. Ele apenas qualifica o arbitrário da associação entre significado e significante (entre ambos) e o arbitrário da associação do significante em relação ao significado (do significante ao significado).

4.3 Saussure e o debate clássico

Ainda que a relação da língua com a realidade pertença ao posicionamento clássico em filosofia, optamos por incluir esse item mais para discutir, enfim, como essa visão tradicional

¹⁷ No ELG, Saussure sugere que há dois significantes sendo empregados para o rio Rhône. Na hipótese de haver mudança do nome, de Rhône para outro, não haveria mais razão para se discutir os significantes, porque o signo só existe por uma base material sonora, ou seja, no significante. Na mudança de nome, haveria mudança de signo necessariamente. Isso é levantado por Saussure ao tratar da onímica, mostrando que ela escapa à lei geral do signo.

é tomada por Saussure e repensada, segundo a leitura de alguns de seus intérpretes. Acima nos detivemos mais na forma como Saussure teorizou a relação da composição do signo em relação à constituição do significado e sua relação com o objeto do mundo. Aqui, traremos os pontos de vista de três intérpretes importantes de Saussure: Normand (1973, 2004 e 2009), Fehr (2000) e De Mauro (1967).

Claudine Normand, em seu artigo *L'arbitraire du signe comme phénomène de déplacement* (1973) aponta que há duas leituras possíveis para o problema da arbitrariedade: do ponto de vista do debate filosófico tradicional e do ponto de vista da novidade científica. Isso parece bem evidente, porque, de fato, os autores ora analisam o arbitrário vinculado ao sistema (a novidade), ora o analisam em relação ao externo (o debate antigo).

Para a mesma autora (2009), tudo o que Saussure diz sobre o signo linguístico possui por objetivo relacionar-se com o conceito *língua* e com o papel do linguista. Não fosse assim, poderíamos incluir Saussure na longa tradição da filosofia clássica que toma o signo como representante de uma ideia, esquecendo que ele era um analista da língua. Nesse sentido, também o arbitrário é uma forma de Saussure tomar posição sobre a relação forma/sentido, excluindo ao mesmo tempo qualquer tomada de posição sobre a origem da linguagem. Para Normand, o axioma da arbitrariedade é equivalente a dizer que o linguista não precisa mais se ocupar com provar que a língua é uma convenção, proposição aceita no final do séc. XIX, por oposição à ideia de racional ou natural. Para Normand, Saussure exclui três coisas com o arbitrário: a) a consideração filosófica sobre a origem dos conhecimentos, b) os problemas sobre a adequação da linguagem com a realidade e c) a posição filosófica sobre como ocorre essa ligação. Saussure tenta, segundo a autora, mostrar que o linguista não precisa se sentir impedido na sua tarefa de analisar os elementos da língua como tais, nas suas relações dentro do sistema sincrônico. A autora afirma, igualmente, que o princípio do arbitrário está intimamente ligado à teoria do valor. O foco do linguista é descrever o funcionamento (como isso se dá) e não ater-se ao porquê de ser assim. “O termo *arbitrário* só é importante porque define um sistema linguístico por um ‘é assim’.” (2009, p. 64, grifo da autora, tradução nossa). O arbitrário está tanto entre significante e significado, quanto entre os elementos do sistema. Tudo é arbitrário na língua, conforme a autora. “São regras próprias a cada língua, restrições contingentes e, por isso, tão arbitrárias quanto a que rege a ordem das palavras e a existência do artigo em francês, diferentemente do latim.” (2009, p. 65, tradução nossa).

Normand (1973) procura compreender as razões que levam Saussure a formular o conceito da arbitrariedade por meio de um exame dos termos implicados na exposição, conforme aparecem no CLG. A autora sempre toma o CLG como base para suas leituras,

alegando ter sido essa a leitura dominante na França nos anos 60 e 70, pela qual muitos descobriram as revolucionárias teses saussurianas no auge do estruturalismo. Para ela, o importante é o legado de Saussure e não querer descobrir o autor verdadeiro. No prefácio do seu livro *Saussure* (2009), a autora apresenta claramente as razões que a levam a tomar o CLG como fonte primeira nas suas leituras, apontando o valor do trabalho filológico de retomada dos escritos autorais de Saussure, sem que ele impeça que o CLG ainda seja uma obra que contém enormes possibilidades de leitura.

Normand (1973) aponta que há uma dificuldade por parte de Saussure em integrar o princípio ao seu conjunto teórico e que as confusões nascem do fato de ele ainda utilizar a terminologia filosófica para elucidar o problema do arbitrário e criar a teoria científica da linguística. Ainda que ele parta de um terreno filosófico, quando toma a língua, reelabora o conceito da arbitrariedade para enquadrá-lo em seu sistema teórico, diferenciando-se de Whitney, para quem convenção e natureza eram opostos. A autora argumenta que Saussure rejeita a ideia de contrato tal qual Whitney, porque faz pensar na liberdade de escolha, de decisão entre partes sobre as coisas (origem da linguagem), o que não seria o caso da língua. Para Whitney o arbitrário dizia respeito à origem da palavra (posição filosófica especulativa), sendo que o termo convencional introduz a instituição social que restringe o signo, afirma Normand. Saussure preferiu ir para o terreno do arbitrário relativo e do arbitrário absoluto, ressaltando que a língua não é como as outras instituições para impedir a redução da linguística ao terreno puramente sociológico. Ela cita o caso da onomatopeia como ilustrativa: para Saussure importa pouco se a onomatopeia possui vínculo com a realidade, pois o importante é o funcionamento dos termos dentro do sistema e que, mesmo que haja esse vínculo de relação com a realidade, num primeiro momento, o signo onomatopaico vai estar sujeito ao funcionamento tal qual os outros signos.

De Mauro (1967), que analisa as problemáticas páginas iniciais do capítulo *Natureza do Signo Lingüístico* do CLG, também reconhece que o peso whitneiano do termo arbitrário ainda reflete a noção de língua nomenclatura. Para ele, Saussure utiliza o termo porque lhe pareceu expressar bem a inexistência de razões naturais ou lógicas para a articulação entre os dois planos da língua. Em Whitney, o arbitrário era ligado ao convencional, termo este que Saussure evitou a partir de 1894. A convenção supõe um significado estável e idêntico sobre o qual a convenção opera juntando-lhe um nome. Assim, o autor conclui que, ainda que apareça a visão de língua nomenclatura nos exemplos de *ochs* e *boeuf*, não se pode atribuir a Saussure uma visão nomenclaturista em vista de que todo o CLG é justamente a prova do contrário. O exemplo, do primeiro curso, não foi mais utilizado por Saussure subsequentemente, afirma de

Mauro (1967), citando obra de Lucidi de 1950, para quem essas problemáticas páginas do CLG sobre o arbitrário (no capítulo *Natureza do signo lingüístico*) podem ser atribuídas ao fato do livro nascer de aulas orais. De Mauro (1967) afirma que Saussure encontrou o princípio do arbitrário antes de sua teorização sobre os teoremas da linguística e que essas páginas devem ser lidas tendo em mente que foi um passo inicial sobre a compreensão do princípio em relação ao todo da teoria.

Johannes Fehr (2000) também discute o arbitrário do signo em Saussure do ponto de vista da teoria filosófica clássica, da arbitrariedade em relação ao objeto no mundo, com base em excertos do CLG, na versão de Engler e no caderno de Riedlinger. O autor cita uma longa passagem em que Saussure mostra a inabilidade de discutir a origem da linguagem, porque isso pressuporia um momento em que se passasse um contrato entre os falantes e também porque se ater a isso desviaria do essencial, a vida da língua: a sua continuidade e sua transformação que, conforme Fehr, Saussure enfatizou na terceira conferência da Universidade de Genebra. Por fim, sobre o princípio da arbitrariedade, Fehr diz que ele permite justamente a dinâmica da circulação do signo. Ou seja, a arbitrariedade do signo permite a constante transformação da língua, impedindo a fixidez e tornando as suas características apenas transitórias. Também Normand (2004) concorda com o fato de a arbitrariedade estar ligada à mudança linguística, porque “se cada signo estivesse definitivamente ligado àquilo que ele deveria representar, a mudança incessante na língua não seria possível sem perturbar seu uso pelos falantes.” (NORMAND, 2004, p. 98-99). Para Fehr, o arbitrário também é responsável pelo fato de os signos se delimitarem mutuamente no sistema da língua (teoria do valor).

Há consenso entre esses autores de que Saussure parte do arbitrário tal qual compreendido no sentido clássico e o reformula, introduzindo uma diferença fundamental: o arbitrário no sentido clássico supõe um contrato entre os falantes sobre o signo a ser designado para uma ideia, visão nomenclaturista, enquanto o arbitrário no sentido saussuriano é justamente a ausência de possibilidade de um grupo, ou mesmo de uma pessoa, decidir sobre uma designação, pois ela acontece independentemente pelas relações no sistema. O arbitrário em Saussure é o acidental, contingente, provocado pela língua e não partindo de um contrato social no sentido whitneiano. É, nos termos de Normand (2004), um optar por mostrar que na língua prevalece um “é assim”, um fortuito, cuja origem não tem explicação. É afastar a discussão da origem por sua inabilidade, sua não pertinência para o linguista.

4.4 Motivação fônica

De outro polo da discussão da arbitrariedade, ainda no sentido do debate clássico, na sua relação com as coisas do mundo, está a motivação fônica externa, ou a sugestividade natural de certos sons em relação ao significado, ou seja, o caso da onomatopeia. Culler (2003) examina esse aspecto sobre a querela do arbitrário em seu artigo *L'essentiel de l'arbitraire*. O autor toma por leitura o CLG, na edição crítica de De Mauro (1967) e Engler (1962), comparando os conceitos com os manuscritos dos três cursos, principalmente os de Constantin. Um exame dessa questão é feita por ele a partir da crítica de Derrida em relação às onomatopeias e sua relação com o sistema.

Culler afirma que, conforme o CLG, o arbitrário é inorgânico e o motivado é orgânico. No terceiro curso, num primeiro momento, Saussure admitiu os signos naturais como a pantomina, alegando, porém, que não teriam importância para a semiologia, pois a norma dos signos em geral é o arbitrário. Ou seja, todo sistema de signos ficaria submetido à lei da arbitrariedade, incluindo os signos naturais. Culler (2003) afirma que isso faz originar outra linha de reflexão saussuriana: as linhas semiológicas que pretendem desmascarar o que é recebido como natural e mostrar o papel do arbitrário, ou seja, o curso introduziu a ideia de que os signos, e assim também as categorias do pensamento, são arbitrárias, herança saussuriana. O autor cita o trabalho de Judith Butler como representativo dessa herança. “Se encontrarmos num texto distinções ou categorias apresentadas como naturais, presume-se hoje que elas não foram analisadas por métodos suficientemente avançados, ou que o autor é presa de uma ideologia suspeita.” (CULLER, 2003, p. 55, tradução nossa).

Culler cita os exemplos *glass* e *fouet* utilizados por Saussure no curso para explicar, através da etimologia, que são casos fortuitos de palavras que podem parecer onomatopeias, mas que, na sua origem, não o são. Derrida, num texto intitulado *Glas*, critica Saussure pelo recurso limitado à etimologia para tal explicação. Para Derrida, como reconhecer quais palavras comuns se tornam onomatopaicas no sistema e quais onomatopeias se tornam palavras comuns? Segundo ele, Saussure quer, a todo custo, considerar a motivação como fortuita e insignificante. Como excluir a motivação do sistema, visto que ela é um efeito regular do funcionamento da língua? Como se percebe, a motivação é outro ponto problemático em torno da arbitrariedade.

Para Derrida, não restaria nada do sistema se eliminássemos a motivação. Visto que a motivação é sempre possível, como excluí-la do sistema? O que restaria dele se excluíssemos

a motivação? Como distinguir o sistema dos efeitos fortuitos? Culler cita a pergunta de Derrida: “Perguntamo-nos porque Saussure escolheu essas palavras como exemplos de onomatopeias presumidas?” (CULLER, 2003, p. 56, tradução nossa). O autor responde que os exemplos são dos editores do CLG e que eles devem ter pensado serem mais precisos que o verbo *pluit* de Saussure, utilizado no terceiro curso, na aula de 02 de maio de 1911. Em nenhuma nota aparecem esses exemplos nem as afirmações de que são “resultado fortuito” da “evolução fonética” ou que sejam ‘onomatopeias autênticas’, afirma Culler. Saussure parece reconhecer as onomatopeias, mas sem que elas alterem o funcionamento do signo. Assim, Bally e Sechehaye passam a impressão de que Saussure queria de todo modo proteger a tese do arbitrário de qualquer coisa que pudesse ameaçá-la. A pergunta de Derrida é: o surgimento e o desaparecimento das onomatopeias não afetaria a concepção do sistema linguístico, do enquadramento que elas impõem, e que distingue o interior do exterior? Esse procedimento não faria parte do sistema e de seu funcionamento?

O capítulo introduzido por Saussure no terceiro curso, *O arbitrário absoluto e o arbitrário relativo na língua*, após o capítulo do signo linguístico, é um argumento que apoia a tese de Derrida. Segundo Culler (2003), esse capítulo foi negligenciado pelos editores por ter sido deslocado do capítulo do signo linguístico, da primeira parte para a segunda, seguindo os capítulos sobre as entidades da língua, as identidades linguísticas, as relações sintagmáticas e paradigmáticas e após o capítulo-chave do valor linguístico, deixando a entender que é uma distinção sem importância para a natureza fundamental do sistema.

Nos cadernos dos alunos, essa distinção é uma etapa fundamental que leva do princípio do arbitrário do signo à ideia fundamental do valor, afirma Culler.¹⁸ Surpreendentemente, constata-se que a análise da motivação é essencial à análise do sistema linguístico. Para Saussure, o signo é arbitrário, mas o sistema linguístico é motivado. Embora no curso haja frases aqui e acolá que confirmem essa ideia, fica a impressão de que são ideias marginais. A conclusão de Culler é que Saussure torna a motivação o princípio do sistema linguístico “a melhor base possível para pensar o caráter sistemático da língua.” (CULLER, 2003, p. 58-59, tradução nossa). “A gramática, que significa ‘sistema’ e que abarca a morfologia, seria a motivação dos signos, arbitrários na sua raiz e, portanto, disponíveis à motivação.” “A língua se exerce segundo o mecanismo da motivação.” (CULLER, 2003, p. 59, tradução nossa).

¹⁸ Esse problema também leva a posicionamentos sobre como o CLG deve ser lido. Gadet (1996), por exemplo, lê o curso seguindo a ordem dos capítulos tal qual o desenvolvimento dos temas nos cursos de Saussure pela ordem lógica.

Quanto à onomatopeia, Suenaga (2005), Normand (1973) e Engler (1962) afirmam que ela não é importante para Saussure, porque ao entrar no sistema estará submetida ao funcionamento semiológico, mas não que ele tenha tentado excluí-la de qualquer modo. Em outros termos, ela apenas não é semiologicamente produtiva.

4.5 Arbitrário do significante

Como vimos, Bouquet (1997) apontou que Saussure tomou o arbitrário para se referir à relação do significante ao significado no momento do curso III, quando tratou do tema. Isso fica evidenciado na leitura dos manuscritos, pois Saussure se referia, na maioria das vezes, ao arbitrário como indo do significante ao significado. Isso também é atestado no curso III, quando Saussure utiliza flechas que orientam no sentido do significante ao significado. Engler (1962) diz estar de acordo com Godel (1969), para quem esse arbitrário corresponde a uma simplificação didática por parte de Saussure. Engler diz que, se há hesitação de Saussure entre duas fórmulas do arbitrário, é importante lembrar que a teoria da determinação recíproca de valores (que justifica o arbitrário do elo) somente é enunciado nas últimas lições do terceiro curso. Para ele, sempre que Saussure fala do arbitrário do significante, está tratando das mudanças fonéticas, importando a ideia de que o signo é independente do envelope material em relação aos valores. Dentro de uma língua, temos o arbitrário do elo, mas, para a semiologia, é suficiente que o significante seja arbitrário. Portanto, conclui que não há incompatibilidade entre arbitrário do significante e arbitrário do elo, pois toda a demonstração de Saussure, após enunciar o princípio da arbitrariedade, indo da semiologia à língua, no curso III, se faz pelo lado do significante.

Para Engler (1962), quando se trata de motivação, também se está definitivamente na língua, na sincronia de uma língua qualquer em que as unidades pertencem à consciência do sujeito falante. Dessa discussão toda, Engler conclui que, quando estamos no domínio da semiologia, temos o arbitrário do significante, quando estamos no domínio da língua, teremos o arbitrário do elo e, quando estamos numa língua particular, temos o arbitrário do significante implicando o do elo.

Godel (1969) mostra como, no terceiro curso, Saussure utiliza o desenho oval com a flecha indo nos dois sentidos e, mais adiante, utiliza o desenho oval com a flecha indo do significante ao significado. O autor comenta as veredas terminológicas pelas quais Saussure

passou para chegar a termos que pudessem denominar o signo sem riscos de interpretação errônea. Godel afirma que a dupla acepção do termo signo não deixou de incomodar Saussure, que pensou em vários termos (*soma, sema, figura vocal, ideia, signo vocal, imagem acústica, sentido*). Toda sua preocupação era em não utilizar um termo que deslizesse e indicasse apenas um dos lados do signo, como costumeiramente era feito na linguística da época em que se separava forma e sentido. Godel aponta que é no primeiro e segundo curso que Saussure utiliza com mais frequência o arbitrário do significante.

Arrivé (2010) aponta como os editores do CLG frequentemente se confundiram com as duas acepções que Saussure conferia ao termo signo e também destaca o quanto Saussure mesmo era ciente dessa possível confusão, apontando sua preocupação constante com a terminologia. Para ele, embora os editores não tenham sido sempre fiéis ao ensino saussuriano, por esses deslizes, as argumentações de Bouquet para responsabilizar os editores pelas confusões na interpretação do arbitrário são inúteis, uma vez que ele designa perfeitamente o arbitrário do elo.

4.6 Da língua à semiologia e da semiologia à língua

Vários autores apontam outra dificuldade na compreensão do princípio do arbitrário: a lacuna teórica entre o procedimento que vai do signo à língua (método sintético) e da língua ao signo (método analítico). Esse duplo procedimento é de certo modo explicado por Saussure no início do segundo curso, quando ele afirma que, para poder utilizar o método sintético, era necessário antes passar pelo método analítico. Engler (1962) vê bem essas duas possibilidades de estudo e afirma que o princípio do arbitrário considera o signo isolado, mas que esse esquema não é inicial, porque primeiro ocorre a determinação recíproca de valores, entre os dois domínios confusos. Para ele, há duas maneiras de estudar a língua: o processo semiológico e o processo sociolinguístico. Esses métodos se recobram, pois a semiologia reaparece sob o plano sociolinguístico. O valor aparece sob o plano semiológico da delimitação. Primeiro temos o signo isolado, percebido como tal pela consciência. Ali não há problema de delimitação, porque na consciência leva-se em conta a materialidade da língua, o que justifica Saussure escrever “uma língua é formada por certo número de objetos exteriores que o espírito utiliza como signo.” (cf também no ELG, p. 183). É quando o signo é tomado no sentido do significante apenas e relacionado a *negativo-diferencial-positivo*. Porém,

arbitrário-diferencial também aparece quando se trata da teoria do valor e, nesse momento, a arbitrariedade é referida pelos dois lados do signo. Isso porque, afirma Engler, a delimitação é uma operação do linguista e a determinação é um procedimento inconsciente, coletivo, dos sujeitos falantes. Ou seja, quando se trata da delimitação recíproca de valores, da delimitação das unidades, para o linguista é necessário considerar o todo do signo (sem separar forma e sentido), mas para o não estudioso, falante da língua, o signo é determinado pelo lado significante.

Para o autor, faz falta em Saussure um intermediário entre as etapas arbitrário-linearidade-delimitação, que são justapostos. Sua conclusão é:

[...] o arbitrário é um princípio semiológico. Há, contudo, uma forma linguística particular, caracterizada pela determinação recíproca de valores. O arbitrário sincrônico é uma falta de motivação, uma consequência do princípio semiológico por uma língua particular em um momento dado. Desse modo, a classificação se apresenta assim:

CLG 1 I Par. 1 = arbitrário semiológico
 2 IV = arbitrário da língua
 2 VI = arbitrário de uma língua.

(ENGLER, 1962, p. 49, tradução nossa).

A mesma questão da complexidade imposta por essa falta de uma teorização maior por parte de Saussure é explorada por De Palo (2003) em pormenor, mostrando como é complexa a teorização de Saussure sobre a delimitação das unidades no plano fonológico, como veremos em seguida. Também Johannes Fehr (2000), que procura investigar a relação da linguística com a semiologia, no seu livro *Saussure: entre linguistique et sémiologie*, afirma que há uma circularidade insuperável entre língua e signo em Saussure. Ele se apoia num trecho do artigo de Saussure em homenagem a Whitney (1894) e em outro trecho do caderno de Riedlinger (1908), para mostrar posições diametralmente opostas sobre o problema. O autor parte de duas questões: saber quando Saussure se coloca a questão do signo, quais problemas linguísticos ele considera nesse momento e quais os problemas de língua que conduzem Saussure a postular que a língua é por excelência o mecanismo para compreender a semiologia.

O autor mostra como, no CLG, Saussure insiste no fato de que o signo somente pode ser considerado na junção do som a uma ideia, e o som só interessa à linguística na medida em que ele serve de signo. O signo deve ser tomado como um todo, por seus dois lados. Fehr faz a seguinte pergunta: isso seria suficiente para definir o objeto da linguística? O autor alega que, se assim fosse, a linguística poderia ser uma parte da teoria geral dos signos. O autor

pretende mostrar como Saussure oscila entre dizer que a linguística seria uma parte da ciência mais geral dos signos e dizer que a linguística é o modelo ideal para a semiologia. Assim, seria a linguística que abarcaria a semiologia, ou a semiologia que abarcaria a linguística?

É em virtude dessa falta de explicitude na teorização, indo do polo da semiologia para o da língua ou da língua para a semiologia, que surge uma lacuna para a compreensão do princípio do arbitrário, porque, dependendo do ponto de vista, o arbitrário estará implicado de modo distinto.

4.7 Indissolubilidade do signo

Saussure advogava que o signo era totalmente psíquico, unindo dois elementos heterogêneos (imateriais e diferentes) que, após sua união, formam o valor e são indissolúveis, assim como são indissolúveis o verso e o anverso da folha de papel. Ao serem tomados separadamente, não temos mais o signo. Contudo, Saussure, ao tratar da delimitação das unidades na língua, defrontou-se com casos complexos em que estava envolvida apenas uma face do signo, como é o caso da elipse. Nesse sentido, há alguns problemas com que os autores se deparam ao tentar compreender como se conjuga a afirmação da indissolubilidade do signo com a questão das unidades no sistema, principalmente se consideradas as entidades abstratas tratadas por Saussure.

Ao discutir essa questão, é importante ressaltar que o problema volta-se novamente ao fato de Saussure não teorizar suficientemente a relação entre língua e semiologia. Como foi visto acima, Engler (1962) concebe dois métodos que se recobrem para estudar a língua, de acordo com a teoria saussuriana: método semiológico e método sociolinguístico, destacando o problema causado pela falta de teorização sobre como se dá a passagem do arbitrário para a linearidade e a delimitação. De Palo (2003) examina detalhadamente essa questão, mostrando como é complexa a teorização de Saussure sobre a delimitação das unidades no plano fonológico.

Embora Saussure advogue a indissolubilidade dos dois planos, De Palo (2003) sente que há “insuficiência do método de delimitação em que a unidade de sentido concreto se basearia unicamente na distinção de uma contrapartida semiológica.” (DE PALO, 2003. p. 249, tradução nossa). Para ela, ainda que Saussure tenha feito alusão aos elementos irreduzíveis do significante como pertencendo à língua, em nenhum momento ele afirma que

essas entidades mínimas tenham similaridade com o plano dos significados. Segundo a autora, Saussure era ciente da extensão do significado para além da simetria significante e significado. Ela cita a posição de Saussure sobre a elipse como prova de que a forma nem sempre é adequada ao plano do significado pela própria descontinuidade e articulação dos significantes, que permite o surgimento dos sentidos indeterminados. Outro argumento evocado é a regularidade da mudança fonética atribuída por Saussure à diacronia, em virtude de que o sincrônico depende do que é significativo, ou seja, a regularidade da mudança fonética não é comparável à imprevisibilidade da mudança semântica. “O aspecto mecânico e regular da lei fonética, que faz da fonética histórica o objeto por excelência da linguística diacrônica, é devido ao fato de que ela não age sobre as unidades significativas, mas sobre os sons, sobre as unidades da segunda articulação.” (DE PALO, 2003, p. 252, tradução nossa). Sim, porque a mudança de som age sobre a relação do significante com o significado, mas de maneira indireta, provocando um deslocamento de valores. Saussure alega que a regularidade fonética se deve ao fato de a mudança recair sobre um elemento não portador de significado (fonema).

A esfera do significado, que não se decompõe em elementos discretos, muda continuamente graças à sua elasticidade. Portanto, a história das palavras é difícil de ser escrita, pois elas não podem ser reduzidas a leis ou a modelos. Em semântica, os significados evoluem continuamente, dando lugar a derivações de uso determinadas pela natureza imprevisível das relações de associação e das relações sintagmáticas. (DE PALO, 2003, p. 253, tradução nossa).

De acordo com a autora, é justamente a assimetria do signo e a instabilidade do significado que dificulta a tarefa da determinação das unidades. Nesse sentido, é isso que torna importante o estudo das relações que determinam o sistema linguístico. “Porém, as relações semânticas justamente levam em conta o papel essencial da memória e, portanto, da natureza fundamentalmente individual e subjetiva da maior parte das relações associativas.” (DE PALO, 2003, p. 253, tradução nossa).

Para a autora, Saussure ensaia integrar a necessidade do estudo sistêmico do sentido (na língua) com o do contexto de fala, sem esquecer a natureza objetiva das relações semânticas. De acordo com ela, as associações concebidas por Saussure como integrantes do sistema, por pura significação (*apprentissage, enseignement, instruction, éducation, etc.*) são prova de que há entidades puramente semânticas. “Saussure parece admitir que, inevitavelmente, os significados repousam sobre uma dimensão conceitual e psicológica.” (DE PALO, 2003, p. 254, tradução nossa). Sua conclusão é:

Retirando da semântica de Saussure toda referência à subjetividade e ao mundo extralinguístico e focalizando a semântica sobre uma estrutura abstrata do sistema linguístico, o campo dos estruturalistas construiu um modelo rígido inutilizável e conduziu a semântica linguística a um impasse. (DE PALO, 2003, p. 255, tradução nossa).

O que De Palo (2003) aponta em Saussure é a dificuldade de conciliar os princípios semiológicos, que ele coloca, com o plano do recorte das unidades e as dificuldades advindas da linguística estruturalista que concebeu o signo como um modelo de duas faces de estrutura rígida que, conforme se percebe, não era concebido desse modo por Saussure, apesar de suas insuficientes teorizações. Novamente, percebe-se como essa dificuldade de conciliação dos princípios semiológico e linguístico está em jogo. É essa dificuldade que está igualmente na base da compreensão do princípio do arbitrário quando vinculado ao funcionamento do sistema e à delimitação das unidades.

4.8 Motivação intrassistêmica

Há consenso entre os autores de que o arbitrário do signo está ligado à teoria do valor, mas o ponto crítico é sua pertinência em relação à teorização do sistema, da relação dos elementos, da definição das unidades e da motivação intrassistêmica, pois Saussure deixou também aí uma certa indefinição sobre como o arbitrário se integra efetivamente ao sistema. Uma dificuldade surge: como conciliar a visão dos autores que consideram o arbitrário como ruptura da língua com o exterior, alegando que dentro do sistema todo signo é motivado com a proposição de Saussure de que o princípio está no topo da teoria? Engler (1962) aponta leituras que mostram posicionamentos diferentes sobre o arbitrário, principalmente no tocante a como ele está relacionado à sincronia e à diacronia, como princípio linguístico ou princípio semiológico. Enfim, como resolver a questão da relação do arbitrário com um sistema sempre motivado?

Posto o problema dessas dificuldades em relação à concepção de signo como simétrico e a questão de como aplicar os princípios semiológicos aos linguísticos, apresentamos dois autores que procuram dar conta de responder como o arbitrário deve ser visto em relação à delimitação das unidades no sistema: Suenaga (2005) e Gadet (1996). Ambos examinam atentamente como Saussure concebe a relação de motivação intrassistêmica com o pressuposto da arbitrariedade. Gadet submete a teorização de Saussure sobre as unidades da

língua e sobre a motivação intrassistêmica, o arbitrário relativo, a uma minuciosa análise, e Suenaga retoma esse posicionamento procurando outra resposta para o impasse, discordando de Gadet.

Suenaga (2005) dedica um capítulo inteiro a examinar o princípio do arbitrário em seu livro *Saussure, un système de paradoxes: langue, parole, arbitraire et inconscient*. O autor inicia com a crítica de Benveniste, para quem o elo entre significante e significado é necessário, não reconhecendo o arbitrário como pressuposto da língua, mas como a ruptura com a referência extralinguística. Ele concorda com o segundo aspecto, mas não com o primeiro, porque a posição de Benveniste estaria em contradição com a teoria de Saussure, para quem o arbitrário do signo era o princípio fundamental. Ele reconhece que há problemas na maneira como Saussure apresenta os argumentos para a tese do arbitrário e alerta que elas não decorrem das escolhas dos editores.

Para compreender os tipos de associações no sistema, ou seja, a motivação relativa, tomemos o que Saussure afirma no terceiro curso, conforme o caderno de Constantin. Para ele, todas as unidades da língua relacionam-se a outras, seja sintagmaticamente ou associativamente. São essas duas ordens de relações que conferem valor ao termo. A associação sintagmática é dividida em duas: coordenação sintagmática como em *contremarche*, em que *contre* está coordenado com *marche* no domínio da palavra, e relação sintagmática, em que *contre* se relaciona com o todo *contremarche*. O sintagma é caracterizado por presença e consecutividade, numa extensão física. Por outro lado, a associação coordenativa é uma associação no nível mental com outros termos que existem na língua pelo compartilhamento de algo em comum, como um radical, prefixo ou sufixo (*enseignement, enseigner, enseignons* ou também *enseignement, armement, rendement*). Saussure também reconhece como associação a relação entre palavras como *enseignement, instruction, apprentissage, éducation*, por compartilharem significado apenas, e a associação por puro significante, exemplificando com *durchbläuen* (surrar com vara) sem conexão com azul.¹⁹ Nesse último tipo de associação, não entra a questão do espaço, por não serem associações que se baseiam na cadeia linear. As duas ordens de associações são nomeadas por Saussure de associação em presença e associação em ausência, respectivamente. Sua conclusão: “Assim, séries de associações inevitáveis, às vezes baseadas na dupla

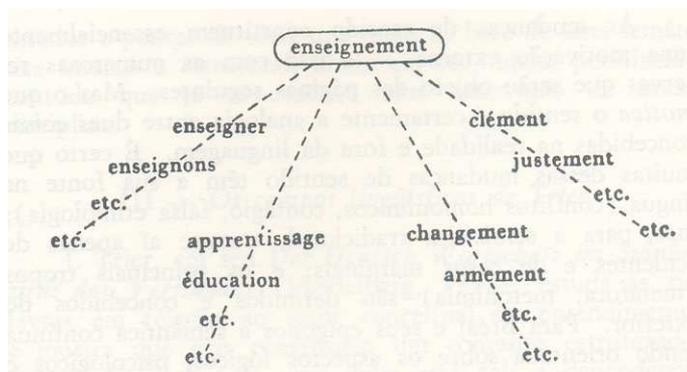
¹⁹ Na página 202 do CLG há uma explicação para esse exemplo: “Em alemão, *durchbläuen*, “moer de pancadas”, remonta etimologicamente a *bliuwan*, “fustigar”; todavia, a palavra é associada a *blau* (“azul”) devido às esquimoses produzidas pelas pancadas.” (CLG, p. 202-203, grifos no texto).

conformidade de significado e forma, às vezes unicamente na forma, ou <no significado>.” (C, CIII, p. 130a, tradução nossa).

No capítulo final de seu livro *Saussure: une science de la langue*, intitulado *O jogo do significante* (1996, tradução nossa), Gadet parte de uma interrogação: “que relação há entre certos funcionamentos que possuem um papel na produção do sentido e a gramática?” (GADET, 1996, p. 113, tradução nossa). É nesse capítulo final do livro que a autora examina o alargamento do conceito de motivação relativa por Saussure do primeiro ao terceiro curso. Segundo a autora, no primeiro curso, Saussure não admitia nenhum tipo de associação que não tomasse as duas faces do signo, exemplificando com o *in* de *inspirer* com o *in* de *inconnu*. Para ele, o sujeito falante, em nenhum momento, aproxima elementos que possuem o mesmo som, mas valor diferente, como nesses exemplos. Em outras palavras, Saussure só reconhecia as associações autorizadas pela consciência dos sujeitos falantes, ou seja, as aproximações consagradas pela língua, afirma a autora.

Contudo, no terceiro curso, Saussure se obrigou a reconhecer outros tipos de associação, em virtude das dificuldades percebidas com a delimitação linear, quando tomadas as entidades abstratas, que Saussure alegava serem possíveis porque os sujeitos falantes têm consciência delas. Gadet critica Saussure por ter dito que o ato linguístico é o mais irrefletido e depois recorrer à consciência do sujeito falante para depreender o grau de significação. A autora alega que Saussure abre pistas importantes sobre a relação da língua com o inconsciente.

Nesse sentido, dos tipos de associações que servem para limitar o arbitrário, reproduzidas no esquema abaixo, Saussure passou a admitir o tipo 2 (*apprentissage, éducation*, etc.). Ou seja, ele passou a aceitar uma associação que se dá apenas pelo lado do significado. O tipo 1 e 3 são relações em que estão implicadas as duas faces do signo, enquanto que, no tipo 4, assim como no tipo 2, está implicada apenas uma das faces do signo.



Gadet analisa como Saussure caracteriza o tipo 4 de relação, por puro significante. Para ela, Saussure mesmo teria fornecido o exemplo da etimologia popular que representa o tipo 4 (o caso de *durchbläuen* acima). Godel (1969) recriminou os editores pelo acréscimo de *clément* que não figura em nenhum manuscrito de Saussure. Para os exemplos dados por Saussure em relação à etimologia popular²⁰, Godel afirma que não deixa de ser uma associação por significado. Embora para o gramático esteja clara a diferença etimológica, para o falante, onde há significante, há significado.

A autora realça o posicionamento de Saussure no CLG, também evidenciado nos manuscritos, em que ele considera a etimologia popular patológica, visto que é uma aplicação particular da analogia. Gadet (1996) trata a hesitação do CLG como refletindo a própria hesitação de Saussure e afirma que essa reticência se deve ao fato de fazer fracassar a gramática. Ou seja: “É reconhecer que a língua possui um funcionamento latente sob o dito – um transbordamento do mecanismo gramatical quando a motivação pelo sistema se alarga, de modo que tudo possa remeter a tudo, através de uma relação, seja qual for.”(GADET, 1996, p. 120, tradução nossa). Ela remete aos anagramas e diz que, embora alguns autores mencionassem dois Saussure, do CLG e dos anagramas, o diurno e o noturno, o mesmo conceito está em jogo em ambos os casos: a linearidade do significante. Segundo ela, Saussure não soube dizer se o fenômeno nos anagramas é uma aplicação consciente do autor ou era meramente fortuito. Gadet supõe o seguinte raciocínio de Saussure:

[...] se os anagramas não são voluntários, o que sua própria abundância tende a apoiar, então é necessário reconhecer uma materialidade ao significante, um peso à substância, como exterior à língua que é considerada pura forma. É entrever um infinito à língua, o fato de que nela nem tudo é homogêneo, que o signo não é transparente, que o sujeito não é mestre de sua língua. (GADET, 1996, p. 114, tradução nossa).

Saussure estaria chegando perto do inconsciente. Outro caso mencionado pela autora são as intervenções de Saussure na glossolalia²¹, pois nela também Saussure oscilava entre

²⁰ No CLG há um capítulo específico dedicado à etimologia popular. Para compreender melhor esse procedimento, vejamos o parágrafo inicial do capítulo: “Acontece-nos por vezes, estropiar palavras cuja forma e cujo sentido nos são pouco familiares, e às vezes o uso consagra tais deformações. Assim, o antigo francês *coute-pointe* (de *coute*, variante de *couette*, “cobertura”, e *pointe*, particípio passado de *poindre*, “picar”) mudou-se em *courte-pointe*, como se se tratasse de um composto do adjetivo *court* e do substantivo *pointe*. Essas inovações, por extravagantes que sejam, não se fazem completamente ao acaso; são tentativas de explicar aproximativamente uma palavra embaraçante relacionando-a com algo conhecido. (CLG, p. 202).

²¹ Os serviços de Saussure foram solicitados pelo psicólogo da Universidade de Genebra, Flournoy, para examinar a língua em que se comunicava a Sra. Hélène Smith quando estava em transe em sessões espíritas, que, supostamente seria sânscrito. Saussure concluiu que não era sânscrito, mas algo que chamou de sanscritóide.

considerar os acontecimentos por acaso ou perceber uma origem inexplicável via língua. Em *clément e durchbläuen* as associações por puro significante possuem a especificidade de escapar ao sentido. Para Gadet é evidente que Saussure entreviu um problema que colocaria em xeque o pressuposto de que na língua tudo é gramatical. Portanto, para a autora, há uma motivação simbólica que escapa ao mecanismo gramatical e que, portanto, o todo da língua não é tarefa para o linguista. É em torno do relativamente motivado que existe a abertura ao inconsciente, pois há um ponto na língua onde cessa o saber proposto pela gramática, em que as associações possíveis não são mais de sua ordem: “[...] valor e relações em jogo no mecanismo constituem o ponto em que o trabalho de Saussure toca os limites gramaticais.” (GADET, 1996, p. 113, tradução nossa).

Para Gadet, o fato de Saussure considerar que as solidariedades entre termos podem ser de ordem associativa e de ordem sintagmática cria um impasse: “visto que todos os signos estão no centro de uma constelação associativa, que todos os termos são um cruzamento de relações, não decorre que até mesmo os signos não analisáveis sejam relativamente motivados?” (GADET, 1996, p. 103, tradução nossa). É nesse ponto que cessaria o fator gramatical, uma vez que, para Saussure, o gramatical é correspectivo de relativamente motivado e o lexicológico de imotivado. Para ele, toda língua se classifica em um mínimo de organização e um mínimo de arbitrário.

Por fim, para a autora, Saussure se depara com a situação de que nem tudo o que é relativo à língua se explica pela própria língua. O posicionamento de Gadet pode ser resumido dessa forma: para Saussure, os signos relativamente arbitrários são os signos motivados, seja por relação associativa (somente o significado, com significante diferente, ex. *plaire* e *plu*), seja por relação sintagmática (as duas faces do signo, *poire*, *poirier*). Saussure admite a associação por puro significado, afirmando que o conjunto dos outros signos oferece o suporte material para a interpretação do signo abstrato (sem suporte no significante). Assim, de alguma forma, todo signo é limitado pelos outros signos, conforme Saussure mesmo afirmou. Então, qual é o *status* do arbitrário absoluto? Para Gadet, há um arbitrário 1, indicando o corte da língua com a realidade, mas, a partir daí, tudo é intrassistemicamente motivado. Então, no sistema, não há signo absolutamente arbitrário, conclui.

Mais tarde, mandou uma carta a Flournoy (um ano depois, em 1897) interpretando o mecanismo que fazia Hélène falar nessa língua estranha, cuja característica era a composição de palavras a partir do modelo de sua língua materna, o francês, que ela parecia querer evitar no transe, assim como outras línguas com a qual ela teve contato. As colaborações de Saussure estão no livro publicado por Flournoy intitulado *Des Indes à La planète Mars*. Saussure teria manifestado grande interesse nesse caso investigado por Flournoy e inclusive lhe submetido um texto, que ele compôs, de aparência latina, sob o modelo da língua hindu de Hélène. Para mais informações, ver Fehr (2000), de onde retiramos essas informações.

Porém, para a autora, o que realmente coloca problemas para Saussure é a associação por puro significante, porque o jogo da língua não consegue explicar esse tipo de associação. Gadet afirma que, para Saussure, a língua é tarefa do linguista e o que não está nela, não é mais de sua competência. Então, Gadet alega que cessa nesse ponto o papel do gramático, porque há uma motivação que vem de fora do sistema (fora do que é significativo) e que o gramático não pode explicar, porque nem o sujeito falante tem consciência disso. A conclusão de Gadet é que Saussure entreviu o inconsciente e dele se esquivou.

No final de seu trabalho, a autora apresenta uma conclusão que reproduziremos porque resume toda sua posição e porque a comentaremos no capítulo seguinte:

O papel da motivação relativa é efetivamente capital: ligada ao sintagmático quando a delimitação linear é possível (*poire – poirier*), revezado com o associativo quando ela não é possível (*plaire – plu*), ela levanta a seguinte questão: visto que todo signo está em relação associativa com uma infinidade de outros signos numa constelação, há signos não motivados? Se a resposta gramatical é sim [...], a resposta simbólica é provavelmente não, e é necessário distinguir cuidadosamente a motivação gramatical da motivação simbólica.

Portanto, há um ponto, no que diz respeito à língua, em que o saber proposto pelo gramático cessa, onde as associações possíveis não são mais de sua competência. Podemos representá-la por meio de uma progressão: *enseignement/armement* (paradigma gramatical), *enseignement/justement* (palavras comportando dois sufixos de mesma forma, mas com radicais diferentes), *enseignement/clément* (sufixo apenas em um dos casos, mas forma gráfica e fônica semelhante), *enseignement/maman* (ponto comum com o significante oral somente). A gramática somente tem um papel pleno no primeiro caso, tendo somente a dizer que é uma irresponsabilidade cada vez maior nos casos seguintes. (GADET, 1996, p. 123, tradução nossa).

O posicionamento de Gadet é submetido a um exame atento por Akatane Suenaga (2005), que também examina a crítica de Benveniste sobre o arbitrário do signo em Saussure, tentando mostrar uma interpretação alternativa com base nos cursos dados por Saussure, no CLG, na versão de Rudolph Engler, e no caderno de Dégallier, embora também apresente passagens do texto de Constantin.²²

Suenaga pretende responder algumas questões levantadas no decorrer do trabalho, tais como: qual a relação do arbitrário do signo com o debate filosófico tradicional? As contradições sobre o arbitrário do signo provêm dos editores ou refletem as próprias contradições de Saussure? Qual a relação da língua com o arbitrário? Existe signo arbitrário no sistema?

²² Michel Arrivé, autor do prefácio do livro, escreve: “Sua obra é um esforço brilhante de leitura de Saussure. Esforço refletido e pesquisado ao mais alto ponto: Suenaga controla de momento a momento, ou melhor dizendo, de letra em letra, seu trabalho de deciframento.” (SUENAGA, 2005, p. 12, tradução nossa).

O autor escreve três capítulos com análises sobre o arbitrário na teoria de Saussure, com vistas a refutar as teses propostas, especialmente por Gadet e Benveniste, mas também mencionando Normand com frequência, uma vez que a tese dela se assemelha à de Gadet. O autor procura oferecer outro modo de enquadramento teórico do arbitrário do signo que esteja de acordo com as proposições de Saussure.

Suenaga afirma haver duas posições sobre o arbitrário: a de Benveniste, considerando o arbitrário como representante da ruptura com o mundo exterior, ou a de Gadet e Normand, colocando a ênfase no arbitrário relativo como fator de organização do sistema. Para o autor, a posição de Benveniste está em contradição com a teoria de Saussure, para quem o arbitrário do signo era o princípio fundamental. Porém, para ele, Gadet e Normand, mesmo reconhecendo o arbitrário como fator da língua, ao colocarem a ênfase no arbitrário relativo para a organização em sistema, “jogam” o arbitrário absoluto para um segundo plano, fora da língua, dizendo que ele representa a ruptura com o exterior, ainda que não seja necessariamente essa a posição exata das autoras. O autor alega que ambas opõem o arbitrário absoluto ao arbitrário relativo a partir da necessidade do sistema. Ou seja, por um lado, o arbitrário relativo corresponde ao fator sistemático, da relação entre os signos, como fator de limitação do arbitrário absoluto e, por outro, o arbitrário absoluto equivale ao não sistemático, ao signo isolado, sem motivação. Para o autor, ainda que Saussure tenha dado pistas para isso, essa tese não se sustenta, porque, se há arbitrário relativo, ele deve ser relativo ao absoluto. Mas, se o absoluto é relegado para fora da língua, como o relativo é relativizado? Para o autor, tanto Benveniste (2005), quanto Gadet (1996) e Normand (1973) consideram o valor e o sistema como elementos principais da teoria saussuriana, afirmando que Saussure apenas toma posição no antigo debate filosófico para descartar as questões de origem da linguagem. Suenaga discorda. “nós pessoalmente duvidamos desse dualismo que opõe o arbitrário absoluto e o arbitrário relativo a partir da necessidade que permite a constituição do sistema.” (SUENAGA, 2005, p. 146, tradução nossa). Para ele, o arbitrário se refere à língua e seu exterior numa outra dimensão e não em relação ao debate clássico. O arbitrário absoluto quer dizer que nada pode explicar, de um ponto de vista exterior, o elo entre expressão e conteúdo. O arbitrário do signo se opõe à necessidade natural e não pode ser oposto à necessidade do sistema. Ele afirma que, quando Gadet se desloca em relação ao arbitrário relativo, ela se desloca do principal do debate. Para ele, o modo de a autora passar do arbitrário absoluto ao arbitrário relativo não é convincente. O ponto central da contestação do autor é o fato de que, se o arbitrário absoluto, concebido como não relação da língua com o exterior e como

correlativo de convencional, oposto a natural, for posto de lado, o fundamento do arbitrário é posto em xeque.

Suenaga (2005) se detém a examinar atentamente o ponto de vista de Gadet (1996) e discorda da divisão do arbitrário em dois proposto por ela: o absoluto (fora da língua) e o imotivado (na língua), oposto a motivado no sistema. Quando Gadet pensa no arbitrário filosófico, que ela descarta da teoria de Saussure, ela está pensando na relação *phusei* (nomenclaturista) e *thesei* (convencionalista). Ele alerta que ambas supõem uma língua nomenclatura, em que a palavra representa um nome que se dá a uma coisa, visão incompatível com a teoria saussuriana, pois, nela, o arbitrário está no interior do signo numa outra dimensão, opondo-se a uma necessidade natural. Contudo, o ponto de vista de Gadet é exatamente o mesmo de Suenaga nesse aspecto. Para a autora, Saussure trata da arbitrariedade ainda nos velhos termos do debate tradicional, mas dele se separa quando descarta a realidade, instituindo a ordem própria da língua. A divisão de arbitrário em dois, de Gadet, é equivalente a dizer que o arbitrário de Saussure não é o arbitrário do debate clássico. Ou seja, há dois sentidos de arbitrário e Saussure opta pelo segundo sentido, de arbitrário parafraseável por imotivado e estabelecido em relação aos outros signos.

Segundo Suenaga (2005), dos tipos de associações reconhecidos por Saussure como limitativos do arbitrário, estavam o tipo 1, 2 e 3. O tipo 3, por associação associativa, por significado apenas, embora pareça não conter esse critério básico das duas faces do signo, é aceito por Saussure porque o suporte dos outros significantes oferece a base. Nesse sentido, as palavras absolutamente arbitrárias formam associações associativas. A própria noção de sistematicidade que constitui o princípio da noção de língua em Saussure relativiza o arbitrário absoluto. Saussure não considerou o tipo 4, por puro significante, porque o arbitrário relativo não se constitui por pura identidade sonora.

O autor procura oferecer uma interpretação que esteja em consonância com os princípios de Saussure, propondo o alargamento do arbitrário relativo como forma de dar conta da contradição de Saussure, para quem todo signo sofre a motivação no sistema, o que deixa uma pergunta: existe arbitrário absoluto, então? A proposta do autor é que, intrassistemicamente, toda língua é motivada, mas em relação ao exterior ela é arbitrária. Todo signo é, ao mesmo tempo, motivado (sistema) e arbitrário (sistema em relação ao exterior). Seu primeiro passo rumo ao que chama alargamento do arbitrário é mostrar como os tipos 1, 2 e 3 são suficientes para recobrir todos os signos do sistema, ou seja, para motivar todos os signos. A associação por puro significado foi admitida por Saussure, mesmo sem apoio em significante, visto que ela é explicável pela consciência comum que os sujeitos

falantes têm da significação. Suenaga destaca que o próprio Saussure manifestou certa dúvida em virtude de seu princípio da inseparabilidade de significante e significado, que ele resolveu via postulado das unidades abstratas, cujo significado depende das outras unidades concretas. Ou seja, a relação horizontal dos termos determina a relação vertical no signo entre significante e significado. Suenaga cita outros exemplos de Saussure que mostram como a associação associativa (apenas por significado) é determinante do valor, como no caso de *mouton* e *sheep* do inglês, de *loup* e *chien* e de *craindre* e *redouter*. Nesse sentido, as palavras absolutamente arbitrárias entram em associação no sistema, que relativiza o arbitrário absoluto.

A posição do autor é idêntica a de Gadet, porque ela também considera que todo signo, integrante de um sistema, é relativamente motivado. Gadet reconheceu os dois tipos de associação no sistema, sintagmática e associativa, e concluiu que não pode haver no sistema signo absolutamente arbitrário, a não ser que se reconheça haver uma motivação simbólica, que Suenaga não reconhece. Suenaga diz que a diferença de seu conceito com o de Gadet é que o alargamento do arbitrário relativo proposto por ele vai em direção tanto a reconhecer a associação por significado somente, tanto quanto por puro significante.

Para dar conta do paradoxo colocado pela demonstração de que todo signo é motivado no sistema com a afirmação de que o arbitrário absoluto é fundamental na teoria, como princípio primeiro de todo sistema, Suenaga indica ser necessário distinguir o ponto de vista da relação da língua com seu exterior e o ponto de vista intrassistêmico. Para ele, a crítica toda vem do problema de opor ao arbitrário absoluto a necessidade do sistema, quando ele deveria ser oposto a uma necessidade natural, sendo justo, então, opor a onomatopeia. Desse modo, Suenaga tenta responder qual é a relação do arbitrário absoluto com o sistema.

Primeiramente, ele analisa a situação da relação entre o vertical e o horizontal dos signos, de que depende a determinação do valor. Para Saussure havia a relação horizontal (entre signos), que determina os valores, e a relação vertical (no signo, entre significante e significado), determinante do significado. A ênfase de Saussure no sistema de valores, segundo Suenaga, deve-se ao fato de ele pretender enfatizar o não-nomenclaturismo, sem representar necessariamente uma preponderância do horizontal sobre o vertical. O valor acontece ao mesmo tempo sobre os dois eixos. O signo nasce no sistema, pelos dois mecanismos de limitação do arbitrário: associação sintagmática e associação associativa. Esse mecanismo representa a total ruptura da língua com seu exterior, porque tudo ocorre no sistema no momento da determinação de valores. É a mais completa ruptura com o exterior. Desse modo, afirma o autor, há um antes e um depois da língua. O antes corresponde às

massas amorfas e o após corresponde ao signo oval (significante e significado), fato secundário advindo depois do fato linguístico, gerando, pela primeira vez, os valores. O fato linguístico se passa nos dois domínios, entre as duas massas amorfas, e a escolha do elo entre os dois é arbitrária e representa o fato linguístico: campo do devir. Nem significante nem significado aparecem ainda, porque resultam do fato secundário da determinação de valores em ambas relações verticais e horizontais concomitantemente.

Assim, para o autor, a crítica de Benveniste não faz sentido, porque não leva em conta o momento do ato linguístico em que necessidade e arbitrariedade não estão em contradição; o momento em que o externo e o interno se encontram, sob a forma de um corte, em que os valores são engendrados pelas relações sintagmáticas e associativas.

Saussure dizia que na língua há apenas diferenças, sem signo positivo. Vejamos como Suenaga analisa os outros termos teóricos: diferença, oposição. Todo sistema da língua consiste em diferenças de ideias combinadas com diferenças de sons que se condicionam umas às outras para criar o elemento positivo da combinação entre significante e significado. Suenaga afirma que o signo, como termo positivo, é secundário, e pode se opor aos outros signos. Nele estará o significado. Do ponto de vista primário, somente há diferenças, valores, relações entre termos.

Por fim, o autor analisa a relação do arbitrário com o sistema. Saussure, partindo do princípio do arbitrário (absoluto), discute os dois tipos de arbitrário relativo e se dirige à dimensão secundária da língua. Suenaga defende a ideia de que é a partir desse arbitrário primário que o conceito de arbitrário do signo pode existir e, segundo ele, uma das causas de toda a confusão está no fato de que Saussure não teorizou essa distinção. O arbitrário absoluto do signo, que diz respeito à relação significante/significado, já é secundário em relação ao campo primário onde se passa o fato linguístico. Mesmo se, nesse sentido, o conceito de arbitrário for inteiramente relativizado, sempre restará o que chamamos de arbitrário primário.

Suenaga (2005) alega que, na discussão do arbitrário saussuriano, os autores tanto negam o arbitrário, lhe opondo a necessidade do sistema, como deslocam o debate teórico de arbitrário absoluto ao arbitrário relativo, o que implica dizer que os signos na sua relação horizontal têm precedência sobre a relação significante /significado, deixando de lado o corte da língua com a necessidade natural que lhe é exterior, afirma o autor. A necessidade do sistema e a arbitrariedade do signo nascem ao mesmo tempo e, portanto, o arbitrário diz respeito tanto ao vertical quanto ao horizontal.

Como o arbitrário relativo, tal qual colocado por Saussure, recobra todos os signos, o arbitrário (absoluto) corre o risco de ser questionado. Contudo, visto que a limitação do

arbitrário somente diz respeito à dimensão secundária, o próprio arbitrário primário não é relativizado. Assim, o conceito de arbitrário não perde sua necessidade.

Quando o autor considera a questão do som, afirma que, segundo Saussure, ele não está circunscrito de antemão, pois o campo da língua se localiza na parte psíquica onde o significante é associado ao significado e onde ocorre a compreensão da fala. Uma língua estrangeira, que não é compreensível, apresenta apenas o som físico, sem significante. Refere-se a uma expressão do arbitrário do signo no sentido de que a língua não nasce a partir de nenhuma característica natural das coisas. O autor enfatiza que essa é uma apresentação excelente da noção de língua que se funda sobre o campo do devir do sistema. Isso se liga também à diferença da língua com outros sistemas, pois a língua não é compreendida se os sujeitos não possuem um código comum, enquanto os outros sistemas podem ser compreendidos na medida em que seu arbitrário for fraco. Assim o grau do arbitrário é função do sistema de signos, um dos eixos da relação entre sistema e signo. O outro eixo é a distinção entre arbitrário absoluto e arbitrário relativo, que diz respeito à diferença na limitação intrassistêmica do arbitrário. Esse segundo eixo está numa dimensão bem diferente da do primeiro. Seja qual for o grau de limitação do arbitrário relativo, a língua não será compreendida se o sujeito não tiver o mesmo código. Por isso, há necessidade de se distinguir esses dois eixos. Suenaga questiona se a confusão dos dois eixos não é própria dos autores que opuseram ao arbitrário a necessidade do sistema.

Suenaga (2005) ainda apresenta o problema da afirmação de Saussure de que a limitação do arbitrário pelo arbitrário relativo é um fator constitutivo. Sabemos que a concepção de língua de Saussure diz respeito, antes de tudo, à consciência do sujeito falante. Segundo Suenaga, o sujeito falante possui uma consciência metalinguística que permite a distinção das categorias e das funções gramaticais. Ele também identifica o som linguístico num outro nível mais básico, reconhece o sistema fonológico de sua língua, e isso corresponde, segundo o autor, a uma associação que recobre a língua inteira, representando a associação por puro significante, que ele inclui no seu plano de alargamento do arbitrário, mostrando, enfim, que todo signo é motivado.

Por fim, o autor conclui que o alargamento da associação no sentido do significado e no do significante permite afirmar que há uma consciência da identidade da língua como tipo de sentimento metalinguístico pré-consciente. Para ele, são associações que dizem respeito à dimensão primária em que se encontra o problema da língua e seu exterior; são associações às extremidades das duas direções, do significado e do significante, pelo sujeito falante, tocando o corte da língua com seu exterior.

Como se percebe pelo exame de Suenaga, postular dois arbitrários na teoria saussuriana parece ser um dos modos para responder às problemáticas colocadas pelo conceito da arbitrariedade do signo. Engler (1962) e Gadet (1996) procedem da mesma forma.

4.9 O arbitrário e o valor

É de Claudine Normand (1973) a insistência maior sobre a importância da teoria do valor em Saussure. Ela afirma que o valor está totalmente baseado no princípio da arbitrariedade do signo e enfatiza que o importante para Saussure é a regra de funcionamento da língua, não importando se ela mantém uma expressividade natural com as coisas. Normand (1990) diz que Saussure, quando trata das onomatopeias, refere-se sempre ao sistema de funcionamento da língua, enquanto outros autores como Wartburg e Ullmann analisavam-na do ponto de vista da essência. Para Saussure, importa pouco se a onomatopeia possui um vínculo com a realidade, pois o mais importante é o funcionamento do sistema e que, mesmo que haja um vínculo de relação com a realidade, o signo onomatopaico vai estar sujeito ao funcionamento fonético e morfológico tal qual os outros signos. Suenaga concorda com a posição de que a onomatopeia não coloca em risco a tese da arbitrariedade, porque nela nunca há concordância completa entre fônico e sentido, pois, se houvesse concordância completa, elas seriam iguais em todas as línguas.

Se o significante e o significado concordassem perfeitamente, as onomatopeias seriam idênticas em todas as línguas. Esse não é o caso. Não apenas a onomatopeia, como toda unidade linguística obedece ao sistema fonológico de cada língua, que não pode utilizar, a fim de reproduzir exatamente o barulho em questão, os sons naturais que não existem na língua. A onomatopeia, como limitação linguística do som natural, já é “separada” do exterior. Além disso, ela não constitui mais que uma parte - muito marginal - da língua. Assim, ela não pode constituir-se na contraprova ao arbitrário. (SUENAGA, 2005, p. 151, tradução nossa).

Para Saussure, é mais importante buscar as consequências do axioma da arbitrariedade a partir de um raciocínio de princípio e consequência (NORMAND, 1973). Para ela, arbitrário e valor são correlativos e a novidade está em que Saussure situa seu programa no princípio semiológico, formulado sobre o arbitrário do signo. Em capítulo do livro *La quadrature du sens* (1990), intitulado *O CLG: uma teoria da significação*, Normand

contesta a afirmação de que Saussure fundou a ciência linguística, em voga por certa corrente do estruturalismo. “Pode-se ver, ao contrário, na teoria saussuriana do valor, o programa de uma semântica linguística e os limites que lhe impõe a nova concepção de língua.” (1990, p. 1, tradução de Francisco Settineri). A autora aponta que há duas interpretações opostas sobre a relação da linguística saussuriana com a semântica: uma estruturalista que postula que ele fundou a ciência linguística por deixar de lado as questões do sentido e outra para a qual foi somente no momento em que o sentido foi considerado que se pôde fundar a ciência linguística. Isso parece verdadeiro ainda hoje a respeito de como a teoria saussuriana é percebida, ainda que os novos estudos estejam mostrando a inadequação da visão estruturalista tradicional na interpretação do texto saussuriano.

Normand alega que no período de Saussure, após anos de dados empíricos acumulados pela linguística comparativa, viu-se a necessidade de partir para a síntese de resultados, no sentido de descobrir leis gerais. Para ela, é nessa visão que se engloba o CLG. M. Bréal tinha como propósito fazer a teoria geral da mudança de significados, englobando as causas e as condições das transformações. Para a autora, não era esse o empreendimento de Saussure, mas sim criar os mecanismos para uma nova ordem nos estudos linguísticos e não apenas partir para uma teoria geral a partir dos resultados da linguística histórica. Sua inovação foi pensar em novo método para o estudo do sentido.

A autora afirma que Saussure opta pelo termo valor por ele ser representativo do modo de existência do signo, como resultante de um jogo de relações formais.

[...] mas, diferentemente de um sistema puramente formal, além do fato de que as convenções de partida não dependem de ninguém, mas de uma história própria que nos escapa, a língua é por definição significante; o locutor não separa o jogo das formas e a significação, em outros termos, o cálculo de sua interpretação, a sintaxe e a semântica. (NORMAND, 1990, p. 6, tradução de Francisco Settineri).

Para Normand, é possível ver no CLG elementos de um enfoque semântico linguístico, que deve ser procurado na língua como sistema de valores (de diferenças significantes). No programa saussuriano não é possível reduzir a semântica ao estudo da representação do mundo na língua. Por isso, o signo deve ser estudado na sua relação com o sistema e não há possibilidade de estudá-lo por um processo atomista. No texto, Normand aponta um descompasso entre as visões de certos autores. Enquanto para uns Saussure excluiu a semântica da linguística, para outros ele funda um novo modo de estudar o sentido. Ela afirma

que há duas vertentes, inclusive que vêm de Saussure, a do estruturalismo extremo (redução da língua a um sistema formal com exclusão das questões semânticas) e teorias como a de Benveniste.

Ainda segundo a autora, o eixo associativo tem um papel maior na teoria de Saussure. “[...] Saussure sugere que a significação, como produção do sentido, é infinitamente mais rica do que a indicada apenas pela relação com o referente. Ela reúne as relações complexas do termo lingüístico com seu exterior.” (1990, p. 11, tradução de Francisco Settineri). Saussure reconhece que há várias possibilidades de associação que escapam à análise, mas que fazem parte igualmente da língua, hoje classificadas como associações livres pela psicanálise. Para Saussure, elas fazem parte da língua, mas sem que devam ser submetidos à análise linguística, porque esta só deve se preocupar com o funcionamento do sistema, afirma a autora.

Engler (1962) retoma uma fonte manuscrita de Saussure, reproduzindo uma passagem que é equivalente a do CLG sobre as duas massas amorfas. Antes do fato linguístico não há nada delimitado, nem pelo som, nem pelo significado. “Entre esses dois domínios confusos, o fato linguístico engendra valores determinados, mas que permanecem valores porque o elo entre ideia e sequência acústica é arbitrário.” (GODEL, apud ENGLER, 1962, p. 47, tradução nossa). Engler enfatiza as afirmações de Saussure de que o esquema do signo linguístico não é primário, mas secundário em relação ao engendramento de valores. Para que ele fosse primário, seria necessário que o significado fosse dado em si.

De acordo com Engler (1962), Saussure apresenta dois métodos para o estudo da língua, o semiológico e o sociolinguístico. Esses dois planos se recobrem no terceiro grau, após a ciência dos valores com raiz nas coisas, colocada no primeiro grau. Em outros termos, pode-se dizer que a ciência dos valores está no entremeio entre a ciência das coisas e a semiologia. A língua possui sua ordem própria, justamente porque está nesse ínterim entre as coisas (sons) e a semiologia. Engler retoma os dizeres de Saussure: “Uma língua é formada de certo número de objetos exteriores que o espírito utiliza como signo. É na medida exata em que o objeto exterior é signo (é percebido como signo) que ele faz parte da linguagem a um título qualquer.” (apud ENGLER, p. 47, tradução nossa).

Assim, conforme Engler, a materialidade desse objeto exterior (o som como significante) faz com que tenhamos que nos reportar a ele; com que tenhamos que examinar o signo material. O procedimento leva da semiologia à língua. Para ele, Saussure afirmou a arbitrariedade do elo, mas é o arbitrário do significante e sua linearidade que preparam a arbitrariedade do elo. A determinação recíproca e a articulação de valores se correspondem, estando implicadas as duas faces do signo. A determinação é um procedimento inconsciente,

coletivo dos sujeitos falantes, enquanto a determinação das unidades é um procedimento do linguista.

Assim, o arbitrário é um princípio semiológico. Ele possui, contudo, uma forma linguística particular, caracterizada pela determinação recíproca de valores. O arbitrário sincrônico é uma falta de motivação, uma consequência do princípio semiológico por uma língua particular em um momento dado. (ENGLER, 1962, p. 49, tradução nossa).

Sobre o princípio da arbitrariedade, Arrivé (2010) afirma “que o princípio é exatamente a reincidência da intervenção da noção de valor.” (p. 80). Portanto, para ele, sistema de valores e princípio da arbitrariedade estão indissolivelmente ligados:

Vemos que o problema do arbitrário do signo, a despeito de sua importância na história da lingüística, é aqui reduzido a uma função, como dizer?, talvez não subalterna, mas derivada: trata-se apenas da consequência e/ou condição da concepção que importa. Ela consiste em levar em consideração, no estatuto das unidades linguísticas, apenas as relações que as unem no sistema de valores que elas constituem. (ARRIVÉ, 2010, p. 81).

Há uma concordância entre os autores sobre a preeminência das relações horizontais (entre os signos) sobre a relação entre significante e significado. Nesse caso, da importância da noção de valor como fundamento de oposição à língua nomenclatura. Segundo Gadet “O sistema saussuriano não é a soma de elementos preexistentes, mas é a obra de relações que constituem os elementos.” (1996, p. 59). Ainda segundo ela, a noção de valor em Saussure aparece tardiamente, no terceiro curso, sendo um princípio fundamental, abordado sob vários ângulos, incluindo a questão da identidade, porque, para Saussure, dizer o que pode constituir uma identidade é mostrar que ela ocupa um lugar no sistema; que ela tem valor. Uma das consequências da arbitrariedade do signo é que a identidade linguística se funda sobre a diferença e não sobre a substância. É no jogo das diferenças que se estabelece a unidade, ou seja, o valor. Gadet destaca como Saussure se opõe a uma visão de signo fechado em si mesmo através da noção de valor. É consenso entre os autores que a noção de valor está ligado ao arbitrário do signo.

5. LUGAR DO ARBITRÁRIO NA TEORIA SAUSSURIANA

Até o momento fizemos o seguinte percurso: apresentamos o modo como o arbitrário se apresenta no CLG e no ELG e levantamos os pontos controversos envolvendo a arbitrariedade. O trajeto nos permite discutir cada uma das principais dificuldades encontradas, tanto pelos leitores de Saussure, quanto por nós. Quanto ao CLG, em que seguidamente se apontam as escolhas e decisões dos editores como causadoras de problemas na interpretação, concordamos com Engler (1962): o essencial do pensamento de Saussure está aí contido e pode bem ser recuperado por um leitor atento ao todo teórico. Para complementar, temos hoje acesso aos manuscritos que, indubitavelmente, permitem ampliar a compreensão dos conceitos.

A discussão da arbitrariedade do signo em Saussure diz respeito à relação da língua com seu exterior. Essa conclusão pode ser extraída de Normand (1990, 1973, 2009), Gadet (1996), Suenaga (2005) e Engler (1962). Mas, o que vem a ser o exterior da língua? Responder essa pergunta é fundamental para analisar o conceito com base naquilo em que ele é fundamentado. Saussure afirma que o signo linguístico não une uma coisa e um nome, mas um significante e um significado. Também é de Saussure a afirmação de que a língua é dupla, resultante do acoplamento de duas massas heterogêneas, que, antes do fato linguístico, são apenas duas “massas amorfas”. Contrariamente ao que muitos linguistas da época de Saussure advogavam, o signo não é composto de um fato material (som) e um fato espiritual (sentido). Saussure não cansa de mostrar, no ELG e nos cursos, que o signo é um fato puramente espiritual e que, apesar de necessitar de uma matéria, o som, o signo é independente dessa matéria. Também enfatiza incessantemente o caráter duplo da linguagem. O que está fora do signo, então? Por um lado, o fato material externo é o som (uma das massas amorfas), que entra na conjugação do signo pelo acoplamento a um significado, sob a forma de uma impressão psíquica, uma imagem acústica. E qual é a realidade física do outro lado do signo? Ou seja, a outra massa nasce de onde? Saussure negou veementemente a visão nomenclaturista da língua, mas não deixa de reconhecer que essa outra massa, embora não

determinada de antemão, tenha uma origem, tanto é que deixou essa investigação, a do significado, isoladamente, fora de seu suporte no significante, a outro ramo da ciência, à Psicologia. Se pensarmos que o significado pode, em certa medida, corresponder à realidade das coisas no mundo, até porque esse é o sentimento vivo dos falantes, os dois exteriores da língua são: por um lado, o som, propriedade física, e de outro, a realidade no mundo. Assim, no fundamento do ato linguístico, há a junção das duas massas, criando a unidade sêmica, que, na sua essência, é fundamentalmente dupla.

Saussure de fato discute a arbitrariedade do signo sob esses dois polos. Por um lado, há a arbitrariedade de certo som corresponder a certo significado, ou seja, a arbitrariedade que está entre o som (fato físico) na sua relação com o signo (mental). É a arbitrariedade que vem do significante como viram Bouquet (1997), Engler (1962) e Suenaga (2005). O desenho de Saussure, para explicar esse arbitrário, no CLG e nos cadernos dos alunos, é de uma figura oval cortada ao meio com uma flecha orientada da parte inferior, contendo o significante, para a parte superior, do significado. Por outro lado, Saussure discute a relação do signo com o objeto exterior, a coisa no mundo, ainda que seja para rejeitar uma associação nomenclaturista.

Vários autores estão de acordo sobre o fato de que a arbitrariedade do signo não se refere à relação do signo com o mundo, mas sim à relação interna entre significante e significado. (ENGLER, 1962; NORMAND, 1973; GADET, 1996, SUENAGA, 2005; FEHR 2000 e DE MAURO, 1967). Ainda assim, Saussure não deixa de fazer considerações sobre essa relação e, como aponta Engler (1962), ele não é insensível a uma possível objeção advinda de uma teoria do conhecimento. Mas, o corte com a visão tradicional está posto pela reformulação do conceito de convencionalidade que, como vimos, é amplamente discutido no ELG. Ou seja, a visão de Saussure não corresponde à visão *thesei*, porque o signo não é convencional no mesmo sentido. Como mostra Engler (1962), Saussure chega mesmo a abandonar o termo convencional, provavelmente para evitar confusões com o conceito de convencionalidade tal qual proposto por Whitney e tal qual presente na filosofia clássica, no qual se pressupõe que há um acordo sobre um significado existente.

Pensamos que os grandes problemas da discussão do arbitrário decorrem, entre outras coisas, do fato de Saussure não explicitar que se coloca fundamentalmente no polo do significante, se considerarmos o conjunto teórico. Há vários autores que percebem uma insuficiente teorização de aspectos da teoria. Fehr (2000) dedica-se especialmente a estudar a relação entre semiologia e linguística, porque percebe a insuperável circularidade entre esses dois pontos. Suenaga (2005) destaca o fato de Saussure não ser claro quando parte do signo

para a língua ou da língua para o signo, e Engler (1962) sente a falta de uma etapa intermediária na teorização sobre a delimitação das unidades no sistema, via recorte linear, em relação ao arbitrário. As outras críticas, que não mencionam esses aspectos, também se fundamentam na dificuldade de conciliar o plano do arbitrário e o plano da língua. Esse problema, tanto presente no CLG, quanto nos manuscritos, leva a um impasse na compreensão de como estão relacionados o plano semiológico e o linguístico.

Se tomarmos as críticas baseadas na leitura do CLG, é evidente que algumas escolhas geraram problemas, com destaque para o desenho da árvore que os editores incluíram na forma oval e a introdução do termo *significante* e *significado* para um momento do curso em que Saussure tinha em mente apenas o *significante*. Porém, há outras razões para isso, como as próprias oscilações de Saussure, a complexidade, o inacabamento e a característica dialética de seu pensamento, bem como a insuficiente teorização sobre o signo na relação interna, entre seus dois elementos, e na sua relação com os outros termos no sistema, ou seja, a falta de maior teorização sobre a relação entre princípios semiológicos e princípios linguísticos. Engler, que conhece muito bem os manuscritos, atribui a confusão toda sobre o arbitrário a uma certa mistura de termos, tanto no CLG, quanto nos textos de Saussure.

A indecisão da terminologia, natural para uma exposição oral e inevitável nas notas pessoais, que se espaçam no curso de vinte anos, é evidentemente bem menos justificada a um livro curto, preciso, elaborado em sistema. Sem dúvida, Bally e Sechehaye substituíram e unificaram os termos; mas o termo é ligado ao contexto e ao pensamento! (ENGLER, 1962, p. 61-62, tradução nossa).

Está longe de nós considerar que Saussure não se mostrou contraditório e também não pretendemos procurar saídas que o salvem dessas contradições como parece ser a tentativa de alguns intérpretes, até porque isso não seria compatível com a própria forma de Saussure raciocinar. O tipo de pensamento, o tipo de escrita e o tipo de raciocínio de Saussure já é objeto de reflexão para alguns autores. Jäger (2003) interpreta seu modo de escrever e pensar como tipicamente aforístico e isso é atestado nas próprias palavras de Saussure quando escreve: “Não falamos nem de axiomas, nem de princípios, nem de teses. São simplesmente, no puro sentido etimológico, aforismos, delimitações. [] mas limites entre os quais se reencontra constantemente a verdade, de onde quer que se parta [].” (ELG, p. 109, lacunas no texto). Bouissac (2010) aponta que Saussure era mais um contraditor que um seguidor dos linguistas e que seus colegas de aula tinham percebido sua imensa capacidade de ver o outro

lado do argumento, inclusive do seu. Para o autor, “ele tinha uma acentuada propensão a pensar de forma diferente.”²³ (BOUISSAC, 2010, p. 57, tradução nossa).

Fehr (2000) aponta a “tensão constitutiva de seu pensamento entre a afirmação de ‘grandes princípios’ e a reflexão que igualmente os coloca em xeque.” (p. 209, tradução nossa). Vê-se, pois, que o procedimento de Saussure era procurar as contra-provas às suas teses e, portanto, isso pode bem ser um dos motivos para ele inspirar tantos pesquisadores da linguagem, bem como de outras áreas. Sua obra se presta sempre a novas análises. Essa certamente também é uma das razões que causou tamanho debate sobre o primeiro princípio de seu conjunto teórico: o arbitrário do signo. Vejamos o que diz Arrivé sobre as dificuldades que esse pensamento suscita:

Essas dificuldades decorrem da especificidade da reflexão do linguista: passamos do paradoxo à contradição, frequentemente aparente, às vezes real, voluntária e eventualmente reivindicada. Em certos casos, ela acaba sendo suplantada pelo caráter profundamente dialético do pensamento de Saussure. Mas, às vezes, acontece de ela subsistir, obstinadamente intacta. (2010, p. 33).

É por essa razão que procuramos ser igualmente dialéticos, não sem tentar encontrar uma razão que possa justificar a direção do raciocínio saussuriano, mas sem que tentemos considerá-lo livre desse pensamento tormentoso a seus intérpretes e provavelmente também a si próprio.

Não resta dúvida de que, ao considerar o funcionamento do sistema linguístico, entra-se numa complexidade ímpar para compreender o que é exatamente um signo para Saussure; se ele é a conjugação de um significante e um significado (simetria do signo) ou não; se a arbitrariedade é um princípio do sistema ou um princípio semiológico, e como tudo isso se conjuga com o campo linguístico da delimitação das unidades. Essa visão é compartilhada pela maioria dos leitores de Saussure. Se tomarmos as críticas, veremos que diferentes leituras são oferecidas. Rigotti e Rocci consideram a questão do signo linguístico e a dificuldade de interpretar como Saussure o concebia:

O Curso de Linguística Geral está longe de nos oferecer uma doutrina definida e definitiva do signo. Aliás, é realmente raro encontrar nele enunciações que não se transformem numa argumentação que mostra seus limites, as precisões a serem aportadas e mesmo os lados fracos e os casos aparentemente contrários, para sublinhar, enfim, a complexidade do objeto. Nesse caso, é em relação ao método que Saussure esboça para identificar as unidades de língua que essa complexidade emerge e nos sugere adotar uma formulação teórica mais articulada. (RIGOTTI; ROCCI, 2006, p. 221, tradução nossa).

²³ Em inglês: “he showed a definite propensity to think outside the box.”

Novamente é a forma de pensar e construir a teoria que está em jogo. Saussure era ciente dessas dificuldades e, seguidamente, as enuncia sem ressalvas: “Em parte alguma se sabe onde está o terreno firme de onde partem as definições: aqui se reúnem certos signos em nome de uma certa idéia (supondo, portanto, que o signo, por si mesmo, não é definido): lá se considera um signo como sendo, ao contrário, a coisa definida.” (ELG, p. 49).

É essa complexidade que está na base das análises sobre o signo linguístico, implicando o conceito de arbitrariedade. Suenaga (2005) e Gadet (1996), especificamente, partem dessa proposta de delimitação das unidades da língua para analisar o lugar do arbitrário no sistema. Esse é, de fato, o ponto problemático na teoria, reconhecido pelo próprio Saussure quando, na entrevista ao seu aluno Gautier, afirma que, no fim, tudo se encerra na questão da unidade.²⁴ Algo semelhante encontra-se no ELG: “Todo o trabalho do lingüista que pretende compreender, metodicamente, o objeto que estuda, se reduz à operação extremamente dicífil e delicada da *definição das unidades*.” (ELG, p. 29, grifos no texto).

A delimitação das unidades dentro do sistema está relacionada à questão da simetria e não simetria do signo linguístico. Ao que tudo indica, de acordo com os cadernos dos alunos e o ELG, o signo não é simétrico. Marina de Palo (2005) analisa a dificuldade decorrente de dois pressupostos aparentemente contraditórios em Saussure. Por um lado, Saussure insistia na relação de reciprocidade e indissolubilidade entre as duas faces do signo linguístico. Por outro lado, Saussure também argumentou sobre a não possibilidade de determinação do signo sem levar em conta suas relações com os outros signos, postulando a existência de signos incorpóreos, ou seja, que resultam do jogo de diferenças entre os significantes e significados, como é o caso da elipse. Essa aparente contradição de Saussure é apontada especialmente por Suenaga (2005), que se detém a analisar cuidadosamente as consequências teóricas que dela decorrem para a arbitrariedade do signo e para a relação dos elementos no sistema. Bouissac (2010) afirma que o jogo de diferenças estabelecidas no sistema faz o falante reconhecer apenas relações decorrentes de duas outras relações. Vejamos seu argumento:

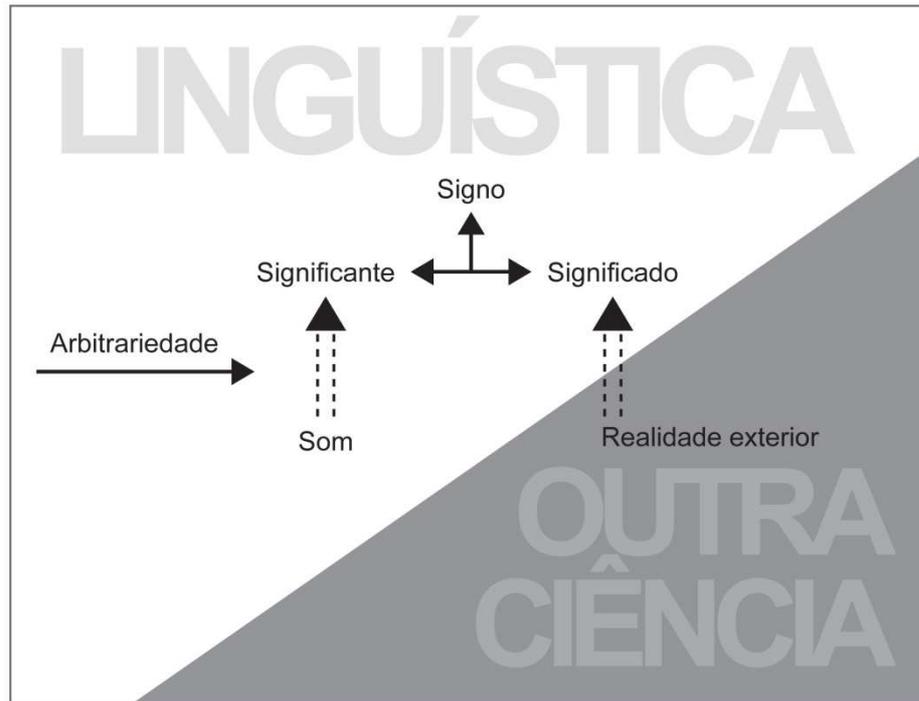
Tomemos uma ideia *a* e uma forma *A*, a relação *a/A* é insuficiente para dar conta de sua significação, porque não inclui o sistema mais complexo das diferenças, sem o qual essa simples relação não teria sentido. Tomemos um conjunto de ideias *a*, *b*, *c*, *l*, *r* e um conjunto de formas *A*, *B*, *H*, *R*, *S*, *Z*. A significação supõe uma série de relações tais como: *a/AHZ* e *abc/A*, ou *b/ARS* e *blr/B*, e assim por diante. O que é capital para Saussure é que a relação do sentido com a forma não é idêntica à

²⁴ Na mesma entrevista citada na nota anterior, em 06 de maio de 1911, Saussure afirma: “[...] o que é essencial é o problema das unidades. De fato, a língua é necessariamente comparável a uma linha na qual os elementos são cortados com tesoura, pan, pan, pan, e não cortados cada um com uma forma. Esses elementos, quais são?” (GODEL, 1969, p. 30, tradução nossa).

relação da forma com a ideia. Dada uma forma A, acessamos certo número de conceitos mais ou menos relacionados abc. A maior parte dos verbetes de dicionários atesta isso. Por outro lado, uma ideia a leva a certo número de formas AHZ. Isso é algo que experimentamos quando tentamos, por razões estilísticas, evitar repetir a mesma palavra em duas frases consecutivas. Não há ponto de entrada absoluto nesse complexo sistema de relações. Estamos na presença de diferenças de formas e diferenças de significações, e essas diferenças são apenas sustentadas por suas relações umas com as outras. (BOUISSAC, 2010, p. 102, tradução nossa).

Obviamente, essas questões todas sobre o signo linguístico afetam a forma como é concebido o arbitrário dentro da teoria. De nossa parte, concordamos com Normand (1973), para quem Saussure tomou a arbitrariedade, integrou-a à linguística, com nova definição, e procurou tirar do princípio todas as consequências. Acreditamos que todos os problemas que decorreram da aparente eterna controvérsia do arbitrário se funda sobre um mal-entendido de origem. A arbitrariedade em Saussure é um princípio que, para fins de investigação linguística, deve ser tomada do ponto de vista do significante, ou seja, deve ser considerada em relação à relação fônico/signo. Se o signo é arbitrário, ele deve ser arbitrário em relação a algo. Como apontamos acima, há quase unanimidade de que Saussure colocou a arbitrariedade na relação significante e significado e não tinha em mente a relação signo/realidade exterior, apesar de não deixar de se posicionar sobre essa relação. Então, essa arbitrariedade só pode estar na relação da língua com o material de que ela é composta, os sons. É por isso que ele considera justa a oposição entre matéria (som) e signo (significante e significado). “Entre as coisas que podem ser *opostas* ao som material, nós negamos, essencialmente e sem depois se perder nos detalhes, que seja possível *opor* a idéia. O que é oponível é o grupo *som-idéia*, mas absolutamente não a idéia.” (ELG, p. 174). Esse posicionamento é enfaticamente apontado no ELG. “O dualismo reside na dualidade do fenômeno vocal COMO TAL e do fenômeno vocal COMO SIGNO – do fato físico (objetivo) e do fato físico-mental (subjetivo) [...]” (ELG, p. 24, grifos no texto). Afinal, o linguista só pode estudar a língua com base em sua realização material na fala, no discurso, e Saussure bem sabia que é na realização da língua, na sua materialidade e na sua transmissão, que o objeto da linguística é apreendido (NORMAND, 2004). Podemos ilustrar desse modo a proposta de Saussure com base na arbitrariedade do signo:

CAMPO DA LINGUÍSTICA



Fonte: produção da autora

A leitura atenta do ELG, do CLG e das diversas críticas nos leva a essa conclusão. No ELG, Saussure menciona signo, na maior parte das vezes, como referindo-se ao significante e quando aborda a questão da convencionalidade, afirma que não é convencional no sentido clássico porque o signo é materializável e circular. Mesmo que o signo, num primeiro momento possa ser convencional, ao ser submetido ao processo de transmissão e ao sistema, tudo muda. Ele foge a qualquer racionalidade, dependendo unicamente da tradição para ser continuado. “Justamente porque o signo é arbitrário, não conhece outra lei senão a da tradição, e é por basear-se na tradição que pode ser arbitrário.” (CLG, p. 88). Também é o fato de o signo circular que Saussure traz como principal argumento para a impossibilidade da sinonímia. Explicitaremos abaixo o raciocínio na base da tese.

A circulação do signo envolve a sua realização material, ou seja, sua realização no suporte sonoro. É o fato de ele circular, de ele se transmitir e de se estender na temporalidade e espacialidade que faz Saussure perceber a inanidade de estudar o signo através do tempo de forma simples, como se fazia em sua época. Quando ele trata das modificações através do tempo (ver o ex. da mudança de *betahūs* na p. 50-51), afirma que foi um acaso material e negativo que transformou a palavra e que toda transformação ocorre fora do espírito, ou seja, independentemente da consciência dos falantes, “na esfera das mutações de sons.” (CLG, p. 266-267). Vê-se aí a base da arbitrariedade. Tanto no ELG, quanto no CLG, Saussure trata

das evoluções cegas, puramente fonéticas como fator do deslocamento entre significante e significado e, numa passagem especialmente importante, há a afirmação tácita de que a arbitrariedade se liga à mudança fonética: “[...] o mecanismo lingüístico se obscurece e se complica à medida que as irregularidades nascidas da mudança fonética predominem sobre as formas agrupadas em tipos gerais; por outros termos, **na medida em que o arbitrário absoluto predomine sobre o arbitrário relativo** [...]. (CLG, p. 187, grifo nosso). Essas modificações fonéticas ocorrem pelo fato de o signo ser arbitrário e estar submetido à circulação no tempo e no espaço. “Esse caráter das modificações fonéticas se deve à qualidade arbitrária do signo lingüístico que não tem nenhum vínculo com a significação.” (CLG, p.175-176). Essa é a base da arbitrariedade.

O material de que a língua é composta foge à consciência do falante que só percebe o sentido acoplado ao significante. Não há consciência do som puro, mas sim do som como significante num signo. Ou seja, a arbitrariedade está nesse polo do som para o significante, ou, mais simplesmente, no polo do significante, cuja consequência é a língua ficar livre para se modificar sob a ação do tempo e dos falantes. Arbitrário significa, então, sem relação consciente com o som. A mudança ocasional surgida, originada na realização fônica, por puro acaso, decorrente do fato de o signo circular no espaço e no tempo, escapa da consciência, provocando o desordenamento do sistema. “Uma língua é radicalmente incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre o significado e o significante. É uma das consequências da arbitrariedade do signo.” (CLG, p. 90). Contudo, a mesma arbitrariedade obriga o espírito a se apoiar no conjunto sígnico para reordenar o funcionamento. Sabemos que Saussure atribuiu esse processo à analogia. “Trata-se de modificações puramente fonéticas, devidas a uma evolução cega; as alternâncias que daí resultam, porém, o espírito se assenhorou delas, atribuindo-lhes valores gramaticais e propagando, pela analogia, modelos fornecidos pelo acaso da evolução fonética.” (CLG, p. 271).

Engler (1962) afirma que pode-se pensar na arbitrariedade como sendo unicamente do polo do significante na diacronia, o que confere com o que dissemos acima. Mas, também para a sincronia pode-se dizer o mesmo, porque, como bem viu Fehr (2000), é da natureza inerente do signo ele se realizar, ele se materializar e circular. O som sempre estará na base da língua, no sincrônico e no diacrônico e, desse modo, também a arbitrariedade. Ela é inerente ao signo, tanto na transmissão quanto no sistema. Há um emaranhamento entre essas duas faces de que Saussure era extremamente consciente.

Bally reconhece haver um arbitrário do significante e inclusive publicou um estudo sobre a motivação do significante (som, acento, melodia) no artigo *Sur la motivation des signes linguistiques* em 1940. Para Bally, uma palavra simples evoca espontaneamente uma relação sintagmática (apud ENGLER, 1962). Engler reconhece que há como admitir um arbitrário do significante, mostrando que foi assim que Saussure utilizou o arbitrário até o terceiro curso. Bouquet (1997) também advoga a existência de um arbitrário do significante e Fehr (2000), apesar de discutir todo o arbitrário do signo a partir da teoria clássica, da ligação do signo com o objeto no mundo, percebe a característica inerente da transmissão do signo, ou seja, sua circulação social pela produção vocal, portanto, do ponto de vista do significante. Também em Engler (1962) encontramos um autor, Pierre Naert, que, em artigo de 1947 intitulado *Arbitraire et nécessaire en linguistique*, afirma que o arbitrário é um fator extralinguístico presente na relação do objeto com o significado e na relação do som com o significante, sendo que a linguística se limita à esfera da relação do som com o significante, ficando excluído o significado. Entende-se excluído se tomado isoladamente na sua relação com o exterior da língua. (apud ENGLER, 1962).

Tomemos, por exemplo, duas frases do CLG: “O laço que une o significante ao significado é arbitrário [...]”, e “o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade.” (CLG, p. 83). Evidencia-se aí que a constituição arbitrária do signo é referida sempre como algo que vai do significante ao significado. No ELG temos: “A única diferença é que a relação pela qual, em linguística, o som provoca a ideia, ou reciprocamente, é uma relação arbitrária na origem.” (ELG, p. 213). Uma vez que Saussure discute de fato a arbitrariedade tanto do ponto de vista da realização sonora, quanto da relação dessa sonoridade como significante e acoplada a um significado em relação à realidade exterior, e uma vez que ele exclui, do escopo da linguística, o estudo da significação, tomada isoladamente, sem o respectivo significante, nossa tese é que a língua deve ser estudada do ponto de vista da matéria significante, o que não quer dizer que seja excluído dela o significado, absolutamente, mas apenas que é no jogo desses significantes entre si e no jogo dos significados constituídos que está o objeto da linguística, num nível intralinguístico e também num nível extralinguístico, a ser examinado na sua relação arbitrária com o exterior, o som, porque entra como fator de perturbação na transmissão do signo. Em outros termos, está aí *o próprio da língua*. Saussure acusa os linguistas de não terem percebido que a “matéria que sofre a ação histórica” não pode ser analisada sob um simples ponto de vista histórico. (ELG, p. 180.) Então, o que cabe ao linguista? O estudo da matéria significante na sua relação com o jogo da língua no processo de sua vida semiológica.

A prova também se encontra nas longas considerações de Saussure sobre as entidades linguísticas. Saussure alerta que nenhuma entidade é simples porque “mesmo reduzida à sua mais *simples* expressão, ela exige que se leve em conta, ao mesmo tempo, um signo e uma significação, e que contestar essa dualidade ou esquecê-la equivale diretamente a privá-la de sua existência linguística, atirando-a, por exemplo, ao **domínio dos fatos físicos.**” (ELG, p. 23, grifo nosso). Veja-se também como ele mostra que essa união do signo e da significação “resulta, além disso, de um gênero altamente particular: na medida em que não há nada em comum, **em essência**, entre um signo [significante] e aquilo que ele significa; [...]” (ELG, p. 23, grifo nosso). A entidade linguística é recortada no sintagma, que ocorre na fala.²⁵ Nessas passagens, ao mencionar o domínio dos fatos físicos, e ao dizer que em essência não há nada em comum entre um significante e seu significado, ele se reporta à arbitrariedade entre som (fato físico e fora do signo, a matéria) com o signo (significante e significado).

Uma vez que a língua se ampara indiretamente no som; que sua base é material (embora ela seja totalmente independente desse material, ou seja, arbitrária), é tarefa do linguista se preocupar com a impressão psíquica desse material associado a um significado, pois “o espírito se insufla numa matéria dada e a vivifica” (CLG, p.100-101) e porque:

Se não fosse pelo fato, em suma contingente, de que os materiais da língua se transformam e acarretam, só por sua mudança, uma metamorfose inevitável nas próprias condições do jogo, não seria necessário, e jamais se teria considerado, escrutinar a natureza exata desses materiais: seria um esforço positivamente inútil. (ELG, p. 63).

O raciocínio que estamos propondo é de que o linguista precisa considerar a língua com base na sua realização sonora, pelo lado do significante. Saussure, como já dissemos, excluiu o estudo da significação do campo da linguística, pois estudar essa significação em si mesma “não é nada linguístico” (ELG, p. 41). Isso prova que, se a língua for estudada, deve ser do ponto de vista do seu significante. Se a arbitrariedade é considerada, é também por esse ponto de vista. A passagem acima mostra que os materiais de que se compõe a língua se transformam e afetam o sistema com essa mudança e, portanto, mesmo sendo contingentes, ou seja, arbitrários em relação à constituição do signo, precisam ser examinados, escrutinados. Essa também é a tarefa do linguista. Não é em vão que Saussure insiste terminantemente na

²⁵ Seria uma tarefa específica estudar o lugar que cabe ao sintagma na língua. Saussure têm dúvidas sobre se ele pertence exclusivamente à fala ou se está na língua. Admite que alguns sintagmas pertencem à língua, mas não é alheio ao fato de que é no discursivo, local por excelência do sintagma, que a língua sofre suas modificações e é por ele que o linguista a estuda.

separação entre fonético e morfológico; na separação de metodologias para estudar a língua na consciência e fora da consciência (no momento e no tempo) e fala repetidamente na segunda vida do signo (significante). Ele coloca no escopo da linguística o estudo da língua no tempo, pelo seu lado fonético, completamente contingente (arbitrário) e o estudo da língua na consciência, fora do tempo, no jogo de seus elementos. Na *Segunda Conferência na Universidade de Genebra*, ao tratar da analogia e do fenômeno fonético, ele fala: “A observação e a análise dessas duas ordens de fenômenos [fonético e analógico] constituem a ocupação quase exclusiva do lingüista, a respeito de qualquer língua que seja o objeto de sua atenção [...]” (ELG, p. 139). Isso prova que a língua deve ser estudada na sua relação interna, pela análise da inter-relação dos elementos dentro do sistema, e na sua relação externa com o fônico no plano diacrônico.

Nossa posição permite reencontrar certa coerência na teoria de Saussure. Não nos parece que haja efetivamente contradição em Saussure, o que não significa dizer que sua abordagem não contém incertezas e insuficiências, mas, sim, dificuldades de ordem teórica. Há, em Saussure, ainda assim, abertura para uma possível interferência do mundo exterior na língua. Ou seja, quanto a como os conceitos chegam a se formar na nossa mente e como isso se associa à formação do signo linguístico. Essa parte (dos conceitos), relativa à parte mais “abstrata”, que entra na língua de alguma forma, já não é tarefa do linguista, se for separada da impressão acústica. Em outros termos, qual a relação da realidade com a expressão da significação na língua? Saussure combate a visão de língua nomenclatura, alegando que ela possui uma ordem própria e, portanto, minimizando a importância de debater esse vínculo língua/realidade, o que não significa renegar completamente essa possibilidade, mas abster-se de incluí-la no campo de estudos da linguagem, preocupado que estava com a linguística propriamente dita, a quem caberia estudar a língua pelo seu polo significante, na sua relação com o fônico (estudar a essência dupla). Esse campo de investigação entraria numa teoria do conhecimento que certamente não era de interesse de Saussure. Sua preocupação era estudar como o tempo age para alterar os elementos na sua circulação, afetando sua identidade, como comprovam os estudos sobre as lendas e os anagramas. O funcionamento bastante peculiar da língua em seu movimento constante, do signo na sua realização pelo espaço e pelo tempo, sugerem modos de produção semiológica que não podem se explicar através de um estudo da relação da língua com a realidade exterior. O signo escapa a essa relação. É esse o pensamento de Saussure.

Desse modo, a partir da premissa de que à linguística interessa analisar a relação da língua com o som, uma vez que é dele que decorre a vida linguística, procuraremos,

pormenorizar os pontos problemáticos que foram levantados pelos autores que discutiram o arbitrário do signo, para elucidar possíveis objeções que poderiam ser levantadas à nossa tese. Procuraremos explicitar nossa posição mais pormenorizadamente nos próximos tópicos. Discutiremos a relação da teoria saussuriana com o debate filosófico clássico, a questão da motivação intrassistêmica, a simetria ou não simetria do signo e, por fim, a segunda vida do signo (significante), que se relaciona diretamente com nosso posicionamento.

5.1 A arbitrariedade do signo e o debate clássico

Sobre a relação de Saussure com o debate clássico na filosofia, concordamos com De Mauro (1967), Suenaga (2005), Normand (1973) e Fehr (2000), para quem Saussure rompe com esse debate, ainda que faça várias reflexões sobre suas premissas e que, por vezes, apresente oscilações no pensamento quanto à sua posição. Pode-se dizer que, Saussure simplesmente mostra que a concepção de signo do debate clássico é incompatível com o funcionamento semiológico da língua.

Normand (1973) afirma que, para Saussure, o importante é tirar as consequências do princípio da arbitrariedade para a organização do sistema da língua. Para ele, o importante é a noção de valor, o signo motivado dentro do sistema pelos outros signos. A autora destaca a diferença entre Saussure e Whitney, visto que a noção de convenção em ambos é um pouco distinta. Para Whitney, os falantes entram em acordo, estabelecem uma convenção sobre o signo (*thesei*), mas, para Saussure, há um perigo em considerar que os falantes estabelecem um contrato, porque isso poderia implicar a ideia de liberdade de escolha. Essa reflexão é bem posta nos manuscritos e também no CLG. De Mauro (1967) concorda: “Não se pode atribuir *sic e simpliciter* a Saussure uma simples concepção convencionalista, pois todo o CLG [...] é precisamente um combate a essa concepção.” (DE MAURO, 1967, p. 442, tradução nossa, grifos no texto). Portanto, esses autores concordam que Saussure reformula o conceito de arbitrário para fugir, justamente, da noção convencionalista clássica (*thesei*). Para Suenaga (2005), ambas as visões *thesei* e *phusei* da língua, conforme a visão da filosofia clássica, supõem uma visão nomenclaturista, totalmente incompatível com a teoria saussuriana, pois o arbitrário absoluto na teoria de Saussure está numa outra dimensão, no interior do signo e não como oposição a uma necessidade natural. Para nós, Saussure joga o arbitrário para o outro polo, para a relação da substância externa da língua na sua relação com o interno.

Por outro lado, Bouquet (1997) acredita que, na aula de 12 de junho de 2011, Saussure alarga o conceito de arbitrário para mostrar que não há outro elo entre significante e significado a não ser o da convenção, o que estaria posto no sentido da definição clássica. Cabe salientar que existe, então, um problema na interpretação do conceito de convenção na teoria saussuriana. Saussure é convencionalista ou não? Caso a resposta a essa pergunta seja afirmativa, que tipo de convencionalista é Saussure? Outro ponto é: por que a maioria dos autores procura verificar a arbitrariedade sob o polo da filosofia clássica?

Nas notas biográficas de Saussure, na edição crítica do CLG, De Mauro (1967) afirma que a diferença entre o convencionalismo de Whitney e de Saussure é que, para Saussure, não havia nenhuma necessidade lógica ou natural entre significante e significado, enquanto o convencionalismo de Whitney ainda considera o som e o significado como coisas dadas anteriormente à língua. Isso também é atestado na própria escrita de Saussure, quando ele escreve: “Mergulha-se em profundo devaneio ao se ver comparar, em obras sérias (exemplo: Whitney), essas duas espécies de mudanças no tempo: a) uma palavra muda de significação; b) uma palavra muda de forma (ou de som), enfim, muda materialmente.” (ELG, p. 40). Ou quando, ao mencionar o livro de Whitney, na *Segunda Conferência na Universidade de Genebra*, ele pergunta: “Cabe considerar a língua como o mecanismo que serve à expressão de um pensamento?” (ELG, p. 45). Saussure critica constantemente esse ponto de vista da separação das formas e dos sentidos, característica da gramática comparada, cujo método ele refuta, porque supõe a existência *a priori* desses dois lados.

Também sobre a visão da relação do pensamento saussuriano com a visão da filosofia clássica, podemos citar Fehr (2000), para quem a ordem da língua em Saussure precisa ser pensada de maneira diferente da ordem dos objetos no mundo. Para ele, a teorização saussuriana é completamente incompatível com a visão tradicional, visto que ele enfatiza o processo de transmissão do signo, aspecto não visto por psicólogos e filósofos, e que só é possível na medida em que o signo não está ligado ao objeto no mundo. Se assim fosse, ele estaria sujeito à transformação, porque o objeto lhe colocaria imposições de modo que ele só variaria na medida em que o objeto sofresse transformação. Qualquer leitura muito atenta do conjunto de manuscritos conclui o mesmo: o fato da transmissão e da circulação é inerente ao signo, pois nessa circulação a língua se materializa, estando sujeita a sofrer alterações.

Como conjugar isso tudo com a afirmação de Saussure de que o princípio do arbitrário do signo não é contestado por ninguém? Em outros termos, a afirmação parece deixar claro que ele parte desse debate. Como afirma Normand (1973), Saussure procura as consequências do arbitrário para a teoria linguística, provocando o deslocamento da noção de signo, em que

ele é compreendido como a junção de uma forma sonora com um significado. Saussure, mesmo nos manuscritos, não cansou de afirmar o erro dessa noção. Além disso, ele introduziu uma correção importante na noção de convenção, de natureza muito distinta de qualquer outra convenção social, alegando que o signo é utilizado milhares de vezes ao dia por milhares de pessoas. Concordamos com esse posicionamento. Para Saussure, não é importante discutir a relação da língua com a realidade; o que é fundamental é discutir a construção de sentidos na língua e a perturbação que a materialidade fônica causa no sistema pelo processo de sua execução e transmissão. O jogo fônico, que ocorre na transmissão do signo, perturba o sistema, visto que ele funciona nessa relação entre a constante pressão exercida pelo tempo e pela massa social e sua constituição como elemento significativo presente na consciência dos falantes.

No sentido de mostrar que a preocupação de Saussure sempre foi em relação à língua e seu lado fônico, podemos trazer o exemplo da onomatopeia que, como vimos, Culler (2003) analisou a partir da crítica de Derrida. Ela é sempre trazida para os debates sobre a arbitrariedade do signo. Normand (1973) e Culler (2003) mostram que, para Saussure, um signo até poderia nascer onomatopaico, mas depois de engrenado no sistema, ele estaria submetido ao funcionamento tal qual os outros. Para ele, é indiferente haver uma primeira relação natural do signo onomatopaico. Isso ele manifesta no primeiro curso, quando afirma que “as palavras novas inventadas por um indivíduo ou surgidas da onomatopeia não têm importância para o estudo da língua.” (R, CI, p. 91a, tradução nossa). Nesse sentido, a construção argumentativa dos editores, como aponta Culler, deixou a impressão de que Saussure queria a todo custo eliminar a motivação onomatopaica. Uma vez que, quando Saussure discutiu as possíveis objeções à sua tese da arbitrariedade, é interessante observar que tanto o recurso à onomatopeia quanto o recurso às exclamações provam que sua preocupação está no polo sonoro. Então, o princípio da arbitrariedade é tomado muito mais pelo polo do significante. A criação da noção de significante é fundamental.

Quando Benveniste (2005) faz a crítica ao arbitrário do signo, ele conclui que o elo entre significante e significado é necessário e não arbitrário, alegando que a arbitrariedade está na relação do signo com o exterior, conforme o debate clássico. Para Benveniste, Saussure debate a relação significante/significado e, portanto, o arbitrário está fora da língua. Porém, tanto Gadet (1996) quanto Normand (1973) reconhecem um afastamento do debate clássico pela reformulação do conceito de signo e pelo afastamento das questões relativas à origem da linguagem. Gadet destaca como, pouco a pouco, Saussure se separa da discussão clássica, fundando o campo linguístico. Normand (1973) possui uma posição semelhante,

concordando com o fato de que Saussure utiliza os termos do velho debate, entrando em contradição, mas vê isso como um procedimento inerente à construção de um posicionamento científico, em que ele vai se desvinculando do debate clássico, pouco a pouco, para construir com o princípio um conjunto teórico propriamente linguístico. De Mauro (1967) aponta que o exemplo de *ochs* e *boeuf*, fonte de muitas críticas a Saussure, se deve ao fato de Saussure ainda estar influenciado pelos termos whitneianos, mas que ele apenas intencionava mostrar esse primeiro princípio básico da arbitrariedade. Também concordamos com Normand (1973) quando afirma que Saussure problematizou a noção de arbitrariedade, redefinindo-a, o que mostra, novamente, que, mais do que simplesmente não discuti-lo, ele o reformulou e procurou suas consequências para o sistema da língua. Ele mesmo afirma: “O princípio da arbitrariedade do signo não é contestado por ninguém; às vezes, porém, é mais fácil descobrir uma verdade do que lhe assinalar o lugar que lhe cabe.” (CLG, p. 82).

Assim, a maior parte dos autores reconhece que Saussure não é convencionalista, pois reformula o conceito de arbitrariedade pelo deslocamento do arbitrário para o interior do signo, descartando as origens da linguagem, ainda que ele parta da terminologia da filosofia clássica.

5.2 Arbitrariedade, sistema e exterior

Para nós, o princípio da arbitrariedade do signo está no ponto máximo da teoria, o axioma primeiro e fundamental para a língua ser o que é, conforme Saussure mesmo postulava: o princípio que está no topo. Se afirmamos que Saussure vai pouco a pouco se distanciando do debate clássico, pelo conceito da arbitrariedade, como conjugar esse posicionamento com o fato de Saussure, ao tratar da arbitrariedade relativa, afirmar que ela não suprime o arbitrário absoluto? Em outros termos, o arbitrário absoluto está no sistema. Que arbitrário é esse? De que forma ele está no sistema?

Muitos autores, por tomarem o CLG como leitura fundamental, deixam de analisar as decisões dos editores que foram responsáveis por algumas das controvérsias. Por exemplo, a principal delas é que Saussure tomava o termo signo para referir-se ao significante apenas, causando problemas para os editores em alguns momentos, ainda que as oscilações e contradições fossem muitas vezes de Saussure, conforme atestam os manuscritos. Porém, a decisão dos editores, em muitos casos, ocasionou dificuldades para os leitores, como a

inclusão do desenho da árvore na figura oval da p. 81 do CLG. Por essa e outras razões, ficou ocultado do CLG o arbitrário em relação ao significante.

Nos manuscritos, a discussão sobre a relação da língua com a realidade do mundo é frequente, sempre no sentido de mostrar como é necessário se afastar dessa visão e também atestando a possibilidade de que, se um dos lados do signo pudesse ter uma existência por si, seria o significado. No ELG, Saussure enfatiza, em vários momentos, que o estudo do pensamento, fora do domínio linguístico, não pertence mais ao linguista. Porém, ele faz um alerta importante: é necessário provar que há categorias de pensamento independentes da linguagem. Saussure mostra-se cético sobre essa possibilidade, alertando que não há simetria entre fatos do mundo e fatos de linguagem. Ele rejeita completamente a visão de língua nomenclatura e afirma que a língua categoriza à sua maneira a interpretação da realidade. Vários exemplos são utilizados por Saussure, principalmente quando trata da impossibilidade da sinonímia, enfatizando que a palavra somente terá um sentido em virtude das outras que a cercam (teoria do valor); seu sentido será definido negativamente, a partir dos que não são reclamados pelos outros termos. Também é ilustrativo dessa posição o exemplo utilizado na *Terceira Conferência na Universidade de Genebra* sobre uma rua a que se dá nomes, conforme transcrição da passagem no item 3.4 desta tese, *O nomenclaturismo e a arbitrariedade* (p. 63 deste texto). O mecanismo da língua funciona independentemente da realidade, através do jogo de diferenças das duas ordens, que criam oposições e engendram as unidades linguísticas, embora isso não signifique que a realidade não participe de algum modo. Mas, apesar disso, permanece na língua o polo arbitrário do significante.

Nos manuscritos, vê-se claramente a questão da referência sendo esboçada. Arrivé (2010) afirma que Saussure não exclui a questão do objeto exterior, da realidade em relação à língua, mas apenas combate a ideia da língua nomenclatura. O autor menciona que se pode inclusive ver em Saussure um esboço da teoria da referência. Isso é evidente em seus escritos, visto que Saussure mostra como não há relação de um para um entre língua e realidade exterior. Para Saussure, não há uma significação nos signos da língua que seja absoluta, dada pelos objetos exteriores, mostrando que tanto podemos aplicar várias palavras para o mesmo objeto, tanto podemos ter uma palavra para vários objetos. Para ele “em momento algum, a impressão que causa o objeto material tem o poder de criar uma categoria linguística;” (ELG, p. 70). Vê-se Saussure tratar da relação língua/realidade nas páginas 68 e 69 do esboço de *Da essência dupla da linguagem* e afirmar que essa relação, se for estudada, não será mais competência do linguista. A língua não pode ser uma língua nomenclatura. “O tempo todo ela avança e se põe a serviço da formidável máquina de suas categorias negativas,

verdadeiramente desembaraçadas de todo fato concreto e, por isso mesmo, imediatamente prontas a armazenar uma idéia qualquer que venha se juntar às precedentes.” (ELG, p. 70). Essa característica, da independência do mecanismo linguístico dos objetos exteriores, decorre do fato de que o signo linguístico é arbitrário: o que serve de signo, o som, na sua condição de significante, não possui nenhuma relação com o significado engendrado, assim como o significado também é independente dos fatos exteriores, porque está submetido ao funcionamento do sistema.

A terceira parte do CLG, totalmente dedicada à linguística diacrônica, assume uma importância muito grande para a tese de Saussure, pois aí Saussure insiste em mostrar como a arbitrariedade impede que se veja na língua uma simetria com os fatos do mundo, que se possa, pela língua, tirar conclusões sobre a vida dos homens, seus costumes, tradições, cultura, enfim. As categorizações da língua são resultantes do arbitrário do signo. Ela é um mecanismo independente, que classifica os fatos a seu modo, não necessariamente em paralelo com a realidade. Não há simetria entre língua e realidade, o que não implica dizer que não se possa fazer esse estudo, mas que já não é mais tarefa da linguística, porque a ela cabe estudar a língua sob o ponto de vista do significante. O arbitrário do signo é o elemento que torna o sistema aberto e flexível e, por ser assim, instável, de um certo modo, refletindo a característica da auto-organização e independência necessária à sua manutenção e continuidade. Vale acrescentar as palavras de Saussure:

Por oposição à idéia falsa que nos aprazia fazer, a língua não é um mecanismo criado e ordenado com vistas a conceitos a exprimir. Vemos, ao contrário, que o estado resultante da transformação não se destinava a assinalar as significações das quais se impregna. Tem-se um estado fortuito: *fōt* : *fēt*, e dele se aproveita para fazê-lo portador da distinção entre singular e plural: *fōt* : *fēt* não está melhor aparelhado para isso do que *fōt* : **fōti*. Em cada estado, **o espírito se insufla numa matéria dada e a vivifica**. Esta perspectiva que nos foi inspirada pela Linguística histórica, é desconhecida da Gramática tradicional, que jamais teria podido adquirí-la por seus próprios métodos. A maior parte dos filósofos da língua ignoram-na igualmente: e, no entanto, nada mais importante do ponto de vista filosófico. (CLG, p. 100-101, grifos nossos).

Nessa passagem, Saussure destaca dois fatos importantes: a transmissão causa um estado, que, por si só, não estava destinado a expressar o que foi expresso. Não há determinação para o que acontece no sistema que é uma decorrência fortuita. Veja-se a sequência em que Saussure afirma que “o espírito se insufla numa matéria dada e a vivifica.” Ou seja, a matéria da língua, som, é tomada pelo espírito, estabelecendo com ele relações imprevisíveis. A imprevisibilidade e a independência dos acontecimentos do sistema é

constantemente enfatizada por Saussure. Essa independência é total e só é afetada pela mudança material do signo na sua transmissão e não porque há relação direta com as coisas do mundo.

Quando Saussure trata da sinonímia, no livro descoberto em 1996, ele é enfático ao dizer que combate a suposição tradicional de que a palavra tem uma “significação absoluta que se aplica a um objeto determinado; é essa a presunção que combatemos.” (ELG, p. 70). Em seguida, ele acrescenta:

Enfim, nem há necessidade de dizer que a diferença dos termos, que faz o sistema de uma língua, não corresponde em parte alguma, mesmo na língua mais perfeita, às relações verdadeiras entre as coisas; e que, por conseguinte, não há nenhuma razão para esperar que os termos se apliquem completamente, ou mesmo incompletamente, a objetos definidos, materiais ou não.

Dir-se-á que eles devem corresponder, em troca, às primeiras impressões que o espírito recebe; isso é verdade, mas essas primeiras impressões são tais que estabelecem relações as mais inesperadas entre as coisas totalmente separadas, assim como tendem, continuamente e sobretudo, a divisar coisas absolutamente unas; assim, em momento algum, a impressão que causa um objeto material tem o poder de criar uma única categoria linguística; [...]. (ELG, p. 70).

O trecho mostra que Saussure não desconsidera “as primeiras impressões que o espírito recebe”; ele não era alheio ao fato de que recebemos impressões externas em nossa mente, mas que essas impressões estão submetidas à língua, cujo jugo é tal que elas não podem corresponder a essa realidade.

Da discussão toda decorre que Saussure não pode ser considerado convencionalista no sentido clássico. Talvez nem mesmo tenhamos um termo para descrever a posição que ele assume. Podemos dizer apenas que o convencionalismo de Saussure é tal que depende da aceitação coletiva inconsciente. O fato de o signo ser arbitrário, ou seja, de não haver nenhuma razão, nenhum fundamento que explique a junção das duas massas na composição do fato linguístico, e pelo próprio fato de que nada existe antes disso, mostra que o acaso da junção e da delimitação recíproca das unidades da língua, a partir da matéria fônica, precisa ser aceito pelos falantes, obviamente, de maneira inconsciente e aleatória. O signo precisa ser aceito pela comunidade e isso basta. Não há uma decisão pensada dos falantes para a constituição do signo. Dessa forma, pode-se dizer que, pelo deslocamento da arbitrariedade para o interior do signo, Saussure se afasta da visão de convencionalidade conforme o entendimento clássico, rejeitando a visão de língua como nomenclatura.

5.3 Arbitrariedade, delimitação das unidades, motivação no sistema e paradoxos

Vários autores apontam a dificuldade relativa à delimitação das unidades no sistema a que Saussure tanto se ateve, incluindo também a dificuldade de conciliar a visão binária de signo com suas teorizações. Trouxemos, neste texto, especialmente a visão de De Palo (2003) sobre essa dificuldade. Isso é constante em vários autores. Harris (2003) aponta a dificuldade em relação às unidades quando são consideradas a língua e a fala. No terceiro curso, Saussure chegou muito próximo a desfazer a separação proposta entre língua e fala, e o anúncio da Linguística da fala, para o quarto curso, não efetivado, é uma amostra de que Saussure era bem ciente dessas questões todas. Está bem longe de nosso alcance e escopo tratar dessas questões. Mas, no tocante às unidades, ao abordarmos os paradoxos colocados pela arbitrariedade em relação à motivação interna do sistema, na sequência, algumas questões serão suscitadas, especialmente ao considerarmos as posições de Suenaga (2005) e Gadet (1996).

Como vimos no capítulo anterior, Culler (2003) retoma a crítica de Derrida sobre a relação do sistema com a motivação. Vimos também que os exemplos das onomatopeias na diacronia dos editores não eram de Saussure e que o CLG passou a ideia de que Saussure queria excluir a onomatopeia do sistema a todo custo. Porém, Saussure parece ter admitido uma motivação fônica intrínseca, e nela está o grande problema.

Também vimos que, para alguns autores há, de fato, um problema entre afirmar que o elo que une significante e significado é um elo arbitrário e afirmar que todo signo é motivado no sistema. Então, qual é exatamente o papel do arbitrário absoluto no sistema? Gadet (1996) opta por dividir o arbitrário absoluto em 2: o primeiro relativo ao corte da língua com o exterior e o segundo relativo ao signo imotivado dentro do sistema (que, no fundo, também é motivado pelos outros signos). Suenaga (2005) aponta que essa não é uma solução compatível com a afirmação de Saussure sobre a importância fundamental do arbitrário absoluto dentro do sistema e porque não é possível conceber o arbitrário relativo a não ser em relação ao absoluto. O autor aponta que não se pode falar de arbitrário absoluto no sistema sem que se abandone a ideia de que convencional significa não natural. Para ele não se pode opor ao arbitrário a necessidade do sistema. É necessário lhe opor a necessidade natural. Uma verdadeira dificuldade surge no que tange ao arbitrário e à delimitação das unidades no

sistema pelo pressuposto da motivação intrassistemática. Por essa razão, há a opção dos autores em dividir o arbitrário em 2: o que rompe com o exterior e o linguístico.

Benveniste (2005) mostra como a teoria do valor de Saussure é indicativa da necessidade do elo entre significante e significado, e Engler (1962) trata longamente do que chama de coalescência do signo, mostrando que a alegação de Pichon, sobre a união espiritual entre significante e significado, concorda com a tese da necessidade social de Saussure (apud ENGLER, 1962).

Ao lado de arbitrário, *positivo* nos parece indicar o valor consciente do signo, a necessidade psíquica, a coalescência. Ele não exclui o arbitrário. Em princípio, *necessidade* em Saussure sempre designa uma necessidade social. *Positivo* é interior: a necessidade é exterior. (ENGLER, p. 61, 1962, grifos do autor, tradução nossa).

Bally e Vendryes (apud ENGLER, 1962) teriam visto essa indissolubilidade entre significante e significado na metáfora da folha de papel, cujo verso não pode ser cortado sem que se corte também seu averso. Engler aponta que o signo é positivo, necessário, coalescente. Justa é, então, a pergunta que se fizeram Suenaga e Gadet: como conjugar o arbitrário absoluto com a necessidade do sistema?

Há autores como Normand (1973) e Eric Buysens (apud ENGLER, 1962) para quem a discussão sobre o arbitrário é de certo modo vã. Para Buysens, Saussure apenas quis dizer que a escolha dos sons não nos é imposta pelos próprios sons. Para ele, ambos os signos arbitrário e arbitrário relativo são submetidos às regras da semiologia. Normand (1973) concorda que o importante é o funcionamento semiológico do sistema. Esses autores, porém, não se atêm a examinar como isso ocorreria dentro do sistema, diferentemente de Gadet (1996) e Suenaga (2005), que escrutinam a relação da arbitrariedade do signo com a motivação no sistema. Arbitrariedade e motivação no sistema colocaram “uma pedra no sapato” da teoria saussuriana sobre a arbitrariedade do signo linguístico, em vista de que tudo se relaciona com a noção de signo e com a delimitação das unidades na língua. Lembremos da leitura que apontamos na introdução deste texto, de Santaella (2004), que não consegue compreender como se conjuga a motivação do sistema com a afirmação do arbitrário.

Quando Suenaga (2005) examina a posição de Gadet (1996) sobre a complicada questão da motivação fônica, ele se questiona sobre o que exatamente significa dizer que o elo entre o significante e significado é radicalmente arbitrário. É dizer que eles não se unem por uma motivação que venha do som: uma concordância natural do fônico e do sentido, "no

fundo a arbitrariedade do signo se opõe à necessidade natural." (SUENAGA, 2005, p. 151). Portanto, ele está de acordo com a versão oferecida por Bouquet (1997), sobre uma arbitrariedade do fônico em relação ao significado, embora discorde da postura de muitos autores por dizer que não é nos termos do debate clássico que Saussure elabora a teoria do arbitrário e que a noção de arbitrário absoluto rompe com a tradição clássica do debate filosófico tradicional. É a partir daí que se dá a ruptura da língua com seu exterior, porque não há uma necessidade natural, extralinguística, que seja motivadora do elo entre significante e significado.

Suenaga (2005) afirma que Gadet (1996) toma o arbitrário de Saussure nos moldes do debate clássico. O autor afirma que a saída de Gadet é dar preeminência ao arbitrário relativo, minimizando o princípio da arbitrariedade absoluta, enquanto ele pretende oferecer uma solução que esteja de acordo com a importância primordial conferida por Saussure ao arbitrário absoluto. Resumindo em nossas palavras, ver, de fato, como esse princípio primordial age dentro do sistema.

Essa discussão sobre o papel dos dois princípios do arbitrário (absoluto e relativo), na teoria de Saussure, relaciona-se com a formação de novas palavras via processo analógico, por meio do mecanismo gramatical do sistema.

A preocupação de Saussure com a analogia é constante em todos os seus trabalhos, resultado de sua atividade de gramático histórico-comparatista. A analogia é a imitação que se dá a partir de um modelo. "Uma forma analógica é uma forma feita à imagem de outra ou de outras, sendo uma regra determinada." (CLG, p. 187, grifos no texto). Um exemplo de mudança analógica é a palavra *honor*, originária de *honos* do latim por criação sobre o modelo *orator : oratorem*. Originariamente se dizia *honōs : honōsem*, mas passou-se a dizer *honōs : hōnōrem* por rotacismo do 's'. Ou seja, aqui temos o exemplo de um fato fonético (rotacismo do /s/ que se transforma em /r/), causando uma perturbação na relação entre significante e significado e gerando uma nova forma (*hōnōrem*), utilizada analogicamente para compor *honor* sob o modelo de *orator : oratorem*.

Esse exemplo é do primeiro curso. Saussure afirma que o fundamento principal da analogia é psicológico e que, se formos para a razão do processo psicológico que traz consigo o tipo *honor*, veremos que é o esquecimento momentâneo que faz gerar a nova forma. Em outras palavras, a primeira forma está ausente da memória no momento que a inovação ocorre. A analogia é "[...] de ordem gramatical, o que significa dizer que qualquer alteração desse tipo pressupõe a consciência, a compreensão da relação das formas entre si, o que

implica que as formas são consideradas conjuntamente com as ideias que expressam." (R, CI, p. 63-64, tradução nossa).

Saussure critica o fato de muitos explicarem as transformações da língua pelo processo fonético, por desconsiderarem o estado de língua, o gramatical e significativo, presente na consciência. Para ele, o processo gerador de mudança é a analogia, enquanto o fonético age como fator de alteração da relação entre significante e significado, obrigando a língua a se reconstituir via processo analógico. Em outros termos, o arbitrário absoluto (fator fonético) tenta introduzir o caos, ao passo que o arbitrário relativo (analogia) exerce o papel de regularizar o sistema. Nesse sentido, a mudança fonética não é de natureza gramatical, porque não distingue substantivo, adjetivo ou terminações. A analogia, por sua vez, é gramatical, baseada na ideia que acompanha o significante, na consciência e na compreensão, em que uma nova forma se cria a partir de modelos existentes na língua e, portanto, não estando na ordem das mudanças, mas na ordem das criações. Saussure relaciona o processo da analogia com a arbitrariedade absoluta e relativa, dizendo que há relação entre esses princípios e o aspecto produtivo da língua. A analogia contrabalança o efeito do fator fonético, unificando as formas de formação e flexão e reestabelecendo a regularidade.

Assim, o material fônico exerce um poder de perturbação sobre a língua; o poder de instalar o caos, pelo fato de sua transmissão no tempo, e isso causa a possibilidade de não regularidade em virtude do princípio do arbitrário do signo, mas o fator analógico reestabelece o equilíbrio, compondo novas unidades a partir das que são dadas na língua. Saussure coloca a mudança fonética como o primeiro e mais importante fator de transformação, por implicar o deslocamento dos limites das unidades e a modificação de sua natureza. Portanto, a manutenção do signo se deve ao processo analógico, causado pelo fenômeno fonético. É uma tensão permanente na língua entre significante e significado, permitindo tanto a manutenção quanto a transformação ou eliminação dos signos.

Saussure exclui, contudo, a etimologia popular como processo de formação de palavras, dizendo que nela, ao contrário da analogia, é a lembrança que está em jogo. A pessoa, embora com memória imperfeita, lembra de uma palavra e faz um cruzamento entre palavras que não possuem nada em comum, operando de modo diferente da analogia. Não é mais a influência, mas um caso de contato. A etimologia, para Saussure, é uma deformação, ao invés de uma formação. Na etimologia popular, a pessoa não tem uma ideia clara da palavra ou, para outras, há inexatidão na memória por não ter ouvido a palavra um número suficiente de vezes. No curso I, Saussure cita o exemplo de *courtepointe* (cobertor de quilting) que não possui nenhuma relação com a palavra *court*, pois originariamente era *coute pointe*

(*coute* = cobertor e *pointe* = quiltado). Houve associação de uma palavra a outra à qual ela não estava associada, por influência fônica. Outro exemplo de Saussure é a palavra do alemão *durchbläuen* (surrar, bater) que está conectada a *blau* (azul) o que leva a crer que seja motivada pela associação do azul dos hematomas. Porém, Saussure alerta que a palavra veio de *bliuwan* (bater) e que a etimologia popular a relaciona com outra família. Ao que tudo indica, Saussure procurava saber até que ponto o signo tomado apenas pelo seu lado significante poderia gerar novos signos a partir de uma motivação fônica.

No CLG, no capítulo IV, da segunda parte, intitulado *A analogia*, aparece uma dúvida de Saussure: ao dizer que em todas as línguas existem palavras produtivas e estéreis, cuja proporção varia de língua para língua, configurando-se em mais lexicológicas (arbitrário absoluto - fator fonético) e mais gramaticais (arbitrário relativo - analogia), e ao dizer que toda a formação analógica se reduz a uma operação análoga à quarta proporcional²⁶, (Saussure se pergunta para que serve a análise dos elementos. Ou seja, o falante, diferentemente do gramático, não parte de uma decomposição consciente das partes. Ele cita o exemplo da formação de *Kränze* sobre o modelo de *Gäste*, em que a analogia não segue a quarta proporcional. Para formar *Kränze* o falante partiu do modelo fônico de *Gast-Gäste* e formou *Kränze* para *Kranz*.

Gadet aponta justamente essa influência fônica que escapa do gramatical e sistemático em Saussure. Ao defender a tese de que Saussure entrevê um problema na sua teoria, ela afirma que Godel teria criticado os editores pelo acréscimo da palavra *clément* no esquema apresentado no CLG, que trata das relações associativas possíveis, e que reproduzimos no capítulo anterior quando trouxemos os pontos de vista de Gadet (1996). (ver página 109).

Para Gadet, é evidente que Saussure entreviu um problema que colocaria em xeque o pressuposto de que na língua tudo é gramatical. Para a autora, Saussure se depara com um conflito que também se encontra na pesquisa com os anagramas: o fenômeno é uma aplicação consciente do autor ou é meramente fortuito? Para ela, Saussure defrontou-se com o inconsciente, dele desviando.²⁷ Não nos parece que seja assim, pois, já no primeiro curso, quando Saussure trata longamente da etimologia popular, percebe-se que ele pretende apenas diferenciar o procedimento da etimologia popular em relação à analogia. Ele afirma que a etimologia popular não somente opera diferentemente da analogia, mas só pode

²⁶ Conceito teórico da área da matemática, que Saussure utilizava para o cálculo da analogia. É constante em Saussure sua reflexão sobre a possibilidade das leis da língua poderem ser reduzidas às leis da geometria e da matemática.

²⁷ Sobre a relação de Saussure com o inconsciente, há uma gama enorme de trabalhos. Para uma compreensão inicial, remetemos o leitor para o livro de Arrivé (2010), *Em busca de Ferdinand de Saussure*. Outro artigo de Arrivé traz contribuições importantes: “*Qu’en est-il de l’inconscient dans les réflexions de Saussure?*” (2007).

operar diante de condições específicas e conclui que é preciso separá-las, recusando-se a admitir que ela seja uma formação, tratando-a como deformação. Contudo, quando Saussure, em seguida, aponta os fatos de evolução, na linha diacrônica, ele inclui a etimologia popular, juntamente com a analogia, o que equivale a dizer que ele inclui a motivação fônica. Ele apenas não reconheceu que ela se enquadrasse na analogia. Ou seja, não é que ele não admitisse formações pelo caráter fônico como alegam Gadet (1996) e Engler (1962). Prova disso é a formação de *Kränze* por processo fônico, conforme o CLG:

De igual modo, não se supõe no falante uma operação complicada, muito semelhante a [sic] análise consciente do gramático. Num caso como *Krantz: Kränze*, feito sobre *Gast: Gäste*, a decomposição parece menos provável que a quarta proporcional, pois o radical do modelo é ora *Gast-*, ora *Gäst-*; teve-se simplesmente de referir a *kranze* um caráter fônico de *Gäste*. (CLG, p. 194, grifos no texto).

No capítulo 1, vimos que, mesmo no CLG, a motivação fônica é admitida, quando Saussure considera que os próprios fonemas da língua estabelecem relações intrassistêmicas. Percebe-se, pois, pela citação acima, que também o papel reivindicado por Gadet ao consciente em Saussure não corresponde completamente a como Saussure via a questão do consciente e inconsciente do falante.²⁸ Trataremos disso em seguida.

Gadet tem razão, contudo, quando afirma que houve uma mudança de postura de Saussure do primeiro para o terceiro curso, porque, no primeiro, ele atribui muita importância ao fator gramatical (compreendido por mecanismo de formação de palavras), mas, no último curso, ele parece adotar uma postura menos restritiva. Enquanto no primeiro curso ele luta para compreender a delimitação das unidades, no terceiro, parece que ele se torna mais flexível no conceito de gramática. “A primeira questão <a ser feita> na linguística estática diz respeito às entidades ou unidades a serem reconhecidas [...]” (C, CIII p. 127a). Como Saussure reconhece as dificuldades com a questão das unidades, ele diz que se pode tomar a palavra (partindo do senso comum do falante) e aborda a questão da relação no sistema, dos valores decorrentes das relações sintagmáticas e associativas no terceiro curso. Ao que tudo indica, ele recorre a um procedimento didático simplificado, para não ter que discutir o que é uma unidade de fato, como tentara fazer no primeiro curso. Ele trata dos tipos de associação,

²⁸ Há pontos de vista alegando que Saussure entreviu nos anagramas uma prova contra a arbitrariedade do signo. Não nos parece assim. Destacamos que já há autores posicionando-se dessa forma. Por exemplo, Wunderli (2004) aponta que a teoria dos anagramas poderia aparentemente contradizer alguns dos pressupostos colocados no CLG, mas que não o contradizem. Assim também a teoria sobre as lendas estaria de acordo com as teses veiculadas por Saussure nas suas aulas de Linguística Geral.

como já descrevemos anteriormente, e inclui a associação por puro significante, relembrando o exemplo de *durchbläuen*.

A tese de Gadet é que Saussure não reconhecia a motivação por puro significante, o que não parece ser o que o autor alega no terceiro curso, como mostra sua afirmação acima e como também podemos ver no curso I, quando, ao tratar longamente da determinação das unidades, aponta as dificuldades de dar conta das unidades da língua no jogo do sistema. Por exemplo, no CLG, Saussure afirma que o gramático não pode saber se o elemento **ot** em **cachot** é um sufixo. Transpondo o exemplo para o português, poderíamos dizer que não sabemos se o **eira** de **cachoeira** é o mesmo elemento presente em **pereira** ou **macieira**, porque a consciência do todo nem sempre está presente, como no caso de **cachot**.

Gadet afirma que há um funcionamento do sistema que não pode ser explicado pelo linguista, tomando por base as afirmações de Saussure de que cabe ao linguista estudar tudo o que é gramatical. Há, nos parece, uma interpretação da palavra gramatical por Gadet de forma diversa da caracterização que lhe dava Saussure, ou, no mínimo, uma desatenção para a ambiguidade do termo. Para ele, gramatical é sinônimo de morfológico, significativo, relativo a um estado de língua e presente na consciência de um sujeito falante. Gramática refere-se ao estudo do sentido na língua, tanto pelas relações associativas, quanto pelas relações sintagmáticas. Nos manuscritos é evidente o uso do termo gramática nessa acepção. Em outros momentos, Saussure utilizava a palavra gramatical para se referir às relações sintagmáticas. Gadet toma a noção de consciência do sujeito falante e conclui que há um ponto em que o sujeito não é consciente, porque tudo no sistema é possível e as motivações podem ser de toda ordem, escapando à consciência e, portanto, fugindo do campo que Saussure acredita ser do linguista. Contudo, quando Saussure utiliza o termo consciência, ele o utiliza no sentido de “aquilo que é atestado pela língua”, o que é sancionado coletivamente e identificado como entidade linguística pelo reconhecimento de identidade. “Fora de uma relação de identidade, um fato linguístico não existe.” (ELG, p. 172). Saussure dedica longa reflexão a esse aspecto e nunca se preocupou em esclarecer o sentido em que tomava a palavra consciência, exceto por ocasião da segunda conferência: “sempre lembrando que a noção de consciência é eminentemente relativa, de sorte que se trata apenas de dois graus de consciência, sendo que o mais elevado ainda é o da pura inconsciência, comparado ao grau de reflexão que acompanha a maior parte dos nossos atos.” (ELG, p. 139).

Além disso, a leitura dos manuscritos mostra que ele utiliza consciência no sentido de sentimento, realidade atestada pelo uso, vinculado ao estado de língua, porque a análise morfológica precisa ter seu apoio nos outros signos do sistema no estado de língua. É evidente

que ele utiliza o sujeito falante como a referência para o estudo da linguagem, mas não necessariamente na concepção de sujeito consciente como o conhecemos hoje.

Antes de tudo, e antes de vir a falar de abstrações, é preciso ter um critério no tocante ao que se pode denominar real em morfologia. Critério: O que é real, é aquilo de que os sujeitos falantes têm consciência **em um grau qualquer**; tudo aquilo de que eles têm consciência e apenas aquilo de que eles podem ter consciência. (ELG, p. 158, grifo nosso).

Percebe-se, na passagem, que a consciência pode não ser plena, pois a “consciência em um grau qualquer” pode-se resumir a uma consciência tal qual sentida, mas não possível de ser explicada, fugindo a uma metaconsciência. Arrivé (2010) aponta os graus de consciência referidos por Saussure no jogo das relações no sistema. No curso I, há inúmeras referências à consciência do sujeito falante, mas também aparece a palavra subconsciente mais de uma vez, justamente porque Saussure mostra que o falante nem sempre é consciente das formações linguísticas. Nas duas menções ao arbitrário do signo, quando Saussure trata das mudanças fonéticas, no curso I, ele alega que há algo de arbitrário no fato de que algumas pronúncias novas são aceitas e integradas ao sistema enquanto outras tantas não são. “As mudanças fonéticas caem nos fenômenos linguísticos de que não somos conscientes e que não nos são naturalmente dadas: [...]” (R, CI, p. 28a, tradução nossa). O fenômeno fonético, segundo Saussure, rompe o vínculo gramatical. “Detectamos um elo entre associação e gramática. Por fim, podemos dizer que a soma das associações estudadas <conscientes ou não – serão equivalentes às> classificações metódicas e conscientes feitas pelo gramático [...]” (R, CI, p. 66a-67a, tradução nossa). A esse respeito, podemos citar também a seguinte passagem:

Os atos linguísticos podem ser tidos como resultado de atos de nossa vontade? Tal é, portanto, a questão. A ciência da linguagem, atual, lhe dá uma resposta afirmativa. Só que é preciso acrescentar, imediatamente, **que há muitos graus conhecidos**, como sabemos, na vontade consciente ou inconsciente; ora, de todos os atos que se poderia pôr em paralelo, o ato linguístico, se posso chamá-lo assim, tem a característica [de ser] o menos refletido, o menos premeditado e, ao mesmo tempo, o mais impessoal de todos. Há uma diferença de grau que, de tão longe que vai, dá, há muito tempo, a ilusão de ser uma diferença essencial, mas não passa, na realidade, de uma diferença de graus. (ELG, p. 132, grifo nosso).

Saussure não define o termo consciência, mas ela deve ser entendida como uma consciência coletiva de ratificação dos fatos da língua. Ele constantemente usa termos como

“análise **subconsciente** da língua” (R, CI, p. 74a, tradução nossa, grifo nosso), ou “elementos percebidos pela **consciência** da língua” (R, CI, p. 70a, tradução nossa, grifo nosso). A reflexão toda de Saussure está justamente no grau de condições do gramático de recuperar e analisar os elementos da língua, sem incorrer em erro, ou seja, para não atestar fatos que não sejam da língua.

Quando Saussure trata das identidades que resultam dos agrupamentos (paradigma), alega que o agrupamento se dá em nome de uma comunidade entre som e sentido que é apenas parcial – alegando que há análise **involuntária** via operação **subconsciente**, porque eles precisam de pelo menos duas séries para ocorrer. Toda reflexão gira em torno da existência de prefixos, sufixos e radicais. Até que ponto eles existem na língua? Para delimitar as unidades inferiores à extensão da palavra, é necessário tomar o que a língua atesta e é isso que Saussure entende por sentimento dos falantes. “Portanto a língua pode sentir a existência desses prefixos em muitos graus variáveis.” (R, CI, p. 73a, tradução nossa). O falante se baseia nos fatos atestados pela língua para separar as unidades e criar novas. “Qualquer que seja a origem desta palavra [r-envelopper] uma raiz corresponde, ou não, a algo de que a língua tem consciência e que o falante pode separar?” (R, CI, p. 75a, tradução nossa).

Saussure alerta para o fato de nem sempre haver paralelismo entre as ações do gramático e as ações atestadas pela língua e mostra que a possibilidade de formações analógicas com os elementos é uma forma de atestar até que ponto o item é aceito. Ou seja, se não é possível atestar o sentimento de língua diretamente, o gramático pode recorrer aos outros termos no sistema, principalmente às formações analógicas, para verificar se o item é atestado nessas formações. Ele cita um exemplo. Num certo período, na época germânica, havia a palavra *kalbiz* cujo plural era *kalbizō*. Porém, um acidente fonético fez desaparecer *iz* do singular, deixando o plural *kalbizō*. Como “a língua só julga pelas formas” (ELG, p. 160), ela passou a formar o plural com *ir* acrescentando a *kalb*, formando *kalbir*. “O próprio morfologista *deve* separar *kalb/ir*, porque essa é a análise da língua, e essa análise é seu único guia. E ela se atesta pelas novas formações: por exemplo, *kind-er*.” (ELG, p. 160, grifos no texto). Nesse sentido, a preocupação de Saussure não era com a origem, mas como as coisas se apresentavam no sistema; como atestadas pela análise da língua. Saussure cansou-se de enfatizar que é necessário separar o acontecimento do estado, ou seja, aquilo que produziu o fenômeno daquilo que ele é. É, pois, pouco provável que Saussure tenha utilizado a palavra consciência como oposto ao que se conhece hoje como inconsciente.

Gadet não teve acesso ao manuscrito recuperado em 1996 e, assim sendo, não pôde contar com esse apoio para sua tese. No livro, recuperado e publicado no ELG, Saussure

ênfatiza que “nã é o pensamento que cria o signo [significante], mas o signo que determina, primordialmente, o pensamento (por conseguinte o cria, na realidade, e o leva, por sua vez, a criar signos, sempre um pouco diferentes daqueles que recebeu).” (ELG, p. 45). Tudo estã no significante e, para Saussure, “a consideraçaõ dos fatos vocais particulares, fora da consideraçaõ de identidade, nã descobre nenhum objeto.” (ELG, p. 34). Entã, tomar o significante isoladamente (sem participaçaõ de sentido) cai na “consideraçaõ dos fatos vocais particulares”. “Num estado de lãgua dado, nã hã nem regra fonética, nem fonética de qualquer espécie.” (ELG, p. 35). Um elemento vocal que nã é atrelado a um sentido, nã é linguístico. “Uma figura vocal se torna uma forma a partir do instante crucial em que é introduzida no jogo de signos que se chama lãgua.” (ELG, p. 38). O ponto guia da lãgua é o sentido. “Cada palavra sã expressa algo à mente somente porque ela é imediatamente comparada com tudo o que pode significar algo levemente diferente [...]” (R, CI, p. 65a, traduçaõ nossa). Assim, quando Gadet (1996) afirma que Saussure nã reconhece o tipo 4 de associaçaõ, por puro significante, esquece que essa associaçaõ nã é reconhecida por ele como limitaçaõ do arbitrãrio, porque é o prãprio arbitrãrio; o fato vocal desprovido de sentido que pode vir a integrar a lãgua, mas de forma nã consciente pelo falante, arbitrariamente, atã integrar-se ao sistema e juntar-se a um sentido. Portanto, concordamos com Suenaga (2005), porque ele vê no tipo 4 a prãpria manifestaçaõ do arbitrãrio absoluto, sem que isso signifique que nã haja motivaçaõ fônica decorrente do prãprio sistema fonolãgico.

Asumem-se os anos 1890 como provãvel perãodo desses manuscritos. Considerando que os cursos ocorreram quase 20 anos apãs, nã parece ser legãtimo o raciocãnio de que ele teria modificado seu ponto de vista do curso I para o curso III, embora haja diferenças na maneira como o tema é exposto no curso I e no curso III. Gadet nã estã errada quanto às incertezas de Saussure, que de fato existem, como atestam os estudos dos anagramas. Concordamos com Gadet nesse aspecto. É notãrio que Saussure procura algo que se relaciona com seus pressupostos teãricos, mas o ponto que parece nã ser corroborado é Saussure ter mudado de posiçaõ. A pesquisa dos anagramas e das lendas, principalmente, podem indicar que ele busca compreender o jogo do significante, no sentido de perceber como esse jogo transforma o sistema, pois disso ele é bem ciente ao afirmar que o signo (significante) possui uma segunda vida, a vida no signo e a vida na circulaçaõ, fora da consciãncia, vinculado aos fatos vocais da fala.

Provavelmente porque esse era um terreno muito pantanoso, Saussure se abstém de apresentar as causas das transformaçaõs linguísticas como atesta esta passagem do curso III:

Quaisquer que sejam os diversos fatores da mudança e sua natureza bastante distinta, todos atuando conjuntamente resultam numa mudança na relação entre ideia e signo, ou na relação entre os elementos significante e significado. Talvez fosse melhor falar de deslocamento na relação entre ideia e signo. (C, C III, p. 98a, tradução nossa, grifo nosso).

No ELG, Saussure também escreve “Então, nós consideramos a alteração sem separar suas causas e suas formas, porque há um certo perigo em querer fazê-lo sem outra forma de processo.” (ELG, p. 284). Também nessa parte Saussure prefere apenas afirmar que a mudança linguística ocorre pelo “*deslocamento da relação* total entre significante e significado, esteja a alteração no significante, esteja ela no significado.” (ELG, p. 284, grifos no texto). O mais provável é que essa era uma questão não resolvida para ele em virtude da delimitação das unidades no sistema.

A mudança de posição do curso I ao curso III também não se justifica, porque, através de leitura atenta do curso I, no caderno de Riedlinger, percebe-se que Saussure trata longamente da questão da delimitação das unidades, mostrando como o grau de consciência do falante nem sempre é alto, o que dificulta essa delimitação. Saussure era plenamente consciente das dificuldades teóricas enfrentadas na delimitação das unidades.

Assim, como fica o arbitrário absoluto nessa constelação de associações de toda ordem? O que decorre das associações atestadas por Saussure é que, se todo signo está numa constelação, atrelado a outros signos, de uma forma ou outra, sendo relativamente motivado, não haverá signo absoluto. Gadet (1996) resolve a questão, afirmando que há o arbitrário 1, relativo à separação da língua com a realidade, mas que, dentro do sistema, todo signo é motivado. Suenaga (2005) discorda da autora, afirmando que nesse sentido ela joga o arbitrário para fora da língua, como o fez Benveniste (2005) e Normand (1973), contradizendo a alegação de Saussure de que todo signo linguístico é arbitrário. O autor pretende resolver a questão, afirmando que todo signo é, ao mesmo tempo, arbitrário e motivado dentro do sistema. A motivação por significante apenas não é reconhecida por Saussure como fator que serve para limitar o arbitrário, afirma Suenaga. Nesse tipo de motivação, está ausente o significado e, portanto, está ausente a necessidade do elo, configurando-se, então, a própria expressão do arbitrário absoluto.

Suenaga (2005) também postula a existência de dois arbitrários, o primário, relativo ao corte da língua com o exterior (diferença, oposição, negatividade e campo do devir do sistema), e o secundário, na constituição do sistema (o signo positivo). Suenaga discorda de admitir uma motivação simbólica advinda do exterior do sistema, o que Gadet chama de um

peso à substância, caso o quarto tipo seja aceito como elemento de motivação. Para ele, é um tipo de motivação que pode perfeitamente bem ser aceita e enquadrada no sistema sem ter que recorrer ao simbólico, porque é advinda do próprio sistema fonológico da língua, conhecido pelos usuários da linguagem. Podemos citar uma passagem de Saussure que parece atestar o ponto de vista do autor:

Toda espécie de signo existente na linguagem (1º o signo vocal de toda ordem, signo completo tal como uma palavra, ou um pronome, signo complementar como um sufixo ou uma raiz, signo **destituído de qualquer significação completa ou complementar, como um determinado “som” de língua**; ou signo não vocal, como “o fato de pôr tal signo antes de outro”) [...]. (ELG, p. 46-47, grifos nossos).

Godel (1969) chega a uma conclusão muito semelhante a de Suenaga: de que todo signo é ao mesmo tempo motivado e totalmente arbitrário:

Tudo que se pode afirmar é que o sistema saussuriano não se limita a uma definição restritiva. Sem pretender resolver o problema, proporemos uma explicação sugerida pelo próprio texto do capítulo [do CLG] sobre os termos e suas relações.

Se pode haver no sistema, como diz Saussure, associação entre todos os substantivos, por exemplo, deduzir-se-á que toda classe de unidades, do fato de que ela se opõe a outras, cria entre todos os termos compreendidos um elo de solidariedade que equivale a um grau mínimo de motivação relativa. Por outro lado, o pertencimento a uma classe se traduzirá por – ou se deduzirá de – funções sintagmáticas determinadas; portanto, a solidariedade sintagmática é também uma limitação do arbitrário. Assim, se é levado à conclusão de que tudo na língua é sistemático por um certo lado, e que Saussure não estava errado ao rejeitar a divisão entre gramática e lexicologia. Toda entidade da língua é ao mesmo tempo um signo e um termo: fundamentalmente arbitrário e relativamente motivado. (GODEL, 1969, p. 229-230, tradução nossa).

O autor acrescenta que Saussure também toca na questão da limitação do arbitrário num curso posterior ao curso III, sobre etimologia, em que afirma que explicar uma palavra é associá-la a outras já conhecidas, o que resulta da lei fundamental de que não há relação entre o som e o sentido e que, portanto, só se pode relacionar a palavra a outras que também são elas próprias arbitrárias. Essa ideia é semelhante ao que Bouissac (2010) afirmou na passagem que reproduzimos anteriormente em que ele utiliza o dicionário como exemplo para mostrar os jogo de relações. (Ver página 126-127).

Vemos nisso uma solução que está de acordo com Suenaga (2005). Podemos afirmar que, sim, a motivação por significante é possível em função do sistema fonológico de cada língua. Quando um falante associa *maman* com *clément*, ou, quando acontecem associações por jogo fônico, essas associações são resultantes de elementos que a língua já contém. Nesse

sentido, todo signo, até mesmo o signo arbitrário, é absolutamente motivado dentro do sistema. É importante notar que é pela transmissão do signo que pode ocorrer a mudança sonora na origem do arbitrário, não presente na consciência do falante, alcançando o sistema e provocando transformações. Ou seja, o arbitrário logra entrar no sistema e sempre estará nele do ponto de vista ontológico, o que equivale ao arbitrário do devir do sistema de Suenaga (2005). Vejamos o que diz o CLG:

Tudo que se refira à língua enquanto sistema exige, a nosso ver, que a abordemos desse ponto de vista, de que pouco cuidam os lingüistas: a limitação do arbitrário. É a melhor base possível. Com efeito, **todo o sistema da língua repousa no princípio irracional da arbitrariedade do signo** que, aplicado sem restrições, conduziria à complicação suprema; **o espírito, porém, logra introduzir um princípio de ordem e de regularidade** em certas partes da massa de signos, e esse é o papel do relativamente motivado. Se o mecanismo da língua fosse inteiramente racional, poderíamos estudá-lo em si mesmo; mas como não passa de uma correção parcial de um sistema naturalmente caótico, adota-se o ponto de vista imposto pela natureza mesma da língua, estudando esse mecanismo como uma limitação do arbitrário. (CLG, p. 153-154).

O trecho mostra alguns aspectos interessantes: a começar pela palavra princípio. Saussure utiliza aqui o termo no sentido de origem. O arbitrário absoluto é um procedimento constitutivo da língua, assim como a limitação do arbitrário faz parte dela como princípio. Assim, não há como colocá-lo para fora da língua, porque faz parte de sua imanência. No mesmo capítulo ele também escreve: “Apenas uma parte dos signos é absolutamente arbitrária; em outras, intervém um fenômeno que permite reconhecer graus no arbitrário **sem suprimi-lo**: *o signo pode ser relativamente motivado.*” (CLG, p. 152-153). Vê-se, aqui, que o arbitrário absoluto nunca é suprimido do signo.

O problema todo, visto por Gadet (1996), Suenaga (2005) e Normand (1973) é precisamente a aparente contradição de que o arbitrário absoluto, advogado por Saussure, não encontraria lugar no sistema se tomado o pressuposto de que o sistema é um mecanismo de restrição desse princípio; de que todo signo no sistema é considerado motivado. Suenaga (2005) atém-se a resolver a questão sem jogar o arbitrário para fora da língua, como fizeram Normand e Gadet, na ótica do autor. De nosso ponto de vista, não acreditamos que Normand (1973) o tenha jogado para fora do sistema, mas que não se ateu a um exame mais atento da arbitrariedade dentro do funcionamento do sistema como fazem Gadet (1996) e Suenaga (2005). Gadet, de nosso ponto de vista, conclui que só há arbitrário na língua se for admitida uma motivação simbólica, que, conforme se pode concluir, Saussure admitiu implicitamente.

Como vimos, vários autores apontam essa dificuldade de conjugar o princípio do arbitrário com o sistema, e alguns a atribuem ao fato de Saussure proceder de duas formas: ora partia do signo para o sistema e ora do sistema para o signo. No terceiro curso, isso fica bem evidente, pois, após tratar da língua e da linguagem, Saussure trata do signo linguístico e das suas características. As noções de sistema, valor, motivação relativa, etc. são debatidas depois do signo propriamente dito. As tentativas dos autores de conciliar essas duas visões de signo, conforme tomado isoladamente ou na relação de conjunto, confina-se a afirmar que a arbitrariedade é um princípio semiológico de base, atuando sobre o sistema. Ou seja, admitir que, semiologicamente, o signo é arbitrário, mas, linguisticamente, ele é motivado no sistema. Este é o posicionamento explícito de Engler (1962), Suenaga (2005) e Godel (1969).

Suenaga (2005) afirma que para Keizaburo Maruyama há dois arbitrários: 1) entre significante e significado e outro representando o corte da língua. Essa mesma posição é assumida pelo próprio Suenaga. A diferença entre Gadet e Suenaga está em que, para ela, o princípio do arbitrário absoluto é minimizado em favor do arbitrário relativo. Quando ela trata dos processos que Saussure admite como fatores de restrição do arbitrário, pela motivação intrassistêmica, percebe que, por Saussure não admitir a motivação fônica, ele não consegue dar conta do funcionamento do sistema, porque há uma motivação que vem do exterior, que é simbólica. Assim, cessaria a tarefa da gramática. Porém, para Suenaga, a motivação por puro significante não é reconhecida por Saussure justamente por ser a manifestação do arbitrário absoluto. De nosso ponto de vista, Saussure abre o escopo da motivação no terceiro curso e, embora com teorização insuficiente, parece admitir essa motivação, mas, nesse sentido, concordamos com Suenaga, ela não serviria para limitar o arbitrário, por causa da ausência de necessidade para o elo. De forma interessante, sobre a motivação fônica, encontra-se em Meillet (apud ENGLER, 1962) uma observação muito próxima à solução que Suenaga encontrou:

“As palavras são signos arbitrários” (7). “ Não significa dizer que o aspecto fônico das palavras não seja suscetível de ser associado ao sentido pelos sujeitos falantes [...]. As associações desse gênero são frequentes por tudo; elas juntam ao nome que as comporta nuances de expressão; elas não explicam nem justificam a estrutura fônica” (6). Exemplo: lécher: “O l inicial de lécher evoca um movimento da língua; mas todas as palavras que em diversas línguas significam lécher não possuem um l inicial [...] O elo que pode unir um fonema a seu valor expressivo é ténue e se rompe facilmente” (6-7). “mesmo um nome que, como ‘coucou’ é estreitamente associado ao cantar do pássaro assim designado, não é uma simples imitação desse canto, os fonemas que entram são os mesmos com os quais são feitos os nomes como ‘cou, coup’, ou o início dos verbos como ‘courber, couler, coucher’ que não possuem nenhuma característica expressiva. (apud ENGLER, 1962, p. 21-22).

Suenaga amplia o escopo da motivação no sistema, a partir dos argumentos do próprio Saussure, para quem poderia haver motivação apenas pela categoria gramatical ou por pura sugestão sonora. Ele inclui a motivação por puro significante a partir dos elementos fonológicos do próprio sistema. Talvez tenha sido isso que Saussure não disse explicitamente e que causou tantos problemas.

Engler conclui que há dois arbitrários: um semiológico e um da língua (conceito teórico) e de uma língua em especial. Vemos, pois, como alguns autores resolvem o paradoxo do arbitrário dentro do sistema. Nesse sentido, há autores para quem a noção de signo é um conceito extremamente semiológico (GODEL, 1969; ENGLER, 1962; SUENAGA, 2005 e SECHEHAYE apud ENGLER, 1962).

Nosso posicionamento é de que o arbitrário do signo é um princípio semiológico, pancrônico, vinculado justamente à não consciência do falante sobre a origem material do signo, em virtude da eterna vulnerabilidade dos materiais da língua que, na sua circulação, vão se modificando e gerando novas formas linguísticas, sem que o falante tenha conhecimento das razões da modificação nem mesmo consciência do som, a não ser na sua dimensão de signo e na sua relação com o sistema, reconhecido como elemento pertencente ao seu sistema fonológico. “Tudo se passa fora do espírito, na esfera das mutações de sons.” (ELG, p. 185). O arbitrário é um princípio ontológico, integrante do sistema. Saussure sempre mostrou que não somos conscientes do som, visto as possibilidades de diferenças das pronúncias que variam de pessoa para pessoa, ou de lugar para lugar, ou em vista da língua estrangeira que não conhecemos e cujo som nada nos diz, a não ser que conheçamos os signos. Ilustrativo dessa posição é a seguinte passagem:

Acrescente-se, aqui, o fato de que se lê uma escrita correntemente sem duvidar da forma dos signos: assim, a maioria das pessoas interrogadas fica muito embaraçada para reproduzir exatamente a forma de um *g* (minúsculo redondo) impresso, que cada um lê, todos os dias, cinquenta vezes, se não mil. O fenômeno parece ser exatamente igual ao da **inconsciência** do som das palavras em si mesmo. (ELG, p. 48, *itálico no livro, negrito nosso*).

Nesse sentido, não há razão para Gadet dizer que há boa parte da língua que não é tarefa do linguista, por escapar à consciência do falante. Como já foi visto, Saussure falou de graus de consciência e também postulou a inconsciência como integrante da língua via produção sonora dos signos. Distinguimo-nos dos autores por um aspecto fundamental: Saussure se interessava pela arbitrariedade tomada pelo lado do significante, porque ele é

materializado na circulação e isso somente foi bem visto por Fehr (2000). Nenhum outro autor vincula esse princípio à arbitrariedade e Fehr trata da questão, mas para suas finalidades, não aprofundando o conceito. Contudo, ele compreende a transmissão como dimensão constitutiva do signo. Leiamos Saussure:

Por *vida da linguagem* pode-se entender, primeiramente, o fato de que a linguagem vive através do tempo, ou seja, é suscetível de se transmitir.

Esse fato é, se assim se preferir, **um elemento vital da linguagem**, porque nada há na linguagem que não seja transmitido; mas ele é, absolutamente estranho à linguagem.

- Ou *SIGNO e seqüência de tempo*, mas nesse caso, nenhuma idéia no signo. É isso que se chama fonética. (ELG, p. 51, grifos no livro, negrito nosso).

Através da declaração, salientamos que Saussure aponta a arbitrariedade como, ao mesmo tempo, um elemento vital, mas também estranho à linguagem. Ou seja, o que está na linguagem é transmitido, mas, ao mesmo tempo, estranho a ela. Isso seria um paradoxo? Não, porque a arbitrariedade é o fator que age sobre o sistema, deslocando os valores para possibilitar o funcionamento semiológico e isso ocorre sempre, a todo momento. O caráter semiológico só é possível graças ao fato de que a língua não conhece restrição à criação do signo, que pode resultar de acontecimentos independentes de uma lógica racional, ou seja, de acontecimentos arbitrários que se ligam à criação irrefletida introduzida na língua e coletivamente autorizada no processo de circulação.

Uma vez que não há um vínculo lógico e explicável entre significante e significado, sendo possível qualquer recorte na massa fônica para qualquer que seja o significado, não há forma de prever os acontecimentos, por faltar uma base sólida. Sempre que houver alguma mudança de som, haverá alguma alteração no sistema, mas de modo imprevisível e inalcançável sem um critério de base bem definido. A única forma de ter uma base sólida é colocar-se na perspectiva do sujeito falante, que possui o sentimento do que é significativo na língua, que reconhece o signo com seu valor. Só há condições de estudar a língua ao se considerar o signo na sua duplicidade, num determinado estado sob a perspectiva do falante. Quando a perspectiva do falante não é suficiente, estamos no terreno da arbitrariedade.

Dentro do complexo sistema saussuriano, o essencial do arbitrário é ser: 1) um princípio semiológico que confere ao signo características específicas que lhe permitem funcionar no sistema de maneira produtiva; 2) vincular-se ao social e não ao indivíduo; representar um contrato, mas estabelecido sobre o mero acaso dos fatos, sem nenhuma razão que explique esse contrato – é um mero aceitar os fatos, pois o signo “precisa ser aceito, mais do que criado.” (R, CII, p. 11a, tradução nossa). Ele escapa à vontade social e também à

individual. Essa característica é considerada essencial por Saussure (R, CII, p. 11a). Acima de tudo, o signo é submetido ao tempo e, no tempo, ao passar de boca em boca, ao ser realizado na fala e perpetuado, ele sofre alterações. Nesse sentido, o arbitrário é inerente à constituição da língua, vinculado ao plano sonoro, que, embora estranho é o suporte da realização e transmissão do signo.

De nosso ponto de vista, quando falamos de arbitrariedade do signo e tomamos o conceito de significante, não fazemos a devida abstração do significante como vinculado ao signo e do significante como vinculado à materialidade fônica. O que é arbitrário é a relação do fônico com o significante na mente do sujeito, ligando-se a um significado. O material fônico, embora não entre no signo tal qual, e sim como uma imagem acústica, uma impressão psíquica, pode ser qualquer um, porque não há nenhuma razão para que um som, ou conjunto de sons, se vincule a um significado originariamente. Nos parece que assim se resolvem alguns dos principais conflitos postos pela arbitrariedade. No CLG, na versão brasileira, o exemplo de *s-o-e-u-r* é substituído pelo de *m-a-r*:

Assim, a idéia de mar não está ligada por relação alguma interior a [sic] sequência de **sons** mar que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não importa qual, como prova temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa *boeuf* (“boi”) tem por significante *b-ö-f* de um lado da fronteira franco-germânica, e *o-k-s* (*Ochs*) do outro. (CLG, p. 81-82, grifo nosso).

Vemos que o exemplo utilizado por Saussure em seguida ao de *b-ö-f* é igualmente coerente com seu raciocínio, se lermos em toda sua teoria que a arbitrariedade está na relação som/significante mais significado, ou som/signo. Veja-se na citação acima de *mar* que Saussure menciona o SOM como não tendo nenhuma relação com o signo linguístico e quando menciona as línguas diferentes não tem nada mais em mente do que os sons diferentes que as línguas utilizam para compor seus signos. É evidente que a demonstração é falha, porque está pressuposta a questão de um significado existente *a priori*, que seria igual em todas as línguas, ou, no mínimo, para o francês e o alemão, muito proximamente localizados, fazendo fronteira. É justamente esse significado existente *a priori* que Saussure se absteve de investigar e que ele considerou constantemente como uma possibilidade sobre a qual não estava certo, embora argumentasse com frequência que a língua possui um mecanismo todo particular de categorização dos fatos do mundo que não são simétricos à realidade. Se podem, em algum grau, refletir essa realidade, não cabe mais à linguística investigar essa relação.

Esse é o posicionamento de Saussure. Concordamos com Engler (1962), para quem, ao utilizar os exemplos de *ochs* e *bouef*, Saussure está na plano da língua, como generalização. Ele tem em mente a síntese dos fatos de linguagem para tirar deles os aspectos gerais.

A posição que defendemos também é atestada nos manuscritos anteriores a 1900. No projeto de livro que Saussure escrevia, ele inicia com considerações sobre o signo linguístico, ainda não denominado assim, alertando para o fato de que o objeto da linguística é duplo e que não se pode considerar apenas um dos lados, numa clara crítica aos modelos que tomavam somente as formas, ou somente os sentidos. Nesses procedimentos, opunham-se as formas e os sentidos. “É errado (e impraticável) opor a *forma* e o *sentido*. O que é certo, em troca, é opor a *figura vocal*, de um lado, e a *forma-sentido* de outro.” (ELG, p. 21, grifos no texto).

Nessa obra, Saussure utiliza o termo signo para referir-se ao significante e é interessante observar na passagem acima a última frase. Ou seja, se há algo que pode ser oposto, esse algo é o som oposto à figura vocal (significante). É ali que reside todo o problema, por assim dizer. A preocupação de Saussure vai sempre na direção de verificar como o som, materialidade necessária para o sentido, age sobre a relação significante-significado, ou talvez, como o som cria e determina o pensamento: “não é o pensamento que cria o signo, mas o signo [significante] que determina, primordialmente, o pensamento, por conseguinte, o cria, na realidade, e o leva, por sua vez, a criar signos [significantes], sempre um pouco diferentes daqueles que recebeu.” (ELG, p. 45).

Quanto à arbitrariedade do signo, nesse livro, Saussure também mostra que a arbitrariedade vai de significante a significado. Se tomássemos o desenho oval que representa o signo utilizado durante os cursos, perceberíamos a direção da flecha, de baixo para cima, do significante ao significado, “na medida em que não há nada em comum, em essência, entre um signo e aquilo que ele significa.” (ELG, p. 23). A palavra essência aqui é significativa: não há nada entre um significante e o significado, se tomarmos a essência de que o significante é composto. No signo (significante) não há essência e por isso a língua é forma e não substância.

Quando Saussure trata do arbitrário relativo, apontando que vinte é imotivado (arbitrário) e dezenove motivado (relativamente arbitrário) em relação a vinte, também está pensando no som. Ou seja, dezenove toma, de dois signos arbitrários, dez e nove, a sua forma, que, obviamente está atrelada a um sentido e permite a criação de um novo signo, por meio desse sentido e sua forma correspondente.

Procuraremos mostrar abaixo, sob outro ângulo, como o arbitrário é mais pensado por Saussure do ponto de vista do significante, para fins de estudo da língua, embora ele tenha assumido a arbitrariedade do plano do significado como dado *a priori*.

5.4 A segunda vida do significante

Esse princípio semiológico, a nosso ver, representado pela arbitrariedade, é o princípio da não participação do fônico na composição interna do sistema tal qual, pois é submetido à impressão psíquica e assim é assimétrico, ainda que necessário, moldando-se e variando de acordo com as necessidades de expressão, mesmo não tendo com ela uma relação justificada (relação arbitrária). Acima de tudo, o significante circula e está submetido às forças do tempo e do espaço, na sua realização sonora. Então, o significante está nessa dupla vida, causando todos os problemas postos ao linguista no estudo da linguagem.

A arbitrariedade está ligada ao acaso dos acontecimentos fonéticos que perturbam o sistema linguístico. “Em sua **gênese**, um procedimento provém do acaso.” (ELG, p. 185, grifo nosso). Ao lermos o CLG e o ELG, isso é constantemente enfatizado. São os acontecimentos fonéticos que perturbam a relação entre significante e significado. “Uma língua é incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre o significado e o significante. É uma das consequências da arbitrariedade do signo.” (CLG, p. 90). As mudanças fonéticas são incalculáveis, imprevisíveis e irregulares nos efeitos que provocam, justamente pela ausência de consciência que o falante tem desses acontecimentos. Se não fosse pela capacidade de reestabelecer o equilíbrio do sistema gramatical e sincrônico, após a ação fonética, através da analogia, um mecanismo psicológico, vinculado ao instante, resultante do fenômeno de interpretação e reorganização das unidades da língua, predominaria o caos, a impossibilidade de funcionamento linguístico. É na consciência do falante que ocorrem as atividades sintagmáticas e paradigmáticas, responsáveis por organizar a língua num sistema existente “nos cérebros de um conjunto de indivíduos.” (CLG, p. 21). Fora dessa consciência, há apenas a substância fônica.

É nesse sentido que é igualmente necessário separar o sincrônico do diacrônico, pois, uma vez que Saussure toma o sujeito falante como portador da sanção coletiva da língua, só na sincronia é possível estudar o sentido. Fora da sincronia, nos fatos de transmissão, não há

sentido vinculado. O signo cai na esfera de sua circulação e adquire uma outra vida (**uma segunda vida**), independente da consciência, sujeito às transformações provocadas pelos fatos fonéticos que são, como já dissemos acima, vinculados à não consciência, arbitrários.

Quando se chega à última análise, que é logo alcançada, vê-se que não é possível compreender o que é a língua sem conhecer, em primeiro lugar, as vicissitudes que ela atravessa de uma época a outra; mas, depois disso, nada é mais necessário, acreditamos, do que reestabelecer uma separação absoluta entre o ser “língua”, sempre momentâneo, e o **fato contingente desse ser “língua” ser ordinariamente destinado a se transmitir através do tempo**. Na realidade, tudo o que existe na língua provém, muitas vezes, dos acidentes de sua TRANSMISSÃO, mas isso não significa que se pode substituir, pelo estudo dessa transmissão, o estudo da língua; nem sobretudo, que não há, a cada momento, como nós afirmamos, duas coisas de ordem inteiramente distintas na língua, de um lado, e na transmissão, de outro. (ELG, p. 52, grifos no texto, negrito nosso).

É porque o significante é arbitrário em relação ao significado que não se pode estudar o signo através da análise de sua transformação no tempo, pois, destituído do momento em que ele é reconhecível por um sujeito falante e integrante de um sistema de língua, ele está desvinculado de um significado, sendo apenas um som, uma figura vocal, impossível de ser analisada como signo por lhe faltar uma das partes. Portanto, não integrante de um sistema linguístico. Transformação no tempo é sinônimo de não significativo, porque se perde o apoio que é o sentimento do sujeito falante, somente recuperável no momento instantâneo, sincrônico. Ainda assim, a linguística histórica procedia dessa forma errônea, alega Saussure, porque desconhecia a consequência da arbitrariedade do signo para o método. Tomava a língua no seu processo de transformação no tempo, procurando ver como as formas se comportavam e se transformavam, acreditando com isso ser possível efetuar adequadamente o estudo da língua. Porém, a arbitrariedade do signo faz com que o acaso predomine sobre a mudança, uma vez que, na mudança de som, o sistema é afetado. Se há arbitrariedade, ao se estudar o signo no tempo, desvinculado do sentimento do sujeito falante, comete-se o erro de abordá-lo por apenas um dos lados, visto que o significado está ausente, caindo-se num estudo que não é mais atestado como fato de linguagem e chegando a afirmações errôneas sobre o modo de funcionamento da língua. Saussure dirige críticas constantes aos procedimentos da gramática comparada. Ilustremos:

É preciso precisar melhor, logo de início: nós não consideramos a linguística como uma ciência em que há um bom princípio de divisão a encontrar, mas, fora uma ou duas reservas, como uma ciência que procura juntar, em um único todo, **dois**

objetos completamente discordantes desde o princípio, persuadindo-se de que eles formam um único objeto. O mais grave é que nossa ciência está satisfeita com essa associação, não parece nada atormentada com o vago sentimento de que há alguma coisa errada na base; não manifesta nenhum mal-estar diante das concepções as mais oblíquas que aceita a cada dia, sente-se mesmo, tão de posse de seu objeto que não tem nenhuma dificuldade para extrair, de tempos em tempos, dessa desordem geral de idéias, teorias da linguagem, apresentadas com total candura. (ELG, p. 194, grifo nosso).

Vê-se que a menção a dois objetos discordantes desde o início refere-se à arbitrariedade e, por não ter percebido como ela afeta a vida da linguagem, os estudos erravam profundamente sob a ótica de Saussure. Podemos propor uma argumentação interessante que mostra as razões pelas quais Saussure se absteve de estudar os efeitos das mudanças fonéticas, como ele atesta:

As causas da continuidade estão a priori ao alcance do observador; não ocorre o mesmo com as causas de alteração através do tempo. Melhor renunciar, provisoriamente, a dar conta exata delas, e limitar-se a falar, em geral, do deslocamento das relações; o tempo altera todas as coisas; não existe razão para que a língua escape a essa lei universal. (CLG, p. 91).

Saussure era ciente de que havia um trabalho ímpar de reformulação de todo o modelo desenvolvido pela linguística histórica, pois ela estava sob bases erradas. As causas da mudança só poderiam ser estudadas a partir do momento em que fosse criado o método sincrônico, para depois encadeá-lo com o método histórico, possibilitando o estudo dos diversos fatores da transformação linguística, provocados pela arbitrariedade do signo. Isso Saussure deixa muito claro no capítulo *Linguística estática e Linguística evolutiva* do CLG. Lá, ele afirma que não é possível estudar a língua sem adotar esses dois métodos, que correspondem aos seus dois modos de funcionamento. Para captar a variação de um momento para outro, é preciso estudar antes os estados anteriores. É evidente que Saussure estava propondo a reformulação do método histórico. Havia uma lacuna a ser preenchida para que se pudesse dar conta das causas da alteração. Primeiramente era necessário criar outro método.

Turpin (2003a)²⁹ conclui que Saussure estava buscando, no estudo da transformação da lenda no tempo e espaço (porque ela percebeu que Saussure classificava as lendas por esses dois critérios), evidências para seus princípios semiológicos, sendo desenvolvidos

²⁹ A autora possui dois artigos importantes sobre os estudos das lendas no livro **Ferdinand de Saussure**, organizado por Bouquet e publicado pela L'Herne em 2003.

plenamente nos cursos de Genebra e que se relacionavam com o discursivo, com a colocação dos signos em circulação no espaço social e temporal. Saussure teria percebido a dificuldade de estabelecer o jogo entre o regramento (consciente) e a irracionalidade (arbitrariedade/inconsciência). Starobinski (1974) e Arrivé (2010) também percebem que há relação entre o estudo dos anagramas com seu interesse pela semiologia, envolvendo a busca pelo entendimento do grau de consciência nas produções linguísticas. Não queremos dar uma resposta à pergunta, porque estaria fora de nosso alcance. É claro, porém, que Saussure procurava algo que podemos apenas inferir. Nossa hipótese é que ele buscava nos procedimentos semiológicos princípios para compreender o mecanismo linguístico.

Como os falantes não são conscientes dos fatores que mudam a língua, porque sua ação é sempre no momento presente da língua, é o estudo sincrônico que pode captar as relações gramaticais significativas. Há outra razão. O signo é essencialmente espiritual; a língua é forma e não substância e, nesse sentido, é no espírito que ele funciona, pois “a palavra, assim como seu sentido, não existe fora da consciência que temos dela, ou que nos dispomos a adotar a cada momento.” (ELG, p. 76). Ou ainda: “Uma palavra só existe verdadeiramente, de qualquer ponto de vista que se adote, pela sanção que recebe a cada momento, daqueles que a empregam.” (ELG, p. 76). Por isso, uma vez que o signo cai na sua circulação, ele não está mais “em consciência”, jogado no “turbilhão de signos” (ELG, p. 92), ele está sujeito a sofrer todas as agressões que provêm do discursivo e nele podem se instalar via sanção coletiva. A frase: “O objeto que serve de signo jamais é *o mesmo* duas vezes” (ELG, p. 175, grifos no texto) mostra bem que o signo, materialidade concretizado, nunca é o mesmo duas vezes e, ao se transformar, afeta o sistema. E a transformação só é possível pelo fato da língua circular: “1º Elemento tácito, que cria todo o resto; que a língua circula entre os homens; que ela é *social*.” (ELG, p. 86).

Quando Saussure trata da não possibilidade de estudar os costumes dos povos e aspectos da cultura pela língua, no último capítulo do CLG, ele alega que a mudança fonética age de tal modo que suas repercussões na língua variam de acordo com as circunstâncias de tempo e espaço. Tanto a manutenção de traços, quanto a sua mudança, se deve à ação das mudanças fonéticas, ou seja, à ação arbitrária dessas mudanças. Saussure cita frequentemente a evolução cega da língua (CLG, p. 271, 176 e ELG, p. 142). No ELG, ao comparar a língua com o jogo de xadrez, como frequentemente fazia, Saussure afirma que no jogo de xadrez os lances afetam os estados do jogo; após cada lance, nova convenção e, na língua, ela se “estabilizará por si mesma” depois da “ação totalmente inelutável dos signos [significantes] diante do espírito.” (ELG, p. 178). Ou seja, o espírito é incapaz de lutar contra a ação do

significante, pela via do som, no movimento, na circulação, em ação no jogo. Há, na língua, uma complicação extrema em virtude da arbitrariedade do signo; da arbitrariedade do objeto simbólico em relação ao pensamento:

As outras instituições (ESTADO) se mantêm simples em suas complicações; ao contrário, é fundamentalmente impossível que uma única entidade de linguagem seja simples, já que supõe a combinação de duas coisas privadas de relação, uma idéia e um objeto simbólico desprovido de qualquer ligação interna com essa idéia. (ELG, p. 182).

Uma vez que o essencial da língua é psíquico (porque o fônico é estranho a ela – arbitrariedade), e considerando que o fônico está na sua base, há inconsciência em relação ao fônico na constituição do signo, gerando a não restrição para que qualquer significado possa se acoplar a qualquer significante, ou seja, é uma decorrência dessa arbitrariedade, lei semiológica, princípio de independência da língua da vontade dos indivíduos, atrelada à sua não consciência sobre como o signo se constitui na origem. Quando Saussure define o signo no caderno de Constantin, ele escreve: “Na língua, a conexão entre os elementos significante e o significado é uma conexão **radicalmente** arbitrária.” (C, CIII, p. 93a, tradução nossa, grifo nosso). De Mauro (1967) comenta esse parágrafo, na sua edição crítica, afirmando que dificilmente Saussure teria tomado o termo radicalmente como pleonasma, mas no seu sentido pleno, no sentido de “em seus próprios fundamentos.” No ELG também aparece essa ideia da arbitrariedade se referir à origem, início do fato linguístico: “A única diferença é que a relação pela qual, em lingüística, o som provoca a idéia, ou reciprocamente, é uma relação arbitrária **na origem.**” (ELG, p. 213, grifo nosso). Contudo, essa eterna origem está sempre presente, o que levou Saussure a afirmar que a questão da origem não difere essencialmente da vida da língua. Ou ainda:

Voltamos, assim, à afirmação fundamental com que buscamos esclarecer melhor a diferença entre a instituição da linguagem e as outras instituições humanas; a saber, que aquela não é submetida à correção contínua do espírito porque não provém, **já na origem**, de uma harmonia visível entre a idéia e o meio de expressão; [...]. (ELG, p. 188, grifo nosso).

Como não há uma harmonia visível com a ideia e seu meio de expressão, ou seja, entre o signo e o som, ela não pode ser submetida à correção do espírito. Por isso, é necessária a coletividade para assegurar à língua seu princípio de manutenção, de imutabilidade, através da convenção, do hábito coletivo, decorrente da ausência de lógica, ou seja, da arbitrariedade. A

massa social age como fator de manutenção. Saussure elogiou os neogramáticos por terem visto que a língua é “um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos.” (CLG, p. 12).

A arbitrariedade do signo também explica porque Saussure afirma que há uma capacidade que está acima da produção e da articulação dos sons. Não é a capacidade de articular segmentos sonoros que está na base do funcionamento da linguagem. Saussure comprova sua ideia afirmando que, em casos de afasia e agrafia, o que se perde é a capacidade de evocar os signos e não a de traçar ou proferir determinados sons. Para articular sons e palavras, precisa-se de um instrumento superior criado e fornecido pela coletividade: a língua, o signo, que é totalmente psíquico. Por outro lado, um homem pode perder a fala, mas não a língua, se o aparelho receptivo estiver funcionando adequadamente.

Por fim, a arbitrariedade está justamente ligada à consciência, na medida em que, no momento em que a materialidade da língua é acolhida na forma de significante, predomina o acaso. O sujeito falante não é consciente desse fenômeno, **na sua origem**. “A única diferença é que a relação pela qual, em lingüística, o som provoca a idéia, ou reciprocamente, é uma relação arbitrária **na origem**.” (ELG, p. 213, grifos nossos). Ele apenas será consciente do fenômeno, quando passa a integrar o sistema via formações linguísticas atestadas pela coletividade social.

No curso II, Saussure diz que a partir do momento em que o signo entra na sua vida semiológica, ele se transmitirá segundo leis que não possuem nenhuma relação com o que o dispôs; não há mais razão que governará a relação entre o significante e o significado. “A língua é um pouco como um pato chocado por uma galinha.” (R, CII, p. 12a, tradução nossa). A própria transmissão faz o sistema mudar materialmente. “Não há como saber *a priori* que forças atuarão sobre o signo.” (R, CII, p.14a, tradução nossa). Saussure utiliza a metáfora do barco, que já referimos, cujo desempenho não pode ser previsto a partir dos materiais que o compõem, porque o importante é sua vida no mar.

Como não há razão de ordem alguma que governe a vida do signo, e como uma base firme é necessária para a intercompreensão, a coletividade sancionará o valor que lhe será atribuído e que decorrerá unicamente do sistema de signos. Um único indivíduo é incapaz de fixar um único valor, e isso se deve ao fato do signo ser arbitrário. Ou seja, ao fato da corporiedade não entrar na constituição sígnica:

[...] não é a substância vocal fônica que nos parece ser o centro do que constitui uma palavra. Não é possível se ocupar da língua sem se ocupar com a mudança fonética <o som é um fator central na língua> e, ainda assim, num certo sentido, o

fenômeno fonético é estrangeiro à essência da língua. Como? Outros valores precisam ser comparados. (C, CIII, p. 15a, tradução nossa).

Temos aqui as duas principais problemáticas que envolvem o arbitrário do signo: a substância vocal fônica é necessária ao signo, mas ela lhe é estranha (arbitrariedade do signo). A mudança de som afeta o sistema, porque ela é central na constituição da língua, ainda que não haja nenhuma razão para a ligação entre ambos. Portanto, para compreender a língua, é necessário analisá-la em seu sistema de valores. Do contrário, se o material constituísse o sistema, poderíamos analisá-lo a partir desse material de que ele é composto, mas, destituído de vínculo natural com a matéria, sua característica é tornar-se muito complexo, por entrar num sistema. Saussure utilizou a metáfora da moeda: o valor de uma moeda não é determinado pelo material que a compõe, mas de sua inter-relação com outras moedas no sistema. Se abstrairmos da língua o material de que ela é produzida, ela ainda assim permanece, mas, sem esse material, ele não se continua. A metáfora do jogo de xadrez é outra ilustração que corrobora o posicionamento de que a arbitrariedade é tomada por Saussure pelo seu lado na relação com o fônico. O material de que são feitas as peças de xadrez não interfere no jogo: podem ser feitas de madeira, metal, pedra, etc. Não importa ao jogo.

Nossa tese sobre a arbitrariedade ser relativa à relação do som com o significante/significado também é atestada pela constante reflexão de Saussure sobre a segunda vida do signo: a segunda vida do significante. Ele está em dois domínios: o interior (psíquico) e o exterior (na circulação, na transmissão, atrelada ao sonoro), na sua circulação social e temporal. Contudo, quando ele é transmitido, não há mais pensamento acoplado e tudo pode acontecer:

Haverá imediatamente essas duas maneiras de conceber a questão: ou as condições em que um pensamento chega a corresponder a um signo – ou as condições em que um signo chega a se transmitir durante seis meses, ou doze meses, e logo o pensamento é suprimido porque esse pensamento pode diferir de um instante para outro. Ora, o fenômeno primordial da linguagem é a associação de um pensamento a um signo; e é justamente esse fato primordial que é suprimido na transmissão do signo. (ELG, p. 46).

Também, não há prova mais evidente sobre a problemática da relação do interno com o externo do que a seguinte passagem do ELG: “Vista pelo lado exterior, é evidente que a língua é incompleta; mas o grande erro é acreditar que há paridade e simetria, a esse respeito, entre o lado exterior e o lado interior.” (ELG, p. 77). Fica claro que a preocupação de

Saussure é com a relação interna do signo (na consciência) e sua circulação, porque não há simetria, não há igualdade entre as duas formas de existência; fora da consciência, quando submetido à sua realização material, via discurso, ele sofre “agressões” advindas das diferenças, da arbitrariedade entre o som e o que está no lado interno: significante/significado. Essa reflexão coaduna-se com a reflexão sobre a consciência do sujeito falante: a palavra reside na consciência de quem fala e resulta do que é aceito coletivamente, “da sanção que recebe, a cada momento, daqueles que a empregam.” (ELG, p. 76). Contudo, o fato do signo circular na fala e viver no tempo, produzido efetivamente pela via sonora, submete-o às alterações que são provocadas justamente pelas modificações ou mudanças nesse material sonoro. Então, há um eterno conflito entre o que a coletividade consegue assegurar ao signo e a inevitável força do fônico sobre o componente interno na sua circulação. “Em parte alguma, no estado atual, pode-se pronunciar a palavra *língua*, ou *linguagem*, sem que se tenha, antes, que verificar o equívoco possível entre *língua* e *transmissão da língua*.” (ELG, p. 79).

O que escapou aos filósofos e aos lógicos, é que, um sistema de símbolos que seja *independente* dos objetos designados está sujeito a sofrer, por sua vez, *pelo fato do tempo*, deslocamentos *não calculáveis para o lógico*, continuamente, ademais, fundamentalmente, o tempo todo []

E o que escapou, reciprocamente, aos lingüistas, é que *a matéria que sofre a ação histórica* não pertence, de maneira alguma, à apreciação histórica simples [...]. (ELG, p. 180, grifos e lacuna no texto).

A segunda vida do signo é, de fato, o ponto central para Saussure estabelecer a divisão entre sincronia e diacronia, em virtude de que dois procedimentos metodológicos são necessários para a investigação do signo para cada uma das suas existências. “Em toda parte, o estado histórico e o estado consciente são dois estados que se opõem. São os dois caminhos do signo.” (ELG, p. 104).

Nossa leitura indica que todas as confusões sobre o signo decorrem do fato de que não se compreendeu que Saussure, ao afirmar que a língua é mental e dupla, estabelece o corte do signo (significante e significado) com o som, lado material. A partir disso, o único modo de compreender a língua é analisando-a em seu sistema de relações. Afinal, a materialidade é necessária à língua³⁰, ainda que não entre na sua composição. “Como o elemento significante é por natureza arbitrário, tomando a língua definida desse modo, parece não haver nada que

³⁰ Ressalte-se que essa materialidade poderia ser outra: por exemplo os pontos, matéria física, no alfabeto braille, ou mesmo a materialidade presente em outros sistemas semiológicos: lembremos dos sinais marítimos, das bandeiras, que precisam da materialidade do pano, mas não é essa materialidade que faz o signo, mas o seu conjunto e as diferenças nele estabelecidas.

nos impeça de tratá-la como um sistema livre, dependendo apenas de princípios lógicos, numa pura esfera de relações.” (C, CIII, p. 101a, tradução nossa).

Para ele, toda a visão errônea de estudar a língua assenta-se no fato de que se parte de uma visão de signo comportando uma parte material e uma parte espiritual, quando, na verdade, o signo é apenas espiritual: elemento psíquico. Saussure diz que o sistema de signos é totalmente independente daquilo que o dispôs. Ou seja, o sistema de signos é totalmente independente dos sons, porque é apenas seu suporte, sem razão ou definição nenhuma de antemão para corresponderem a um significado.

No terceiro curso de linguística geral, na aula de 25 de abril de 1911, Saussure define a língua como o objeto de estudo da linguística, diferenciando-a do conceito de linguagem. É na aula do dia 12 de maio de 1911 que Saussure introduz a noção de signo linguístico. É interessante observar a definição apresentada: “o signo linguístico é baseado numa associação feita pela mente entre duas coisas muito diferentes, mas que são ambas mentais e estão no sujeito: uma imagem acústica é associada a um conceito. A imagem acústica não é o som material, mas a impressão mental do som.” (C, CIII, p. 74a, tradução nossa). O que se pode destacar é o fato de que o signo é composto de duas coisas muito diferentes. Saussure insiste que o signo é mental, como o faz no ELG com frequência, justamente para se opor ao modo de estudos frequentes em sua época em que se separava forma de sentido. Também é nessa aula que ele introduz o conceito de arbitrariedade do signo: “O elo que une uma dada imagem acústica com um conceito determinado, conferindo-lhe um valor de signo, é um elo radicalmente arbitrário. Todos estão de acordo. O lugar hierárquico dessa verdade é o topo.” (C, CIII, p. 76a, tradução nossa). Em seguida, Saussure acrescenta: “Há mais a ser dito sobre essa palavra arbitrária. Não é arbitrária no sentido de depender da livre escolha do indivíduo. É arbitrária em relação ao conceito, não tendo nada em si mesma que a conecta particularmente àquele conceito.” (C, CIII, p. 76a-77a, tradução nossa). Percebe-se que a arbitrariedade é referida como relativa ao significante, pois ele não possui nada em si mesmo que o ligue ao conceito.

Mas, de forma curiosa, quando Saussure trata dos valores no sistema, ele não fala mais da relação arbitrária de significante a significado, mas de arbitrariedade do elo, que, conforme já dissemos, ao mudar de foco, cria-se uma dificuldade de compreender seu pensamento. Na aula do dia 19 de maio, Saussure introduz os termos significante e significado, alegando que, quando se considera o sistema de signos internamente, é importante haver dois termos que mostrem seu contraste. Aí Saussure reformula o conceito de arbitrariedade: “Na língua, a conexão entre os elementos significante e significado é uma conexão radicalmente arbitrária.”

(C, CIII, p. 93a, tradução nossa). Saussure introduz essa diferenciação terminológica, mas não sem comentar a dificuldade de encontrar um termo adequado que pudesse designar o todo sem ambiguidades. Há oscilação de Saussure quanto a ir do significante ao significado na definição da arbitrariedade, ou a considerar o elo interno, pois, em seguida, ainda na aula de 19 de maio, ele escreve: “Vê-se que, em relação à ideia que representa, o elemento significante <signo>, seja lá qual for, é arbitrário, aparece como livremente escolhido, é substituível por outro (*table* poderia ser chamada de *sable* ou vice versa).” (C, CIII, p. 94a, tradução nossa). No caderno de Constantin encontramos a seguinte informação importante:

O poder do tempo coloca em xeque a cada instante o poder que podemos chamar arbitrariedade <livre escolha>. Por que dizemos homem, cachorro? Porque antes de nós as pessoas disseram homem, cachorro. A justificativa está no tempo. Ele suprime e não suprime a arbitrariedade. Esse fato não obscurece a conexão entre a questão do tempo e a questão da arbitrariedade, que atuam em oposição um ao outro. (C, CIII, p. 97a, tradução nossa).

O corolário de Saussure é: “Este será um fato semiológico geral: continuidade no tempo aliada à mudança no tempo.” (C, CIII, p. 100a, tradução nossa). Pode-se dizer que a arbitrariedade do signo é um princípio ontológico, enquanto o valor é um princípio linguístico. Concordamos, então, com os autores que assim se posicionam, conforme citado acima, enfatizando, porém, que o arbitrário é inerente ao sistema pelo princípio do movimento da língua.

O final do CLG, ainda que não corresponda a um fechamento de Saussure para a sua teoria, conforme pretenderam os editores e de acordo com a nota de rodapé no início do capítulo final³¹, serve para encerrar o seu pensamento sobre as mudanças linguísticas e sobre as características do seu objeto, num claro movimento de crítica à linguística histórica e seu método, indicando como a arbitrariedade do signo age para perturbar o que se possa supor imutável e permanente; como o fator fonético perturba os significantes nas suas relações intrassistêmicas com os significados, com efeitos históricos imprevisíveis que só podem ser recuperados via linguística evolutiva que se apóie na sincronia ou nas diversas sincronias.

Para encerrar, ressalte-se a marca absoluta deixada pela frase final do CLG: “*a Lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma.*” (CLG, p. 271, grifos no texto) que hoje sabemos jamais ter aparecido em nenhum dos escritos de Saussure e nem nos cadernos de seus alunos, sendo totalmente de autoria dos

³¹ A nota é: “Conquanto esse capítulo não trate de Linguística retrospectiva, colocamo-lo aqui porque pode servir de conclusão à obra toda.” (CLG, p. 268).

editores. Bem, é evidente que a conclusão não teria sido de Saussure, ainda mais com base nesses dois capítulos. Tudo que Saussure tenta reforçar são as consequências da arbitrariedade para o sistema da língua e como não se pode, com o método de sua época, estudar esse objeto. Por fim, o que dizer da efetiva contribuição dessa frase para o rótulo atribuído a Saussure de que excluiu a história, o referente e o sujeito? Ou ainda, o rótulo de linguista que rejeita a própria ciência que faz, a linguística histórica? Vejamos o que escreve De Mauro (1967) na nota 146 dos comentários à sua edição crítica do CLG, em relação ao capítulo *Mutabilidade e imutabilidade do signo linguístico*:

O sentido não-convencionalista do arbitrário saussuriano, a profunda consciência, em suma, da radical historicidade dos sistemas linguísticos, encontram nessas páginas pouco lidas sua manifestação mais rigorosa. Lendo essas páginas, mal se acredita que Saussure tenha sido louvado, ou mais frequentemente criticado como o criador de uma linguística anti-histórica e virginal, de uma visão de língua como sistema estático, fora da vida social e da duração histórica. É, entretanto, esse fantasma que muito frequentemente se combateu, em lugar de Saussure. (1967, p. 448).

Vamos culpar os editores? Afinal, uma frase para encerrar a obra marcará a tese na mente dos leitores. Ou deveríamos culpar os maus leitores por não terem lido o conjunto teórico com mais atenção para perceber que não era nesse sentido que o raciocínio andava? Talvez também não se tenha sempre feita a devida separação entre o objeto língua e uma língua, compreendendo mal as implicações teóricas.

As línguas, é esse o objeto concreto que se oferece, na superfície do globo, ao lingüista. A língua, é esse o título que se pode dar ao que o lingüista souber tirar de suas observações sobre o conjunto das línguas, através do tempo e através do espaço. (ELG, p. 265).

Mesmo na citação acima, percebe-se como o linguista deve olhar para o conjunto das línguas no tempo e no espaço para chegar a generalizações válidas para todas as línguas. Saussure considera a transmissão da linguagem no tempo um fato vital, embora essa transmissão seja estranha a ela, pois o signo não dependerá da ideia com o avançar do tempo. Ele é mera figura vocal. O signo vive de duas formas: no presente, percebido por aqueles que o empregam e com o passar do tempo, na sua circulação social e temporal. É nesse ponto vital que a arbitrariedade deve ser situada: entre a existência e a transmissão da língua. Vê-se, então, porque o estudo histórico não é descartado por Saussure, mas antes, revitalizado, visto que a língua, apesar de tudo, é transmissível e duradoura no tempo, graças à arbitrariedade entre matéria e forma.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto fez o seguinte percurso: após esclarecer as razões e delimitar o escopo da análise, apresentou primeiramente o conceito da arbitrariedade conforme o CLG, para depois trazer os conceitos do ELG, no intuito de ‘passear’ pelo corpus recortado e verificar sob que bases Saussure discute a arbitrariedade do signo. O passo seguinte foi trazer alguns pontos de vista de leitores de Saussure, de modo a identificar as principais controvérsias envolvendo o conceito. Por fim, analisaram-se esses pontos, apresentando uma outra leitura do arbitrário, compatível com o plano que julgamos ser o plano teórico de Saussure.

Aventurar-se a estudar o arbitrário do signo na teoria saussuriana equivale a embrenhar-se solitariamente numa mata densa, com todos os riscos que podem decorrer dessa aventura. É certamente uma tarefa incomparavelmente árdua pelas razões que já expusemos e porque se refere a um tema que toca os limites da metafísica. O que apresentamos deve ser tomado com todas as incompletudes decorrentes de uma teoria aberta da qual sempre se podem fazer novas leituras.

O ponto de vista que procuramos defender neste texto é que Saussure centrou a discussão do arbitrário na relação do signo com sua substância fônica, ou seja, preocupou-se em mostrar ao linguista que não há elo entre a matéria física, o som, e o respectivo significante/significado. Assim, a arbitrariedade do signo só pode ser incorporada à teoria sob a perspectiva da relação do signo com o plano fônico, uma vez que o fônico possui duas vidas: uma na consciência, no espírito dos sujeitos falantes, acoplado a um significado, em forma de significante, e outra na sua circulação, ao passar de um a outro no processo de sua transmissão. Esse processo contém em si o germe da transformação, pelo movimento de renovação do plano fônico, afetando o sistema de forma imprevisível. Foi por isso que Saussure estabeleceu a absoluta separação entre sincronia e diacronia, num primeiro momento, como única possibilidade de compreender o mecansimo da língua, para depois estudar, com base nas duas metodologias unidas, o sistema linguístico e seu funcionamento.

Podemos trazer a interpretação de Engler (1962) para sustenar essa tese. Ele afirma que o arbitrário é um princípio semiológico, pancrônico atuando sempre na língua, concebida como generalização. O autor afirma que Saussure faz sempre toda demonstração indo do arbitrário do significante, ou seja, da semiologia para a língua. Quando Saussure fala do arbitrário do significante, está tratando das mudanças fonéticas, importando a ideia de que o signo é independente do envelope material em relação aos valores, afirma o autor. Dentro de uma língua, temos o arbitrário do elo, mas, para a semiologia, é suficiente que o significante seja arbitrário. Portanto, conclui que não há incompatibilidade entre arbitrário do significante e arbitrário do elo, pois toda a demonstração de Saussure, após enunciar o princípio da arbitrariedade, indo da semiologia à língua, no curso III, se faz pelo lado do significante.

Nossa investigação permite-nos chegar à algumas outras conclusões. Primeiramente, o arbitrário não se refere à relação entre língua e realidade, conforme a concepção clássica, porque Saussure reformulou a noção de convenção que, no sentido clássico, faz supor a atribuição de um nome a uma coisa por um acordo comum entre os falantes. Saussure reflete longamente sobre a diferença entre a língua e as outras instituições, porque a convenção sempre supõe uma instituição social, justamente para mostrar como a convenção social linguística se distingue em todos os sentidos das pertencentes às outras instituições, não sendo possível admitir o signo como mera decorrência da junção de um som e de um sentido, pelo acordo tácito coletivo, posição ainda predominante em sua época pelas influências do pensamento clássico. Para Saussure, a convenção das outras instituições é toda baseada sobre o ato consciente que, como diz Arrivé (2010), podemos até contestar, enquanto a convenção língua foge a esse ato. Convenção em Saussure deve ser entendida apenas como um hábito coletivo, sem que haja uma razão de ordem externa que possa explicar o signo. A convenção na língua é de natureza bem particular, porque prevalece a irrazão no seu fundamento, pela contingência, sem que possamos modificá-la. Ela nos é imposta pela tradição. Por fugir à vontade individual e coletiva, sem submissão a uma regra imposta de fora, ela possui a dupla característica de se transformar e permanecer. Transforma-se porque é livre em relação aos sons e a qualquer coisa de externo, mas continua-se porque o peso da tradição a mantém. Saussure não deixou muito clara essa teorização em seus escritos, gerando as dificuldades de compreender a diferença de seu posicionamento com o posicionamento corrente em sua época.

O ponto de vista de Saussure é que o signo não é determinado por nada externo, nem vindo do plano sonoro, nem vindo do plano da realidade, porque seu funcionamento é totalmente incompatível com essa visão. O signo só é determinado pela sanção coletiva que é

necessária para fixar os valores, uma vez que ele não possui na origem um conteúdo próprio, como seria o caso se ele fosse determinado por uma razão externa. A independência do signo da materialidade de que é composto é responsável por instituir o jogo da língua; das relações que são necessárias para conferir ao signo seu valor. Seu significado é determinado pelo conjunto dos outros signos, negativamente, e não por um conteúdo definido antes do fato linguístico. O signo é semiologicamente produtivo justamente por essa sua natureza independente, por sua arbitrariedade, não sendo limitado nas possibilidades de significação que são inúmeras e determinadas pelo jogo das relações em que ele entra. Saussure cita o caso dos nomes próprios e dos nomes geográficos como exemplo de signo em que há uma razão imposta de fora e mostra como eles são improdutivos justamente por estarem amparados numa lógica de existência.

É nesse sentido que Saussure também critica os filósofos e psicólogos por não terem percebido que o signo circula no tempo e que, por esse processo, ele está sujeito a se transformar sem que haja qualquer lógica para a explicação. O foco de Saussure era essa perturbação causada na língua pelo processo de transmissão, através da arbitrariedade. Isso também possibilita a língua categorizar ao seu modo os fatos; não há simetria entre o que acontece na língua e no mundo, porque o mecanismo da língua sofre a constante pressão no processo de circulação pelo plano sonoro. São acidentes fonéticos que perturbam o sistema. Como linguista comparatista que era, pelos profundos conhecimentos que tinha do estudo das línguas e sua transformação no tempo, Saussure percebeu que o fortuito reinava sobre ela, não sendo possível explicá-la do ponto de vista de sua constituição, a não ser recorrendo à força do sistema.

É igualmente pela reformulação da noção de convenção que Saussure mostra a inutilidade de discutir a origem da linguagem, porque, como não ocorre um contrato entre os falantes, e como a língua surge de fatores que nascem do mero acaso, fugindo à consciência dos indivíduos, por causa da arbitrariedade, ela é sempre plástica e eternamente variável, sendo que sua vida não difere dos acidentes de sua mudança. Ela está constantemente funcionando como origem e como finalidade. É um processo inerente.

Os autores que trouxemos para este estudo, principalmente Normand (1973) e De Mauro (1967) mostram como grande parte da incompreensão do arbitrário decorre do fato de Saussure partir da terminologia clássica. Enfim, as confusões derivam dos termos com que Saussure estabelece o debate, ainda com o principal vocabulário da filosofia clássica. Para Normand (1973) o arbitrário deve ser lido de outro modo na teoria, sem considerar o terceiro

termo. Esse último ponto é compartilhado por De Mauro (1967), Suenaga (2005), Engler (1962) e Fehr (2000).

Também procuramos destacar neste texto como a grande novidade de Saussure foi a introdução da noção de significante. Mostramos que, pelo fato do signo ser totalmente psíquico, a arbitrariedade deve ser tomada como a não-relação entre o som físico com o polo psíquico do signo, sem esquecer que essa materialidade encontra-se indissolúvelmente ligada à língua, ainda que dela não participe. As provas podem ser encontradas principalmente pela preocupação de Saussure com os estudos que tomavam o lado fônico (anagramas, acento lituano), pela utilização da palavra signo como relativa ao significante até praticamente o momento do terceiro curso e por todas as considerações da ação das modificações fonéticas sobre o sistema linguístico. Foi no terceiro curso que Saussure introduziu a noção de valor e em que ele abordou mais precisamente a língua como conjunto de valores. Ele abandona o termo arbitrário, porque remete a um conceito semiológico e prefere utilizar o termo imotivado para o signo. Nesse sentido, o signo, na origem é arbitrário, no plano diacrônico, mas ao participar do jogo de relações na língua, ele é suscetível de ser motivado pelos outros signos.

Porém, como vimos, o fato de Saussure considerar o signo como decorrente de um jogo de relações, em que ele nasce a partir das relações do sistema, criou o impasse de saber como um signo arbitrário pode participar de um sistema sempre motivado. Apontamos no texto que essa questão decorre principalmente da insuficiente teorização de Saussure entre o plano semiológico e o linguístico. Saussure adotava dois procedimentos distintos, da língua para o signo e do signo para a língua, sem estabelecer as considerações necessárias para a compreensão dos dois planos.

A motivação foi outro problema para a compreensão do arbitrário. Para a motivação externa, caso da onomatopeia, há consenso entre os autores sobre ela não representar problema, porque o foco principal de Saussure era mostrar que a língua organiza-se de tal forma que, mesmo havendo palavras onomatopaicas, elas não serão produtivas ou até mesmo deixarão de ser onomatopaicas, engrenando-se no sistema e assumindo as características dos signos em geral.

Já para o caso da motivação interna, dentro do sistema, pela relação estabelecida entre os signos, não há concordância. Vimos como há um consenso entre os autores sobre a insuficiente teorização em relação à delimitação das unidades e como há discrepância entre os pontos de vista. Saussure não reconhecia a motivação fônica por parte do significante e esse ponto foi bem explorado por Gadet (1996) e Suenaga (2005). O problema visto pelos autores

é que Saussure chegou a dizer que todo elemento é motivado no sistema, alegando que até mesmo a própria categoria gramatical, como a dos substantivos, já é sistematicamente motivada. Também alegou que um elemento fonológico, pelo mero fato de participar da língua, já possui valor. O problema que se coloca é, se todo signo é motivado no sistema, qual é o papel do arbitrário absoluto?

Segundo a leitura de Gadet, Saussure rejeitou a etimologia popular no primeiro curso, mas mudou de postura no terceiro curso, entrevendo uma motivação que viesse unicamente do significante, colocando o problema de que nem tudo na língua se explica pelo exame das relações dos seus elementos como atestados pela consciência do falante. Porém, ele apenas não a enquadrou no processo analógico, mas aceitou-a plenamente como fator de motivação. Isso está explícito no caderno de Riedlinger. Saussure de fato relaciona a relação intrassistemática com a consciência do falante, como fica evidente quando ele trata da analogia. A analogia se baseia na consciência que o falante tem dos termos da língua. Ela é relativa ao gramatical e significativo e possui por função regularizar o sistema, contrabalanceando o fator fonético. Gadet percebe que Saussure entreviu essa motivação fônica, que escaparia do gramatical e sistemático na formação de palavras, colocando em xeque o pressuposto da consciência do falante no estado de língua e a possibilidade do trabalho do linguista. Como vimos, o argumento de Gadet é que há funcionamentos inexplicáveis pela consciência de língua, mas mostramos também como a palavra *consciência* em Saussure deve ser compreendida de modo diferente. Já dissemos anteriormente que pesquisar a noção de consciência em Saussure e como ela se enquadra no conjunto teórico está fora de nossas possibilidades, mas certamente é um ponto muito interessante a ser aprofundado.

Ao tratar do papel do linguista, Saussure mostrou como, às vezes, ele não consegue saber se um elemento é um sufixo, por exemplo, porque não é reconhecível até mesmo pelo falante. Ele era ciente de que há funcionamentos que escapam à explicação e que o gramático pode incorrer em erro atestando fatos que não são da língua. O próprio Saussure afirmou que há momentos em que não é possível saber até onde vai o grau de consciência do indivíduo. Para ele, a motivação é sempre mais completa, quando mais fácil for fazer a análise sintagmática. (CLG, p. 153).

Nosso entendimento é de que, desde o primeiro curso, Saussure se via às voltas com as dificuldades em relação à motivação fônica, incluindo-a como fator de transformação da língua. Ele percebeu que ela é, de certa forma, inerente ao sistema, eternamente mutável e instável, sem previsibilidade para as relações nele estabelecidas. Assim, os anagramas talvez

não provem o oposto de sua teoria. Eles podem ser prova, sim, das dificuldades de Saussure em relação ao papel da consciência na composição das unidades da língua. A pergunta básica de Saussure sobre os anagramas era: a aplicação é consciente ou não? Isso é manifestado na carta que ele remete ao poeta Pascoli. Ele pergunta sem rodeios: “É por acaso ou intencionalmente que em uma passagem como *Catullo* (p. 16), o nome *Falerni* se encontra rodeado de palavras que reproduzem as sílabas desse nome?” (STAROBINSKI, 1964, p. 105). Então, parece que ele percebe funcionamentos sígnicos não intencionais na língua; que não se baseiam na consciência da língua, assim como o processo arbitrário na diacronia.

Suenaga afirma que Saussure reconhece essa motivação, mas que ela apenas não serve para limitar o arbitrário, porque é a própria expressão do arbitrário. Concordamos com o autor no sentido de que se pode admitir a motivação fônica pelo princípio de pertencimento ao sistema fonológico da língua, não explicitamente admitido por Saussure, mas sugerido em alguns momentos, como ao reconhecer a influência de um caráter fônico na composição da palavra *Kränze*. Explicitamente, Saussure afirmou uma vez que pode haver relação por puro caráter sonoro e por dizer, no ELG, que até mesmo um signo fora de toda significação pode ser considerado como signo se entrar como diferença num sistema. Para Engler (1962), Saussure não admitiu a motivação por caráter fônico, mas o mais certo é que ele não admitiu o fônico como força de limitação do arbitrário. A motivação fônica, sem explicação, que cria um signo, é justamente o que caracteriza o fator da arbitrariedade na teoria saussuriana. Ainda que um mero fonema da língua já tenha um valor, o grau de consciência do falante desse som, só é pleno quando ele integra um elemento linguístico, uma palavra, por exemplo, na sua relação com um significado. Estamos, nesse caso, nos limites do terreno da arbitrariedade. Antes de compor um elemento, ele é apenas um som que ainda não se juntou a um significado.

Suenaga (2005) alega que, nesse sentido, o arbitrário absoluto está na base da língua no momento da composição do signo, no momento do devir do sistema, porque para Saussure o signo não existe anteriormente à junção das duas massas, que engendram os valores. Assim, para ele, há um arbitrário que representa o corte com o exterior e outro arbitrário do sistema, que corresponde ao signo que não compartilha elemento comum com outros termos. A solução de Suenaga (2005) e Godel (1969) é alegar que todo signo é arbitrário e motivado ao mesmo tempo. Engler (1962) e Gadet (1996) também dividem o arbitrário em dois: o semiológico (arbitrário absoluto) e o linguístico (motivado).

Concordamos com esse posicionamento. Do ponto de vista da matéria que entra na sua composição, o signo é arbitrário, portanto, não motivado por nada, mas intralinguisticamente, todo signo é motivado pelos outros signos. Mesmo assim, o arbitrário absoluto encontra seu lugar no sistema, pois ele age como o fator de composição do signo no processo de transmissão e transformação da língua, pela inconsciência do falante da matéria sonora que vai sofrendo alterações e permitindo o funcionamento semiológico, ou seja, a produtividade do signo. O jogo da língua ocorre nesse eterno duelo entre o princípio arbitrário e inconsciente e o funcionamento consciente do sistema. É entre essas duas forças que se constitui a língua, a do arbitrário absoluto, que age como fator de desregramento e a do arbitrário relativo, força de organização que impede que a língua seja um caos. Para Saussure, as línguas possuem elementos das duas ordens e há sempre um movimento de evolução indo do arbitrário ao motivado e vice-versa. O arbitrário relativo é aquele em que se identificam as razões para a formação do signo, porque possui elementos que são comuns a outros signos.

Não houve ainda autor que mostrasse que o arbitrário equivale ao componente sonoro, fato fora da consciência perturbando a língua para movimentá-la. Ou seja, é o componente sonoro, sempre em processo de alteração, que age arbitrariamente sobre a língua, sem possibilidade do falante impedir esse processo em virtude de ele só perceber o que é significativo. Isso é flagrante no diacrônico e, no sincrônico, seus efeitos são contrabalanceados pela força coletiva, que age no sentido contrário da inconsciência arbitrária. A prova desse fenômeno é a segunda vida do significante. No capítulo 7, *E o inconsciente em Ferdinand de Saussure?*, Arrivé (2010) apresenta sua conclusão sobre as pesquisas dos anagramas em Saussure: “O acaso não seria em Saussure o nome do inconsciente?” (2010, p. 197). O acaso, para Saussure, sempre esteve ligado à arbitrariedade. Então, poderíamos reformular a pergunta nesses termos: A arbitrariedade não seria em Saussure o nome do inconsciente? O inconsciente da substância da língua, que é transmitida e não participa da consciência do falante?

Saussure enfatiza sem cessar a duplicidade da linguagem, representada pela segunda vida do significante, ou seja, de seu pertencimento a dois modos de funcionamento bastante independentes: no plano diacrônico em que a língua é reduzida à mera matéria física, sem possibilidade de análise por não se amparar na consciência em que é percebido o sentido, e na sincronia, plano da significação da língua, em que, pelas relações intrassistêmicas percebidas, é possível estudar o seu modo de funcionamento.

Mostramos como a preocupação toda de Saussure estava com a segunda vida do significante e como essa vida, concretizada todos os dias, a todos os momentos, pela execução

da língua no plano fônico, perturba e movimenta o sistema de tal modo que as decorrências são imprevisíveis em seus efeitos. O arbitrário relaciona-se com a inconsciência dos falantes das mudanças linguísticas que se originam no desenvolver histórico da língua no processo de sua transmissão. “Em toda parte, o estado histórico e o estado consciente são dois estados que se opõem. São os dois caminhos do signo.” (ELG, p. 104). Por isso, também Saussure advoga dois procedimentos diferentes para estudar o signo, no estado, fora do tempo, e ligado à consciência do falante e o estudo fora do estado, no tempo, pelo lado fonético, completamente arbitrário. Saussure alega que “[...] tudo o que parece orgânico na linguagem é, na realidade, *contingente* e completamente acidental.” [ELG, p. 131, grifo no texto]. E é significativa a sua frase: “Cada palavra está na interseção do ponto de vista diacrônico e sincrônico.” (ELG, p. 104).

No ELG, sua primeira crítica é aos estudos que opunham a forma e o sentido, insistindo na natureza psíquica do signo. Para ele não se pode estudar a língua através do tempo separando a forma e o sentido. Para estudá-la no tempo, é necessário escrutinar seus materiais, e como sua circulação afeta o sistema, mas apenas do ponto de vista fonético, porque não é possível captar a significação pela materialidade, já que ela não entra na composição do sentido, esse estudo é diacrônico por excelência e não pode se confundir com o estudo sincrônico que se ampara no sujeito falante, naquilo que é significativo e morfológico, na relação entre seus termos, em que o sentido se forma pela delimitação recíproca de valores..O estudo da língua que separa a forma e sentido ao estudá-la no tempo é característico da visão nomenclaturista de x signos para x objetos, totalmente incompatível com o modo como a língua funciona. Por serem independentes dos objetos exteriores, os signos são totalmente dependentes dos outros elementos do sistema, não possuindo uma significação absoluta imposta de fora. No momento em que o signo está submetido ao processo de transmissão, ele está sujeito a se alterar de modo imprevisível. Saussure utiliza frequentemente a metáfora da vida da língua, alertando que ela se baseia num contrato que não pode ser rompido, constantemente sujeito à ação social que age como força de conservação em oposição à força de transformação exercida pelo tempo. A lei geral do signo é incompatível com a visão de um signo que se aplica a um objeto exterior bem definido. Quando o signo é determinado por um objeto exterior, ele é semiologicamente improdutivo, como é o caso dos nomes próprios, sendo invariável e escapando à lei geral do signo.

Compreender o arbitrário no conjunto teórico saussuriano mostra-se uma tarefa difícil pelas dificuldades já relatadas no decorrer do texto, mas, por outro lado, a partir do acréscimo dos novos materiais, é sempre possível fazer novas leituras. A teoria saussuriana pode se

mostrar produtiva para novas investigações, não somente conceituais mas também de natureza prática, através da utilização de seus pressupostos teóricos. Esta investigação esteve limitada ao seu escopo e pode bem ser estendida através do exame em outros textos, tanto de intérpretes quanto do próprio Saussure.

REFERÊNCIAS

- ARRIVÉ, M. *Em busca de Ferdinand de Saussure*. São Paulo: Parábola, 2010.
- _____. Qu'en est-il de l'inconscient dans les réflexions de Saussure? *Colloque International Révolutions saussuriennes*. Genebra. 19-22 jun., 2007. Acesso em: 20 jan. 2012.
- BADIR, S. *Saussure: la langue et sa représentation*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- BOUISSAC, Paul. SRB: Insight: *Does Saussure still matter*. Disponível em: <<http://www.chass.utoronto.ca/epe/srb/srb/bouissacsaussure.pdf>> Acesso em: 01 jul. 2007.
- _____. *Saussure: a guide for the perplexed*. London: Continuum, 2010.
- BOUQUET, Simon. Benveniste et la representation du sens: de l'arbitraire du signe à l'objet extra-linguistique. *Linx*, n. especial: Émile Benveniste vingt ans après, p.107-123, 1997.
- _____. La linguistique générale de Ferdinand de Saussure: textes et retour aux textes. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/Saussure/Sur_Saussure/Bouquet_LinL'uist-gen.html> Acesso em: 03 ago. 2010. Comunicação inédita apresentada no Congresso ICHOLS. Set. 2009.
- _____. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 2004.
- CALVET, L-J. *Saussure: pró e contra: para uma linguística social*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- CHOI, Y. *Le problème du temps chez Ferdinand de Saussure*. Paris: L'Harmattan, 2002.
- CULLER, J. L'essentiel de l'arbitraire. IN: BOUQUET, S. (Org.). *Ferdinand de Saussure*. Paris: L'Herne, 2003. p. 52-61.
- DAVIES, A. M. Saussure and Indo-European linguistics. In: SANDERS, C. (Ed.). *The Cambridge Companion to Saussure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- DE MAURO, T. *Ferdinand de Saussure: cours de linguistique générale*. Paris: Payot & Rivages: 1967.
- DE PALO, M. *L'assymétrie du signe chez Saussure*. IN: BOUQUET, S. (Org.). *Ferdinand de Saussure*. Paris: L'Herne, 2003. p. 259.

DEPECKER, L. *Comprendre Saussure d'après les manuscrits*. Paris: Armand Colin, 2009.

ENGLER. Théorie et critique d'un principe saussurien: l'arbitraire du signe. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, v.19, p. 7-66, 1962.

_____. The making of the Cours de linguistique générale. In: SANDERS (Ed.). *The Cambridge Companion to Saussure*. Cambridge: CUP, 2004.

FEHR, J. *Saussure: entre linguistique e sémiologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

FLORES, V. Do N. Ler Saussure hoje: o Curso e os anagramas. *Nonada*, Ano 4, n. 6, p.43-60, set./out. 2003.

GADET, F. Jakobson sous le pavillon saussurien. *Actes du colloque cerisy la salle. Saussure Aujourd'hui*. 12-19 ago. 1992. Nanterre: CRL Université Paris X, 1995.

_____. *Saussure: une science de la langue*. 3. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1996. (1. ed. 1987).

GODEL, R. *Les sources manuscrites du cours de linguistique générale de F. De Saussure*. 2. ed. Genebra: Libraire Droz, 1969. (1. ed. de 1957).

HARRIS, R. *Saussure and his interpreters*. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2003.

JÄGER, L. La pensée epistemologique de F. de Saussure. In: BOUQUET, Simon. (Org.) *Ferdinand de Saussure*. Paris: L'Herne, 2003.

KOERNER, E. F. Konrad. *Ferdinand de Saussure: Génesis y evolución de su pensamiento em El marco de La lingüística occidental*. Madrid: Gredos, 1982.

KOMATSU, E.; HARRIS, R. *Troisième cours de linguistique générale (1910-1911): d'après les cahiers d'Émile Constantin*. Saussure's third course of lectures on general linguistics (1910-1911): from the notebooks of Émile Constantin. Texto francês editado por Eisuke Komatsu e texto inglês traduzido por Roy Harris. Oxford: New York: Pergamon Press, 1993.

KOMATSU, E.; WOLF, G. *Premier cours de linguistique générale (1907): d'après les cahiers d'Albert Riedlinger*. Saussure's first course of lectures on general linguistics (1907) from the notebooks of Albert Riedlinger. Texto francês editado por Eisuke Komatsu e texto inglês traduzido por George Wolf. Oxford: Pergamon, 1996.

_____. *Deuxième cours de linguistique générale (1908-1909): d'après les cahiers d'Albert Riedlinger et Charles Patois*. Saussure's second course of Lectures on General Linguistics (1908-1909): from the notebooks of Albert Riedlinger and Charles Patois. Texto francês editado por Eisuke Komatsu e texto inglês traduzido por George Wolf. Oxford: Pergamon, 1997.

MILNER, J-C. *A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MOUNIN, G. *Saussure: presentación y textos*. 3. ed. Barcelona: Guadarrama, 1971.

NETO, J. B. *Ensaio de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

NÓBREGA, Mônica. Visitar a herança saussuriana: um convite à linguística. In: TEIXEIRA, M.; FLORES, V. N. *O sentido na linguagem: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 115-138.

NORMAND, C. L'arbitraire du signe comme phénomène de déplacement. *Dialectiques*, Revue trimestrielle, n. 1-2. (1973). p. 109-126.

_____. Le CLG: une théorie de la signification? In: NORMAND, C. *La quadrature du sens*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990. p. 23-40. Tradução de Francisco Settineri. p.1-11. Mimeo.

_____. *Saussure*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. System, arbitrariness, value. In: SANDERS, C. (Ed.). *The Cambridge Companion to Saussure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PUECH, C. L'émergence de la notion de "discours" en France et les destins du saussurisme. *Langages*. Linguistique et poétique du discours à partir de Saussure. n. 179, p. 93-110, Set. 2005.

RIGOTTI, E.; ROCCI, A. Le signe linguistique comme structure intermédiaire. In: SAUSSURE, L. de. (Ed.). *Nouveaux regards sur Saussure: mélanges offerts à René Amacker*. Publications du Circle Ferdinand de Saussure. Genève: Droz, 2006.

SANTAELLA, L. O papel da iconicidade da língua na literatura. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 128-136, 1º sem. 2004.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 23. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

_____. *Escritos de Linguística Geral*. Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004.

STAROBINSKI, J. *As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand de Saussure*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

SUENAGA, Akatane. *Saussure, une système de paradoxes: langue, parole, arbitraire et inconscient*. Limoges: Lambert-Lucas, 2005.

TURPIN, B. Légendes, mythes, histoire: La circulation des signes. In: BOUQUET, S. (Org.). *Ferdinand de Saussure*. Paris: L'Herne, 2003. 307-316.

WUNDERLI, P. Saussure's anagrams and the analysis of literary texts. In: SANDERS, C. (Ed.). *The Cambridge Companion to Saussure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p.174-185.